

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE
CPDA.**

TESE

**MULHERES NA LIDERANÇA, RELAÇÕES DE
GÊNERO E EMPODERAMENTO EM
ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: O
CASO DO SACO DO RIO PRETO EM MINAS
GERAIS**

Maria de Lourdes Souza Oliveira

2006



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA.**

**MULHERES NA LIDERANÇA, RELAÇÕES DE GÊNERO E
EMPODERAMENTO EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA
AGRÁRIA: O CASO DO SACO DO RIO PRETO EM MINAS GERAIS**

MARIA DE LOURDES SOUZA OLIVEIRA

Sob a Orientação do Professor
Nelson Giordano Delgado

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade.

Seropédica, RJ.
Julho de 2006

333.3181510082 Oliveira, Maria de Lourdes Souza
O48m Mulheres na liderança, relações de
T gênero e empoderamento em assentamentos
de reforma agrária: o caso do Saco do
Rio Preto em Minas Gerais / Maria de
Lourdes Souza Oliveira. - 2006.
132 f.

Orientador: Nelson Giordano Delgado.
Tese (doutorado) - Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro,
Instituto de Ciências Humanas e
Sociais.

Bibliografia: f. 126-131.

1. Assentamentos rurais - Relações
de gênero - Minas Gerais - Teses. 2.
Mulheres - Assentamentos rurais -
Teses. 3. Mulheres - Empoderamento -
Teses. I. Delgado, Nelson Giordano. II.
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Instituto de Ciências Humanas
e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO E
SOCIEDADE - CPDA.**

MARIA DE LOURDES SOUZA OLIVEIRA

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

TESE APROVADA EM 18/07/2006.

Dr. Nelson Giordano Delgado UFRRJ-CPDA
(Orientador)

Dr. Edgard Alencar UFLA

Dr. John Wilkinson UFRRJ- CPDA

Dra. Leonilde Sérvolo de Medeiros UFRRJ-CPDA

Dra. Roseneide de Lourdes Meira Cordeiro UFPE

“Sem ter estudado a gente fica muito tempo com uma coisa na cabeça e não sabe como descobrir. Vivi 27 anos com meu marido e sem saber o que é ser mulher...” (Assentada set. 2003).

AGRADECIMENTOS

Esta página tem um caráter formal, no entanto, achei conveniente fazer alguns esclarecimentos sobre a natureza destas relações que foram se desenrolando durante todo o processo de desenvolvimento da tese, inclusive muito antes do projeto se materializar. Isso, principalmente, porque as pessoas que nele se envolveram contribuíram, antes de tudo, com meu processo de empoderamento, para que eu continuasse a enfrentar todas as facetas de aprendizagem que o doutorado pode representar: me tornar mais hábil com o computador, enfrentar o inglês, retomar o hábito de muitas leituras com disciplina, adquirir capacidade de análise e desenvolver, cada vez mais, o estilo de argumentação e articulação de idéias, enfrentar com humildade novamente uma sala de aula já depois dos quarenta, enfrentar minhas enxaquecas e passar por uma série de sentimentos do tipo “não vou dar conta de terminar”. Recebi muitos afetos e inesperados aconchegos. Os apoios vieram de lugares e pessoas, às vezes, imprevisíveis, algumas já bem conhecidas e amigas ou amigos, outras nem tanto, outras com quem me relacionei virtualmente e que me apoiaram de uma forma excepcional. Outras ainda se tornaram mais próximas durante o curso, como é o caso dos professores e professoras do CPDA. Vou citar os nomes e cada qual procure se identificar segundo a descrição acima, ficando, para cada um e uma um abraço, muito apertado: Bené e Juliana, meus amores e companheiros de vida e luta; Delfina, Éder e minha família, as trabalhadoras e os trabalhadores do Assentamento, Jorge Romano um orientador especial, Nelson Delgado, Leonilde, Regina Bruno, Eli, Renato Maluf, Maria José Carneiro, John Wilkinson, Roberto Moreira, Teresa, José Carlos e Reginaldo da Secretaria, Ilson da copiadora, Rita e Luciana da Biblioteca, Valéria Melo, Conceição, Giovana Torres, Sara ex-assessora da Fetaemg, Íris do Graal, Cristina Buarque, Raquel Sohiet da UFF, Leda Benevello do CEFET de Minas Gerais, Ambrósio da UFV, Robson, Jovino, Edgard, Maria das Graças Paula, Rosana, Jaqueline, Cristina Mendonça, Flávia Naves e Eveline, todos e todas da UFLA, Equipe da CPT de Minas Gerais, Irmã Zélia ex-assessora da CPT de Minas Gerais, Antônia advogada da Fetaemg, Rosane e Auxiliadora ex-funcionárias do Projeto Lumiar do Incra de Minas Gerais, Lecir e Ricardo do Programa de Consolidação de Assentamentos do Incra de Minas Gerais, Clara do Incra em Brasília, Maria Elizabeth (Beta) de Recife, Mulheres do Espaço Mulher em Lavras, Oficina do Saber de Recife, Casa da Mulher do Nordeste de Recife, na pessoa de Carla. Também quero agradecer aos apoios institucionais através do Programa de Qualificação Institucional – PQI/CAPES que garantiu a bolsa de doutorado, e ao Convênio criado entre o CPDA/ACTIONAID/NEAD que viabilizou a fase de campo da pesquisa

RESUMO

SOUZA, Maria de Lourdes Oliveira. **Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento de Reforma Agrária:** o caso do Saco do Rio Preto em Minas Gerais. 2006. 134 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade)-Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

Este estudo teve como preocupação central refletir sobre as vinculações existentes entre as práticas políticas das mulheres e as mudanças nas relações de gênero, tanto no espaço público quanto no espaço privado, tendo como referência o Assentamento Saco do Rio Preto no Noroeste de Minas Gerais. Procurou-se construir a trajetória histórica do Assentamento, evidenciando as etapas de mobilização, acampamento e assentamento, focalizando as modificações nas relações de gênero no que diz respeito aos processos de empoderamento. Estudou-se diferentes comportamentos de gênero a partir das categorias: divisão sexual do trabalho, do processo de tomada de decisão, do acesso e controle dos recursos, da gestão das atividades de produção, reprodução e comercialização e do processo de representação política. Observou-se que as mudanças nas relações de gênero no espaço privado ocorreram com mais intensidade no período do acampamento e que as mudanças no espaço público ocorreram em todas as fases do processo de luta pela terra e envolveram um número maior de mulheres. A pesquisa reforçou ainda que 'lutar por terra' não encerra em si um pressuposto de acesso garantido às mulheres e que, muito pelo contrário, são exigidas mudanças em favor destas em âmbitos diferentes, quer seja na família, na comunidade, no mercado e em vários níveis de organização do Estado, o que exigiu dessas mulheres enfrentamentos em espaços e situações inesperadas e imprevisíveis, que não se dão sem contestação. Quanto ao processo de empoderamento, observou-se que ele ocorreu em todas as fases de luta pela terra e continua ocorrendo, tanto no espaço público, quanto no espaço privado, exigindo das mulheres cada vez mais capacitação, persistência e sofisticação no processo de aprendizagem técnica e política.

Palavras chave: Gênero, Empoderamento, Assentamentos de Reforma Agrária.

ABSTRACT

SOUZA Maria de Lourdes Oliveira..**Women In Leadership, Gender Relations, And Empowerment In Agrarian Reform Settlements: The Case Of “Saco Do Rio Preto”, In Minas Gerais. 2006.** 134 p Tese (Doctorate in Development, Agriculture and Society). Institute of Science Human and Social, Department of Development, Agriculture, and Society. UFRRJ. Seropédica, RJ, 2006.

The central focus of this study was to think over the existing relationships between women's political practices and changes in gender relations, both in public and private spheres, taking as reference the 'Saco do Rio Preto' Settlement, in Northwest Minas Gerais. It sought to draw the Settlement historical course, showing the stages of mobilization, camping, and settlement, focusing on the changes in gender relations concerning the empowerment processes. The research studied different gender behaviors from the theoretical categories of sexual division of labor, decision-making process, access and control of resources, management of the activities of production, reproduction and commercialization, and the process of political representation. It could be seen that changes in gender relations in the private sphere were more intense in the period of camping, and that changes in the public sphere took place in all phases of the struggle for land process and embraced a larger number of women. Also, the research reinforced that 'struggle for land' does not in itself contain a presumption of guaranteed access to women. On the contrary, changes for women are needed in several fields as in the family, in the community, in the market, and in various levels of the State organization. So, they have been facing confrontations in unexpected and unpredictable situations and places, which do not occur without dispute. As for the empowerment process, it could be seen that it happened in all phases of the struggle for land and goes on, both in the public and private spheres. This has been demanding from them more and more qualification, persistence and sophistication in their political and technical learning process.

Key words: Gender, Empowerment, Agrarian Reform Settlements.

LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

CEBs – Comissões Eclesiais de Base

CEDMs – Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher

CEMTRA – Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras na Agricultura

CNBB – Conselho Nacional dos Bispos do Brasil

CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FETAG – Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura

FUNRURAL – Fundo de Previdência e Assistência ao Trabalhador Rural

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais

ONG's – Organizações Não Governamentais

PIN – Programa de Integração Nacional

PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar.

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste.

SUPRA - Superintendência de Política Agrária.

PRONERA – Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária

PROJETO LUMIAR- Projeto de Assistência aos Assentamentos de Reforma Agrária

SUMÁRIO

RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS	v
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - A MULHER ENQUANTO SUJEITO POLÍTICO E OS ESTUDOS SOBRE GÊNERO	11
1.1 Gênero: contribuições teóricas	12
1.2 O conceito de patriarcado: breve localização	19
CAPÍTULO II - RELAÇÕES DE PODER, EMPODERAMENTO E GÊNERO	21
2.1 Relações de poder e empoderamento	21
2.2 Empoderamento e Gênero	23
2.3 Muito trabalho, pouco poder: a condição de “des”empoderamento da mulher na agricultura familiar	27
CAPÍTULO III - A VIVÊNCIA NOS ASSENTAMENTOS: ALGUMAS INTERPRETAÇÕES	31
3.1 Trajetórias de excepcionalidade: luta pela terra e relações de gênero	38
CAPÍTULO IV – DIFERENTES ATUAÇÕES NA RELAÇÃO COM A TERRA: O ESTADO, A MEDIAÇÃO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS	44
4.1 A região noroeste de Minas Gerais	44
4.2 O Polocentro e o Projeto Lumiar	49
4.3 O processo de mediação e os movimentos sociais	54
4.3.1 Um olhar sobre a Comissão Pastoral da Terra (CPT)	54
4.3.2 A atuação do movimento GRAAL	58
4.3.3 A mobilização do movimento sindical	60
4.3.3.1 Detalhes da luta pela terra em Bonfinópolis desde os idos de 1960	63
4.4 O assentamento: trajetória e situação atual	67
CAPÍTULO V - RELAÇÕES DE GÊNERO NA LUTA PELA TERRA	73
5.1 Divisão sexual do trabalho	73
5.2 Processo de tomada de decisão	80
5.3 Acesso e controle de recursos	84
5.4 Gestão das atividades de produção, reprodução e comercialização	87
5.5 O processo de representação política	90
5.5.1 Construção da representação política	91
5.5.1.1 Participação das mulheres e trajetórias de empoderamento ampliando a concepção de política	101
5.5.1.2 Desdobramentos da representação política que ajudam a tornar visível a integração entre os âmbitos público e privado	105
5.5.1.3 O processo de empoderamento e participação política hoje: limites, desafios e conquistas	110

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126
ANEXO	132

INTRODUÇÃO

Informações significativas para introduzir o tema

Antes de tratar especificamente da pesquisa em questão, é fundamental lembrar que grandes avanços têm sido alcançados pelas mulheres em matéria de educação, trabalho, saúde, auto-estima, auto determinação, e participação social. Isto não quer dizer que tudo está feito. Milhões de mulheres no mundo inteiro se encontram em estado de pobreza absoluta; grande parte dos direitos humanos, estabelecidos nas diferentes conferências mundiais, é ignorada pelos governos; a violência continua ameaçando mulheres e crianças e sua participação na definição de políticas públicas e nos processos de tomada de decisões é ainda bastante limitada (Suárez, 1999).

A principal preocupação dessa pesquisa foi refletir sobre as vinculações existentes entre as práticas políticas das mulheres e as mudanças nas relações de gênero, tanto no espaço público quanto no espaço privado, tendo como referência o Assentamento Saco do Rio Preto, localizado no noroeste de Minas Gerais. O ponto de partida para essas reflexões e avaliações foi analisar o comportamento de gênero com a finalidade de desvendar como são construídas as desigualdades entre homens e mulheres no processo de luta, conquista e usufruto da terra.

A escolha do tema que relaciona gênero e prática política nos assentamentos de reforma agrária se ateve, inicialmente, ao fato de se considerar o assentamento como um espaço social caracterizado por maiores possibilidades de aceleração dos processos de mudança social que se manifestam através da confluência de diferentes atores sociais que interagem com o objetivo claro de mudar a condição sócio econômica das famílias assentadas. Na prática, nos assentamentos estão se criando novas categorias sociais, como, por exemplo, a transformação dos agricultores sem terra em agricultores familiares. Neste processo de mudança e construção de categorias sociais, também se criam condições para mudanças de outros âmbitos, caracterizados por relações sociais específicas. Neste sentido, a literatura observada para elaboração desse estudo, indica mudanças de papéis entre os sexos, mais especificamente na fase transitória de acampamento, quando uma “vivência mais democrática” que foge ao cotidiano das famílias, sinaliza possibilidades de maior igualdade nas relações de gênero. Nessa fase registram-se situações de maior empoderamento das mulheres, com possibilidades de modificações das relações de gênero. A pesquisa identificou interessantes desdobramentos a partir do empoderamento das mulheres em novas relações com os homens, com os filhos e filhas, segundo valores sociais diferenciados daqueles experimentados antes da ocupação da terra.

Optar pelo Assentamento Saco do Rio Preto se deve inicialmente por sua história. Trata-se de um Assentamento cujo processo de construção - com ativa participação das mulheres - identifica-se com constantes embates e conflitos na luta pela conquista da terra e que passou por todas as longas e difíceis fases de ocupação, acampamento e assentamento. Durante os 17 anos de luta, as famílias acampadas e depois assentadas, passaram por um período inicial compreendido entre a ocupação e o acampamento que durou 6 anos, quando

foi então implantado pelo INCRA o Programa de Assentamento do Saco de Rio Preto¹. A presença das mulheres em todas as fases foi marcante e resultante das atividades de mobilização coordenada pelos sindicatos que atuaram durante o processo. Várias dessas mulheres continuam no assentamento e se transformaram em importantes lideranças políticas na região.

Do ponto de vista teórico dois aspectos podem justificar a importância da pesquisa. O primeiro deles diz respeito ao fato de que mais do que o maior número em si de mulheres com acesso a terra, vale a pena se deter no processo pelo qual o aumento de mulheres na coordenação geral das atividades do Assentamento ocorre, uma vez que tal processo tem um comportamento decisivo nas relações de gênero. O direito a terra, não é, 'em pressuposto', das mulheres. Pelo contrário, o senso predominante associa a propriedade como pressuposto do homem. Esta situação não será proporcionada à maioria das mulheres sem contestação. Lutas simultâneas serão exigidas contra facetas diferentes de desigualdades de gênero baseadas em normas e práticas sociais. Estarão envolvidos diferentes âmbitos em equilíbrio de poder: a família, a comunidade, o mercado e vários níveis de organização do estado. A natureza destes obstáculos é um dos motivos pelos quais a luta pela terra tem um potencial transformador e pode conduzir a implicações mais amplas para as relações de gênero.

O segundo aspecto se deve a importância de se analisar o comportamento de gênero nos assentamentos de reforma agrária, enfocando como se reproduzem as desigualdades entre homens e mulheres nesse espaço. A partir das reflexões teóricas desses dois aspectos, espera-se poder contribuir para um processo que busque dar maior visibilidade para as mulheres enquanto sujeito político de suas ações nos espaços público e privado e, portanto, demandantes de políticas públicas, das quais ou têm sido excluídas ou aparecem como 'ajudantes secundárias' (Doderlly, Buarque e Garcia, 2002).

Ao se fazer uma pesquisa tendo como foco a representação política de mulheres em um assentamento de reforma agrária estamos chamando atenção nos âmbitos políticos em que elas participam, pela natureza das questões levantadas, pelo tipo de participação e pela especificidade do agir político destas mulheres. Mais uma vez o que interessa não é o número de mulheres atuando como dirigentes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STR's, de Associações ou de Partidos Políticos, mas a forma como elas se colocam nestas funções, as relações que elas criam entre si, com os homens, com o mercado, com o poder público e com a sociedade em geral.

Para alcance dos objetivos propostos na pesquisa, algumas questões se apresentaram como essenciais:

- Em quais das fases do processo de implantação do Assentamento as mudanças nas relações de gênero ocorreram com maior ou menor intensidade?
- Até que ponto o processo de empoderamento das mulheres ocorre, tanto no espaço público quanto no espaço privado?
- Quais grupos e categorias sociais no Assentamento são mais atingidos por estas mudanças?

¹ O decreto de desapropriação foi nº 433 de 24/01/1992; a data de imissão de posse foi 20/12/1994 e a data de criação do Programa de Assentamento foi 08/12/1995. (Incra/ PCA- Natalândia - Coomap/Dezembro/2004).

Este conjunto de questões inicialmente elencadas possui relações diretas com a trajetória histórica da pesquisadora. Tal trajetória se confunde com o meu processo de produção de conhecimento e com minhas práticas cotidianas. Fazendo um pouco de minha auto apresentação, nasci na cidade de Lavras, situada na região sul de Minas Gerais, que possui hoje pouco mais de 80.000 habitantes. Sou filha de um pequeno comerciante, e de uma mulher que sempre exerceu atividades domésticas. Estudei agronomia, depois fiz duas especializações, uma em Associativismo Rural, e outra em Planejamento e Desenvolvimento Rural Integrado. Depois fiz o Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural. Residi 15 anos fora de Minas Gerais trabalhando em Brasília, Recife, Salvador, Miracema do Tocantins e mais recentemente em Niterói no estado do Rio de Janeiro onde cursei o Doutorado no CPDA/UFRRJ. No Estado do Tocantins, trabalhei na UNITINS – Universidade do Estado do Tocantins, onde iniciei as atividades com pesquisas sobre gênero e agricultura familiar no período de 1995 a 1997. Em Brasília e Recife minha atuação foi de maneira geral em Projetos de Desenvolvimento de Comunidades ligados a Desenvolvimento Rural Integrado e Metodologias Participativas, em um período anterior ao referenciado acima. Exatamente entre 1981 e 1985, permaneci de forma inicial atuando na coordenação deste tipo de projetos em Brasília e mais tarde, já no final de 1985, me transferei para Recife para trabalhar com assessoria a grupos de trabalhadores (as) rurais vinculados a cooperativas e STR's, especificamente no nordeste, mais precisamente no agreste pernambucano. As interações ocorridas nos processos de construção das metodologias participativas junto aos (as) trabalhadores (as) rurais do nordeste, contribuíram bastante para que eu visualizasse o valor político daquelas pessoas que, já há algum tempo se organizavam para lutar por água, terra e condições de produzir, comercializar e sobreviver com dignidade. Tratava –se de uma realidade muito diferente daquela vivenciada por mim no sul de Minas Gerais. E como não poderia deixar de ser diferente, num dado momento da vida, me desencontrei da agronomia técnica e passei a me aproximar e compreender os conceitos sociológicos. Descobri com o apoio de muitos professores e professoras e diversos amigos e amigas que a exclusão social e a discriminação de gênero, não eram fatos “naturais” e que mereciam ser levados mais a sério. Em sintonia com estas descobertas, a militância política passou a se fazer presente. Todas estas áreas, sentimentos e temas, passaram a se encontrar e às vezes a se chocarem. Mas de fato passei a vislumbrar possibilidades de mudanças sociais através da contribuição acadêmica, com pesquisas que ajudassem a desnaturalizar uma série de questões até então mantidas como ‘naturais’, entre elas a posição subordinada que a mulher ocupa na sociedade. O Curso de Doutorado no CPDA/UFRRJ representou uma oportunidade rara para que eu pudesse aprofundar questões que me instigavam já há algum tempo. Até porque sendo uma iniciante nos estudos de gênero², me senti desafiada a tentar compreender com mais profundidade o conceito, suas origens, possibilidades e relações, limites e utilização. A partir de novas descobertas teóricas vislumbrei com mais clareza a alternativa de associar o conceito de gênero ao processo de empoderamento, o que me pareceu bastante pertinente para compreender as relações de gênero na luta pela terra.

A opção de estudar as ações das mulheres de um assentamento de reforma agrária surgiu, sobretudo porque em pesquisa realizada por nós no Sul de Minas Gerais, precisamente na cidade de Lavras, que tinha o objetivo de estudar a participação das mulheres feirantes na composição da renda da agricultura familiar, encontramos uma situação muito peculiar: não havia lembrança ou nenhum registro oral ou escrito que demonstrasse a participação das mulheres do setor rural, em lutas por alguma causa. Nem lutas individuais, nem coletivas. Encontramos inclusive relações de gênero predominantemente pautadas na desigualdade entre

² Compreendi durante o Doutorado que até então realizava estudos sobre a ‘condição da mulher’, e acreditava estar se tratando de estudos sobre relações de gênero.

homens e mulheres. Para exemplificar, em uma das unidades de produção de agricultura familiar pesquisadas, o casal trabalha junto com plantio de hortaliças. A mulher mostrava orgulhosamente um caderno em que o marido anotava quantas horas ela trabalhava por dia, para no final do mês fazer o acerto de contas, que para ela era muito justo, pois os outros maridos da vizinhança não faziam o mesmo. E o uso do dinheiro, ela declarava orgulhosa que era utilizado normalmente para comprar roupa e material escolar para as crianças, vídeo cassete, televisão, para casa. No entanto observou-se durante a pesquisa que o marido não participava de nenhuma atividade no espaço doméstico. Por outro lado a mulher participava do plantio, da manutenção, da colheita e do apoio na comercialização na feira. Além de ser responsável por toda atividade do espaço privado e ainda trabalhar com agroindústria na fabricação de doce de goiaba para aproveitamento de frutas. Observou-se naquele estudo uma hierarquia de gênero com visível subordinação da mulher ao homem e uma rígida divisão sexual do trabalho, que representava uma nítida jornada de trabalho dupla. Já naquela época estes estudos me incitaram a refletir sobre o aprofundamento dessas questões. Apenas identificar uma situação de exploração e subordinação da mulher não era suficiente. Era preciso avançar mais, inclusive tentar descobrir situações onde as mulheres buscam modificar suas relações com os homens tanto na família, quanto no espaço público.

Conhecer e estudar um Assentamento com uma história de luta pela terra que já dura 17 anos, marcada pela participação das mulheres que conquistaram espaços de representação política e hoje coordenam as ações do Assentamento, passou a me inquietar bastante. Principalmente por querer compreender as vinculações existentes entre estas trajetórias políticas e as mudanças nas relações de gênero. Tanto no espaço público, quanto no espaço privado. Desta maneira fui conduzida a compreender de fato quais mudanças ocorreram e em quais circunstâncias? Este foi o principal desafio que decidi enfrentar durante esta pesquisa.

Fundamentos Metodológicos

Uma assentada depois de me acompanhar em várias entrevistas no Assentamento disse assim: *“Quando a pesquisa não tem um roteiro com perguntas prontas para que a gente marque as respostas, parece que a gente fala mais o que sente e fala mais a verdade. Fala o que sente e não o que a outra pessoa quer ouvir. É questão da outra registrar o que a pessoa está sentindo. O roteiro é mais direcionado, é mais fechado”* (Fátima, assentada, 56 anos, set/2004). Como nós estávamos investigando o processo de luta pela terra, e dentro dele focalizando a construção da representação política das mulheres, seus processos de empoderamento e suas vinculações com as mudanças nas relações de gênero, optamos por trabalhar com instrumentos de pesquisa que nos permitisse investigar relações em profundidade. Isto significou reconstituir a trajetória histórica de luta pela terra e construção do Assentamento, na ótica dos (as) assentados (as). A afirmação da assentada que descrevo acima, se deve ao fato dela ter observado e acompanhado algumas das entrevistas semi-estruturadas e gravadas, que fiz durante a pesquisa, onde utiliza-se um roteiro de questões básicas que norteiam a construção da entrevista, mas a relação entre a entrevistadora e o(a) entrevistado(a) é de mão dupla, no sentido de que o eixo da entrevista pode ser modificado pelo(a) entrevistado(a), mesmo que seja retomado sob outro enfoque mais adiante (Trivinos, 1987, Alencar, 1999). Outro detalhe importante é que não são exatamente as mesmas questões que são formuladas para todos e todas os (as) entrevistados (as), até porque uma entrevista pode iluminar e sugerir pontos importantes a serem investigados com os (as) próximos (as) assentados (as), de forma não linear, sem que a entrevistadora estivesse preparada, a priori, para a possibilidade daquele tema específico vir a ser abordado. Há que se ter abertura e

flexibilidade para captar a importância do significado daquela informação específica para o estudo em questão. Naturalmente que este tipo de técnica de coleta de informações faz parte de pesquisas do tipo qualitativa. E como estamos tratando de pesquisa qualitativa, é de fundamental importância a percepção e o significado que a luta pela terra, no nosso caso específico, tenha para os (as) assentados (as). E para clarear mais ainda, nos propusemos a investigar todo o processo de constituição do Assentamento, a partir das relações estabelecidas pelas mulheres, sejam entre elas, com os homens do Assentamento, com o poder público, com o mercado e com a sociedade.

Estas questões apresentadas acima remetem à constatação de que não é muito fácil tecer comentários sobre o *objeto* das Ciências Sociais em função não só da complexidade, mas também das interfaces e da fertilidade do debate sempre atual. Diante destas argumentações, nos apoiamos em Minayo (1994:13-14) que nos dá sua contribuição sobre algumas características a serem consideradas. Primeiro ela aponta que

“As sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas. Vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído. Portanto, a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social”.

Como segunda característica e como consequência da primeira, ela sugere que

“É necessário dizer que o objeto de estudo das ciências sociais possui consciência histórica. Noutras palavras, não é apenas o investigador que dá sentido a seu trabalho intelectual, mas os seres humanos, os grupos, e as sociedades dão significado e intencionalidade a suas ações e a suas construções, na medida em que as estruturas sociais nada mais são que ações objetivadas. O nível de consciência histórica das Ciências Sociais está referenciado ao nível de consciência histórica social”.

Em sua última sugestão ela ressalta que nas Ciências Sociais existe uma identidade entre sujeito e objeto, e que ao lidar com seres humanos por diversas razões, entre elas culturais, de classe, de raça, de gênero, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo há uma substância comum de identidade com o (a) investigador (a), tornando-os (as) solidariamente comprometidos. E cita Lévi-Strauss (1975:215) que reforça sua argumentação *“Numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é uma parte de sua observação”.*

Uma outra contribuição relevante sobre as maneiras peculiares de “estudar” ou “interpretar” uma dada realidade social pode ser expressa pelos esforços de Harold Garfinkel citado por Haguette (1987:43-44), quando ele procura definir a etnometodologia e diz que ao buscar, dissecar, sentir ou ver finalmente certa realidade, porém não somente ver, mas “ver-relatando”, porque a fala é uma parte constituinte do mesmo ambiente sobre o qual se fala, neste sentido, complementa

“A etnometodologia estuda e analisa as atividades cotidianas dos membros de uma comunidade ou organização, procurando descobrir a forma como elas as tornam visíveis, racionais e reportáveis, ou seja, como eles as consideram válidas, uma vez que a reflexividade sobre o fenômeno é uma característica singular da ação. Os estudos

sobre o enfoque da etnometodologia, conseqüentemente, são dirigidos para a tarefa de detectar como as atividades ordinárias dos indivíduos consistem de métodos para tornar analisáveis as ações práticas, as circunstâncias, o conhecimento baseado no senso comum sobre as estruturas sociais e o raciocínio sociológico prático, assim como de entender suas propriedades formais vistas “de dentro” dos ambientes, como parte integrante do próprio ambiente. Em outras palavras a etnometodologia procura descobrir os “métodos” que as pessoas usam na sua vida diária em sociedade a fim de construir a realidade social: procura descobrir também a natureza da realidade que elas constroem”.

Vilma Figueiredo também valoriza o trabalho de Harold Garfinkel (Studies in Ethnometodology, 1967) informando que ele cunhou o termo etnometodologia para *“Identificar a abordagem que trata de como os indivíduos se comunicam enquanto interagem, ocupando-se da maneira como os atores descrevem, criticam e idealizam situações específicas e dão sentido ao mundo social. A realidade, assim vista, não é estável e sim criada por situações específicas envolvendo comunicação interpessoal. A linguagem tem lugar privilegiado na investigação daquilo que é dito e do não dito na comunicação. Para a etnometodologia o foco da análise é a atividade humana por meio da qual os agentes elaboram linhas de conduta em situações concretas. Afirma-se a concepção de uma realidade social múltipla, diversificada e bastante indeterminada”* (Figueiredo, 2004).

Em síntese, a etnometodologia tenta ver o mundo através dos olhos dos atores sociais e dos sentidos que eles atribuem aos objetos e às ações que desenvolvem (Haguette, 1987).

O tipo de investigação realizada se insere em uma orientação etnometodológica, uma vez que centra o foco de análise no sujeito da ação e neste sentido procurou captar o significado e a percepção que têm os (as) trabalhadores (as) rurais sobre o processo de luta pela terra e seus impactos nas relações de gênero.

Depois de desenvolvida a fase de problematização da pesquisa, partiu-se para a fase de campo a ser apresentada no próximo subitem.

Fase de Campo

A primeira viagem que fiz ao Assentamento Saco do Rio Preto levava na bagagem, parte de minha história de vida e experiências de trabalho. Cheguei ao Assentamento em 19 de setembro de 2003, depois de 26 horas de viagem realizada de ônibus, cumprindo o trecho Rio/Brasília/Unai/Bonfinópolis. Desci na localidade denominada “Trevo do Saco”, com a expectativa de que a história daquele Assentamento e, especificamente das mulheres que lá encontraria, me trariam visões ‘avançadas’ sobre as relações de gênero. Especificamente eu esperava que suas histórias sinalizassem entre outras questões para alterações na divisão sexual do trabalho e mudanças nas relações de poder. Tudo isto fervilhava na minha cabeça diante de fatos que eu sabia até então, tratar-se de um dos únicos assentamentos da região completamente dirigido por mulheres e cuja participação era lembrada desde o período de mobilização e constituição dos STR’s da região. Tudo isto me dava muito entusiasmo e acrescentava a toda hora novas questões ao trabalho que estava se iniciando. Passamos intensos quatro dias entre 19 a 22 de setembro de 2003 com realização de 9 entrevistas gravadas, além de outras que tiveram que ser anotadas por questões de oportunidade da hora. As visitas foram feitas nas casas das pessoas, tendo-se que fazer longas caminhadas dentro do Assentamento, em que eu era acompanhada, ora pelas assentadas, ora por seus filhos de até 6

anos que conheciam o cerrado como a ‘palma da mão’ e corriam por entre os ‘trilhos’ dizendo o nome de cada árvore sendo frutífera ou usada para algum chá, de tudo eles conheciam. Como era uma sexta feira, a noite quando acontecem as aulas do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária – PRONERA, participei de uma delas, onde os(as) assentados(as) iniciaram um relato sobre a história do Assentamento, com lembranças que trouxeram momentos de muita emoção. O sábado o dia todo foi dedicado para entrevistas, com uma pausa para almoço na casa de uma assentada, preparado com muito gosto. Como a maioria das entrevistas eram gravadas, gastava-se entre uma hora e uma hora e meia para cada uma delas. Procurou-se entrevistar o mesmo número de homens e mulheres, já que o estudo trata de relações de gênero. Também se teve o cuidado de incluir jovens e idosos(as), que no nosso entendimento podem ter uma contribuição específica para cada questão abordada, solteiras(os), ou casadas (os), dirigentes ou não da associação e do sindicato, e outras especificidades. No sábado a noite ao chegar na casa da assentada em que eu estava hospedada, tive o privilégio de comer frango caipira com mandioca preparado em noite de lua cheia e a luz de lamparina, com gosto de rara qualidade em pleno cerrado no noroeste das Minas Gerais. No domingo de manhã, fizemos uma ‘caminhada ecológica’, como uma das atividades do PRONERA, em comemoração ao dia da árvore, com reconhecimento e classificação de mais de quarenta tipos de espécies do cerrado com o nome vulgar e a destinação usual em uma pequena reserva legal de um dos lotes. Depois de mais uma entrevista fomos para um almoço coletivo onde foi preparado um leitão especialmente para a ocasião, na casa de outra assentada. Tivemos mais uma atividade coletiva no domingo à tarde, que foi a preparação de um pão de mandioca na residência de uma casal de assentados, onde realizei mais duas entrevistas escritas e fechamos com chave de ouro a primeira visita ao Assentamento, pois já estava quase na hora de pegar o ônibus de volta para Brasília, onde no dia seguinte realizei visitas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra , completando assim minha primeira fase da pesquisa de campo.

O segundo retorno ao Assentamento foi um ano depois em 24 de setembro de 2004 e, desta vez, chegando em Unai aluguei um carro³ para passar dez dias no Assentamento hospedada na casa de uma das assentadas. O aluguel desse carro viabilizou não só um maior número de entrevistas, em função das grandes distâncias a serem percorridas, facilitando também o deslocamento a dois municípios vizinhos que teriam que ser visitados. Durante este período elaborei inicialmente um cronograma de trabalho contando com o apoio integral das assentadas Fátima e Lúcia, Presidente do STR de Natalândia e Presidente da Associação de Pequenos Produtores do Assentamento, respectivamente, que me orientaram sobre como aproveitar melhor o tempo em função das distâncias, para entrevistar o maior número possível de pessoas. Também nos preparamos para uma viagem à sede do município de Natalândia e outra ao município de Bonfinópolis, para entrevistar alguns (as) sócios (as) e diretores (as) dos STR’S e fazer uma pesquisa nos arquivos destas entidades. Durante todo o período participei de várias atividades coletivas, além das entrevistas individuais. Foram realizados: encontro com a Pastoral da Criança, que existe no assentamento há 12 anos e é conduzida por 12 mulheres; encontro com o Grupo de Jovens, com sete jovens mulheres; encontro com o Grupo de Idosos, com 12 presentes, sendo seis homens e seis mulheres, o grupo funciona há cinco anos realizando atividades inclusive com a participação dos jovens. Fiz uma visita ao Tanque de resfriamento de leite, que segundo Lúcia, “*Unificou lideranças divergentes do passado*”. Coincidiu com este período em que eu estava no assentamento, uma visita técnica de uma equipe do Incra de Minas Gerais, para realizar uma licitação com a participação dos (as) assentados (as) para compra de materiais para um projeto do BID - Banco Interamericano

³Esta fase da pesquisa de campo foi financiada com recursos do convênio CPDA/ ACTIONAID/ MDA-2004.

de Desenvolvimento⁴. Vale um registro interessante que foi o estabelecimento de um revezamento entre as pessoas que estavam disponíveis para me acompanhar na orientação das estradas do Assentamento. O aprendizado da fase de campo é muito difícil de ser expresso no papel, pois se trata de um período intenso de muita emoção. Sair de uma vida completamente urbana e chegar ao Assentamento e conviver com pessoas em moradias, em sua maioria, sem energia elétrica, sem banheiros e com condições sanitárias muito precárias; algumas famílias sem água por perto e várias delas sem água encanada. Tudo isto provoca no mínimo uma sensação de impotência. Por outro lado, a maioria das pessoas afirma com orgulho que são muito mais felizes do eram antes do Assentamento, embora reivindicuem estas melhoras para as situações enunciadas acima, e uma outra muito mais crítica, como por exemplo, a de uma senhora de 69 anos, que já vivia há 15 anos sem banheiro⁵. É surpreendente a disposição para o trabalho, o sorriso em nos receber, sempre oferecer um café, uma fruta do cerrado e o almoço, merenda ou jantar, se estiver no horário. A disponibilidade em parar o serviço para gravar a entrevista, o convite sincero para o retorno, tudo isto faz com que a gente agora depois da pesquisa pronta, se pegue de vez em quando pensando naquelas pessoas, nas crianças, naquelas condições de vida, na garra e na coragem e fique torcendo para que suas lutas coletivas não esmoreçam e seus sonhos individuais não se transformem em devaneios ilusórios.

Além das entrevistas realizadas na Região Noroeste, também foram realizadas entrevistas com as assessorias ou ex-assessorias. Em Belo Horizonte entrevistou-se duas assessoras do Incra e uma da Fetaemg. Localizamos em Carandaí em Minas Gerais uma irmã missionária ex - assessora da CPT e nos deslocamos para lá para entrevista-la. Através de contato eletrônico via internet entrevistamos uma ex - assessora do movimento Graal.

Ao todo foram realizadas 44 entrevistas (QUADRO 01 anexo), sendo 31 mulheres e 13 homens, incluindo as assessorias. A faixa etária variou entre 13 a 79 anos, solteiros (as) e casados (as), dirigentes ou não.

Outras técnicas de coletas de dados

Além da entrevista semi – estruturada, uma outra técnica de coleta de informações utilizada na pesquisa foi a história de vida que pode ser definida como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Trata-se de uma narrativa dos acontecimentos que considera significativos e através dela se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao (a) pesquisador (a) desvendar (Queiroz, 1988). No caso específico procurou-se reconstituir com os (as) entrevistados (as) a trajetória histórica de luta pela terra, iniciando o roteiro de entrevistas com questões que tratavam da origem das pessoas, e do porque optaram por entrar no processo de lutar por terra, de como eram suas relações anteriores com a terra, com a finalidade de captar o significado da luta política para cada entrevistado (a).

Outro recurso utilizado para obtenção de informações foi a pesquisa documental, que consiste no exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ou interpretações

⁴ Este projeto faz parte do Programa de Consolidação de Assentamentos - PAC do INCRA em convênio com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, iniciado em 2003.

⁵ Estas demandas foram inseridas no PAC e algumas delas já começavam a ser executadas no período em que eu me encontrava no assentamento, em setembro de 2004.

complementares. A palavra “documentos”, neste caso, pode ser entendida de forma mais ampla, e incluir materiais escritos (jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios), as estatísticas (que produzem um registro ordenado e regular de vários aspectos da vida de determinada sociedade) e os elementos iconográficos (sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes). Tais documentos são considerados “primários” quando produzidos por pessoas que vivenciaram diretamente o evento que está sendo estudado, ou “secundários”, quando coletados por pessoas que não estavam presentes por ocasião da sua ocorrência (Godoy, 1995).

Os documentos pesquisados foram: atas de reuniões do STR de Bonfinópolis; relatórios de encontros, cursos e seminários; conteúdos programáticos de cursos; cartas da assessoria com orientação metodológica para as sindicalistas; documento produzido sobre a reforma agrária no município de Bonfinópolis; relatório de CPI sobre violência no campo; relatórios da CPT em Belo Horizonte; foi realizada pesquisa em diversos números do Jornal Pelejando da CPT desde o período da ocupação das terras em 1989 a 1996, pesquisa no jornal O Estado de Minas nos exemplares com notícias sobre conflitos de terra no noroeste de Minas.

Análise dos Dados

Para realizar a análise dos dados no que se refere ao comportamento de gênero no Assentamento, Doderly, Buarque e Garcia (2002), orientam enfocar as relações existentes entre homens e mulheres identificando contribuições específicas seja nas atividades produtivas ou nas de reprodução da família. Este procedimento permitiu observar a forma como se reproduzem as desigualdades entre eles na divisão sexual do trabalho, no acesso e controle dos recursos, na gestão das atividades de produção, reprodução e comercialização, assim como nos processos de tomada de decisão. Acrescentou-se a estas categorias de análise mais uma que se apresentou como fundamental para apoiar a análise, pois se mostrou evidente na reconstituição da trajetória histórica do Assentamento. Trata-se da questão relacionada à ‘representação política’, que teve as mulheres como protagonistas desde o início do processo de mobilização, e foi lembrada nos depoimentos da maioria dos (as) assentados (as).

Tratou-se de fato de uma tarefa árdua, em função da natureza da pesquisa, do tipo qualitativa, e da grande quantidade de material transcrito das 11 fitas gravadas, totalizando aproximadamente 14 horas em função de tamanhos diferenciados das entrevistas. Depois de identificadas as categorias de análise, passamos a selecionar o material individualmente, agrupando em blocos. Cada bloco de uma categoria continha depoimentos de vários (as) entrevistados (as) sobre diversos sub-temas relacionados àquele conjunto. Em seguida foram necessárias novas leituras de cada categoria, retirando excessos ou repetições e criando um ordenamento diferenciado para cada bloco. Utilizou-se a cronologia dos acontecimentos em uma dada categoria de análise, enquanto que em outra trabalhou-se com a importância que aquele fenômeno social tinha para elucidar as mudanças nas relações de gênero, sem necessariamente se estabelecer uma ordem cronológica, pois este não era o sentido, já que não houve uma movimentação linear no processo de análise. Cada categoria “sinalizava”, “pedia” um tipo de postura da pesquisadora, a fim de que o ordenamento ficasse o mais claro possível para o (a) leitor (a).

Estrutura da tese

Decidimos iniciar o capítulo um, apontando as formas pelas quais a mulher se constituiu enquanto sujeito político, através da multiplicação dos diferentes movimentos sociais pelo Brasil e pelo mundo, desnaturalizando a categoria exclusiva do sujeito universal como agente de mudança social. Nesta perspectiva apontamos a contribuição do movimento feminista aos estudos sobre gênero. O capítulo trata teoricamente da questão de gênero e de forma complementar e breve, mas necessária, apresenta o conceito de patriarcado, por considerar este tema fundamental para a compreensão das relações desiguais entre homens e mulheres, ainda na atualidade.

Anunciando o conceito de gênero vinculado às relações de poder, construímos o capítulo dois que trata dessas relações, associadas ao processo de empoderamento. O movimento interno de idéias no capítulo nos fez criar um item que aponta a situação da mulher “des” empoderada na agricultura familiar, como contraponto aos dois primeiros itens.

Evoluindo no tratamento do tema proposto, passamos para o capítulo três onde trabalhamos o processo de vivência nos assentamentos enquanto trajetórias de excepcionalidade que criam diferentes interfaces na luta pela terra e conseqüentemente nas relações de gênero.

O capítulo quatro trata do contexto histórico em que a região noroeste, com interessantes peculiaridades do cerrado mineiro, esteve inserida desde o século XVIII, cuja trajetória política evidencia diferentes atores sociais atuando de forma distinta em suas relações com os (as) trabalhadores (as) rurais. É fundamental observar também neste cenário o processo de exploração e ocupação da terra onde fica muito claro a atuação prioritária do estado, no sentido de viabilizar a concentração de terras e garantir a expulsão dos (as) trabalhadores (as) rurais de suas terras, quaisquer que fosse sua condição, posseiro, meeiro, ou agregado que viessem ameaçar essa concentração. O capítulo também apresenta a atuação dos mediadores e dos movimentos sociais que atuaram a partir da metade do século XX apoiando os (as) trabalhadores (as) rurais a resistirem e lutarem pela conquista e ocupação das terras.

Tratando mais especificamente da análise das informações obtidas na fase de campo, o capítulo cinco tem o objetivo de mostrar basicamente como ocorreram as mudanças nas relações de gênero durante o processo de luta pela terra no Assentamento Saco do Rio Preto. Neste sentido se buscou dar respostas às questões inicialmente elaboradas para a pesquisa e que foram acrescidas de outras indagações: Que fatores foram mais impeditivos a estas mudanças? Que situações foram mais favoráveis? Como elas ocorreram? Quando é que não ocorreram? Que grupos sociais no assentamento foram mais susceptíveis às mudanças nas relações de gênero?

As considerações finais representam um espaço reservado para minhas reflexões acerca da pesquisa e do tema tratado. Desta forma espero contribuir para avanços conceituais sobre as questões de gênero, sobretudo no que diz respeito à participação política e processos de empoderamento, associados à luta pela terra no Brasil. Concluindo, apresento nas considerações finais alguns desafios para futuras pesquisas.

CAPÍTULO I

A MULHER ENQUANTO SUJEITO POLÍTICO E OS ESTUDOS SOBRE GÊNERO

O surgimento de movimentos sociais dispersos espacialmente em vários pontos do mundo, representou a materialização de possibilidades de reivindicações não só de ordem econômica, mas também de ordem cultural, ambiental, étnica, de igualdade entre os gêneros, entre tantas outras⁶.

Passaram-se a se mesclar significados que incorporam diferentes formas de subordinação e exploração, e podem ser expressos pelas lutas dos negros, das mulheres, dos índios, dos homossexuais, gays e lésbicas, daqueles que lutam por terra, por redistribuição de renda, pela democracia, ou justiça social. Inúmeras são as possibilidades de luta “para ser levado (a) em consideração” que têm surgido na “ sociedade civil” atual e que carregam consigo preocupações também econômicas, mas não exclusivamente.

Cabe aqui um parênteses ao tratarmos das lutas das mulheres, como bem lembra Valente (1992), apud Teresita de Barbieri, há que se diferenciar movimento feminista de movimento de mulheres. O primeiro refere-se às mobilizações centradas nas demandas de gênero, na autonomia e responsabilidade de cada mulher sobre si mesma: sua força de trabalho, sua capacidade de reprodução e sua sexualidade. Por sua vez os movimentos de mulheres são ações coletivas com predomínio numérico de uma problemática feminina, porém não necessariamente constituídos em torno de identidades e demandas de gênero. Sem dúvida que o movimento feminista tem expressão também no movimento de mulheres e em diferentes espaços que vão mais além dos grupos militantes e dos grupos de ação, segundo estas autoras.

O que parece claro é que a luta por mudança social não tem mais como protagonista exclusiva a classe trabalhadora, e nem se dá exclusivamente no espaço da produção, conforme concebido no século XIX. Isto significa que se juntam aos partidos políticos e aos sindicatos, outros tipos de organizações ou manifestações sociais de caráter local, nacional ou mundial. Entre estes, podem se ressaltar os movimentos sociais e as diferentes experiências surgidas ou de lutas históricas dos (as) trabalhadores (as) urbanos e camponeses, ou da intervenção de ONG's, da atuação da igreja católica vinculada à teologia da libertação e do próprio Estado. Tem-se constituído atores sociais coletivos nos diversos campos de luta, com objetivos definidos na própria luta vinculados a estratégias específicas. Destaca-se aqui o movimento feminista disperso pelo mundo todo e com características próprias em cada local de origem. As mulheres têm se juntado na maioria das vezes, para conquistar direitos negados, para emancipar-se em situações específicas e enfim para tornarem-se sujeitos ativos de suas escolhas e de suas vidas.

⁶ Ver, p.e., Alexander (1998), Cohen e Arato (2000), Santos (1997).

Esta multiplicidade de atores e de relações sociais é perpassada por objetivos distintos. Isto significa incorporar questões estruturais determinadas historicamente, porém combinadas com demandas conjunturais e que podem surgir do próprio processo de luta. As pessoas embora possuindo uma identidade resultante de um produto histórico e, portanto não podendo ser reduzidas a indivíduos atomizados produzidos no mercado, fazem escolhas individuais segundo o significado que tem para elas aquela “luta” em questão (Romano, 2002, Bebbington, 1999).

Complementando nesta mesma perspectiva José Num Llama citado por Valente, (1992:202), argumenta que

“Ocorre que em nossa época, a vida cotidiana começa a rebelar-se, e já não por meio de gestos épicos como a tomada da Bastilha, senão por formas menos deslumbrantes, mas também menos episódicos, falando quando não deve, fugindo do lugar destinado ao coro, ainda que preservando sua fisionomia própria. O símbolo desta rebelião é o movimento de libertação feminina, porque a mulher sempre foi o símbolo por excelência da vida cotidiana. No máximo de sua surpresa, o tribuno da plebe adverte sobre suas responsabilidades pela roupa suja ou pela dos (as) filhos (as). Contudo a alteração é mais geral: também as minorias étnicas, os anciões, os camponeses, os inválidos, os homossexuais, os marginais, violam o ritual de discriminação e de bons modos e se colocam no centro do cenário e exigem ser ouvidos”

Ao se considerar as mulheres, enquanto sujeito político, especificamente, pode-se observar que a partir da década de 70 os estudos acadêmicos, num certo sentido, influenciados por demandas do movimento feminista, passaram a destacar a importância do trabalho feminino na economia em distintas atividades quer sejam no setor formal ou informal, em áreas urbanas ou rurais. Logo em seguida priorizou-se academicamente a caracterização da divisão sexual do trabalho, conferindo visibilidade à definição rígida de postos masculinos e femininos. Finalmente, um outro marco referencial importante foi o surgimento do conceito de gênero, que auxiliou na visualização de relações sociais entre homens e mulheres, permitindo interpretações mais claras quanto à definição social de papéis masculinos e femininos. Evidenciou-se a articulação entre o conceito de gênero e as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres, que se elucidadas, auxiliam na compreensão das possibilidades de manutenção ou transformação da sociedade (Bruschini, 1998).

Os próximos itens tratarão da abordagem teórica que fundamenta o conceito de gênero, revelando-se historicamente seu surgimento aliado à compreensão de relações de poder.

1.1 Gênero: contribuições teóricas

É interessante ressaltar que no Brasil ocorreu um contexto favorável a partir dos anos 70, constituído de relações entre o movimento feminista e o avanço acadêmico no campo de estudos sobre mulheres.

Pode-se observar que a emergência do feminismo enquanto movimento social contribuiu para a criação de condições favoráveis para a legitimação da condição feminina como objeto de estudo. A existência do movimento organizado de mulheres estabeleceu um

corte histórico a partir do qual a produção científica sobre as mulheres, dentro das ciências sociais, ampliou-se e tornou-se mais crítica. (Costa et al. apud Bruschini, 1998).

Uma das vertentes mais importantes para entender o surgimento do conceito de gênero, ocorrido na década de 70, se refere aos debates nas correntes historiográficas sobre “o sujeito da história como figura universal” (Soihet, 1997).

Soihet (1997:97) registra que já no século XIX Michelet chegou a desenvolver estudos sobre as mulheres realçando, em coerência com o pensamento dominante de seu tempo, a identificação desse sexo com a esfera privada. “*Na medida, porém, em que a mulher aspire a atuação no âmbito público, usurpando os papéis masculinos, transmuta-se em força do mal e da infelicidade, dando lugar ao desequilíbrio da história*”.

Porém, para Soihet (1997) segundo Scott, só quando se desenvolveu a história das mulheres, compilando-se dados sobre as mulheres no passado, a periodização histórica tradicional deixou de funcionar. Quando as mulheres foram levadas em conta, quando se evidenciou que as mulheres influenciavam os acontecimentos e tomavam parte na vida pública, teve que se reconhecer que a vida privada tinha uma dimensão pública. Estes novos olhares confluíram na negação de que o “sujeito da história” constituía-se numa figura universal.

Assim, a partir da década de 1960 cresce na historiografia o movimento crítico do racionalismo abstrato do sujeito universal. Este movimento relativiza a importância de métodos ou de conceitos teóricos rígidos.

Tornou-se assim possível a utilização de análises que captem o significado de sutilezas, que possibilitam o desvendamento de processos de outra forma invisíveis. Neste sentido a história social passou a se preocupar com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais, até então excluídos da história; operários, camponeses, escravos, mulheres⁷.

No que diz respeito à mulheres, a discussão se circunscrevia acerca da sua passividade, de sua opressão ou de sua reação apenas como resposta às restrições de uma sociedade patriarcal, o que obscurecia seu protagonismo como sujeito político ativo. Porém

”Em oposição à história ‘ miserabilista’ na qual se sucederam mulheres espancadas, enganadas, humilhadas, violentadas, sub-remuneradas, abandonadas, loucas, abandonadas e enfermas... Emergiu a mulher rebelde. Viva e ativa, sempre tramando, imaginando mil astúcias para burlar as proibições, a fim de atingir seus propósitos” (Soihet, 1997:100, citando Michele Perrot (1988) e Natalie Zemon Davis(1990).

Constata-se ainda que os rumos do debate teórico sobre feminismo no Brasil, a partir do final dos anos 60 foram estruturados tendo como referência principal a esfera da produção. Aos poucos foi se revelando maior sensibilidade para os fatores simbólicos ou culturais que

⁷ No que diz respeito à história das mulheres, a reação dos historiadores não feministas foi o reconhecimento inicial, para depois descartar, ou colocá-la em domínio separado, tratando do sexo e da família devendo, portanto separar-se da história política e econômica. Quanto a participação das mulheres na história, a reação pode ser assim expressa “*minha compreensão da Revolução Francesa não mudou quando eu descobri que as mulheres participaram dela*”(Scott, 1989:03).

também explicam a subordinação feminina, tanto quanto para a inserção das mulheres no espaço de reprodução familiar (Bruschini, 1998).

A primeira geração de estudos centra-se exclusivamente na ótica da produção, sem levar em conta que o lugar ocupado pela mulher na sociedade é também determinado pelo seu lugar na família. Mais tarde passa-se a considerar o papel da mulher na reprodução da força de trabalho, o que leva a produção de temas que dão origem às primeiras discussões sobre trabalho doméstico. A articulação posterior entre o espaço produtivo e a família, deu novo fôlego às pesquisas sobre trabalho feminino, uma vez que para a mulher a vivência do trabalho significa a combinação dessas duas esferas, seja pelo entrosamento ou pela superposição.

Esta evolução culminou com a construção do conceito de gênero que possibilitou, entre outras questões a ampliação da noção de masculino e feminino, deslocando-a da pura caracterização biológica através do sexo. A noção do conceito de gênero ampliou os horizontes de análise das relações entre homens e mulheres apontando construções sociais elaboradas historicamente e fundamentadas em relações de poder (Bruschini, 1998).

A partir dos anos 70 o termo gênero passou a ser utilizado pelas feministas americanas para acentuar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. O gênero sublinha “*o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através do estudo que os considere totalmente em separado*” Soihet (1997:101).

No campo da história a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas da disciplina, acrescentando não só novos temas, como também impondo

“Uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente, implicando não apenas ‘uma nova história das mulheres, mas em uma nova história’. Esta nova história deveria incluir experiências das mulheres e dependeria de como o gênero poderia ser desenvolvido como uma categoria de análise” (p.101).

Especificamente no que diz respeito às dimensões da política na vida das mulheres, Soihet (1997) destaca as reflexões de Arlete Farge(1991), que considera que o jogo político na história das mulheres, não tem caráter de evidência. Como situá-lo e qualifica-lo?

Se há bloqueio na análise, é talvez porque ao por em marcha o estudo da dominação, tanto pelo lado da opressão como pelo da rebelião, não se permite apreender plenamente o caráter dialético do político.

Soihet (1997), apóia-se em alguns estudos para considerar que o binômio dominação/subordinação não deve ser tomado como terreno único de confronto, havendo apesar da dominação masculina uma atuação feminina bastante presente. Faz-se sentir, através de complexos contrapoderes: poder maternal, poder social, poder sobre outras mulheres e ‘compensações’ no jogo da sedução e do “reinado feminino”. Assim, o caminho para compreender o jogo político na história das mulheres seria estudar o privado e o público como uma unidade, diferentemente do enfoque tradicional do privado versus público.

Por um lado temos quem dá ênfase á utilização da categoria de gênero na análise da esfera da política formal, em termos do exercício do voto e manejo do poder nas instituições

do governo. Por outro encontramos a preferência pela abordagem do cotidiano, a redescoberta de papéis informais e de situações inéditas e atípicas que possibilitem o desvendamento de processos sociais invisíveis, ante uma perspectiva normativa. Sintetizando, vemos que algumas destas variantes oporiam história de gênero e história das mulheres, ao invés de reconhecer uma interpenetração entre ambas posturas que superaria a abordagem isolada de cada uma destas (Soihet, 1997).

Para as feministas americanas, como afirma Scott (1989), o “gênero” parece ter aparecido porque queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo; como uma rejeição ao determinismo biológico.

Para aquelas que se preocupavam com o fato de que a produção de estudos femininos centrava-se sobre as mulheres isoladamente, o termo “gênero” era utilizado para introduzir noção relacional ao vocabulário analítico.

Para Nathahe Davis (1975) “o objetivo da utilização do termo gênero é para descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achando seu sentido e como funcionaram para manter a ordem social e para mudá-la”, (citada por Scott 1989:02).

Neste sentido, a apresentação da experiência das mulheres nesta nova história, dependeria de como o gênero poderia ser desenvolvido como categoria de análise. Um caminho foi à explicitação das analogias entre gênero, classe e raça. Esta opção assinalava o compromisso do (a) pesquisador(a) em incluir a fala dos(as) oprimidos(as). Cientificamente significava que as desigualdades de poder estão organizadas segundo no mínimo, estes três eixos⁸.

Assim, os anos 80 se caracterizaram pela procura de legitimidade acadêmica dos estudos feministas a partir da abordagem de gênero desde uma perspectiva análoga à classe e raça. “A utilização do termo gênero praticamente substituiu em seus títulos o termo mulheres, visando indicar mais erudição e seriedade ao trabalho, uma vez que ‘gênero’ possui uma conotação mais objetiva e neutra do que ‘mulheres” Scott (1989:04). Parecia poder assim distanciar-se da política pretensamente escandalosa do feminismo já que o uso da noção de gênero não implica explicitamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder. Enquanto “história das mulheres” revelaria uma posição política das mulheres, enquanto sujeitos históricos legítimos, o “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, parecendo não se constituir em ameaça crítica.

Esta substituição de “mulher” por “gênero” num princípio levou a usos descritivos da noção de gênero. Isto é, os (as) historiadores (as) ao se voltarem para seus estudos, o gênero dizia respeito apenas a temas como as mulheres, as crianças, as famílias e as ideologias do gênero. Em outros termos, tudo que implica relações entre os sexos. Na aparência, a guerra, a diplomacia e a alta política não teriam explicitamente a ver com estas relações. Assim o gênero continuaria irrelevante para estudos como o da política e do poder.

Este processo resulta de uma visão funcionalista baseada na separação de esferas, por exemplo: a sexualidade ou a política, a família ou a nação, as mulheres ou os homens.

⁸ É importante ressaltar que embora pareça sugestiva, a analogia entre estas três categorias na realidade não existe. Não há unanimidade no uso das três categorias.

A consciência destes problemas por parte de alguns(as) historiadores(as) e cientistas sociais resultou em esforços para construir perspectivas que pudessem ampliar o impacto da utilização do conceito de gênero e até explicar a mudança histórica (Soihet, 1997; Suárez, 1997; Scott, 1989; Piscitelli, 1997).

Assim, por exemplo, passou a se reconhecer que a substituição de ‘mulheres’ por “gênero” implicava também que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que o estudo de um implicava no estudo do outro. Isto significa aceitar que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, rejeitando a validade interpretativa de esferas separadas. Nesta perspectiva o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos rejeitando justificativas biológicas como poder ou não ter filhos, por exemplo.

Através desta leitura o gênero se torna uma maneira de indicar as “construções sociais”, a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e as mulheres. Passa a ser uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. Seu uso permitiu distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens ⁹.

Diante do debate, todos os esforços e tentativas apontam para um elemento comum: a importância das relações entre gênero e poder. Para Scott (1989) a definição de gênero baseia-se na conexão integral de duas proposições. Primeira: o gênero é um elemento constituído de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. Segunda: o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (Scott, 1989: 16). O gênero é um campo, por meio do qual o poder é articulado. Não é o único campo, mas constitui-se em um meio persistente e recorrente de tornar eficaz a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas.

A relação entre estas duas proposições – diferenças percebidas e relações de poder – é também ressaltada por autores como Bourdieu e Godelier. Para Bordieu a “divisão do mundo” fundada nas “*diferenças biológicas particularmente aquelas que se referem à divisão sexual do trabalho, da procriação e da reprodução opera como a mais fundamentada das ilusões coletivas*” (citado em Scott, 1989:16). Estabelecido como um conjunto objetivo de referências, o conceito de gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social correspondente a um estado das relações de poder.

Para Maurice Godelier “*não é a sexualidade que produz fantasmas na sociedade, mas sobretudo a sociedade que fantasma na sexualidade, o corpo. As diferenças entre os corpos que são ligadas ao sexo, são constantemente solicitadas para testemunhar as relações e os fenômenos sociais que não têm nada a ver com a sexualidade. Não só testemunhar, mas testemunhar a favor, isto é, legitimar*” (citado por Scott 1989:17).

A função de legitimação do gênero se manifesta de várias maneiras. Bordieu, por exemplo, citado por Scott 1989, mostrou como em certas culturas a exploração agrícola era organizada segundo conceitos de tempo e de estação que se baseavam em definições

⁹ Tradicionalmente, apesar dos sociólogos reconhecerem as relações entre sexo e “papel sexual”, eles não colocavam entre os dois uma relação direta. “*O uso do gênero coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade*” (Scott, 1989:05).

específicas da oposição masculino/feminino. O gênero também é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando os (as) historiadores (as) e os cientistas sociais procuram encontrar as maneiras como o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade, e as formas particulares - situadas em contextos específicos - como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política.

O conceito de gênero ajuda a diferenciar homens e mulheres à luz de práticas sociais específicas em diferentes esferas, como por exemplo, na família, na política, nas relações de trabalho, isto é, nos espaços da produção e da reprodução, articulando-os. A utilização do conceito de gênero denuncia ainda a oposição entre homens e mulheres, ao mesmo tempo em que lhe dá sentido, ao considerar como elemento constituinte e significante às relações de poder.

As relações de gênero se referem às dimensões das relações sociais que criam e reproduzem diferenças na posição de homens e mulheres no processo social. Desse ponto de vista, elas são pensadas conjuntamente com outras relações sociais, de classe, de etnias, de gerações. Devem ser pensadas e trabalhadas no contexto de processos sociais, ao lado dessas outras relações, que também produzem e reproduzem a discriminação, a exploração. Não só na família, mas em torno dela, nas comunidades, no mercado, no Estado, esse conjunto todo atravessado por essas relações, as quais, se não são identificadas como relações de desigualdades de gênero, são imbuídas delas. É uma perspectiva que as regras, os recursos e as hierarquias de comando e controle de qualquer instituição devem ser analisadas, para se analisar como o gênero é constituído como uma relação de desigualdade em seu interior. A distribuição desigual de recursos e responsabilidades em distintos contextos institucionais, e as regras culturais definidoras de desigualdades nessa distribuição significam que os homens tem mais autoridade e controle que as mulheres e, portanto maior capacidade de mobilizar uma variedade de recursos econômicos e sociais em busca de seus interesses (Pacheco,1998).

A categoria gênero é uma categoria relacional que busca explicar a construção de um tipo de diferença entre os seres humanos e não pode ser reduzida à mulher. Lançar o olhar através da perspectiva de gênero nos permite nomear de outras maneiras as coisas conhecidas e lhes outorgar outros significados. Inclui o propósito de desconstruir a ordem das relações de poder entre os gêneros e com ele a vida cotidiana, os papéis e os estatutos da mulher e do homem (Lisboa, 2002).

Uma outra contribuição relevante para os estudos de gênero nos é apresentada por Suárez (1999), sobretudo quando alerta para a possibilidade de acionarmos o conceito para o uso empírico ou analítico. Ela recorre a Shapiro (1981:4) que afirmou que “*sexo e gênero são dois termos úteis para fazer o contraste de um conjunto de fatos biológicos com um conjunto de fatos culturais*”. E complementa dizendo que para ser minuciosa no uso dos termos usaria sexo ao falar de diferenças biológicas entre homens e mulheres e gênero quando fizesse referência às estruturas sociais culturais ou psicológicas que se impõem a essas diferenças biológicas.

A mesma autora nos aponta como a eficácia do conceito de gênero vem sendo testada no campo da pesquisa, com grande utilidade tanto empírica como analítica. Usado empiricamente para distinguir e descrever categorias sociais e analiticamente para explicar as relações que se estabelecem entre elas. O conceito de gênero que, em princípio é empírico,

pode passar a ser usado como categoria analítica sempre que o pesquisador tentar descobrir o princípio que orienta a conduta. Por exemplo, porque o matrimônio acontece entre homens e mulheres?

É interessante quando a autora nos alerta para o fato de que tanto no âmbito da antropologia como no âmbito das instituições de desenvolvimento, o conceito foi usado primeiro de maneira empírica e, mais tarde de forma analítica.

A função classificadora do feminino e do masculino já era utilizada pela antropologia do fim do século passado, quando se imaginava que o matriarcado e o patriarcado eram estágios sucessivos no progresso da humanidade para a civilização. Era como se estivessem classificando tais estágios com base na diferença sexual e, portanto, usando essa diferença *como uma categoria empírica* (Suárez, 1999).

Avançando mais em suas análises, já na década de 30 Mead citado por Suárez (1999:12), *“afirma que as diferenças sexuais eram construídas socialmente, que a feminilidade e a masculinidade iam muito além de sua aparência biológica e que se encontravam na base da conduta das pessoas e das culturas”*. Também nesta mesma década, Malinowsky citado por Suárez (1999:13), afirmou que *“a sexualidade não pode ser desligada do estatuto legal do homem e da mulher, de suas relações domésticas e da distribuição de suas funções econômicas”*.

A autora nos chama a atenção, entretanto para o fato de que a grande importância analítica da diferença sexual, só veio a ser firmada a partir da segunda metade da década de setenta quando ocorreu a separação entre sexo e gênero nas comunidades de antropólogos (as). As indagações essenciais que orientam essas pesquisas são onde, quando e como as diferenças de gênero explicam as relações entre mulheres e homens, assim como seus comportamentos nas diversas áreas da sociedade, entre elas a atividade econômica, a vida familiar, o desempenho político.

Ao se considerar as agências de desenvolvimento, a autora observa que ao longo dos últimos 30 anos elas tiveram dois momentos que, distinguidos com as siglas WID (Women in Development ou Mulheres no Desenvolvimento) e GAD (Gender and Development ou Gênero e Desenvolvimento) estão relacionadas com os usos empírico e analítico do conceito de gênero. A mudança da primeira para a segunda sigla oferece um exemplo da forma como os usos empírico e analítico do conceito de gênero orientaram e orientam a prática dessas instituições, especialmente dos diferentes órgãos das Nações Unidas (Suárez, 1999).

O enfoque WID deixou sua marca por ter apoiado os trabalhos reprodutivos de muitas mulheres do mundo, institucionalizado a problemática, instaurado uma polêmica e gerado informações sobre a condição das mulheres no mundo inteiro. Entretanto, para a autora, sua eficácia foi limitada porque embora percebendo as mulheres como categoria empírica, descuidaram o entendimento dos princípios que estruturaram a relação entre homens e mulheres.

No fim da década de 70 começa a surgir o enfoque GAD, como uma crítica ao determinismo e ao desconhecimento das relações pautadas pelo imaginário de gênero que unem mulheres e os homens. Suárez (1999:14) se apóia em Sen ao esclarecer que os conflitos entre homens e mulheres só poderiam ser entendidos levando-se em conta a natureza de suas relações: *“Conflitos de interesses entre homens e mulheres são diferentes de outros conflitos,*

tais como os de classe. Um trabalhador e um capitalista normalmente não vivem juntos sob o mesmo teto, compartilhando preocupações e experiências e atuando conjuntamente. Este aspecto de 'compartilhar com' outorga aos conflitos de gênero algumas características muito especiais”.

O enfoque GAD avança nas formulações explicativas quando, centrando atenção nos significados da masculinidade e da feminilidade, que marcam as relações sociais e as interações entre homens e mulheres, mostra que a diferença de gênero fundamenta o poder ao atribuir aos homens maior capacidade de mobilizar recursos culturais – como o próprio prestígio inerente ao masculino - e sociais, como o acesso aos espaços de tomada de decisões. Esta é uma formulação analítica em que explica o comportamento.

Os usos empírico e analítico do conceito de gênero não são antagônicos, como bem retoma Suárez (1999), ao contrário, a análise das relações de gênero e de suas conseqüências para a sociedade como um todo não pode prescindir do conhecimento acerca da inserção social e do comportamento das mulheres e dos homens como categorias sociais. O que ela alerta, entretanto, é que o simples uso empírico é insuficiente porque encontra seu limite na constatação das diferenças e desigualdades. Isto significa que o empirismo descreve o mundo tal como é, e embora possa politizar seus achados através da demonstração das formas como as mulheres são vitimadas socialmente, conta com poucos recursos para apontar mudanças e soluções. A abordagem analítica, como já anunciado, pressupõe o conhecimento empírico, têm maiores possibilidades de sinalizar o caminho da mudança devido a que sendo comparativa, percebe os homens vis-à-vis as mulheres e, sendo relacional, consegue detectar os princípios legais, tradicionais, ideológicos que fundamentam as desigualdades de gênero.

Não há dúvidas de que a desigualdade nas relações de gênero contemporâneas são herdadas das sociedades patriarcais que antecederam as sociedades capitalistas. O próximo sub-item localizará o conceito de patriarcado no texto.

1.2 O conceito de patriarcado: breve localização

A teoria do patriarcado tem servido para a análise das relações de dominação que antecederam à emergência do sistema capitalista. Pelo poder patriarcal (*Pátria potestas*) o único a ter o direito à propriedade sobre os bens da família é o pai (Aguiar, 1997).

Segundo a mesma autora, citando Max Weber (1947), o poder patriarcal é caracterizado como sendo um sistema de normas baseado na tradição, quando as decisões são tomadas de uma determinada forma, e que as coisas sempre ocorrem de um mesmo modo. Outro elemento básico da autoridade patriarcal é a obediência ao senhor, além da que é devotada à tradição. A modalidade por excelência, da relação de poder inquestionável é a do poder patriarcal, uma vez que, historicamente, não havia possibilidade de que a autoridade paterna fosse questionada nem por intermédio da justiça.

As relações de poder na dominação patriarcal fundamentam-se na autoridade de pessoal, contrastando-se com a sociedade capitalista, onde os funcionários se organizam de acordo com um sistema de normas abstratas e impessoais. No sistema patriarcal, a autoridade é garantida pela sujeição pessoal cuja forma de dominação, assemelha-se à escravidão. As mulheres, por vezes podem compartilhar com o patriarcado desse tipo de autoridade baseada na tradição, quando funcionam como agente econômico, provendo alimentos pelo cultivo da terra e pelo processamento de seus produtos (Weber (1947) citado por Aguiar, 1997).

Quando as mulheres são sujeitas aos homens, contudo, o patriarca possui o poder de reconhecer ou repudiar as crianças que teve com elas, não importando se essas mães são esposas ou escravas e também sua paternidade biológica. O controle sobre as mulheres é semelhante ao exercido sobre os animais quando os direitos do senhor se estendem sobre todos os filhos tidos, dependendo exclusivamente de seu reconhecimento para que possam por ele ser sustentados. O padrão de dominação se deriva do controle social que o pai exerce sobre a reprodução.

A morte do patriarca propicia a transferência da guarda dos dependentes para outro membro da família em situação mantenedora da condição de tutela das mulheres.

O direito do poder patriarcal na Roma antiga compreendia, ainda, o poder de vida do patriarca sobre seus dependentes, e mais; o direito de impor castigos corporais; o de dar uma mulher ao filho e de casar a filha; o de divorciar os filhos; o de transferi-los e vendê-los para outras famílias.

A superação do patriarcado para Aguiar (1997) apud Max Weber (1947) se dá mediante o processo de diferenciação das esferas econômica e política, quando a empresa capitalista e a esfera administrativa se separam do grupo doméstico, criando um sistema de regras impessoais e o recrutamento do funcionalismo passa a ser estatal. Embora o patriarcalismo se caracterize, na esfera econômica, por ser um sistema de produção baseado na organização familiar, ele também se apresenta na esfera política como um sistema de comando que reproduz a autoridade do patriarca no interior da família, isto é, pela ausência de normas impessoais que regulem as relações de poder. A teoria feminista tem contribuído para discutir esta constatação, ante a notável evidência de discriminações contra as mulheres, produto das relações de gênero, ou, em outras palavras de relações patriarcais que ainda se sustentam na vida contemporânea. Sem dúvida esta herança representa um dos motivos pelos quais ainda hoje existem mulheres que não decidem suas vidas, não fazem escolhas e submetem suas vontades e desejos ao domínio masculino, seja do pai, marido, avô, padrasto, cunhado, filhos homens.

A noção de gênero anteriormente anunciada teoricamente como, uma forma primeira de significar relações de poder, Scott (1989) pode estar associada ao conceito de empoderamento, até mesmo como uma possibilidade de libertação da mulher e será discutida no próximo item.

CAPÍTULO II

RELAÇÕES DE PODER, EMPODERAMENTO E GÊNERO

2.1 Relações de poder e empoderamento

Tentando compreender as vinculações entre relações de poder e empoderamento se pode partir da diferenciação entre duas grandes concepções sobre poder, a primeira delas vê o poder sobre como capacidade de controle sobre algo ou alguém. Apresenta-se como substância, finita, transferível, tomável: se alguém ganha poder outros o perdem. Pode ser delegado (por exemplo, em representantes), ou tirado (por exemplo: das bases). A segunda concepção baseia-se em Foucault que amplia a noção de poder, definindo-o como relacional e construído entre pessoas que têm algum grau de liberdade, existindo só quando se usa. Está presente em todas as relações e nesta concepção, a resistência é uma forma de poder: onde há poder há resistência (Romano, 2002).

A noção *foucaultiana* evidencia a elucidação da multiplicidade de poderes que se exercem na esfera social. É uma trama de poder *microscópica*, capilar que não é o poder político nem os aparatos de Estado nem o de uma classe privilegiada, mas o conjunto de pequenos poderes e instituições situadas em um nível mais baixo. Não existe um poder único, pois na sociedade há múltiplas relações de autoridade situadas em diferentes níveis, apoiando-se mutuamente e manifestando-se de maneira sutil (Gallichio, 2002).

Entre homem e mulher, aluno e professor e no interior de uma família existem relações de autoridade que não projetam diretamente o poder soberano, mas possuem os condicionantes que possibilitam o funcionamento desse poder assegurando seu exercício. Neste sentido, o poder se constrói e funciona a partir de outros poderes, dos efeitos destes, independentes do processo econômico. As relações de poder se encontram estreitamente ligadas às familiares, sexuais, produtivas; intimamente entrelaçadas e desempenhando um papel de condicionante e condicionado. (Gallichio, 2002).

Complementarmente, ao poder sobre recursos, idéias, crenças, valores e atitudes são possíveis diferenciar outros tipos de exercício de poder: o poder para fazer uma coisa; o poder com no sentido de que o todo é maior que as partes, especialmente quando um grupo enfrenta os problemas de maneira conjunta; e o poder de dentro como força espiritual que reside em todos os seres humanos significando respeito e aceitação dos outros como iguais. Os três últimos tipos de poder: para, com e de dentro não são finitos podendo crescer com o seu exercício (Iorio, citada por Romano, 2002). As três formas de poder - para, poder com e poder de dentro - “são todas positivas e aditivas; um aumento no poder de uma pessoa aumenta o poder total disponível ou o poder de todos” (Deére e Leon, 2002:53).

Em se tratando do poder da mulher, para Deére e Leon (2002:53) citando Radtke e Stam o poder condiciona a experiência das mesmas em um duplo sentido: “*é uma fonte de sua opressão quando objeto de abuso e uma fonte de emancipação em seu uso*”¹⁰.

Por sua vez, Costa (2001/2002:01) ao discutir os nós do poder afirma que

“... o poder não é, o poder se exerce. E se exerce em atos, em linguagem. Não é uma essência. Ninguém pode tomar o poder e guardá-lo em uma caixa forte. Conservar o poder não é mantê-lo escondido, nem preservá-lo de elementos estranhos, é exercê-lo continuamente, é transformá-lo em atos repetidos ou simultâneos de fazer, e de fazer com que outros façam ou pensem. Tomar-se o poder é tomar-se a idéia e o ato”.

Nesse sentido, o poder pode ser visto como aspecto inerente a todas as relações econômicas, sociais e pessoais e o exercício do poder pode ser entendido enquanto processo de empoderamento.

Para Sen (2002) o empoderamento é o processo de ganhar poder, tanto para controlar os recursos externos, como para o crescimento da autoestima e capacidade interna. São as pessoas que se empoderam a “si mesmas”, ainda que os agentes externos de mudanças possam catalisar o processo ou criar um ambiente de apoio. O empoderamento não é um jogo de soma zero (um ganha e outro perde), ainda que possa haver ganhadores e perdedores em certos sentidos. Amiúde, os processos grupais são decisivos ao empoderamento, porém a transformação pessoal dos indivíduos é também essencial .

Fornecendo outros elementos para a análise, Romano (2002) ressalta a importância de distinguir empoderamento como abordagem e como processo. Como abordagem o empoderamento coloca as pessoas e o poder no centro dos processos de desenvolvimento, implicando no desenvolvimento de capacidades (“*capabilities*”) das pessoas e de suas organizações. Isto significando poder superar as principais fontes de privação das liberdades, construir novas opções, poder e saber escolher, poder implementar e poder se beneficiar de suas escolhas.

Por sua vez, o empoderamento entendido enquanto processo aponta para o conjunto de relações pelas quais as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir. São processos conflituosos, no sentido de que dizem respeito a situações de dominação explícitas ou implícitas.

¹⁰ As mesmas autoras (2001/2002:54) exemplificam as inter-relações entre os diferentes tipos de poder ao considerar o processo do movimento de mulheres da América Latina. O “poder para” serve para catalisar a mudança quando uma pessoa ou um líder do grupo promove o entusiasmo e a ação de outros. É um poder gerador ou produtivo, um poder criativo ou facilitador que abre possibilidades e ações sem dominação- ou seja, sem o uso do “poder sobre”. O “poder para” está relacionado ao “poder com”, pois permite que o poder seja compartilhado. Isso se torna aparente quando um grupo gera uma solução coletiva para um problema comum, permitindo que todas as potencialidades sejam expressas na construção de uma agenda de grupo que também é assumida individualmente. O grupo pode ser superior à soma de suas partes individuais. Outra forma de poder positivo e “aditivo” é o poder “de dentro” ou poder interior. Este tem a ver com gerar força de dentro da pessoa e está relacionado à auto – estima. O “poder de dentro” aparece quando alguém consegue resistir ao poder de outros ao rejeitar exigências indesejadas. Também inclui o reconhecimento, que se adquire com a experiência, do modo como a subordinação da mulher é mantida e reproduzida.

2.2 Empoderamento e Gênero

Como já tínhamos apontado, falar de relações de gênero significa falar de relações de poder. Ainda hoje na condição feminina, muitas mulheres não podem decidir suas vidas, não se constituem enquanto sujeitos, não exercem o poder e principalmente, não acumulam mas reproduzem este poder, não para elas mesmas, mas para aqueles que de fato controlam o poder. Os pequenos poderes que lhes tocam são tremendamente desiguais (Kirkwood, citada por Costa 2002). As relações entre os homens e as mulheres, ou as relações de gênero são relações desiguais, assimétricas e mantém a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarcal.

O poder de gênero está assegurado através dos privilégios masculinos e das desigualdades entre homens e mulheres. Apesar das diferenças de classe, de raça e cultura, alguns aspectos derivados da condição de subordinação são comuns a todas as mulheres: o controle masculino do trabalho das mulheres; o acesso restrito das mulheres aos recursos econômicos e sociais e ao poder político, cujo resultado é uma distribuição muito desigual dos recursos entre os sexos; a violência masculina e o controle da sexualidade.

A partir dos anos 80, as feministas começaram a questionar as estratégias de desenvolvimento e as intervenções de projetos que não trabalhavam as questões estruturais e que perpetuam a opressão e exploração das mulheres, em especial as mulheres pobres¹¹. Neste contexto é que o movimento de mulheres passa a utilizar o conceito de empoderamento¹².

O empoderamento da mulher desafia relações familiares patriarcais, pois pode levar ao desempoderamento do homem e certamente leva à perda da posição privilegiada de que ele desfruta sob o patriarcado. Isso porque o empoderamento ocorre quando houve uma mudança na tradicional dominação da mulher pelo homem, seja com relação ao controle de suas opções de vida, seus bens, suas opiniões ou sua sexualidade. Pode-se observar quando as decisões unilaterais não são mais a norma dentro da família. Entretanto, sob outro ponto de vista, o empoderamento da mulher libera e empodera o homem, por exemplo, quando a mulher começa a dividir responsabilidades anteriormente exclusivas do homem para o sustento da família. E quando o homem é liberado de estereótipos de gênero, novas experiências emocionais lhe são possibilitadas. *“Portanto, o empoderamento da mulher implica mudanças não apenas em suas próprias experiências, mas também nas de seus companheiros e familiares.”* (Deere e León, 2002: 11-12).

O empoderamento não representa um processo linear com um começo bem definido e o mesmo final para todas as mulheres. *“É moldado para cada indivíduo ou grupo através de suas vidas, seus contextos e sua história, assim como ocorre de acordo com a posição de*

¹¹ Costa (2001/2002:6) também chama a atenção para a natureza dos projetos de desenvolvimento quando os planejadores ou executores incorporam a concepção de necessidades agrupadas amplamente como: trabalhadores rurais e liderança local. Nestes casos as mulheres são vistas e tratadas apenas como provedoras do bem-estar da família ou como meio de bem-estar de outros, como mães ou esposas, nunca como sujeitos autônomos com demandas próprias.

¹² Num documento preparado por um conjunto de pesquisadoras acadêmicas e ativistas feministas para a Terceira Conferência sobre a Mulher da ONU em Nairobi em 1985 *o conceito de empoderamento aparece como uma estratégia conquistada por mulheres do Terceiro Mundo para mudar suas próprias vidas ao mesmo tempo em que gera um processo de transformação social, o principal objetivo do movimento de mulheres* (Deere e Leon, 2002:53)

subordinação nos níveis pessoal, familiar, comunitário e nos níveis mais elevados.” (Deére e Leon, 2002: 55).

Uma outra dimensão do debate sobre empoderamento e gênero vem da contribuição das economistas feministas, que associam o empoderamento a uma conquista de maior poder de barganha. Ao considerarem o espaço doméstico (familiar) e o espaço público, a análise com enfoque mais econômico elucida as diferenças com que os membros de uma família participam dos arranjos familiares no exercício da cooperação cotidiana. Cooperar para a garantia de uma refeição satisfatória, reunindo os recursos e o trabalho, por exemplo, pode evidenciar uma matriz complexa de relações em que há uma barganha constante em termos de quem faz o quê, quem recebe o quê e como cada membro é tratado no processo. Há que se considerar ainda um conjunto de elementos que interferem nas formas de apropriação dos resultados desta cooperação, que ocorre de maneira desigual.

É interessante ressaltar ainda nesta abordagem mais econômica, a elucidação de interdependência das relações sociais, onde o ponto principal é que as diferenças de gênero no poder de barganha intrafamiliares estão, portanto, ligadas ao poder de barganha da pessoa fora da família com a comunidade e o Estado (Deere e León, 2002 citando Agarval).

Um outro elemento essencial a ser considerado no processo de empoderamento das mulheres é trabalhar a consciência de homens e mulheres, uma vez que a subordinação está profundamente enraizada (embedded) na consciência de ambos e é reforçada através de crenças religiosas, práticas culturais e sistemas educacionais que conferem menor status e poder às mulheres, conforme nos apontam Sen e Grown (1987), citadas por Bisnath e Elson (2000).

As mesmas autoras citam Antrobus (1989) ao argumentar que o empoderamento pode ser conquistado através de diferentes pontos de partida, incluindo mobilização política, tomada de consciência e educação. Articulando-se ainda com mudanças onde e quando necessário, em leis, código civil, sistema de direito de propriedades, controle sobre seus próprios corpos, instituições legais e sociais que controlem e subscram o privilégio masculino, para que se diminua a desigualdade entre homens e mulheres.

Outra abordagem sobre empoderamento e gênero apresentada por Stromquist (1995), citada por Bisnath & Elson (2000), interpreta o processo de empoderamento como um conceito sócio político que vai além da participação política formal e do aumento da consciência. Ela argumenta que uma completa definição de empoderamento deve incluir componentes cognitivos, psicológicos, políticos e econômicos. E explica que a dimensão cognitiva refere-se a que a mulher tenha uma compreensão das condições e causas de sua subordinação aos níveis micro e macro. E que este processo envolve fazer escolhas que podem ir contra expectativas e normas culturais.

O componente econômico, segundo a autora, requer que a mulher tenha acesso e controle sobre, recursos produtivos, assegurando desta forma alguns graus de autonomia financeira. Todavia ela observa que as mudanças no balanço econômico de poder não necessariamente altera as tradicionais normas e papéis de gênero. O elemento político é bastante importante, pois impõem que a mulher tenha a capacidade para analisar, organizar e mobilizar a mudança social. A dimensão psicológica inclui a crença de que a mulher pode agir nos níveis pessoal e social para melhorar sua realidade individual e a sociedade em que

vive. Stromquist (1995) apud Bisnath & Elson (2000) observa que de maneira geral a concordância desses componentes deve estar inter-relacionada.

O que se observa é que várias pessoas tem escrito sobre o empoderamento da mulher e múltiplos são os significados para o conceito apresentados nos anos 90, uma vez que uma pesquisa na literatura revela uma grande diversidade de interpretações em comparação com os anos 80. Diversos escritos destacaram o argumento original ressaltando tanto a associação com um objetivo, quanto com um processo, neste caso definindo empoderamento como sendo fundamentalmente conectado com democratização, direitos humanos e auto determinação de mulheres e homens, enquanto outros invocam de algum modo uma definição limitada situada dentro de uma estrutura de expansão de escolhas e participação em estruturas existentes. Alguns autores mencionam ter se tornado o “falatório” dos anos 90, sobrepondo conceitos, incluindo direitos, interesses, autonomia, bem-estar, desigualdade, poder e falta de poder. Em complementação agências de desenvolvimento passam a desenvolver projetos para “empoderar mulheres”(Bisnath & Elson, 2000).

Nesta perspectiva de raciocínio, Mayoux (1998) citada por Bisnath & Elson (2000) ao discutir abordagens de micro financiamentos direcionados ao empoderamento de mulheres, argumenta que o paradigma feminista para micro finanças representa uma importante alternativa para responder a uma necessidade prática imediata do setor informal das mulheres trabalhadoras pobres, como parte de uma estratégia para ampliar o empoderamento político e social da mulher. Para ela esta abordagem é diferenciada, pois não trabalha apenas a liberação de crédito individualmente, e considera a subordinação de gênero que é vista como um processo complexo, multidimensional e ao mesmo tempo generalizado, que afeta todos os aspectos da vida das mulheres e enraíza-se em níveis diferentes que se reforçam mutuamente: consciência individual, a família, o trabalho, legislação, estruturas de estado e sistemas políticos e econômicos nacionais e internacionais.

Como a subordinação da mulher parece “normal” dentro da sociedade patriarcal¹³ torna-se difícil falar em mudança entre as relações de gênero como um processo linear e/ou que surja espontaneamente da própria condição de subordinação. *“O empoderamento deve ser induzido primeiro pela criação de uma consciência da discriminação de gênero. Isto exige que a mulher mude a autopercepção negativa, assim como suas crenças relativas a direitos e capacidades. Facilitar as condições para encorajar estas mudanças é o papel de agentes externos”* (Deére e Leon, 2002:55).

Destaca-se assim a importância e necessidade de atores sociais com poder diferente para atuarem como catalisadores no processo de empoderamento. Haverá diferenças em função da natureza da mediação e do tipo de mediadores, por exemplo: movimentos sociais, Ong’s, governos, agências multilaterais. Alguns exemplos podem ser destacados onde se associa o empoderamento “a mudança no âmbito de como encarar a vida”. Os exemplos estão associados ao acesso a recursos, à aquisição de direitos, e ao processo permanente, onde a capacidade de agir pode modificar relações de poder.

Entre os exemplos, que tratam do empoderamento da mulher com um enfoque mais econômico, observa-se o relato de experiências de empréstimos solidários através do Banco Grameen realizadas durante o período de 1976 a 1996 em Bangladesh. Yunus e Jolis (2000) afirmam que, a partir do momento que se decidiu conceder empréstimos a mulheres,

¹³ Sociedade patriarcal ver em Soihet (1997); Bruschini (1998)

produziam-se mudanças mais rapidamente do que quando o dinheiro ia para os homens. Considerar as mulheres como atores privilegiados do desenvolvimento, contribuiu também para que pequenas mudanças começassem a ocorrer. Afirmarções do tipo “*ter medo de tudo na vida*”, como se fosse impossível superar esse medo. Ou estudos que observaram mudanças no tratamento recebido pelas mulheres, de seus maridos, quando se tratava de espancamento. Observa-se neste caso mudança não só na condição material de vida, mas também no âmbito de como encarar a vida.

Santos (2002) apresenta outro estudo realizado na União Geral de Cooperativas Agropecuárias de Maputo (UGC) em Moçambique. Ao destacar o trabalho com as mulheres, o empoderamento - como uma forma individual e coletiva de poder decidir, controlar e transformar - levou aos associados a adquirirem capacidade que lhes permitam alterar o curso dos acontecimentos em seu próprio benefício. A experiência da UGC, “*ajudou as mulheres a pensarem mais e a tomarem suas decisões*” (Santos, 2002: 380). Na luta pelo acesso ao poder, a mudança veio de dentro, foi parte de uma luta que contou com a participação das cooperativas. Não foi imposta por modelos importados, nem funcionou na base do paternalismo. Foi preciso ir além de uma cidadania formal, consentida pelo sistema, passando pela construção gradual de novas atitudes e novos valores. O processo de empoderamento neste caso passou pelo acesso à possibilidade das mulheres criarem uma atividade geradora de receitas. Centra-se na capacidade criada para que a mulher tomasse consciência de sua cidadania real, abrindo espaços ou para acesso ao poder ou para contribuição na mudança gradual das relações de gênero na família e na sociedade (Santos, 2002).

Uma outra exemplificação foi feita por autoras como Sen & Grown (1987) e Antrobus (1989) citadas por Bisnath & Elson (2000) que justificam argumentando que organizações de mulheres têm um papel importante para facilitar o empoderamento das mulheres. Estas organizações orientam-se de maneira geral para desenvolver novas estruturas e culturas que refletem as necessidades das mulheres, interesses e preferências de comportamento. A Self-Employed Women’s Association (SEWA), por exemplo, é uma união comercial que organizou mais de 40.000 mulheres trabalhadoras pobres no estado de Gujarat na Índia, estando atenta ao empoderamento das mulheres. Esta organização estava estabilizada em 1972 quando um grupo de vendedores(as) de roupa (sacoleiros(as), catadores(as), vendedores(as) de frutas e verduras e ambulantes se reuniram para formar uma associação de trabalhadores(as). Segundo Elba Bhatt(1989) citada por Bisnath & Elson (2000), organizações como SEWA representam um novo fenômeno na história das organizações. Elas atacam uma variedade de problemas envolvendo o trabalho em muitos e diferentes comércios e ocupações. Por exemplo, SEWA está engajada em lutas por direitos das mulheres no trabalho, por salário justo e melhores condições, e para terem proteção legal e seguridade social. Bhatt (1989) define organização como um mecanismo para as pessoas se reunirem apoiadas por outras para pensarem através de seus problemas comuns, para discutirem sobre suas questões comuns e para decidirem questões coletivas.

Mayoux (1998) citada por Bisnath & Elson (2000) faz um destaque alertando que mais recentemente, os projetos de empoderamento de muitas agencias de desenvolvimento tem se preocupado com a expansão das escolhas individuais e capacidades para alto-confiança, especialmente através de financiamento de micro projetos, os quais, em sua maior parte, não promovem uma abordagem feminista de empoderamento das mulheres. Estes projetos focam as mulheres isoladas mais do que as relações de gênero ou classe como propõem as teóricas feministas, e dão ênfase à mudanças individuais em atitudes para alcançar a alto confiança , mais do que mudanças estruturais.

As autoras acima alertam também para o fato de que o empoderamento das mulheres deve ter como propósito fundamental a mudança não somente na ‘condição’ de vida das mulheres mas prioritariamente em sua ‘posição política’ na sociedade (Bisnath & Elson, 2000).

2.3 Muito trabalho, pouco poder: a condição de “des” empoderamento das mulheres na agricultura familiar

O foco desta pesquisa se propõe a centralizar a atenção sobre mulheres, trabalhadoras rurais que foram à luta e decidiram fazer escolhas de liberdade, coragem e emancipação. Sabemos que este processo se deu às duras penas, que teve e tem custos; que não ocorreu de forma linear com começo, meio e fim determinados. Há que ter sustentabilidade e não se espalha pelo assentamento, por todas as mulheres de todas as gerações e raças como se fosse uma chuva que cai molhando toda a terra, embora este fosse o desejo de muita gente.

Este comportamento político portanto não é comum para a maioria das mulheres do setor rural. É conveniente, no entanto, observarmos também o cotidiano tradicional, o convencional, o não excepcional¹⁴, aquela situação predominante na agricultura familiar e na maioria dos assentamentos¹⁵ onde o modelo hierárquico desigual predomina, os homens mandam e as mulheres trabalham muito em atividades produtivas e reprodutivas, mas na hora do “vamos ver” quem decide onde investir e como utilizar os recursos a prerrogativa é dos homens, isto é : marido, filhos, pai, avô, irmão, etc.

Nos apoiando em algumas pesquisas relevantes, observamos que a situação da mulher rural sofre variações em diferentes países, havendo que se registrar diferenças entre regiões até dentro de um mesmo País. E embora haja variação na participação das mulheres da divisão do trabalho produtivo, existe muita semelhança entre elas no que diz respeito à sua participação nas atividades de reprodução, tanto aquelas consideradas de ciclo curto como trabalho doméstico e as atividades diárias de manutenção, quanto às de ciclo longo, como reprodução biológica e a educação das crianças (Brumer, 1996).

Segundo a mesma autora (1996:41), as agricultoras carecem ainda de um lugar bem definido na unidade de produção e ela cita o Relatório de 1988 do Secretariado da Comissão Feminina das Comunidades Européias sobre a situação das mulheres em 12 países que compõem a Comunidade Econômica Européia, que reconhece “*um papel secundário das mulheres como tapa-buracos*”

A autora sugere que “*a modificação na divisão sexual do trabalho por sexo em atividades produtivas, não é apenas culturalmente determinada, mas também é sensível às condições materiais de produção*” (Brumer, 1996 citando Deére & Leon, 1996: 42). Isto significaria vivermos em uma sociedade onde o Estado viabilizasse “condições materiais de produção”; por exemplo, terra, trabalho e capital aos trabalhadores(as). Mudar as relações de

¹⁴ O “não excepcional” aqui, diz respeito a posição predominantemente subalterna das mulheres em relação aos homens na agricultura familiar. Embora se reconheça a existência de um movimento político de mulheres trabalhadoras rurais que inclui esta categoria. Por excepcional aqui se considera a história de luta política pela terra das mulheres, especialmente aquelas do Assentamento do Saco do Rio Preto.

¹⁵ Ver Rua, M. e Abramovay (2000).

gênero, segundo o raciocínio destas autoras implicaria necessariamente mudar as relações entre Estado e sociedade.

Brumer se pergunta ainda se é inevitável que somente as mulheres se responsabilizem por atividades ligadas à reprodução familiar? E vai mais além quando pergunta a quem caberia o papel principal nesse processo de mudança: as mulheres, aos homens ou ao Estado?

Outros estudos como o de Nobre (1998a), por exemplo, nos alertam para o fato de que as atenções do movimento sindical, dos (as) pesquisadores, do governo e dos organismos internacionais relacionados com a agricultura familiar, quando consideram a família, o fazem de maneira geral, tendo como o centro a figura do “*chefe da família*”. O trabalho e a visão da mulher, filhas e filhos é negligenciado, como se os interesses do pai incluíssem os de todos.

Segundo a mesma autora, a divisão sexual do trabalho parte do princípio segundo o qual os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (associado ao mercado) e as mulheres pelo trabalho reprodutivo (doméstico, consumo próprio, reprodução da família). Esta divisão expressou no Brasil a oposição entre casa e roçado.

É interessante observar que a autora nos remete aos estudos sobre gênero que segundo ela, tentam explicar a hierarquia e o porque da desigualdade entre homens e mulheres e destaca o trabalho de Woortmann (1995) sobre as relações de parentesco entre colonos de origem alemã no sul do Brasil e entre sitiantes do Nordeste. As observações são fundamentais e se dão não só no campo da produção agrícola, mas também da sexualidade, na posição na comunidade (“oposição simbólica com mulheres à esquerda e homens à direita, no interior da igreja) e na família. Entre os colonos alemães do sul, por exemplo, os nomes masculinos expressam relações de parentesco e compadrio, e o fazer parte de uma família. Os nomes das mulheres são “*nomes fantasia*”, pois elas serão reconhecidas em relação com o nome do pai e, depois, com o do marido.

Aliás, para Nobre (1998b) as mulheres na agricultura familiar parecem ser transparentes. Seu papel é cristalizado, segue regras, o que atrapalha seu desenvolvimento pleno, pois são obrigadas a seguir determinadas normas e ter um jeito de viver que não é necessariamente o que querem. As relações entre homens e mulheres na família e na organização da produção não são só objetivas, mas impregnadas de valores morais, éticos, que passam por representações simbólicas, pela religiosidade, entre outras questões. O fato de as mulheres perceberem sua condição de subordinadas não implica necessariamente em um movimento de mudança. O medo de se rever é inerente a todas as mulheres, embora possa ser trabalhado.

A autora apresenta dados de exclusão das mulheres pela extensão rural em pesquisas realizadas na Paraíba e no Paraná, embora as mulheres estivessem totalmente envolvidas em atividades produtivas, revelando a prioridade masculina nestas relações representando mais um espaço de poder para os homens. Alerta para uma questão em outro campo, quando se discute a herança, uma vez que quem tem o direito de herança normalmente é o filho mais velho.

Segundo Nobre (1998b), o simples fato de se realizar uma pesquisa do leite¹⁶ que tinha como objetivo central captar a atuação da mulher dentro da propriedade, já é um choque para

¹⁶ Duas pesquisas foram realizadas em conjunto por Ong's e movimentos: “Mulheres na produção do leite”, do Departamento Rural da CUT – Central Única dos Trabalhadores e do Departamento de Estudos Sócio

as pessoas, porque elas se dão conta de coisas que normalmente são dadas como “naturais”. Isto levando-se em consideração que os métodos da pesquisa não foram predominantemente quantitativos como é o mais tradicional e, pelo contrário trabalhou-se com processos qualitativos, o que permitiu revelar questões mais profundas. Identificou-se por exemplo, que os pais não notam o trabalho das filhas, os rapazes reclamam que fazem tudo e as mães são as que enxergam e valorizam o trabalho de cada membro da família. A própria realização da pesquisa, segundo a autora, provocou a discussão e sensibilizou algumas pessoas.

Outra contribuição bastante contundente é a de Gouveia (2003) que nos diz que, tomando como referência as relações de gênero na agricultura familiar em seu atual formato, as possibilidades de construção da cidadania e emancipação das mulheres ainda são muito restritas. O ethos¹⁷ da agricultura familiar coloca no pai todo o poder para organizar não só o empreendimento produtivo como também todo o universo de relações que ali ocorrem. A partir dele, constrói-se uma hierarquia rígida na ocupação de lugares, atribuição de valores, oportunidades e benefícios.

Quanto à invisibilidade das mulheres nos processos produtivos é interessante quando Gouveia (2003:47) coloca que “*não são as mulheres que se ocultam, são as relações de dominação patriarcal que lhes atribui um lugar menor*”, neste caso segundo ela, se muda o sentido da compreensão da realidade e, conseqüentemente, das estratégias de superação das desigualdades.

A operação de invisibilidade ocorre em um momento posterior ao trabalho realizado, seja ele produtivo ou reprodutivo. Dá-se quando é negado às mulheres o direito de decidir, quando as estatísticas e análises produzidas pelo Estado ou pela sociedade não trabalham os dados separados por sexo; quando discursos mantêm a suposta universalidade do masculino (“o agricultor”).

Outro aspecto relevante apontado por Gouveia (2003) é que o caso de migrações das mulheres para áreas urbanas, não por escolha, mas por dificuldades financeiras da unidade de produção, as atividades reprodutivas não são deslocadas para os homens quando há ausência física de uma mulher, são transferidas diretamente para outra mulher da família.

A mesma autora destaca também que as mulheres têm direitos pela metade em relação à posse da terra, aos rendimentos e ao poder de decisão. Segundo ela, 87% dos lotes dos assentamentos do INCRA, 93% do Banco da Terra das propriedades familiares têm homens como titulares.¹⁸ Quanto aos rendimentos os dados da última PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar, divulgada em 2001¹⁹ indicam que para o universo das pessoas de 10 anos ou mais ocupadas em atividades agrícolas (não especificamente para a agricultura familiar), as mulheres estão majoritariamente nas categorias não remuneradas (39,25%) e produção para o consumo próprio (também 39,25%), demonstrando que quase 80% das mulheres não auferem nenhum rendimento do seu trabalho.

Econômicos e Rurais (DESER), ambos do Paraná e uma “Etnografia das relações de gênero” da Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional Regional do Mato Grosso (Fase – MT).

¹⁷ ETHOS é um termo grego, de onde se origina a palavra Ética. O filósofo grego Aristóteles definia ETHOS como credibilidade conquistada por um autor através da inteligência, do bom caráter e do respeito pelo público. ETHOS significa, ainda, estudo dos costumes, do caráter, da moral ou espírito de uma época. (www.ethos.com.br, em dez/2005).

¹⁸ “A terra da mulher e do homem”, entrevista concedida por Zoraide Garcia Frias ao jornal eletrônico da Unicamp, nov/2002. Disponível <www.unicamp.br>

¹⁹ Disponível em <www.ibge.gov.br>

Para tratar do poder de decisão, Gouveia (2003) reafirma que ele é restrito, mesmo ao que se refere à esfera reprodutiva, e para tanto se apóia na pesquisa “Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais”²⁰. Apesar de creditar às mulheres o domínio absoluto do espaço produtivo, a realidade é mais complexa, tendo respostas menos uniformes nos estados pesquisados. Contudo o que pode parecer, à primeira vista, bastante surpreendente é que, em nenhum dos estados pesquisados, as mulheres têm maior poder de decisão sobre quais alimentos devem ser comprados, sendo mais freqüente que os homens tomem essa decisão. A primeira vista porque, nos casos das agricultoras familiares, tudo o que envolve dinheiro e saída do espaço restrito do estabelecimento familiar não lhes pertence, não lhes é direito, já que a tradição patriarcal que organiza este cotidiano nega às mulheres a possibilidade de exercerem um princípio fundamental de ser sujeito: a liberdade de ir e vir²¹.

Gouveia reafirma seus argumentos dizendo que sem dinheiro, sem direito à herança, sem espaço, sem poder, sem liberdade, assim são as mulheres em sua experiência cotidiana na agricultura familiar.

O próximo item se apoiará em estudos que, consideram o assentamento de reforma agrária como um espaço social, resultante de vários processos de mudanças que representam trajetórias de excepcionalidades.

²⁰ Ver nota 17

²¹ Informações complementares e análogas de outra região, segundo dados de Santos e Almeida (2003:33), de 790 mulheres entrevistadas no Diagnóstico das relações de gênero em áreas de assentamento de reforma agrária e de agricultura familiar na região do Sertão do Pajeú, em Pernambuco, 770 não ocupam nenhum cargo de diretoria. Os dados indicam dificuldades para as mulheres assumirem instâncias de poder: espaços culturalmente destinados aos homens. Tal situação relaciona-se à divisão sexual do poder.

CAPÍTULO III

A VIVÊNCIA NOS ASSENTAMENTOS: ALGUMAS INTERPRETAÇÕES

Nos últimos anos, tem havido um incremento na produção bibliográfica sobre assentamentos de Reforma Agrária²². Num número expressivo de trabalhos recentes observou-se um relativo conjunto de pontos convergentes no destaque do acampamento como situação privilegiada de mais união e solidariedade (Wanderley, 2003), onde as “normas duráveis perderam o sentido” (Martins, 2003), onde se pode entender o “sentido da luta pela terra ao se viver sob a lona” (Silva, 2003), onde “homens e mulheres têm responsabilidades iguais” (Quinteiro, 2003), onde a “ruptura com a vida cotidiana” não traz boas recordações e onde “a união é referência unânime” (Wanderley, 2003).

Outro relativo conjunto de pontos convergentes diz respeito à complexidade de relações sociais construídas nos assentamentos como um “*elenco de singularidades, com uma complexidade de processos sociais e mentalidade patriarcal*” (Martins, 2003), enquanto um “*mosaico social nos espaços de produção e reprodução, onde as circunstâncias fazem os homens e as mulheres e ambos fazem as circunstâncias*” (Silva, 2003), onde há intenso processo de ressocialização (Quinteiro, 2003) e onde há uma diversidade de sentimentos como o medo, o pudor e a vergonha (Wanderley, 2003).

Também se aponta para a existência nos assentamentos de tensões/contradições entre os assentados e assentadas, seus e suas representantes, os mediadores e mediadoras, as igrejas, as ONGs, os partidos políticos e os poderes públicos, indicando processos conflituosos diferenciados.

Assim, tratar da vivência nos assentamentos significa, no mínimo, tentar ‘dar conta’ da complexidade dos processos sociais ali vivenciados, em função de características próprias e peculiares à trajetória histórica dos assentados e assentadas, sua origem, sua composição familiar, seus anseios, seus valores, seus projetos de vida, seus medos e esperanças em relação à reforma agrária no Brasil. Acrescentem-se ainda as características conjunturais específicas dos processos de criação de cada assentamento, aliadas a situações ambientais de solo e clima mais favoráveis ou não ao desenvolvimento de atividades rurais.

Porém, junto com os relativos consensos nesses trabalhos recentes, surgem também visões e aportes particulares. Para Martins (2003):

“os candidatos a assentamento e clientela da reforma agrária constituem uma massa residual de um conjunto de descartes sociais e de alternativas de vida não realizadas,

²²Considera-se, neste trabalho, a visão de reforma agrária, não só como viabilizadora do acesso à terra, mas, sobretudo, como catalizadora da transformação da maneira como o agricultor e agricultora se relacionam com as instituições da sociedade em que vivem (Abramovay e Carvalho Filho, 1994).

de destinos não cumpridos, histórias pessoais truncadas por bloqueios de diferentes tipos, oriundos de diferentes causas” (Martins, 2003:17).

O mesmo autor também assinala que a teia básica de relações sociais imediatas dos assentamentos constitui-se de um elenco de relacionamentos em que revigora uma sociabilidade primordialmente familista e uma mentalidade acentuadamente patriarcal, em que, para ele, mais do que uma relação econômica existe também uma relação de dominação.

Pareceria haver o predomínio de orientação “conservadora” no agir dos acampados e assentados, no qual a luta não é primariamente pela terra e sim contra a desagregação de relações sociais tradicionais, que resulta na perda de um lugar de referência. A referência ao comunitário ou ao coletivo nos assentamentos parece estar “*mais na euforia da festa, do provisório e passageiro do acampamento e da ocupação, cuja história sofrida acaba sendo a história da seleção natural dos iguais, dos que ‘estão juntos’ na busca e nos atos*” (Martins, 2003:25).

Há que se observar ainda que muito do que ocorre nos assentamentos depende de que os assentados tenham ou não passado pela experiência de acampamento, o que não ocorre em todos os casos. O acampamento representa um processo de socialização e, ao mesmo tempo, de dessocialização, de anulação de referências culturais, valores e normas. É mais do que um tempo de espera com “regras suspensas”.

“É um período de teste de concepções tradicionais de solidariedade e relacionamento social numa situação social com outra e incompreensível pauta de significados... Parece que os liames sociais permanentes são substituídos por vínculos provisórios e administrados. Não há conflitos visíveis, estruturais, no acampamento. Todos os valores e normas duráveis perderam o sentido” (Martins, 2003:43/44).

Ao considerar a inventividade social do assentamento, o mesmo autor afirma que ela é menor do que se supõe, embora seja real. Isso porque o assentamento não é uma instituição e sim uma intervenção externa no curso de um processo social que se nutre de outros eixos de referência, próprios da sociedade inclusiva²³.

A ação dos poderes públicos, legislativo, executivo e judiciário, é levantada por Martins (2003) como aparentemente conflituosa. Toda a pressão social e política recai sobre o Executivo, muito menos sobre o Legislativo e nada sobre o Judiciário. Este processo gera incertezas e abala a credibilidade das instituições, provocando certa sensação de vazio. Como aspecto positivo, percebe-se que estes momentos incrementam a solidariedade grupal e estimulam inovações nos relacionamentos.

Ao relatar os graves prejuízos causados a um trabalhador rural e sua família, em função de atrasos na liberação de financiamentos, Martins (2003:39) afirma que, aos olhos do setor público, o trabalhador do modelo oficial de assentamento é um trabalhador “fictício, integrado e sem problemas e não, justamente um trabalhador à margem do limite das possibilidades de inserção. Se fosse o trabalhador do modelo de assentamento, não precisaria

²³ Consideramos que, desde a perspectiva de Martins, compreender as mudanças nas relações de gênero em um programa de assentamento de reforma agrária implica em se examinar tensões e contradições que nele ocorrem, entre assentados e assentadas, seus e suas representantes, nos diferentes processos de mediação, nas ações das Igrejas, do governo, de ONGs, etc.

do Programa de reforma agrária, podendo ser atendido por programas ‘normais’.²⁴ *“Atua-se, portanto, como fator de concentração fundiária, em direção oposta à das diretrizes da reforma agrária”*²⁵.

Outro aporte sobre a vivência em assentamentos de reforma agrária é apresentado por Silva (2003). A autora constrói seus argumentos privilegiando a noção de assentamento como um “mosaico social” intrincado de arranjos organizados no espaço da produção e da reprodução, onde “as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias”.

Junto com a noção de mosaico, a autora trabalha com a noção de trajetória. Esta noção *“ao fornecer as condições para análise dos caminhos percorridos pelos indivíduos, não somente no campo profissional, como também familiar, abre possibilidades para as posições diferenciadas dos sexos no seio da família e também para as diferenças de idade”* (2003:118).

O assentamento analisado por ela sofre grande influência e pressão de um imenso canavial localizado na divisa com seus limites. Os proprietários pressionam alguns trabalhadores para que realizem o plantio de cana em seus lotes do assentamento. Este processo de pressão já forçou a tomada de posicionamento de assentados e assentadas sobre ser contra ou a favor do plantio de cana, entendido por alguns como contrário à reforma agrária. Entende-se que a reforma agrária está sintonizada com a agricultura familiar, na qual “planta-se e cria-se tudo que se pode comer e vender”. Para Silva (2003), a cana e a usina, no imaginário dos atuais assentados e assentadas, representam o medo, a insegurança e a impotência diante da possibilidade de perda do lote e do fracasso do programa de reforma agrária.

Para esses assentados, a passagem pelo acampamento foi muito significativa. Consideram que foram momentos decisivos para se compreender o significado de luta pela terra. Inclusive diferenciam-se dos outros assentados que não ficaram acampados. Por isso, *“não sabem o que é viver em baixo da lona”* (p.118). Pode-se perceber a existência de laços de maior solidariedade entre algumas pessoas desse grupo.²⁶

Ao tratar das dificuldades para ficar na terra, Silva (2003) adverte que, além das dificuldades relativas à organização, produção e sociabilidade de um novo modo de vida, os maiores problemas originaram-se das disputas entre os diferentes grupos e também entre lideranças e mediadores.

²⁴ Para Ferrante (1998:260), na lógica da burocracia estatal, aparentemente apolítica, sustentada por critérios técnicos, o assentamento aparece como *“uma categoria datada, esvaziada de um processo de lutas, de violência, de experiências vivenciadas”*.

²⁵ Nesta perspectiva, o mesmo autor elabora uma definição de reforma agrária, segundo a qual *“Não é apenas redistribuição de terra, mas redistribuição de oportunidades de reinserção ou de inserção no sistema econômico, forma de atenuar ou neutralizar as forças que tendem a dele expulsar ou descartar os inaproveitáveis de uma economia crescentemente seletiva e regulada pela lógica do mercado e do lucro”* (p.42).

²⁶ Ferrante (1998:263), em outro estudo sobre o mesmo assentamento, aponta que as mulheres de Promissão, depois que vieram para Bela Vista do Chibarro, haviam participado do momento de ocupação da terra, tendo presença significativa no processo de constituição e sustentação dos acampamentos. Nos momentos seguintes, o espaço de iguais se desestruturou, contando, para isso, com a vontade do Estado ao escolher e excluir os beneficiários.

A título de exemplo, o assentamento possui três cooperativas com objetivos distintos, que reproduzem a fragmentação originária e, conseqüentemente, as dificuldades de criação de um projeto único nesse assentamento, além da inviabilidade de uma gestão centralizada em torno de um único projeto de administração. As cooperativas são duas vinculadas à agricultura familiar e outra que reúne os que aderiram ao plantio de cana.

No que se refere à ação dos mediadores, verificou-se que as questões políticas e ideológicas impostas pelos mediadores priorizaram o econômico em detrimento de outros traços importantes da experiência desses sujeitos, dentre eles a cultura e os valores.

Silva (2003) faz um alerta importante ao afirmar que a construção do novo espaço social incorpora traços do mundo tradicional. Não se retorna simplesmente ao passado, mas recriam-se valores do passado e do presente, formando uma simbiose. Além dos conflitos, a vida cotidiana é constituída por estes laços de solidariedade baseados na tradição e também nas relações de parentesco. É conveniente destacar que não significa, por exemplo, que, no espaço da vila, não haja solidariedade e nos lotes não haja conflitos. "*O espaço social não é sinônimo de espaço físico*" (p.135).

Nesta perspectiva é importante observar a análise do lugar das mulheres nesse assentamento, levando-se em conta as relações de gênero, as posições políticas e a divisão sexual do trabalho. No que diz respeito às relações de gênero, segundo uma das lideranças, as mudanças são poucas. Em alguns casos, a violência de gênero existe da mesma forma que a violência contra as crianças. Em contrapartida, as mulheres ocupam muitas posições políticas. Anteriormente, a titularidade do lote era permitida somente aos homens e, atualmente, as mulheres são titulares juntamente com os homens. Quanto à divisão sexual do trabalho, as mulheres ocupam as mais distintas posições: donas de casa, empregadas domésticas na cidade, atividades da horta, criação de animais de pequeno porte, ordenha, roças de milho, feijão, café e outros produtos do lote, havendo aquelas que comercializam os produtos na feira. Segundo a maioria dos depoimentos, são as mulheres as responsáveis pela maior parte dos trabalhos (Silva, 2003).

Existe no assentamento a visibilidade de grande ociosidade masculina em decorrência de dificuldades estruturais de organização da produção e também das relações decorrentes do patriarcado.

No que diz respeito às distintas temporalidades entre homens e mulheres, destaques complementares interessantes foram observados em relação às crianças, que apontaram por meio de redações, um quadro bastante complexo. As redações não registraram o interesse em permanecer no lote. As profissões almejadas foram: modelo, artista, dentista, cantor e rico, típicas do meio urbano e veiculadas pela mídia televisiva. Os desenhos, em contrapartida, refletem o mundo da vila e dos lotes: crianças soltando pipas, casas com parabólicas, caixas d'água nos lotes, redes de eletrificação, igreja, pátio da escola, quadra esportiva, árvores, estradas, flores, etc.

Parece que as pessoas do assentamento pelem em torno da construção de diferentes estratégias de um mundo de vida, que inclui o velho e o novo, o passado, o presente e o futuro (Silva, 2003).

Para a autora, não se pode falar de conclusões negativas ou positivas do assentamento e, mais do que isso, privilegiar uma análise relacional, em que se observa que a

heterogeneidade, ao contrário da homogeneidade, constitui-se no elemento que deve orientar a análise a fim de impedir o viés ideológico.

Mais uma contribuição sobre a vivência em assentamentos é apresentada por Quinteiro (2003), relatando resultados de pesquisa realizada em julho de 2001, no assentamento Rio Paraíso, localizado no sudoeste de Goiás.

Para Quinteiro (2003), os assentados eram trabalhadores rurais sem eira nem beira, uns poucos da agricultura familiar, meio que provisórios na vida, com andanças pelas fazendas na venda do seu trabalho, nas lides com o gado, com os grãos, com a subsistência.

Ao tratar do acampamento, a autora aponta que sua sustentação era garantida pela presença das famílias, cada uma no seu pedaço, cultivando e colhendo para a subsistência. *“Homens e mulheres tinham responsabilidades iguais, assim como os filhos em idade de ajudar. Os homens saíam para arrumar ‘empreitada’ na cidade e as mulheres lhes davam sustentação para a saída”* (p.164).

Para Quinteiro (2003), a solidariedade e as ajudas, entre os acampados, parecem ter predominado nestes primórdios com mais intensidade do que hoje, quando o espírito de união era o que lhes dava ânimo para continuar e esperar por dias melhores. As dimensões pessoal e familiar, sempre entrecruzadas, pareciam ser um e único sujeito. A família desta luta era um corpo único, pais e filhos buscando o mesmo objetivo.

A pesquisa revelou a existência de um grupo de mulheres que colabora como força auxiliar nas pressões que o assentamento precisa fazer para obter suas reivindicações.

No que tange à divisão sexual do trabalho no espaço doméstico, considerado, por excelência, feminino, a autoridade e a responsabilidade estão concentradas na figura da mãe. No espaço público em geral, predominantemente masculino, as mulheres estão cada vez mais participantes, não só no mundo do trabalho, como no lazer junto aos seus maridos, pais, irmãos e filhos.

Quinteiro (2003) afirma ter ouvido depoimentos nos quais afirma-se que, com a formação do Grupo de Mulheres e a Secretaria de Mulheres, o relacionamento familiar em geral tornou-se mais compatível com as necessidades de entendimento entre eles. Também se tem verificado menor distância entre os mais velhos e os mais jovens, sobretudo na manifestação das emoções, em assuntos antes considerados tabus, como aqueles relacionados às questões sexuais. Essa liberdade, no entanto, não afrouxa alguns valores tradicionais e ‘conservadores’ das famílias do Rio Paraíso, conforme argumento da autora.

A pesquisa revelou a existência de três grupos, de acordo com o desempenho da atividade agropecuária e com o nível da tecnologia utilizado

- “a) os bem sucedidos, os que ‘deram certo’;*
- b) os bem sucedidos, mas com dificuldades, que se encontram num patamar intermediário e*
- c) os que ‘não deram certo’, que pelejam com muitas dificuldades, que são as pessoas que produzem basicamente, para a subsistência “(p.189)”.*

Esta classificação parece estar relacionada com os capitais de origem dos assentados, como máquinas, avalistas e escolaridade. Tal capital é facilitador da mudança de mentalidade, da adoção de novas técnicas e dos créditos bancários que requerem avalistas. No entanto, aqueles capitais interferem, mas não são determinantes. Observaram-se situações em que a ressocialização foi possível, sem, contudo, alterar a posição econômica, mas alterando a qualidade de vida para melhor (Quinteiro, 2003).

Quanto à autodenominação dos assentados, observou-se forte identidade com os lugares de origem: “os do sul”, “os goianos”, evidenciando-se ausência de clareza quanto à denominação social decorrente da posição produtiva da maioria dos assentados. Para Quinteiro (2003), esta dificuldade passa pela dupla filiação dos assentados que pertencem tanto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, quanto à Associação dos Pequenos Produtores Rio Paraíso.

Outro destaque sobre a vivência nos assentamentos é o trabalho de Wanderley (2003), resultante de pesquisa nos assentamentos Pitanga I e Pitanga II, localizados em Pernambuco.

É fundamental observar que, inicialmente, a autora cita Martins (2001) para alertar que as populações que se envolvem com a luta pela reforma agrária lutam por um projeto de vida e não simplesmente pela sobrevivência.

Alerta também que a pesquisa de campo observou três momentos da história dos assentamentos: sua trajetória anterior ao assentamento, o projeto de luta pela terra e a vida no assentamento, para a compreensão do projeto de vida do qual o assentamento é um momento crucial entre o passado de exclusão e o futuro em construção.

Wanderley (2003) aponta que, entre outras questões, a luta pela terra representa uma experiência dolorosa, exigindo uma extraordinária capacidade de resistência. “*Começou meu sofrimento: bichos, piolho, doença de olho, mosquito da conjuntivite, fumaça sujeira, cocô; meus lençóis alvinhos ficaram pretos de serem lavados em poça de água. Dormia num catatau de vara*” (p.207)²⁷.

A origem dos assentados é distinta, havendo aqueles de origem rural, de origem urbana e de origem rural que já passaram pela cidade. Existem ainda os machadeiros que são trabalhadores rurais que encontram ocupação no corte de madeiras nas densas matas da região, que disseminaram o uso de barracas de lona preta entre os assentados. Outro tipo, também chamado de machadeiro, é o oposto do primeiro, sendo um madeireiro e não um trabalhador rural. Seu interesse no local se resumia ao desmatamento e à retirada da madeira para ser vendida (Wanderley, 2003).

Para a autora, um dos fatores que favoreceram o movimento dos trabalhadores foi a coesão interna do grupo de acampados, em que a união é referência unânime. Reforçou a capacidade de resistência, criou ou aprofundou laços de solidariedade e tornou mais leve o cotidiano das pessoas acampadas.

Movidos pelo fato de não ter nada e precisar de terra para morar e trabalhar, os parceiros reconstroem na memória os principais acontecimentos, reiterando-se os sentimentos a eles associados: onde moravam, com quem, quem eram os vizinhos, o que

²⁷ Segundo a autora, as passagens entre aspas são afirmações dos parceiros entrevistados.

faziam naquele tempo, como e por que decidiram entrar no acampamento e como viam seu futuro e de suas famílias. Os relatos revelam também conversas e trocas de opinião com os familiares, vizinhos e amigos a respeito da invasão. A adesão expressa uma decisão ao mesmo tempo pessoal, familiar e mesmo coletiva, sendo tomada após discussão entre vizinhos, compadres e amigos.

Para Wanderley (2003), o acampamento não é decididamente uma boa recordação e pode ser entendido como um momento de ruptura da vida cotidiana daquelas famílias. Ali o cotidiano é constantemente recriado, tendo havido nascimentos, casamentos, batizados e mortes, descoberta de novas amizades e disputa entre vizinhos. Adesões e desistências. Encorajamentos e desestímulos.

Chegar ao assentamento representa, ao mesmo tempo, uma ruptura e uma continuidade em relação ao passado. Existem projetos pessoais, familiares e coletivos, mas também muitas dificuldades para concretizá-los.

A referência ao acampamento é feita quando Wanderley (2003) argumenta que, num primeiro momento, a alegria de ter conseguido a parcela e a força que vinha da coletividade dos acampamentos, parece sofrer um grande impacto quando cada parceleiro, vitorioso, entra sozinho em sua parcela familiar.

A autora demonstra um dos modos de ser agricultor com um depoimento: *“só gosto de plantar o que como e vendo. O que só serve para vender não é lavoura”*. Repete-se nesse assentamento o desejo de associar reforma agrária com agricultura familiar.

Quando se tratou das profissões não agrícolas almejadas para os filhos, observou-se a existência dos que têm *“um sonho alto”*, que lhes permitam *“ser alguém que tenha força”* como o médico, engenheiro, engenheiro agrônomo, juiz, advogado, comerciante, professor, militar, economista; por outro lado, há os que sonham menos: *“pobre não pode crescer muito; cai e esborracha”*, e desejam que seus filhos se tornem mecânicos, motoristas, eletricitas, empregados de supermercado, técnicos, bancários, cobrador de ônibus. Finalmente, para alguns, os sonhos não têm limites e, talvez por influência da televisão e outros meios de comunicação, sonham que os filhos venham a ser jogadores de futebol, cantores, músicos ou mesmo piloto de fórmula um. Para as filhas, as referências mais frequentes são as profissões de enfermeira, professora e dona de casa, com bom marido e filhos.

Ao relatarem como percebem a reforma agrária, percebe-se sempre uma junção entre trabalhar e morar e *“Essa junção corresponde a um modo de habitar familiar, que reforça os laços domésticos e evita a desagregação que julgam observar nas famílias urbanas que, segundo eles dissociam trabalho e moradia”* (Wanderley, 2003).

Sobre a diversidade de sentimentos que se entrelaçam na memória de entrevistados e entrevistadas, é importante considerar o medo, o pudor e a vergonha. O medo durante o acampamento: fome, dormir mal, passar mal, ser maltratado por policiais. Dentro da mata, além da fome, havia que se encontrar meios para lavar roupa, tomar banho e fazer as necessidades fisiológicas. Medo da polícia na mata e na praça. Medo de estar na cidade, num lugar estranho e que incomodava. Havia também o sentimento de pudor e vergonha: por ter invadido o que é dos outros, por pedir esmola, desviar escondido a iluminação pública da praça para as barracas, por saber que estava incomodando os passantes, deixando a praça suja.

Vergonha e pudor pela exposição pública de sua miséria. Vergonha, misturada com muito medo de ser confundido ou confundida com delinquentes (Wanderley, 2003).

Não é sem uma grande tensão interna que vencem barreiras e se expõem, não sem antes se sentirem apoiados ou apoiadas, compreendidos ou compreendidas.

Há um outro sentimento de reconforto e gratidão que se estende ao próprio grupo, pela sua coesão e às diversas forças da sociedade que, ao expressarem solidariedade imediata, legitimaram os objetivos da luta.

Para os parceiros e parceiras do assentamento Pitanga I e Pitanga II, segundo Wanderley (2003), deve haver, no programa de assentamento, um projeto que tenha a família como eixo central. A forma social camponesa é o projeto dos parceiros do Pitanga. A propriedade da terra, em sua dimensão social e cultural, é a condição para que a família viva, para que garanta por meio dela a sua reprodução em condições de dignidade e em conformidade com um padrão que se considera ideal.

3.1. Trajetórias de excepcionalidade: luta pela terra e relações de gênero

É fundamental, inicialmente, caracterizar o significado da utilização dos conceitos de trajetória e de excepcionalidade. Nesta pesquisa, falar de trajetória significa considerar os movimentos realizados ou os caminhos percorridos por trabalhadores e trabalhadoras desde a sua condição de sem terra, até se tornarem proprietários ou proprietárias de um lote no Assentamento Saco do Rio Preto. Significa, ainda, abrir possibilidades para que se visualizem posições diferentes dos sexos no espaço público e privado, incluindo esta alternativa para diferenças de idade.

Isso significa considerar as expectativas, dúvidas, anseios criados e todo o processo de rápidas e lentas decisões tomadas a cada momento em que os encaminhamentos se desenvolviam, ainda que o medo também se fizesse presente. E se aprendia cumulativamente a cada etapa.

Cabe aqui um parêntese sobre as práticas políticas das mulheres que, em geral, estão assinaladas, num certo sentido, tanto pela busca de formas alternativas de situar-se frente ao mundo, como pelo peso da identidade e de práticas tradicionais assumidas como válidas pelas mulheres e pela sociedade. Por estarem sujeitas a processos contraditórios de submissão/rebelião, de busca de legitimidades externas e seguranças internas, de urgências por resolver suas enormes carências, o que imprime imediatas e conjunturais urgências às ações que, ao mesmo tempo, impulsionam a criatividade e a coragem. Contém, esta prática política, uma nova forma de relacionar o político com o social, o público com o privado e o produtivo com o reprodutivo (Valente, 1992).

Esta é uma questão importante quando se trata da caracterização de crise ou das excepcionalidades das relações sociais que se manifestam na luta pelo acesso à terra e que envolvem, como sujeitos políticos referenciais, as mulheres.

Em geral, segundo Deere e Leon (2002), citando Agarwal, pode se ressaltar a vinculação entre o acesso à posse da terra pela mulher e o desafio de relações de poder, expresso tanto na esfera pública quanto privada, uma vez que a “tendência geral” é associar

propriedade com dominação e autoridade, categorias nitidamente masculinas. Dessa forma, cabe vislumbrar o potencial transformador da luta da mulher pela posse da terra.

Mais que o aumento em si do número de mulheres com acesso à terra, vale a pena se deter no processo pelo qual o aumento da mulher no comando ocorre, uma vez que tal processo tem um comportamento decisivo nas relações de gênero. Os direitos à terra, por exemplo, não são ‘em pressuposto’, nem serão proporcionados à maioria das mulheres sem contestação. Lutas simultâneas serão exigidas contra facetas diferentes de desigualdades de gênero baseadas em normas e práticas sociais. Exigir-se-ão mudanças a favor das mulheres em equilíbrio de poder em âmbitos diferentes: na família, na comunidade e no mercado e em vários níveis de organização do Estado. Até para organizar-se coletivamente necessita-se do desafio às normas existentes. É exatamente a natureza complexa e ampla destes obstáculos que concede à luta para superá-los um potencial transformador. Este também é o motivo pelo qual uma luta pela terra pode conduzir a implicações mais amplas para as relações de gênero.

No caso do Brasil, Dorderly, Buarque e Garcia (2002)²⁸ alertam para a importância de se analisar o comportamento de gênero nos assentamentos de reforma agrária. Enfrentar a questão de gênero nestes contextos significa focar as relações existentes entre os homens e as mulheres, identificando contribuições específicas ao processo de transformação do meio, seja nas atividades produtivas ou nas de reprodução da família. Este procedimento permite observar a forma como se reproduzem as desigualdades entre eles na divisão sexual do trabalho, no acesso e no controle dos recursos, na gestão das atividades de produção, reprodução e comercialização, assim como nos processos de tomada de decisão.

Ao tratar assim a questão de gênero, uma primeira constatação é que, no caso de mulheres rurais – índias, brancas ou negras –, há uma ausência nos estudos de dados e análises sobre inúmeras tarefas nas áreas de produção, nos acampamentos e nos assentamentos de Reforma Agrária, o que contribui para o não reconhecimento da sua condição de trabalhadoras rurais. Esta constatação reflete, ainda, negativamente de forma direta sobre seu acesso a programas de capacitação e assistência técnica, tanto por estarem desqualificadas em geral como porque não se destinam recursos para atividades relacionadas à produção não agrícola, nas quais elas têm, também, uma forte presença. No âmbito de políticas públicas para os assentamentos de reforma agrária, isso tem significado identificar as mulheres como beneficiárias, consumidoras ou ajudantes secundárias nos processos produtivos e políticos, estabelecendo-se relações paternalistas nas quais chega a se trabalhar *tudo* para as mulheres e *nada* com as mulheres (Buarque, 2002).

Uma outra característica apontada também por Buarque (2002) é que as mulheres têm trânsito limitado nos espaços de decisão, qualquer que seja o ambiente onde elas se encontram. O fato de estar vinculada a uma associação de pequenos produtores, por exemplo, não traz garantias de uma efetiva participação das mulheres nos processos de decisão da vida do assentamento.

Por sua vez, ao procurar aprofundar a compreensão sobre as permanências e mudanças no estudo dos papéis das mulheres em assentamentos rurais, Cappellin e Castro (1997) ressaltam a especificidade das contribuições de trabalhadores e trabalhadoras, indicando como as situações diversas dos assentamentos fomentam o leque destas especificidades e diferenças.

²⁸ Ver Dorderly; Buarque e Garcia, 2002.

Assim, observa-se que, em um dos assentamentos pesquisados pelas autoras, a relação com o meio urbano tende a fortalecer a intervenção política das mulheres e sua participação no interior dos assentamentos, assim como sua autonomia em relação aos homens. Num segundo assentamento estudado, a quebra dos tradicionais padrões de uniformidade do papel do chefe de família se deu quando, via trabalhos de artesanato e de derrubada de matas, as mulheres passaram a formar o orçamento familiar, frente às precariedades das condições de subsistência. Por fim, num terceiro assentamento, a trajetória de bóia fria, experiência comum das trabalhadoras rurais, parece ter tido um papel fundamental para caracterizar a individualização da mão-de-obra feminina e sua contribuição na composição da renda familiar, quando elas se reconhecem como “produtoras rurais” (Cappellin e Castro, 1997).

Questionando estas situações diversas a partir de um recorte que distingue o *fazer*, o *pensar* e o *decidir*, as autoras constataam que o *fazer* apareceu com a forte participação das mulheres nas mais diversas tarefas e nas diferentes estratégias de formação de renda. O *pensar* ficou evidenciado quando as mulheres demonstraram ter opiniões sobre o lote que está se desenvolvendo, como deveriam ser aplicados os recursos e o tipo de produção a ser desenvolvida. O *decidir* evidenciou-se quando se faz referência a como marido e mulher tomam as decisões sobre o destino do núcleo doméstico, da produção familiar e das perspectivas de investimentos futuros. Nesses casos, encontrou-se uma diversidade de situações que vão desde as mulheres que afirmaram não participar das decisões àquelas que afirmam decidirem tudo conjuntamente ou até aquelas que de fato gerenciam os lotes, deixando na responsabilidade dos homens a formação da renda provinda dos trabalhos exteriores aos assentamentos. Em geral, o estudo mostra a importância e diversidade das mudanças que vêm ocorrendo paulatinamente nos assentamentos, no que se refere aos papéis das mulheres.

Estas mudanças implicam em desafios na esfera pública, que se colocam para as mulheres, oprimidas pelas tradições do sistema patriarcal ainda vigente, a agir basicamente na esfera privada. Nesse sentido, Buarque (2002), ao apresentar a complexidade social do contexto da atuação das mulheres nos assentamentos, chama a atenção para o fato de que, nos últimos cinquenta anos, diversas instituições e organizações são reproduzidas, criadas, recriadas e extintas para atuarem em questões relativas à reforma agrária e aos assentamentos rurais:

“Família, comunidade, Ligas Camponesas, MSTR, CONTAG, FETAGs, Força Sindical, CEBs, CPT, MST, Partidos, CNDM, CEDMs, CMDMs. CEMTRA, CNBB, PIN, EMATER, EMBRAPA, Vários Ministérios, SUPRA, IBRA, INCRA, PROTERRA, FUNRURAL, PROCERA, PRONAF, BANCO DA TERRA, IBASE, Cooperativas, ONGs por todos os lados, Cooperação Internacional, Governos Estaduais, Municipais, PNRAs, Desenvolvimento Sustentável, Agricultura Familiar, Estudos e Pesquisas, Polícia, Exército, Associações dos Assentados e muito mais” (p.31).

As mulheres da reforma agrária têm que aprender a lidar com códigos e procedimentos tão diversos quanto essas próprias organizações. Na prática, as mulheres também passam a enfrentar uma dupla jornada de trabalho e uma dupla jornada política, para serem reconhecidas pelas práticas do governo como sujeitos de direito, pelos mercados como agentes produtivos, pela política como sujeitos transformadores e pela família como indivíduos autônomos.

Buarque (2002) chama ainda a atenção para o fato de que a exclusão histórica das mulheres no processo de Reforma Agrária, como sujeitos portadores de direitos, é a raiz de suas dificuldades de acesso ao crédito, à assistência técnica, à participação nas negociações e à ascensão aos postos de decisão. Assinala ainda os diferentes significados da participação para homens e mulheres nos assentamentos.

Nessa linha, segundo Doderlly, Buarque e Garcia (2002), normalmente, na formação das associações dos assentados, toma-se como base a matriz governamental de formalização de posse da terra, tendo, por exemplo, a identificação do titular no cadastro unicamente no sujeito masculino. A partir daí, “*gera-se uma reciprocidade entre a ação governamental e a ação das associações, baseada em valores culturais organizadores das comunidades rurais, que excluem as mulheres dos processos políticos*” (p.21). Nesse sentido, não só as mulheres são recolocadas numa posição de subordinação vivida no período anterior ao do acampamento, mas se permite o abandono de ideais de solidariedade, confiança e de coletivo para o conjunto das relações. Assim, pelo geral, as associações dos assentamentos são semelhantes quanto à composição e ao funcionamento: sempre os homens tomam as decisões²⁹.

Centrando o foco de análise sobre prática política das mulheres no espaço de representação, Cappellin (1989), ao estudar a estrutura sindical do Nordeste, no período de 1976/1986, especificamente nos estados da Paraíba e de Pernambuco, diz:

“O trabalho de representação política realizado pelas mulheres, o estilo por elas imprimido, nem sempre consegue se impor como algo distinto do exigido socialmente pelos homens. Mas, em muitos momentos, não se pode negar uma marca ‘feminina’, seja pela atenção prestada aos associados, seja pela sensibilidade frente às demandas das trabalhadoras, seja enfim por realizar um trabalho administrativo não desarticulado do trabalho político. A isto somam-se outras dimensões externas que ao modificar o significado político da entidade, acabam deixando uma marca também entre as dirigentes” (p.292).

A idéia de assumir um cargo nas diretorias hoje não é simplesmente realizar uma tarefa burocrática, nem tampouco encaminhar o atendimento institucional. Exige-se uma perspectiva política na prática de representação, em que se combinam tarefas administrativas, de aglutinação, de mobilização e de organização política. As mulheres parecem assim assumir múltiplas responsabilidades: de funcionárias e de dirigentes.

Entre as mulheres, a subdivisão de categorias internas entre as “práticas silenciosas”, aquelas “entre o silêncio e a combatividade” e, enfim, as “práticas combativas”, parece ser resultado de processos distintos, em que as mesmas dimensões agem de forma diferente, com pesos distintos, com cenários nos quais os mesmos atores jogam papéis variados, não previsíveis *a priori*.

A autora argumenta também que alguns obstáculos inviabilizam a militância política, quando entram em choque trabalho doméstico e prática política, fato este que, às vezes, atinge no íntimo o modelo feminino e cria conflitos de papéis que inviabilizam ou obstaculizam a militância política.

²⁹ Esta não é a situação vivenciada no Assentamento Saco do Rio Preto, como será apresentado posteriormente.

Cappellin (1989: 273) argumenta que este estilo próprio de representação feminina é construído socialmente e, para tanto, a autora recorre a Bordieu para levantar como hipótese principal de seu trabalho: “*A especificidade da contribuição de uma mulher nas diretorias sindicais se evidencia pelas atribuições e pelo reconhecimento socialmente atribuído às mulheres e não vice-versa*”. Nesse sentido, o argumento parece indicar que as mulheres levam para as organizações papéis atribuídos socialmente e ali os exercita. O reconhecimento e atribuições sociais não se dão em função da vivência prática na representação política.

Contrapondo-se a esta argumentação e dialogando com Bordieu a propósito da dominação masculina, Santos (1999:09) cita Plaskow e Christ, ao afirmarem que “*A experiência de ser uma mulher é inseparável de ser o tipo de mulher que se é*”. Esta afirmação parece indicar que “o tipo de mulher que se é” é construído social e politicamente por meio das experiências das mulheres. A experiência política modifica as mulheres e é, ao mesmo tempo, também modificada.

Para estas autoras, a atuação diferenciada das mulheres, ou a “marca feminina”, é construída a partir das relações sociais que ela cria sob condições de conquistas, embates, negociações, conflitos e enfrentamentos. A “vocalização feminina” é fortalecida durante o processo de militância, no qual ela escolhe os modelos que quer ter como referência.

Finalmente, ao considerarem que os assentamentos constituem-se em novos espaços de organização sócio-econômica do meio rural, “*deve-se avaliar o quanto as transformações sócio econômicas são suficientes para promover o empoderamento das pessoas, independentemente da sua condição de gênero, transformando as desigualdades entre os homens e as mulheres*” (Doderlly, Buarque e Garcia, 2002:14).

O período do acampamento seria um ponto de descontinuidade com as estruturas tradicionais de organização da sociedade. Funciona como um momento de desconstrução das relações patriarcais, em que, fora do cotidiano, as mulheres e homens se descobrem iguais e no qual a violência não distingue os sexos. Na passagem da situação de acampamento para a de assentamento, as experiências aí vivenciadas no acampamento são transportadas e modificadas. Em particular, os processos coletivos, de maneira mais ou menos intensa, se arrefeceram. Porém, no que se refere à propriedade da terra, ao passarem da condição de arrendatárias a assentadas, tendo como transição o período do acampamento, verificou-se, nesta transição, a caracterização de relações mais democráticas entre homens e mulheres que, ao que parece, não resistiram à tradicional estrutura patriarcal de direitos:

“No momento em que se oficializa o status de proprietários, na prática, coube aos homens esta prerrogativa. Esse é um ponto de continuidade da matriz patriarcal, resgatando as relações de subordinação e exploração de gênero nos espaços reformados. Sem dúvida, a entrada do poder governamental, como líder dessa fase do processo de assentamento, se dá contribuindo para a manutenção da cultura patriarcal. Tal mecanismo, tributário da desvalorização da mulher, conseqüentemente, trouxe para as assentadas dificuldades extras de acessos em diversas dimensões, e também à possibilidade de ser reconhecida, de alguma forma, como participante do desenvolvimento da parcela familiar” (Doderlly, Buarque e Garcia, 2002:17).

Considerando-se que o processo de luta pela terra pode representar trajetórias de excepcionalidade, em que as regras e comportamentos padrões, durante um período

determinado, ficam em suspenso, o capítulo seguinte apresenta algumas evidências nas quais a ação de estado, o processo de mediação e a atuação dos movimentos sociais constituem um contexto de conflitos e negociações em que a luta pela terra assume diferentes significados para os atores envolvidos.

CAPÍTULO IV

DIFERENTES ATUAÇÕES NA RELAÇÃO COM A TERRA: O ESTADO, A MEDIAÇÃO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Durante mais de dois séculos, diferentes relações sociais foram criadas e ou transformadas na região noroeste de Minas, em um processo histórico de ocupação e exploração do espaço agrário, onde se entrecruzaram expectativas, esperanças, medos, conflitos, coragem e luta.

4.1 A região noroeste³⁰ de Minas Gerais

A história de ocupação e de exploração da região noroeste de Minas Gerais apresenta uma relação bastante estreita com a presença do rio São Francisco e seus afluentes: rios das Velhas, Paracatu, Urucuia e, especialmente, em Unaí, o Rio Preto. Assim, a ocupação dessa região foi marcada pela importância no transporte fluvial e no abastecimento da corte e da região mineradora, de gêneros alimentícios, principalmente a carne de gado e peixe, e de produtos agrícolas, como a mandioca e o feijão (Torres, 2000). Entretanto, o sertão noroeste de Minas foi ocupado pelos vaqueiros que seguiram o curso do rio São Francisco, desde a Bahia e Pernambuco, e pelos bandeirantes paulistas que, movendo guerra ao gentio, fundaram povoados e se estabeleceram como grandes criadores (Machado, 1991).

Para Machado (1991), citado por Torres (2000), uma das questões fundamentais para a compreensão histórica da realidade agrária do noroeste mineiro e, particularmente, dos “Chapadões do Paracatu”, foi a presença do grande fazendeiro, com seus vaqueiros e agregados, em que se destacaram a relação de compadrio³¹ e o domínio de extensas áreas por agrupamentos de membros de uma mesma família.

A região de Paracatu, antes de gerar grande quantidade de ouro durante o século XVIII, com a participação da escravidão negra, povoou-se graças ao estabelecimento de fazendas de criação de gado e eqüinos. A decadência com a mineração foi relativamente sanada com o retorno às atividades agropastoris.

³⁰ Para elaborar este item contou-se com as informações do **Plano de Consolidação de Assentamentos (PCA)** do INCRA, do Programa de Consolidação e Emancipação (auto-suficiência) de Assentamentos resultantes de Reforma Agrária - **PCA de Saco do Rio Preto, Natalândia, MG**, elaborado em **Montes Claros**, em janeiro de 2004. Também foram obtidas informações do **Relatório Preliminar da Pesquisa Assentamentos Rurais da Região Noroeste de Minas Gerais (João Pinheiro, Paracatu e Unaí)**, elaborado pelo Instituto Lúmen da PUC Minas, em **abril de 1998**, além das fontes bibliográficas citadas no texto.

³¹ O termo vem da situação na qual os filhos dos vaqueiros e agregados tinham como padrinhos os fazendeiros. Isso proporcionava uma aproximação entre os “compadres”, garantindo mais proteção àqueles menos favorecidos, o que, certamente, não acabava com a distinção entre os detentores de terra e poder e os que nada possuíam (Torres, 2000).

Com a decadência da mineração, o noroeste de Minas voltou-se para ‘dentro’, mantendo uma economia de subsistência com escassa circulação de moeda e fraca vinculação ao mercado interno e externo (Machado, 1991).

Uma alternativa da população sertaneja para a obtenção de produtos necessários à subsistência foi a utilização de recursos naturais de origem vegetal, destacando-se os frutos silvestres, as ervas medicinais, as madeiras de lei, as palmeiras e, especialmente, o buriti, abundante naquela época e com variadíssimas utilidades. Da madeira e da fibra do seu tronco podiam ser feitos³²: balsas ou jangadas, cordas, portas, jiraus, cercas (do pau e do talo), esteiras, vinho, vinagre, doce, azeite (da massa e do caroço da fruta), farinha, quibano, bandejas, chapéus, cobertas de parede e teto das casas (duração 20 anos), caixas, caixetas para doces, cadeiras, mesas, pasta para livros, redes, balaios, tipiti (ralos ou prensa para espremer a massa de mandioca), gaiolas, pentes de teares, tendo ainda outras aplicações domésticas e industriais.

A importância econômica do buriti foi tão grande que se costumava dar em dote às filhas certo número de pés de buritis.

Já naquele período, a população local não teve o cuidado necessário com a preservação de tamanha importância e, em 1918, já se apelava aos poderes públicos para que essas árvores fossem protegidas de devastação indiscriminada (Machado, 1991).

Ao descrever as cidades do noroeste mineiro, o mesmo autor afirma que tinham aspecto e função semelhantes. A praça central era quadriforme, sendo um dos lados ocupado pela Igreja, os outros três pelas repartições públicas, pelas casas das famílias mais abastadas e pelas lojas comerciais. Nos seus arredores, em ruas mal alinhadas, ficavam as casas de pau-a-pique, de pessoas mais pobres. As de melhor porte eram de fazendeiros que passavam a maior parte do ano em suas fazendas, só vindo à cidade aos domingos, nas festas religiosas e nas eleições.

Em geral, todas as cidades eram pequenas, reflexo da organização econômica regional, predominantemente rural.

Ao fazer comentários sobre a disputa de poder municipal, o autor afirma não ser possível fazer uma distinção social ou ideológica entre as facções que disputavam o poder. Embora sempre se configurasse uma “situação” e uma “oposição”, ambas eram constituídas por coronéis, chefes de uma clientela, que lutavam pelo poder político municipal e, conseqüentemente, pela ampliação e manutenção do poder econômico e do “status” social. Onde houvesse duas parentelas poderosas, as disputas normalmente descambavam em violência. Quando eram três ou mais famílias, havia uma tendência à composição política e houve casos em que apenas um coronel e seus parentes comandaram o município durante anos (Machado, 1991:139).

O que se pode perceber é que a questão agrária no noroeste mineiro foi marcada, principalmente, por relações de compadrio já citadas anteriormente e que perduraram durante um longo período. A partir da década de 1950, portanto já no século vinte, este cenário passou a modificar-se, quando começaram a se multiplicar organizações de trabalhadores rurais por todo o País, sendo bastante expressivo, por exemplo, o movimento das ligas camponesas no

³² Senna, Nelson de, citado por Machado (1991). **Anuário de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1918, p.1147.

Nordeste brasileiro, lideradas por Francisco Julião, no final dos anos 1950 e que passaram a se expandir por outras regiões.

No caso mineiro, os receios do setor proprietário começaram a ser tornar visíveis, sobretudo a partir de novembro de 1961, quando se realizou, em Belo Horizonte, o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, contando com a participação de cerca de 1.600 delegados vindos de todo o país. Nas regiões voltadas para a pecuária extensiva, com a presença do regime de “meia” e da “terça”, a figura do parceiro, rendeiro ou meeiro, e, principalmente, a existência do “grileiro”, como o odiado instrumento do proprietário para espoliar a terra do camponês, criava-se uma situação de constante tensão entre o setor proprietário e a massa rural, deixando nos fazendeiros a incômoda certeza de que qualquer atividade de organização entre os camponeses teria como eixo principal a questão da propriedade da terra (Starling, 1986).

A mesma autora mostra que, neste período, a Igreja Católica, em Minas, aliou-se aos latifundiários oferecendo-lhes legitimidade “divina” para que, de armas em punho, pudessem sair em defesa do direito “sagrado” da propriedade privada. A radicalização da luta pela terra no noroeste mineiro alcançou altos níveis de violência, transformando aquela região em verdadeiro barril de pólvora.

Esta radicalização é confirmada por outro estudo, que trata da luta pela terra em Três Marias, onde se constituiu a Liga Camponesa de Três Marias, e descreve a justificativa de um depoimento prestado por um camponês, em 1959, no quartel do CPOR em Belo Horizonte por seu envolvimento com a liga, onde se:

“pretendia averiguar a ação de grupos da esquerda brasileira e de Minas Gerais, principalmente, junto aos camponeses e aos trabalhadores rurais. Tencionava-se desvendar as ligações daqueles com Moscou, assim como com a China comunista e com Cuba de Fidel Castro, pois se propalava que os camponeses e os trabalhadores rurais estavam sendo armados para enfrentar ‘à bala’ os defensores da democracia e da propriedade da terra. A polícia fora informada até de um plano para explosão da barragem de Três Marias” (Borges, 1988:187).

Todo processo de luta e resistência dos trabalhadores que se fortalecia não só em Minas Gerais, mas também em todo o país, foi brutalmente truncado pelo golpe militar de 1964 que, entre outras questões, instaurou um novo padrão de acumulação capitalista por meio da industrialização e da internacionalização da agricultura mineira e nacional. Este processo teve avanços e recuos e, no cerrado mineiro, se materializou via implantação do complexo agroindustrial com apoio da intervenção estatal (Muls, 1989).

A incorporação dos cerrados mineiros se deu por etapas e obedeceu a injunções imediatas diversas. Entre elas, com início em fins da década de 1960, havia uma preocupação do governo federal com a incorporação dos cerrados do nordeste e do Jequitinhonha. O objetivo foi a integração econômica do país e a expansão da fronteira agrícola, o que diminuiria as disparidades regionais por meio da criação de pólos industriais e da modernização do setor agropecuário. Tornava-se necessário criar infra-estrutura básica e contar com disponibilidade de mão-de-obra, prioridades governamentais para estas regiões,

por meio de vários programas de desenvolvimento econômico implantados no noroeste, nas décadas de 1970 e 1980³³. (Muls, 1989).

Para melhor visualização, ver mapa do estado de Minas Gerais, com destaque para a região Noroeste

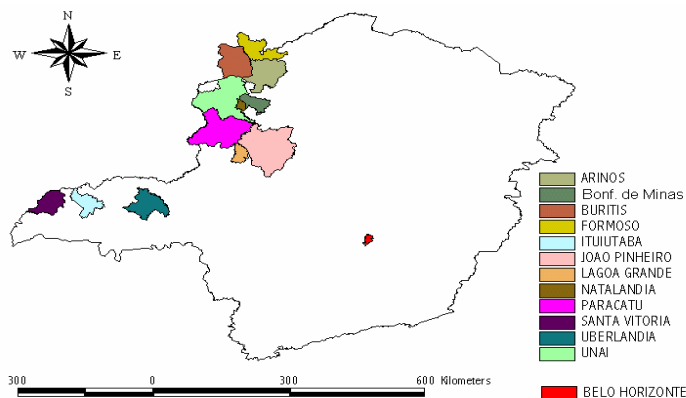


Figura 1 - mapa do estado de Minas Gerais, com destaque para a região Noroeste.

Fonte: Relatório Preliminar da Pesquisa Assentamentos Rurais da Região Noroeste de Minas Gerais (João Pinheiro, Paracatu e Unai). Elaborado pelo Instituto Lúmen da PUC-Minas, em abril de 1998³⁴.

A literatura aponta que a região noroeste de Minas passou por um processo histórico de duas ocupações, sendo a primeira delas referente ao período mineratório no século XVIII, após o que a região retoma certo isolamento que só é quebrado novamente no século XX.

A construção de Brasília e da hidrelétrica de Três Marias motivou uma segunda ocupação na região Noroeste do Cerrado Mineiro que, a partir da década de 1950, foi pouco a pouco, e sob o impulso de modernização em curso de diversas regiões do Brasil, alterando significativamente seu contexto econômico, social e político. Neste período, registraram-se algumas intervenções na região, de natureza estatal e privada, sob o propósito de utilizar melhor a bacia do Rio São Francisco. Foi implantado, por exemplo, um projeto de colonização da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), em Brasilândia e ocorreu também a instalação de empresas de grande porte, como a MANNESMAN Florestal.

Este novo processo de ocupação coincidiu com uma política ampliada em todo o território brasileiro de apropriação e concentração de terras, resultando na proliferação de imensos imóveis rurais. Tal política, altamente discriminatória, do ponto de vista social e igualmente seletiva quanto às regiões alvo, teve como resultado econômico mais visível a concentração de terras e o crescente assalariamento.

A modernização agropecuária da região, portanto, agravou o quadro social dos trabalhadores rurais, proporcionando um êxodo constante para as periferias urbanas e uma existência pouco digna para os que resistiam nas roças como meeiros, vaqueiros, agregados e

³³ Maiores detalhes sobre a ação do estado no noroeste no item 4.2 e na nota 41.

³⁴ Pesquisa abrangendo 5 assentamentos e 1 acampamento, totalizando uma amostra de 640 famílias e, aproximadamente, 2.070 pessoas, gerenciada por Maurício Vieira de Paiva e Miguel Ângelo Torres Teixeira.

arrendatários. Ocorreu neste período, na região de Bonfinópolis, hoje município de Natalândia, o desmatamento de grandes áreas do cerrado, com extensas áreas de vegetação ricas em plantas como pequi, cagaita e araticum, que foram transformadas em carvão. Este processo depredatório veio com certa sofisticação, com o uso de equipamentos modernos, como tratores, motosserras e correntões.

Neste contexto de precarização das condições de vida, das baixas remunerações temporárias, das migrações em busca de trabalho e sobrevivência, ocorreram as lutas sociais por terra, adquirindo uma dimensão política por volta de 1988/1989, quando “*num espaço de tempo de pouco mais de 13 meses, ocorreram em vários municípios 18 episódios de ocupações de terra*”³⁵.

Os principais conflitos se deram nos municípios de Presidente Olegário, Bonfinópolis de Minas (nas fazendas Saco do Rio Preto, Mamoneiras e Assa Peixe), São Romão, Arinos, Unai, São Pedro, João Pinheiro e Paracatu (Castro, 1997).

Normalmente, as ocupações foram realizadas pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais STRs, sob a coordenação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura em Minas Gerais, a FETAEMG, começando a fase inicial, muitas vezes, em reuniões nas periferias dos municípios visitados, quando os participantes tinham oportunidade de debater sobre suas condições de vida. A falta de emprego, a dificuldade de vagas nas escolas, a preocupação com a formação dos filhos, o retorno ao campo e a perspectiva do grupo familiar em adquirir certa autonomia eram alguns dos assuntos discutidos nessas reuniões. A decisão de partirem para um acampamento era condição necessária para pressionar o governo a efetivar um direito já garantido por lei, o que conferia certa legitimidade em suas ações na luta pela terra.

São expressivos os exemplos da participação ativa das mulheres na luta pela terra no Noroeste de Minas, evidenciando que a figura feminina foi decisiva no processo de inserção do grupo familiar, no movimento pela conquista da terra. Há relatos de mulheres que deixaram os maridos nas fazendas em que trabalhavam e partiam para os acampamentos.

Segundo dados do I Censo de Reforma Agrária, no caso específico de Minas Gerais, 61% dos assentados são associados, enquanto apenas 25% são sindicalizados. A participação nas Associações não é homogênea e varia entre os assentamentos. Em alguns, a maior presença é masculina e, em outros, a participação feminina é mais decisiva, inclusive assumindo cargos nas diretorias.

Observam-se, em geral, nos assentamentos da Região Noroeste, comportamentos diferentes entre homens, mulheres, jovens e crianças. Estas diferenciações estão fundamentadas nas relações sociais construídas culturalmente a partir de cada vivência de seus membros constitutivos. Muitas dessas diferenciações concretizadas nas práticas sociais são, em determinados momentos, bastante alteradas em função da própria condição real de existência social. Mulheres que enfrentaram situações adversas, como ausência do marido e filhos pequenos, foram para os acampamentos e romperam, freqüentemente, com as formas de agir até então experimentadas. Nesse sentido, ocorre uma modificação de seu comportamento e inauguram-se novas maneiras de manifestação social. No momento seguinte, quando já assentadas, novo rearranjo se processa. Muitas retomam as atividades eminentemente

³⁵ Castro, Leda M. B. *As lutas pela terra no noroeste de Minas Gerais- um sumário e uma interpretação*. B.H. novembro de 1997, digitado, s.m.i.

femininas. Esta flexibilização é pertinente para todos os membros do grupo doméstico. Há, portanto, tênue distinção entre os espaços da produção e da reprodução (Castro, 1997).

No próximo subitem serão destacadas, inicialmente, duas formas distintas de atuação do estado. A primeira é caracterizada por uma intervenção que priorizou a monocultura, a mecanização agrícola e os médios e grandes proprietários por meio do Programa Polocentro implantado no noroeste na década de 1970. A segunda intervenção aqui apresentada trata-se do Projeto Lumiar, bastante mencionado pelos assentados e assentadas em suas entrevistas e implantado em Minas Gerais, no período de 1997 a 2000, tendo como principal objetivo o fortalecimento dos assentamentos de reforma agrária.

4.2 O Polocentro³⁶ e o Projeto Lumiar

O estado brasileiro interveio especificamente na região noroeste de Minas Gerais, atuando como agente catalisador de um intenso processo de exclusão social de trabalhadores e trabalhadoras rurais e de um processo concentrador de terras e de renda, fator este acentuado com a implantação de um dos programas especiais de desenvolvimento econômico, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, Polocentro, cuja execução e desdobramentos coincidiram com o modelo de desenvolvimento urbano industrial, também chamado de modernização conservadora da agricultura, executado no Brasil a partir da década de 1960, intensificando-se em 1970.

O objetivo principal do Polocentro foi o de “*promover o desenvolvimento regional em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, através da incorporação de três milhões de hectares de cerrado*”. Esta área foi considerada como a maior e uma das últimas reservas do mundo para a expansão imediata da fronteira agrícola. O programa foi criado em 29 de janeiro de 1975, por meio do Decreto-Lei nº 75.320, tendo como estratégia central a utilização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), como mecanismo viabilizador das recomendações de pesquisa a serem incorporadas pelos produtores rurais, através da ação da Assistência Técnica oficial e particular. Para atingir tais propósitos, foram aplicados recursos a fundo perdido em obras de armazenagem, estradas vicinais, eletrificação rural, pesquisa e assistência técnica (Alencar, 1979).

Em Minas Gerais, especificamente, as áreas de atuação do Polocentro ficaram circunscritas ao então chamado Vão do Paracatu, abrangendo os municípios de João Pinheiro, Paracatu, Presidente Olegário e Vazante, envolvendo a região deste estudo, hoje representada pelos municípios de Natalândia, Dom Bosco e Bonfinópolis, próximos ao município de Unaí. As atividades agropecuárias a serem exploradas foram o plantio de algodão, arroz, milho, soja e a implantação de pecuária.

Naquela época, já se fazia presente o debate de muitos estudiosos sobre o caráter concentrador de renda do programa. Documentos oficiais daquele período confirmam esta tendência ao anunciarem que o Polocentro objetivava transformar a agricultura de subsistência em agricultura empresarial, no sentido do uso de práticas agrícolas modernas e de

³⁶ Outras intervenções do estado semelhantes ao Programa Polocentro de âmbitos estadual ou federal, que tiveram atuação no noroeste: I Plano de Desenvolvimento Integrado do Noroeste de Minas (1968); Padap - Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba e Paracatu (1973); Plano Noroeste II (1978); Prodecer I Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (1978); Projeto Nordeste (1985); Prodecer II (1985); ver em Muls (1989).

integração com o mercado, por meio de ampla assistência técnica, apoio financeiro e de infraestrutura. O programa não permitia o minifúndio que era considerado improdutivo e as técnicas rudimentares de produção, que levariam à pobreza rural (Brasil, 1979).

No que diz respeito à estratégia de assistência técnica para alcançar seus objetivos, os documentos oficiais sobre o Programa registram a realização de palestras, treinamentos, excursões a estações experimentais e campos de demonstração, bem como “dias de campo”, tentando esclarecer os produtores sobre a importância do uso de insumos modernos, obtenção de crédito, adoção de conjuntos de técnicas recomendadas, além de treinamento de mão-de-obra na incorporação dos cerrados. Programavam-se, ainda, reuniões e “workshops” congregando pesquisadores, extensionistas, agricultores e representantes de firmas produtoras de insumos agropecuários para estudar e debater os resultados obtidos e sugerir modificações e ajustes que conduzissem à maior eficiência da tecnologia testada. Pretendia-se que os objetivos do programa, garantidos pela arrojada ação do estado, fossem atingidos de forma rápida e econômica (Embrater, 1975a).

No mesmo âmbito de implantação da assistência técnica, ao tratar dos critérios de seleção dos produtores que participariam do Programa, os documentos registram que, em se tratando de uma ação de ocupação racional de áreas, em grande escala, em ritmo acelerado e em níveis empresariais, fazia-se necessário o preenchimento de alguns requisitos, entre eles: ser proprietário de imóvel de dimensões acima da média da área-programa, ter condições para gerir empresarialmente seu negócio agrícola, ter condições de liderança entre os produtores rurais, ter espírito público de modo a permitir a utilização do seu estabelecimento como núcleo de difusão tecnológica e estar disposto a acatar plenamente a orientação dos agentes de assistência técnica. Observa-se uma tendência de os agentes de assistência técnica assistirem, prioritariamente, aos médios e grandes produtores (Embrater, 1975b).

Uma avaliação feita pela Embrater, após cinco anos de implantação do Polocentro, indica uma série de problemas encontrados na execução e uma conseqüente concentração de terras e de renda. Em função da baixa produtividade do arroz, por exemplo, os produtores passaram a buscar outras alternativas, principalmente a soja. Implicitamente, a maioria dos projetos implantados objetivava o estabelecimento de pastagens em busca de maiores rendimentos, menos riscos e pela própria tradição. Salvo raras exceções de projetos específicos, verificou-se uma tendência de exploração dos cerrados com pecuária de corte e pequeno percentual de leite.

Observou-se, portanto, um desbravamento inicial do cerrado com arroz, por mais ou menos três anos, o que demandou razoável mão-de-obra, que cessava quando se iniciava a exploração pecuária. Não houve apoio para a diversificação de atividades, o que acarretou a predominância de exploração única, do tipo pecuária de corte ou soja. Do ponto de vista administrativo, o grande número de órgãos e secretarias envolvidos contribuiu para que o controle e a avaliação dos resultados fossem incompletos e diferenciados, pela produção de vários documentos elaborados com parâmetros diferentes e descontraídos, sem condições de auxiliar em um processo de correção de alternativas. Devido, ainda, ao alto custo de capital das tecnologias recomendadas pelo Programa, a maioria dos produtores preferiu optar por menos riscos, o que inviabilizou o ganho de produtividade esperado.

Observou-se, ainda, que a disponibilidade de maquinaria agrícola foi limitada, especialmente de colheitadeiras. Em face disso, os fazendeiros passaram a arrendar suas terras aos agricultores, que se obrigavam, como pagamento do arrendamento, a devolvê-las com

pastagem implantada. Como o arrendatário não dispunha, na maioria dos casos, de colheitadeiras, servia-se de terceiros que também eram escassos, o que ameaçava a produção e grande parte das colheitas se perdeu. Passou a haver, conseqüentemente, uma liberação de empregados rurais que passaram a residir nos perímetros urbanos, transformando-se em “bóias-frias” ou em profissionais autônomos sem especialização, normalmente ligados à construção civil, como pedreiros, serventes de obra, entre outros (Embrater, 1975b).

Ainda que de maneira sucinta, pode-se observar que, após o esgotamento do programa, a partir de meados da década de 1980, o cenário da região indicava a presença de latifúndios com pecuária de corte e a presença de grandes empresas com vastas extensões de terra adquiridas no período de crédito farto e juros baixos. Percebe-se, ainda, o grave impacto ambiental provocado pela intensa utilização de mecanização e agrotóxicos e, conseqüentemente, pela expulsão dos então posseiros transformados em trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados e depois desempregados (as) ou subempregados (as).

A segunda intervenção do estado apresentada neste documento refere-se à implantação, na região noroeste de Minas Gerais, do Projeto Lumiar - Projeto de Assistência Técnica aos Assentamentos de Reforma Agrária, que objetivou fortalecer os assentamentos de reforma agrária, inclusive no que diz respeito à organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Para apresentar o Projeto Lumiar, optamos por apresentar, prioritariamente, o depoimento da ex-supervisora em Minas Gerais, destacando essencialmente a metodologia de ação do Programa³⁷.

Segundo Rita³⁸, que trabalhou no Projeto Lumiar no período de 1997-2000, tinha-se como objetivo geral o desenvolvimento do assentamento sob o prisma da sustentabilidade, com uma assistência técnica que trabalhasse em várias dimensões, como a questão da produção, da comercialização, da organização, das questões de gênero, respeitando a realidade de cada assentamento. O projeto, em Minas, durou de 1997 ao primeiro semestre de 2000. Contava-se com equipes de supervisão regional, formadas por um técnico do Incra e, normalmente, um professor ou uma professora universitários. O trabalho valorizava a metodologia participativa de construção da ação e a supervisão tentava apoiar a equipe local nas propostas levantadas, procurando identificar alternativas. Normalmente, se visitava os assentamentos a cada sessenta dias, uma vez que se fazia um rodízio por todos os assentamentos atingidos pelo projeto. A viagem durava uma semana e os objetivos variavam desde reuniões com a comunidade, visitas aos lotes quando necessário, trabalhos por setor ou, ainda, reuniões com os técnicos locais. Em cada momento, atuava-se de maneira demandada e a equipe de supervisão se organizava de acordo com as demandas de cada assentamento.

Segundo a ex-supervisora o trabalho, era muito instigante e prazeroso, tendo gerado boas expectativas na equipe toda e nos assentados e assentadas. O que desmobilizou foi a decisão governamental como programa de governo; a partir do momento em que as ações iam ganhar maturidade e que as famílias iam realmente se apropriar dos resultados, a administração central do Incra extinguiu o projeto. A entrevistada afirmou que havia assentamentos onde as reuniões serviam para esclarecer informações básicas aos assentados e assentadas, como: em que estrutura eles estavam envolvidos no processo de reforma agrária, quem de fato tinha poderes sobre o projeto e que caminhos o recurso financeiro percorria até

³⁷ Esta opção foi feita não só pela riqueza do depoimento, como também pela ausência de documentos sobre o Projeto Lumiar.

³⁸ Rita é Assessora técnica do Incra em Belo Horizonte e foi supervisora do Projeto Lumiar em Minas Gerais, tendo sido entrevistada em 11/03/2005.

chegar ao bolso de beneficiários e beneficiárias. Tratava-se, de fato, de um processo de empoderamento de trabalhadores e trabalhadoras. Atuava-se no campo da cidadania, informando a quem cobrar, que direitos e deveres eram considerados e como atuar garantindo um processo de reforma agrária efetivo.

Especificamente no Assentamento Saco do Rio Preto, a situação encontrada pelos técnicos do Projeto Lumiar foi a de que, quando chegaram ao assentamento, já haviam sido recebidos os recursos do Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar, o Pronaf e não existia outra perspectiva de recursos financeiros do Incra. Isso obrigou a equipe a pensar de fato em alternativas que se relacionassem a uma comercialização mais forte, por exemplo, com a implantação de um tanque de expansão de leite que geraria melhor preço, melhor renda e espaço para que outras portas se abrissem. A relação dos técnicos do Projeto Lumiar com o técnico da Emater era muito variável, em função das características pessoais do técnico, não se podendo se dizer que a política da Emater imprimia um tipo de extensão rural mais abrangente e preocupada com a sustentabilidade da região. Há que se considerar, ainda, que naquele período havia um conflito entre a Associação de pequenos produtores que tinha uma ação mais imediata e de demandas por resultados e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Natalândia, que trabalhava mais na perspectiva de fortalecimento do grupo e com questões mais de longo prazo. Segundo a entrevistada, este conflito não deixava de prejudicar o grupo como um todo.

A entrevistada afirma que neste processo de refletir sobre os problemas, de conhecer os assentados e as assentadas, suas realidades e suas ansiedades, em uma determinada reunião, surgiu a discussão sobre a riqueza do cerrado e de como ela poderia ser aproveitada. Observou-se que o diálogo com as mulheres fluiu em mão dupla, com grande expectativa dos dois lados, isto é: da assessoria e das trabalhadoras.

O que chamou muito a atenção da entrevistada foi a participação das mulheres do Saco do Rio Preto, que representavam um grupo ativo e que não era comum nos outros assentamentos. O fato de contar com várias mulheres como lideranças, como Lúcia da Fetaemg, Fátima do STR de Natalândia, dona Ivete da Associação e muitas outras, fazia com que, independente do tema que estivesse sendo tratado, sempre houvesse uma ótima participação. De fato as mulheres tinham um perfil pouco comum na região.

A evolução das discussões e o reconhecimento dos diferentes saberes daquela população estimularam a organização de um seminário municipal junto com a Emater, que tratasse de temas que eles e elas considerassem viáveis e que a equipe já vinha desenvolvendo com o grupo há um tempo. Destacou-se a questão dos frutos do cerrado, de pequenos animais, do leite e do associativismo. Para os frutos do cerrado, conseguiu-se levar para o assentamento uma especialista da Embrapa que trabalhou com as mulheres de forma bastante eficiente, em um curso de aproveitamento de frutos do cerrado, tendo como base a metodologia participativa.³⁹

Uma situação complicada e desagradável foi relatada pela entrevistada, quando, entre o seminário e o trabalho prático da técnica da Embrapa, o Projeto Lumiar foi extinto, o técnico da Emater foi substituído e as mulheres que estavam trabalhando com aproveitamento de frutos do cerrado ficaram completamente perdidas e sem orientação. Foi como se elas ficassem abruptamente sem apoio no processo de empoderamento, uma vez que as fases de

³⁹ Destes temas desdobraram-se alguns grupos produtivos que funcionam até hoje.

mediação foram bastante discutidas e estimuladas e depois foram bruscamente interrompidas, sem qualquer explicação.

Segundo a assessora, sua percepção sobre o processo de ruptura do Lumiar se deveu ao fato de que o projeto deu muito certo em alguns estados e teve complicações em outros. E, para ela, o dar certo significou estar trabalhando um pouco o nível de consciência das pessoas, de informações que elas possuíam, o que consistia em um processo de fato de repensar, inclusive, a situação de exclusão social destas pessoas. Este processo não foi regra geral no projeto, uma vez que, em alguns assentamentos, houve resistência em trabalhar nesta linha, pois as pessoas queriam um resultado mais imediato, como “minha água, meu prédio, a estrada, etc.”. Para a entrevistada, no entanto, o que teve maior visibilidade no programa foi o processo de empoderamento que estava sendo reconstruído em outro tipo de relações entre o estado e a sociedade, em uma perspectiva mais emancipatória que, provavelmente, desagradou aos dirigentes do programa.

A entrevistada declara que se sentiu completamente abandonada pela instituição, sensação partilhada com as pessoas do assentamento, segundo entrevistas realizadas como foco desta pesquisa. Ela retoma seu depoimento dizendo que, apesar de todo abandono do Lumiar, foi um grande aprendizado conviver com as mulheres do Saco do Rio Preto, sertanejas e que, vivendo em situações precárias, possuem maturidade política, muita garra e completo entendimento do direito de opinar e de participar das decisões que dizem respeito ao assentamento e às suas vidas. Percebe-se a postura diferenciada deste grupo em relação aos outros assentamentos e, sem dúvida, segundo ela, as lideranças femininas foram constituídas no processo de embate da luta pela terra, com características muito especiais, já que “*Os depoimentos políticos da Lúcia, por exemplo, tocam as mulheres no coração*”. Um outro depoimento importante é o de um ex-supervisor do projeto e professor universitário que relata a abrangência do projeto diante da expressão de uma trabalhadora rural: “*Mudou até a vida com o meu bem. Compramos mais uma rês com o dinheiro dos produtos que nós tiramos do cerrado*” (relato do ex-supervisor, março de 2006).

O depoimento de outra entrevistada do Incra (Dulce, março de 2005) reforça os argumentos de Rita e ilustram uma situação no referido curso da Embrapa, em que as mulheres refletiam sobre um nome para o grupo e o debate girava em torno de ser um nome que fosse aberto à participação dos homens. A reação da maioria foi imediata e contrária a tal flexibilidade, afirmando que, no início, precisavam se fortalecer, pois, com a participação dos homens, o controle do dinheiro, por exemplo, seria deles, além do quê, o gasto com o dinheiro poderia ser, geralmente, com pinga e não com as coisas da família. Segundo a entrevistada, as mulheres enxergavam a possibilidade de mudar não só sua situação econômica, mas também sua posição política de mais independência em relação aos homens. Parece-nos que a escolha do nome pode significar uma simbologia de maior empoderamento das mulheres, com toda a reflexão sobre a participação dos homens gerada por elas. Há um depoimento que pode ajudar a retratar esta percepção: “*Aproveitar as frutas do cerrado é aproveitar a vida e nós nem tínhamos conhecimento disso*” (Leocádia, curso da Embrapa, 2000).

Como se pode perceber, o projeto teve uma natureza bastante distinta do Polocentro, pois se voltou exclusivamente para assentamentos de reforma agrária, o que nos pareceu uma boa iniciativa. Por outro lado, como instrumento de política pública, fez diagnósticos, criou expectativas e demandas junto à população pobre nos assentamentos e, depois, desapareceu, rompendo bruscamente com todos os compromissos firmados em campo pela equipe técnica. Surpreendeu, inclusive, a equipe coordenadora e executora do projeto. Cabe uma ressalva, no

entanto, no que diz respeito à base metodológica do projeto, que, de alguma forma, forneceu elementos que foram incorporados por assentados e assentadas, pois, depois de sete anos de total ausência, os técnicos, encontros e seminários foram lembrados nas entrevistas. Vários grupos produtivos que se constituíram e que funcionam no assentamento citam sua origem “*naquele seminário do Lumiar*”, “*as discussões do Lumiar voltaram a unir mais a gente*”, “*o tanque do leite começou a ser discutido desde o Lumiar*”. Acredito que o projeto apoiou o processo de empoderamento de algumas mulheres e de alguns homens do assentamento, embora se trate de uma avaliação pontual: uma região e uma metodologia.

4.3 O processo de mediação e os movimentos sociais

È conveniente destacar que, a partir década de 1970, paralelamente à implantação dos programas de desenvolvimento do cerrado e ao processo de modernização conservadora da agricultura, já se iniciava na região intenso processo de mobilização social que objetivava lutar pelo uso daquelas terras. Aliavam-se ao movimento sindical outras entidades que também pretendiam apoiar a organização dos trabalhadores e trabalhadoras, a fim de conquistar alternativas de vida digna, com condições de produzir e sobreviver, caracterizando ações de um movimento contrário à direção imposta pelo estado concentrador de terras e de renda. Pretendia-se democratizar o uso da terra, conquistar distribuição de renda, valorizar a, então, chamada pequena produção⁴⁰ e conquistar emancipação e cidadania junto com trabalhadores e trabalhadoras da região.

Diversas entidades comprometidas com a organização dos trabalhadores e trabalhadoras atuaram no noroeste de Minas, com ações que, muitas vezes, se complementavam.

4.3.1 Um olhar sobre a Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁴¹

Segundo informações obtidas por meio de Irmã Zilda⁴², assessora da CPT no período de 1974 a 1986 na região de Unaí, tratava-se de um ambiente que alegrava a assessoria, no sentido de se ver tanta gente com possibilidade de um trabalho de organização. Ela faz uma comparação com o seu trabalho posterior no município de Rio Casca, onde a população de 16.000 habitantes, depois de 12 anos, ‘continua a mesma’. Já em Unaí, uma população de 16.000 habitantes passou, 12 anos depois, para 50.000 habitantes e hoje já é de 75.000, por se tratar de uma área de expansão de fronteira agrícola, com homens e mulheres de ‘muita coragem e sem medo’. Em Rio Casca, o povo é mais ‘amordaçado e escravizado’, talvez por fatores sociológicos e econômicos, conforme ela nos diz.

À medida em que a entrevista vai se aprofundando, Irmã Zilda afirma que a implantação dos programas de desenvolvimento econômico do cerrado na região de Unaí, para os trabalhadores e trabalhadoras rurais foi um desastre, com intensa inversão da situação do pessoal mais pobre, já que muitos estavam na terra como posseiros e tiveram que deixar

⁴⁰ A partir da década de 1980, esta terminologia foi substituída pelo conceito de ‘agricultura familiar’, bastante utilizado atualmente.

⁴¹ Também aqui, como no caso do Projeto Lumiar, optamos por apresentar a trajetória de uma ex-assessora da CPT, pela riqueza do depoimento e pela dificuldade de materiais específicos sobre o processo de mediação, além dos que foram utilizados na Tese.

⁴² Esta entrevista foi feita no município de Carandaí, Minas Gerais, pertencente à Diocese de Mariana, em março de 2005, por ser esta a região de trabalho atual de Irmã Zilda, hoje com 79 anos. A irmã foi citada em várias entrevistas com assentadas e assentados e com a assessoria e em diversos documentos, como uma referência no trabalho de mobilização do noroeste.

suas terras que seriam então assumidas pelos gaúchos e japoneses, executores dos programas. Formou-se a partir desta época muita miséria, havendo comunidades onde se desconhecia até o que era uma fossa. Havia comunidades distantes 120 km de Unaí, das as quais as pessoas se deslocavam a pé, por 32 km, para pegar um ônibus para Unaí. Em outra comunidade, a única construção de tijolo existente era a da igreja, sendo as demais todas de sapé e isso já na década de 1980.

A equipe da CPT que atuava inicialmente na região, no início da década de 1970, era de Goiânia, já que, em Minas Gerais, os trabalhos da CPT iniciaram-se em 1977. Foi se trabalhando no sentido de alicerçar a formação dos trabalhadores e das trabalhadoras, a conscientização da união e da importância de se formar o STR. Tratou-se de um movimento forte e muito intenso, tendo uma grande referência no lançamento da campanha de reforma agrária, quando se juntaram 1.000 lavradores em Unaí em frente à matriz, com muita coragem e garra. Eles alugaram ônibus e se defendiam, e, nesta época, as mulheres já tinham uma forte atuação. A presidente do sindicato de Unaí era de Bonfinópolis e teve o pai brutalmente assassinado por questões de terra, o que a motivou e estimulou bastante para a luta pela terra. O ato foi um confronto muito forte e em cada esquina se encontravam duas metralhadoras, pois haviam pedido reforços policiais de Patos de Minas. Do lado dos trabalhadores e trabalhadoras, também se mobilizou gente de Goiânia e de Montes Claros, além dos distritos e municípios mais próximos, pois o intercâmbio era grande entre as assessorias. Várias organizações formais e informais apoiavam a mobilização, desde o grupo de jovens que organizou o lanche para quase 1.000 pessoas, até o Sindicato dos Ensacadores, que entrou com uma quantidade de recursos para compra de alimentos. Os freis cediam o local para pequenas reuniões e ponto de apoio aos participantes e havia muita solidariedade entre todos e todas. Os trabalhadores e trabalhadoras correspondiam acima da expectativa das assessorias que, por sua vez, buscavam apoio e assessoria de um educador e um advogado de Montes Claros que prontamente atendiam sempre às demandas que surgiam, viajando 12 horas de ônibus para poder realizar o trabalho.

Um outro forte embate relatado pela entrevistada ocorreu com a UDR, presidida por Ronaldo Caiado, que realizou muitas perseguições na região, tendo a própria irmã Zilda tido seu nome incluído na lista de marcados para morrer, veiculada pelos jornais de Brasília, no Estado de Minas, na folha de São Paulo e no Jornal de circulação interna da CPT, o Pelejando.

Foram relatadas reuniões invadidas por fazendeiros que queriam recolher o material utilizado nos trabalhos de base e a irmã oferecia o novo testamento como se fosse o principal material utilizado. A UDR atuou com forte pressão e houve uma situação em que os trabalhadores estavam plantando normalmente e chegaram as máquinas destruindo tudo, havendo tiroteio, prisões, pessoas com ferimentos graves que ficaram hospitalizadas e vigiadas por soldados para serem presas assim que saíssem. Mobilizou-se uma turma de mulheres, familiares, religiosas e avançou-se para o hospital, para a cadeia, para interpelar com o juiz, até que se conseguiu soltar todos os trabalhadores que haviam sido presos injustamente, só porque defendiam o que haviam plantado para sobreviver.

Um marco importante no trabalho, informado pela entrevistada, diz respeito à divulgação, em 1979, de um documento da Igreja Católica, referendado na Conferência do Episcopado Latino-Americano de Puebla no México, cujo eixo central foi a evangelização no presente e no futuro na América Latina, priorizando com clareza o trabalho com os pobres, que, segundo ela, foi o estopim e força para todos(as) os(as) envolvidos(as) no movimento.

Foi se espalhando por todas as 38 comunidades rurais trabalhadas na época na região, com um acompanhamento e mobilização muito intensos.

A partir de certo período, com o apoio do Graal⁴³, a mobilização contou com um trabalho específico com as mulheres, com encontros centralizados em Unaí. Como desdobramento deste processo político na região, a irmã relata o grande envolvimento de mulheres na prática sindical, havendo, atualmente, muitas dirigentes sindicais e de associações que foram mobilizadas a partir de meados da década de 1970, quando se fez todo um trabalho de formação política que incluía a questão de gênero. Registra-se a criação de uma Associação de Mulheres de Unaí, em um bairro antigo, considerado de prostituição generalizada, havendo, até naquela época, um tipo de “creche para adolescentes”, onde se iniciava a prostituição. Atualmente, ela tem informações de que, neste local, trabalha-se com 60 crianças, para que as mães possam assumir compromissos no mercado de trabalho. Trata-se de um espaço onde se discute como descobrir recursos públicos, como informar-se sobre a consciência dos direitos das mulheres e sobre políticas públicas de gênero em geral.

Tudo isso é fruto de um trabalho iniciado a partir de meados da década de 1970. Segundo a irmã, a Associação de Mulheres nunca foi de dar “*conselhinho aqui e ali*” e sim de trabalhar com um processo de formação que, segundo ela, transformou o bairro, que hoje mudou da água para o vinho. A entrevistada diz que não sabe muito explicar o volume que a mobilização foi tendo, pois as pessoas iam se engajando e aconteciam festas, comemorações, barraquinhas e tudo que podia ser feito para arrecadar recursos para o trabalho com as mulheres, pois esta associação começou a se envolver com o trabalho de menores e houve muito acolhimento, sendo que a igreja católica apoiou bastante.

Durante todo o período de tensão da época, houve uma situação forte relatada em que a irmã viajava de ônibus para uma reunião em Belo Horizonte, quando foi informada de que os assassinos de um sindicalista que foi morto brutalmente no quintal de casa, estavam no mesmo ônibus que ela, observando-a muito proximamente. Durante uma parada para alimentação, foi necessário que a irmã trocasse de ônibus com muita discrição, deixando a bolsa de viagem com uma companheira e seguindo em outro ônibus até a reunião pretendida. E esta não foi a primeira vez em que a irmã se viu envolvida de perto com assassinos de trabalhadores e trabalhadoras rurais da região, havendo até uma fotografia dela que circulava entre os fazendeiros, para reconhecimento.

Todo o risco corrido, segundo a irmã, valeu a pena, pois, já naquela época, viam-se modificações no comportamento dos trabalhadores e, principalmente, das mulheres, com o trabalho de formação que era conduzido não só pela CPT e Graal, como também pela FETAEMG. Ao conversar com os homens e mulheres mais idosas, a entrevistada afirma que dava gosto ouvi-los falar de projetos de vida individuais e coletivos, em vez de se preocuparem apenas em utilizar o STR para a aposentadoria, como principal bandeira de luta, como acontecia e acontece em várias regiões. A irmã chegou a frequentar mais de 60 reuniões em seis meses, com uma equipe que trabalhava bastante e tinha em torno de 8 a 10 pessoas muito disponíveis em apoiar as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras. Tratava-se de um intenso processo de mobilização na região.

A irmã nos relata que o início dos trabalhos de mobilização e formação política nos municípios, hoje denominados de Bonfinópolis, Dom Bosco e Natalândia, se intensificaram

⁴³ Movimento de Mulheres que será apresentado no próximo subitem

muito antes do processo de acampamento, bem no começo quando os trabalhadores e trabalhadoras passaram a conhecer a importância da mobilização da luta pela terra, e os seus vários desdobramentos. A filiação sindical no início era feita no STR de Unaí, pois não existia outro mais próximo na região. Na época, havia uma paróquia só para quatro municípios, Buritis, Arinos, Formoso e Unaí, sendo que, em Bonfinópolis, havia frei Humberto⁴⁴ que fazia um trabalho muito intenso com a população mais pobre.

Ainda segundo informações da entrevistada, da década de 1970 para cá, foram desapropriadas em torno de 18 fazendas na região e muitas delas em uma luta que, segundo a irmã, se travou sem agressões graves, sem derramamento de sangue já que os trabalhadores e trabalhadoras passaram a serem respeitados em sua dignidade e tomaram mais consciência de seus direitos. Ela complementa dizendo que a conscientização chegou antes da ação.

Ao tratar do medo da morte, a irmã afirma que nunca quis fugir, que raramente teve medo e que de fato acha que Deus lhe deu tranquilidade para ter a cabeça a prêmio e, mesmo assim, continuar firme em seu propósito de apoiar os trabalhadores e trabalhadoras em sua luta por terra, dignidade e respeito.

Sobre a origem de seu trabalho como religiosa, a irmã afirma que, já em 1928, participava de uma congregação em Campinas que trabalhava com as operárias, com os encarcerados e que o bispo estimulava este tipo de ação dizendo que “*a clausura das irmãs missionárias era a casa dos pobres*” e que o trabalho deveria ser feito nos bicos de rua e não nas regiões mais abastadas do centro das cidades. Ele era muito incisivo neste aspecto, já há 70 anos atrás e, segundo a irmã, nem eram obrigadas a usar o “hábito” na rua.

Ao nos apresentar os princípios do trabalho que faz hoje no município de Carandaí, em Minas Gerais, a irmã relata que tem procurado orientar as pessoas que a procuram para conselhos sobre temas como gravidez na adolescência, desemprego ou até fome, e que necessário se faz colocar as instituições públicas para funcionarem em função da população mais pobre e, de fato, organizar formas de pressão. Diz que seu papel não deve substituir, por exemplo, o Conselho Tutelar, que tem uma estrutura para tratar de vários destes assuntos e que só vai funcionar se a população acioná-lo. Finaliza dizendo ser contra práticas assistencialistas que só diminuem a dignidade e auto-estima das pessoas pobres, sem encorajá-las para lutarem pelo que têm de direito.

A trajetória histórica da irmã Zilda nos dá uma dimensão do processo migratório ocorrido no noroeste de Minas, região considerada de fato como área de expansão de fronteira agrícola. Aponta, ainda, a importância do trabalho de mediação realizado pela CPT em parceria na época com a FETAEMG e o movimento Graal a ser apresentado nos próximos itens. O foco central da mobilização era a luta pela terra por meio da formação dos STRs e a organização política das mulheres em função da discriminação de gênero.

⁴⁴ Frei Humberto foi citado nas entrevistas como alguém que apoiou bastante a criação do STR de Bonfinópolis e todo o processo de luta pela terra da região.

4.3.2 A atuação do movimento Graal⁴⁵

O movimento do Graal foi fundado pelo Padre Jacques Van Ginneken, em 1º de março de 1929, na Holanda, num contexto de redefinição da igreja católica junto a setores marginalizados da sociedade e de ascensão dos movimentos feministas. Em Minas Gerais, a atuação das mulheres do Graal é caracterizada por muitas ambigüidades, exercendo ora atividades assistencialistas e aí se identificando com os movimentos de ação católica, ora atividades de cunho mais político (Anjos, 1998).

É interessante observar que o movimento do Graal surgiu como um movimento de mulheres católicas que se distanciou do feminismo em seus pontos principais. Para o Padre van Ginneken, as mulheres do Graal deviam assegurar, em suas vidas, qualidades, tais como: gentileza, servidão, abnegação, castidade e, ainda, a sabedoria e a inteligência. As mulheres não deviam lutar por posições mais eqüitativas com os homens na sociedade. O feminismo do Graal devia ser ‘gentil’ e a mulher devia marcar seu lugar ao lado da ‘poderosa’ marca do homem. O movimento do Graal, por meio da formação sucessiva de núcleos, ensinava às mulheres como renunciarem a si mesmas em nome do projeto de conversão criado pelo Padre van Ginneken (Anjos, 1998).

As mulheres do Graal se fizeram presentes no Brasil e particularmente em Belo Horizonte no final dos anos 40, com outras que vieram da Holanda especialmente para esta finalidade. O trabalho inicial teve cunho assistencialista em função da grande pressão social vivenciada nas favelas e periferias de Belo Horizonte, Contagem e Ibirité, adiando-se o trabalho de formação de mulheres. No interior de Minas Gerais, o trabalho iniciou-se por volta da década de 1980 e a grande maioria das mulheres do Graal que estava à frente desses projetos, mais recentemente, era de professoras iniciando suas trajetórias acadêmicas na área de educação, comunicação social, economia e outras áreas afins. Neste período já predominava o foco em educação popular.⁴⁶

Tratou-se de uma experiência de educação popular circunscrita na linha teórica de Paulo Freire, Jean Piaget e Emília Ferreiro e voltada para a alfabetização de crianças, jovens e adultos, além de atividades de reforço escolar e assessoria aos professores. A utilização de conceitos como o agir comunitário, em outras frentes de trabalho, pressupunha a organização de um grupo de mães, a partir dos quais a equipe viesse a detectar as demandas da comunidade e buscar apoio na realização dos trabalhos.

Nesta perspectiva, quando o Movimento do Graal iniciou sua experiência com um grupo de mulheres do Noroeste de Minas Gerais, trazia consigo a outra experiência, iniciada em Belo Horizonte e em municípios próximos. Em 1987, por meio de uma funcionária da Pastoral Operária de Montes Claros, MG e da Irmã Zilda, da CPT a equipe do Graal foi convidada a assessorar o 1º Encontro da Mulher Trabalhadora Rural em Unaí. Percebe-se que a vinculação do Graal com a Igreja Católica facilitava e abria portas ao convite, na medida em

⁴⁵ Estas informações foram obtidas em entrevista escrita com Alice, integrante do Movimento Graal, maio de 2005 e utilizando fonte bibliográfica Anjos (1998).

⁴⁶“Com o golpe militar de 1964, passaram a se manifestarem tensões entre o Graal nacional (grupo do Brasil) e o internacional, que fazia indagações sobre o enfoque que o Brasil estava dando às questões políticas, deixando de lado as questões da vida do Graal”. Este ponto se baseia no material de estudo voltado para a preparação da reunião do Conselho Internacional intitulado Envolvimento das mulheres de classes sociais e culturas diferentes (1976) (Anjos, 1998:218). Estas tensões fizeram com que o movimento no Brasil fosse adquirindo certa autonomia em algumas questões, especialmente no que diz respeito à opção teórica do trabalho com educação popular.

que as temáticas abordadas pelo Movimento do Graal eram consideradas menos ameaçadoras e, apesar de tocar em pontos considerados polêmicos, jamais foram tratados como forma de imposição de um novo comportamento, mas sim respeitando as experiências e a visão das mulheres.

Neste primeiro encontro, estavam presentes mulheres de Unaí, Bonfinópolis, Brasilândia e outras advindas da zona rural destes municípios. O objetivo deste primeiro encontro foi o de discutir a organização como mecanismo de fortalecimento do sindicato, além de questões específicas das mulheres, como a sexualidade, a história e o cotidiano de vida da mulher trabalhadora rural.

A partir deste primeiro encontro, a equipe foi também convidada a assessorar outros grupos de mulheres em Guaxupé, Montes Claros, Bonfinópolis, Unaí Buritizeiro, Ibitié, Betim, Passos, Contagem e Belo Horizonte.

A metodologia utilizada pela equipe do Graal possibilitava às mulheres refletirem e se posicionarem sobre elas mesmas. Para alcance destes objetivos, utilizavam-se a argila, o desenho do corpo em papel Kraft, pequenos textos e histórias de autores como Rubem Alves, trechos da Bíblia, oficinas com a aplicação da técnica *linha da vida*, trabalhos em grupo, o uso da dança, a música, a dramatização, enfim, recursos que mexessem com a sensibilidade e a reflexão sobre a posição das mulheres na sociedade. Utilizavam-se, ainda, recursos tais como projetor de slides, televisão e vídeo e pequenos filmes. Tais metodologias eram baseadas em experiências da equipe como participantes do Graal.

As mulheres verbalizavam sobre suas condições de exploradas pelo sistema capitalista e pelos companheiros, sendo a violência destes entendida como resultado também da condição de explorados. Nesses momentos, sem desconsiderar a organização política, valorizavam-se as histórias particulares, os desejos pessoais que eram trazidos para a roda e refletindo-se sobre eles como parte da história coletiva das mulheres. A presença maior ou menor dos homens dependia de alguns fatores. Em alguns encontros, apenas as mulheres eram convidadas, em outros, como os que aconteciam nos assentamentos e que contaram com um número maior de homens, percebia-se que eles entendiam que a vinda de alguém de fora para fazer uma reunião os incluía também e era uma oportunidade para abordar a totalidade dos problemas que enfrentavam: a questão da escola, a organização das mulheres ou a ausência de um técnico que havia prometido aparecer para se reunir com o grupo, entre outras questões.

A perspectiva cultural como manifestação das tradições populares é bastante valorizada pelo Movimento do Graal. Nesta perspectiva, após as reuniões, o *forró* era sempre improvisado e, nesses momentos, os homens se faziam presentes de fato para dançarem com suas companheiras e com as assessoras. Imagina-se que estes foram momentos importantes de fortalecimento das relações e de estabelecimento de relações de confiança.

É fundamental observar que, de certa forma, o movimento Graal carregou consigo, desde a sua origem, ambigüidades em relação à aproximação mais hierárquica com a Igreja Católica e uma aproximação mais identitária e cômoda com o movimento feminista. Para Anjos (1998), este processo trouxe alguns ônus, pois, em algumas situações, o movimento expôs seus limites, não considerou a mulher como sujeito e sim como instrumento de um projeto divino e não obteve sucesso quando se propôs a desenvolver um trabalho educativo com as mulheres.

No caso do noroeste de Minas, e especificamente do Assentamento Saco do Rio Preto, as assentadas relatam a presença do Graal como a de um movimento que trabalhava tanto suas questões individuais quanto sua organização política e que, portanto, teve importância marcante para as mulheres do assentamento e da região. O movimento foi citado por várias dirigentes e não dirigentes e por homens dirigentes do STR de Bonfinópolis que atuaram com as mulheres desde o período de mobilização e luta pela terra. Talvez o fato de estar atuando no Brasil, no noroeste mineiro, em uma realidade tão complexa envolvendo os conflitos por terra com a participação intensa das mulheres, tenha contribuído para que o movimento repensasse suas prioridades no Brasil.

4.3.3 A mobilização do movimento sindical

As informações apresentadas neste item foram obtidas por meio de entrevistas com os assentados e assentadas, com alguns diretores e diretoras do STR de Bonfinópolis, por pesquisa documental nos arquivos do STR e pesquisa acadêmica.

A grave situação agrária do noroeste de Minas também preocupava a alguns estudiosos e estudiosas que, após coletarem dados por mais de uma década, avaliavam que se apontava sistematicamente para um processo brutal de deslocamento social, provocado pela mudança da pauta produtiva, incluindo grandes lavouras de soja, café, algodão, feijão, produtos hortícolas e frutícolas e o reflorestamento, pela modernização técnica do manejo pecuário e plantio de pastagens, pela mudança dos produtores, cada vez mais empresários e empresas de fora da região, pelas mudanças na valorização e mercantilização da terra (Castro, 1997).

As lutas sociais por terra na região noroeste eram conduzidas por fortes lideranças sindicais que atuavam de modo pouco comum nos marcos de um projeto politicamente transformador. Avançando para a região, introduziram uma situação inédita de confronto, em que a violência aparecia sob a forma de intimidações veladas ou ostensivas, prisões, processos judiciais, expulsões pela polícia e ameaças de morte, colocando, frequentemente, trabalhadores e suas lideranças em situações decisivas (Castro, 1997). Por várias vezes, a polícia pressionou com intimidação, colocando trabalhadores e trabalhadoras em fila, tirando fotografias e ameaçando a todo mundo com pressão psicológica. O STR recebia visitas de capitão da florestal ou do tenente, depois do coronel, pois a tática era pressionar para a saída da área, pela simples presença destes policiais no sindicato. A polícia chamou os trabalhadores no quartel de Natalândia para pressionar, ao mesmo tempo em que permitia o funcionamento das carvoeiras ilegais. Ainda assim, todo mundo resistiu até o final (Relatório de reunião no Saco do Rio Preto, 07/10/89).

É interessante ressaltar a criação do STR de Unaí, em 1981, já como um dos resultados da atuação da CPT desde a década de 1970 e já mencionado anteriormente, fruto de reflexões e conscientizações das CEBs que evoluíram, como em inúmeros lugares do Brasil, em parceria com as mobilizações do movimento sindical (Castro, 1997).

As estratégias das lutas foram se desenvolvendo a partir da constituição de grupos de trabalhadores, lideranças e assessorias para discutir a reforma agrária e buscar a implementação local do PNRA com desapropriações de fazendas para assentamentos rurais. A reforma agrária passa a ser tratada como luta e não como direito com amparo legal (o Estatuto da Terra), nem só como política pública (a partir do PNRA). Isso significava que a reforma agrária seria conquistada a partir das ações dos trabalhadores e trabalhadoras,

enfrentando os que se colocassem contra: os latifundiários, a tecnoburocracia do INCRA e dos altos escalões do governo, os políticos conservadores, os juízes, advogados, enfim a justiça (Castro, 1997).

Percebe-se, pelo estudo dos documentos referentes à mobilização dos trabalhadores na luta pela terra no noroeste, que, além do impulso dado pelo 1º PNRA, que outro estímulo veio com a chegada de um orientador sindical na região, que começa a discutir com os trabalhadores a luta pela terra num outro patamar, que não apenas a resistência dos posseiros. Esta opção foi feita pelas lideranças da Fetaemg no pólo regional e em Belo Horizonte, ao avaliarem o potencial do noroeste como área para promover ações frente à proposta do PNRA. A luta pela terra foi tirada como prioridade para o movimento sindical da região em reunião intersindical em julho de 1985, em Paracatu.

Pode-se avaliar, retrospectivamente, que as desapropriações de duas grandes fazendas em Unai (1984, Saco Grande e Palmeirinha) e em João Pinheiro (1986, Fruta D'Anta), dentro do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, no período do governo Sarney, constituíram marcos referenciais e exemplos vivos dos resultados das lutas (Castro, 1997).

É fundamental lembrar que, nesta época, as ocupações eram novidade para o movimento sindical na região e um tópico politicamente muito sensível. Os depoimentos colhidos por uma pesquisadora entre os participantes das primeiras ocupações revelam, por um lado, a convicção de que a ocupação era uma forma de pressão forte e, por outro, a contrapartida do risco e do medo de confrontação com a legalidade do estado. A ocupação nas fazendas Saco do Rio Preto e Mamoneiras, no então distrito de Natalândia em Bonfinópolis de Minas, em 1989, representou o palco de uma longa resistência na área ocupada e de múltiplas e complexas negociações com os poderes públicos estadual e federal, que durou quase sete anos, tendo, em 1995, a situação da área sido regularizada e o assentamento oficializado (Castro, 1997). Até esta fase, encontros eram realizados no local com acampados e acampadas, sob a assessoria da CPT, Fetaemg e STR de Bonfinópolis, onde se tratava também da organização interna, discutindo-se a formação de equipes de trabalho, coordenação do acampamento e discussão sobre as diferentes visões de como trabalhar a terra. Também se procurava preservar sua tradição na cultura popular, organizando forrós, danças, músicas sertanejas, folias e trabalhos artesanais. Tanto na organização interna, quanto nas manifestações culturais, a presença das mulheres era marcante (Relatório do Saco do Rio Preto, 21/11/89). Estas conquistas estimularam outras lutas que sempre deixaram o noroeste de Minas como região expoente no que diz respeito à implantação de assentamentos.

Castro (1997) sugere algumas caracterizações sobre quem seriam os sem terra da região noroeste, afirmando que a maioria é constituída por trabalhadores da região, do próprio município onde ocorre o conflito:

“Parceiros ou moradores antigos das fazendas, recentemente expulsos de suas áreas de moradia e trabalho, descendentes de pequenos proprietários ou colonos de antigos projetos, que pela dinâmica da reprodução familiar ou dificuldades produtivas, acabaram também fora da terra; diaristas ou bóias-frias, disponibilizados para vários empreendimentos agropecuários e florestais criados a partir das políticas de modernização do cerrado; trabalhadores com qualificações de ofício como pedreiros, marceneiros, padeiros, eletricitistas, mecânicos, motoristas, cozinheiras, lavadeiras, empregadas domésticas, pessoas quase todas de origem rural, que desenvolveram essas qualificações ainda no campo ou, o que é mais comum, em ambiente urbano, em

trajetórias diversificadas de migração; são também pessoas de origem rural e que migraram para as cidades, mas, com menos “sorte”, permaneceram em atividades sem qualificação, desempenhando eventuais biscates, ou se encontravam desempregados na época dos eventos dos quais participaram” (Castro, 1997:10).

A mesma autora afirma que um dos resultados sociais mais importantes dessa experiência do noroeste foi a formação de um número amplo e qualificado de lideranças sindicais e de movimentos que têm influenciado fortemente o sindicalismo dos trabalhadores rurais de Minas e até de fora do estado, assim como outras entidades representativas, políticas e sociais, como a CUT-MG, o Partido dos Trabalhadores e algumas ONGs. Complementa, ainda, argumentando que, no período de 1986 a 1997, foram criados 66 assentamentos pelo INCRA-MG, dos quais 30 estão localizados no noroeste mineiro.

Pela vasta documentação arquivada, pode-se perceber que a mobilização estava centrada em dois eixos: a luta pela terra e a reflexão sobre a discriminação da mulher, como mulher e como trabalhadora. Os documentos revelam as pautas metodológicas utilizadas desde 1989, a contribuição das entidades parceiras e a evolução dos trabalhos durante o período analisado, 1989-1995.

Pode-se observar que, em 1989, o trabalho com as mulheres era bastante intenso e contava com a parceria da Fetaemg e do movimento do Graal. Em um determinado seminário realizado em 1989, percebe-se que o foco central procurava refletir sobre a dupla discriminação da mulher, tanto do ponto de vista da sexualidade quanto da sua condição de trabalhadora. Utilizava-se uma dinâmica no seminário que levava as mulheres e alguns homens que participavam, a refletirem sobre a afetividade, os movimentos sociais e as condições dos trabalhadores e das trabalhadoras no Brasil. As discussões terminavam levantando propostas de como intervir nas situações problematizadas a curto, médio e longo prazos. O seminário, normalmente, estimulava a participação em eventos seguintes e o desejo em modificar as relações de gênero.

Em outro seminário de avaliação e programação realizado no STR, em 1992, contou-se com a participação da Fetaemg, da Cut Minas, do Centro de Estudos Rurais da UFMG, e procurou-se refletir sobre as condições de reforma agrária no noroeste de Minas, questionando-se sobre a importância do PNRA, considerado como um grande estímulo à mobilização na região (Relatório do seminário, julho/ 1992).

Realizou-se um encontro de mulheres em 1993, no qual contou-se com a participação de homens e mulheres dos assentamentos, da assessoria das entidades já citadas e o eixo das discussões fortaleceu a importância da organização de mulheres e a urgência de se interferir em políticas públicas, especialmente no que diz respeito à área de saúde da mulher. Outra questão que saiu fortalecida foi a necessidade de se refletir permanentemente sobre ‘mudanças nas relações de gênero no espaço familiar’. Percebe-se que a preocupação das entidades e mediadores era a de atuar nos espaços público e privado, sem hierarquias.

Posteriormente, em um encontro realizado em janeiro de 1995, tirou-se como eixo de discussão a importância do trabalho coletivo, havendo, além das entidades já citadas, a participação da Cáritas de Paracatu e de parlamentares do Partido dos Trabalhadores. Quanto mais a mobilização avançava, mais as articulações políticas se fortaleciam.

O processo de mobilização era permanente e, em todos os eventos, discutia-se a importância de fortalecimento das lutas dos trabalhadores, aliada à participação das mulheres que, também organizadas, contribuiriam de forma mais engajada nas questões pertinentes às suas demandas.

A imprensa não deixava de dar cobertura aos encaminhamentos dos conflitos de terra na região e, por mais de uma vez, a mobilização foi notícia no Correio Brasiliense em 1991, no jornal Estado de Minas em 1992 e 1993 e em outros veículos de comunicação de massa.

O próximo item irá nos mostrar que existem registros de conflitos de terra na região de Bonfinópolis desde 1960 e que trabalhadores e trabalhadoras e apoiadores e apoiadoras foram aprendendo com cada embate, com cada derrota e, aos poucos, foram se fortalecendo e se organizando até estruturar o Sindicato e partir para lutas maiores, como tem demonstrado todo o desenrolar deste trabalho.

4.3.3.1 Detalhes da luta pela terra em Bonfinópolis, desde os idos de 1960

É fundamental observar como o desencadeamento do processo de reforma agrária em um município se faz por meio de um conjunto de detalhes que, aos poucos, vão fortalecendo as pessoas que fazem a luta, isto é: trabalhadores, trabalhadoras assessorias. Os detalhes são reveladores de pequenas estratégias construídas, muitas vezes, no momento em que um fato novo exige e que se transformam em referência para o processo de luta pela terra.

Na década de 1960⁴⁷, um grupo de trabalhadores, que totalizava oito famílias, tomou conhecimento de que uma fazenda de nome Mandiocal era de terra boa para produzir e não tinha dono. Mudaram-se para lá e passaram a viver com certa tranquilidade, produzindo, para a sobrevivência, arroz, milho, feijão, amendoim, cana, mandioca, algodão, etc. Havia também, na mata, jabuticaba, guariroba e um rio com fartura de peixes. Bem próximo no alto da serra, havia a comunidade das Pedras, para onde se levava matula⁴⁸ aos domingos, onde se assistia à missa e se vivia um dia festivo. O número de famílias foi aumentando, aumentando também o número de jovens e, de repente, na década de 1970, as terras foram vendidas e o proprietário passou a cobrar pelo uso delas. As pessoas foram surpreendidas com esta decisão, a situação se complicou para as famílias e, nesta época, como não havia STR, a estratégia de defesa era a resistência.

O tempo foi passando e, já em 1980, apareceram jagunços fazendo ameaças, derrubando casas e destruindo plantios de sobrevivência das famílias. Em 1981, depois de um longo processo de organização e luta, criou-se o STR de Unai, que encontrou na região muitos conflitos entre as famílias e as possíveis negociações com os proprietários. Um fato interessante é que, por meio da escola do município, dezesseis jovens começaram a encenar peças teatrais contando a história da comunidade do Mandiocal. Este processo foi ganhando força e estimulando as pessoas a se interessarem pelo destino daquelas famílias.

⁴⁷ Documento produzido por Paulo, João dirigente do STR de Bonfinópolis, intitulado “Conhecendo a reforma agrária em Bonfinópolis de Minas”, Relatório de pesquisa, 2000, baseado em sua experiência no STR e por meio de pesquisa que ele realizou nos documentos do sindicato.

⁴⁸ Também conhecida como merenda e preparada para ser dividida com as outras famílias durante os dias em que passam juntas em algum tipo de atividade ou comemoração festiva ou religiosa.

Um determinado dia, quando menos se esperava, surgiu, na comunidade, um oficial de justiça armado de revólver e com uma ordem de despejo sem nomes endereçados, expulsando as famílias do local. Foram tirando os pertences dos trabalhadores e trabalhadoras, colocando em carro de boi e levando até o alto da serra distante mais ou menos 3,5 km das casas. Enquanto isto se resolvia, foi enviado, pelos trabalhadores, um recado para o STR de Bonfinópolis que tratou de convidar o único advogado que havia no município naquele momento para ajudar a resolver a questão. Ao chegar, o advogado deparou-se com roça plantada há mais de 20 anos e pomares com boa produção e conseguiu reverter o quadro de despejo. Recursos e mais recursos jurídicos foram utilizados com o passar do tempo e as famílias, se desencantando de tanta incerteza, aos poucos foram abandonando a luta.

O STR de Bonfinópolis, segundo relato histórico deste episódio, presenciou o fim de uma comunidade que iniciou em 1960 e durou até o final de 1994, com os posseiros nesta época, completamente sem garra, tendo mudado completamente o comportamento aguerrido e corajoso do início dos conflitos (João Paulo, 2000).

Outra referência importante se trata de uma fazenda de nome Lajes, que era uma área de 418 ha pertencentes à Igreja Católica. Um acordo feito entre o STR e o bispo, em 1987, viabilizou uma proposta de assentar 10 famílias em regime de comodato. Para a Igreja, o processo seria comunitário, com atividades coletivas, no entanto, para as famílias houve resistência à proposta comunitária. Várias reuniões aconteceram e não se chegava a um acordo entre as partes. Finalmente, em julho de 1988, ocorreu a primeira ocupação em Bonfinópolis, em função da lentidão de se tomar a decisão. No início, a igreja reagiu em reuniões tensas e, depois, chegou-se a uma negociação satisfatória. Os fazendeiros da região não viram com bons olhos esta ocupação e fizeram bastante pressão na Igreja para que as famílias fossem despejadas. No entanto, a Igreja resistiu e regularizou a situação dos trabalhadores e trabalhadoras. As famílias passaram fome e frio, até que foram se organizando arrecadações junto à população do município, reforçada pelo apoio de Frei Humberto, que conseguia também ferramentas de trabalho, utensílios domésticos, alimentos e agasalhos. O trabalho coletivo não vingou e foi deixado de lado; hoje, as famílias possuem casa para morar, quintais plantados e pequeno rebanho, em uma situação bastante diferente de quando ocuparam as terras (João Paulo, 2000).

Uma terceira experiência de luta pela terra relatada por João Paulo(2000) se trata da Fazenda Assa Peixe, com área de 4.002 ha de terra ausente, cujo processo iniciou-se em 1982, com a instalação de 33 famílias de posseiros, produzindo arroz, mandioca, milho, feijão, cana, aves, suínos, eqüinos e caprinos. No final daquele ano, apareceu um dono das terras, que construiu uma sede, colocou um gerente e gado e iniciou forte pressão psicológica sobre as famílias, com visitas desafortadas do gerente e dos peões da fazenda, desencadeando uma série de conflitos. Como ainda não havia o STR de Bonfinópolis, contava-se com os STR de João Pinheiro e Unaí, distantes da área de conflito. Surgiu a necessidade de criação do STR de Bonfinópolis e várias reuniões de mobilização começaram a acontecer, com deslocamentos a cavalo, a pé, de bicicleta e de carona para se garantir a presença.

Em outubro de 1983 foi criado o Sindicato de Bonfinópolis, com a organização dos trabalhadores e trabalhadoras e, como um dos primeiros embates, se depara com o fazendeiro construindo cercas, destruindo estradas e impedindo as famílias de soltar os animais no pasto. O sindicato não possuía nenhuma estrutura, e nem contava com o apoio da sociedade para abraçar a causa da reforma agrária no município. As reuniões eram vigiadas pela polícia, que protegia os fazendeiros da região e não havia o apoio do prefeito ou dos vereadores. A

desapropriação da fazenda Lajes levaria anos, a vistoria era difícil de conseguir e, enquanto isso, a vida se arrastava para as famílias em um clima de permanente tensão. O delegado aliava-se com o fazendeiro que, inclusive, tinha lhe cedido uma carvoeira na fazenda para uso particular.

O período de 1983 a 1985 foi de grande desânimo e venda ou abandono das terras, com um sindicato ainda pouco atuante. Em 1985, no governo do Presidente José Sarney, produziu-se o já citado PNRA, que influenciou demais a organização dos trabalhadores e trabalhadoras, havendo nova eleição no STR de Bonfinópolis e forte trabalho de mobilização orientado por dois eixos: organizar o povo e procurar áreas para desapropriar. Dentro desta perspectiva, realizou-se uma reunião histórica na fazenda Assa Peixe, com participação de 600 trabalhadores e trabalhadoras e a presença do Incra, CPT e Fetaemg. Discutia-se a possibilidade de ocupar outra área, já que a euforia com o PNRA levou todos a acreditarem que fazer a reforma agrária era muito fácil, o que aos poucos foi se desmistificando, já que não tinha nada de fácil. A diretoria do STR de Bonfinópolis era ainda imatura e o governo, aos poucos, ia piorando o PNRA; os trabalhadores e trabalhadoras se desarticularam, havia maior pressão do gerente com atos de grande violência, com seis casas queimadas, espancamento de animais, prisões e destruições de benfeitorias.

O tempo foi passando, muitas ações na justiça e, dos 33 posseiros e posseiras, restaram apenas 12. Havia muita pressão da polícia sobre as mulheres. Convenceu-se o Incra a fazer uma segunda vistoria na chamada área de cima, já que antes o gerente da fazenda havia levado os técnicos para áreas ruins, o que fez com que o laudo inicial identificasse terra de má qualidade. A segunda vistoria foi produtiva, no entanto, houve muita lentidão, além do desgaste psicológico e financeiro. Depois de muitos encaminhamentos jurídicos, saiu o despejo das famílias depois de 8 anos de luta e de novo convivía-se com a incerteza. Foi um momento de muita angústia e o documento relata a coragem e teimosia de Lúcia⁴⁹, que não desanimava, incentivava e buscava outros encaminhamentos. Se passassem dois anos, o decreto caducava e perdia o valor, até que, dois dias antes de vencer o prazo, aconteceu a imissão de posse, após nove anos de vai-e-vem, que foram comemorados com muita alegria novamente pelos trabalhadores e trabalhadoras, que decidiram juntar-se e fazer a ocupação. Mas, a notícia vazou, a polícia chegou e fez a retirada da população. Foi necessário definir nova data e, em reuniões coordenadas com o comando policial local e o de Belo Horizonte, finalmente obteve-se a notícia de que poderiam ficar. Após 10 anos de luta, finalmente uma nova fase iniciaria.

Sobre a conquista dos assentamentos Mamoneiras e Saco do Rio Preto, João Paulo (2000) relata um longo processo de conquistas e enfrentamentos, simultâneos à estruturação do sindicato de Bonfinópolis até no que diz respeito a material de consumo operacional, para que o STR se comunicasse com quem de direito para encaminhar as demandas dos trabalhadores e trabalhadoras. Os trajetos eram feitos a pé, em bicicletas, de carona até que se conseguiu o apoio da opinião pública, câmara de vereadores, do prefeito, de deputados estaduais e federais, mobilizando até o governador. Muita angústia, incerteza e ansiedade foram vivenciadas, até que se conseguiu, depois de muitos recursos jurídicos, embates e enfrentamentos, implantar o assentamento Saco do Rio Preto, em 1995. Um especial destaque é feito por João Paulo (2000), em relação à participação das mulheres em todo o processo de luta pela terra, o que se diferenciava de outras lutas.

⁴⁹ Atual presidente da Associação de Pequenos Produtores do Assentamento Saco do Rio Preto.

Complementando as informações apresentadas até aqui, uma entrevista com a atual advogada da Fetaemg⁵⁰, que já trabalhava na área desde 1982, revela o forte enfoque do trabalho das mulheres na região de Bonfinópolis, Arinos, Unaí, Paracatu e João Pinheiro, revelando que, a partir de 1984, o trabalho se intensificou. Para a entrevistada, o Assentamento Saco do Rio Preto em Natalândia não foi um processo de resistência na terra e sim uma reivindicação para ‘sem terras’, coordenado pelo sindicato, no qual, apesar de ter um homem na presidência, as mulheres atuavam bastante nas reuniões, no envolvimento com os trabalhadores e, principalmente, no incentivo de desenvolver ‘o lado da necessidade’ da questão da luta pela terra, que significava poder trabalhar, comer e sobreviver (Alice, assessora da Fetaemg, 2005).

A entrevistada revela que, naquela época, havia muita perseguição da polícia civil e polícia militar e, num outro período em que a presidente do sindicato de Bonfinópolis era uma mulher, a Lúcia, o delegado de polícia levantou um cassetete para bater nela, que resistiu, gritou, não aceitou e houve até processo que, depois, foi arquivado por falta de consistência, pois não se comprovou infração da lei. Em outra ocasião, outro delegado levantou um taco de sinuca para acertar na presidente do STR, que não estava agredindo ninguém, mas era muito representativa da luta pela terra na região. Parece, segundo a entrevistada, que as mulheres tinham mais poder de resistência e até de coragem no Saco do Rio Preto. Ela amplia este papel para outros municípios, lembrando que outros sindicatos da região também tiveram mulheres lutadoras na presidência. Lembra-se de uma sindicalista de nome Aparecida, cujo pai foi assassinado e que teve importante função na luta pela terra em Unaí e região.

Alice faz uma reflexão sobre este comportamento das mulheres e argumenta que, muitas vezes, a mulher é menos agitada, pensa melhor, recua quando necessário, sem se sentir diminuída, discute, tem paciência e, às vezes, na luta pela terra, ela tem até mais resistência à fome. É a mulher que coordena a situação dos filhos, dos homens, ajuda na discussão dos problemas dos acampamentos e procura solução com mais afinco e persistência do que os homens. A entrevistada chega a argumentar que os acampamentos em que as mulheres estão junto com os companheiros têm uma tendência a perdurar, enquanto que naqueles que têm em sua maioria homens sozinhos, a tendência é esvaziar. O apoio das mulheres, segundo a entrevistada, acontece não só nos encaminhamentos dos acampamentos, mas também na manutenção de plantios de quintal que garantem o dia-a-dia e a sobrevivência dos acampamentos, embora não tenham grande visibilidade. A mulher faz este trabalho associado ao apoio à grande lavoura dos homens e ainda cuida dos filhos e da casa, com resistência, paciência persistência e quase ninguém nota. Mas, é um grande trabalho, com pouca visibilidade e que raramente entra na contabilidade.

Ao lembrar de sua trajetória pessoal, a advogada afirma que, aos 21 anos, substituiu uma advogada que estava viajando em uma questão de terra que tinha uns posseiros em uma fazenda, que hoje se chama fazenda São Pedro. Repentinamente, chegou da cidade o proprietário acompanhado do filho e de alguns rapazes, todos armados com revólveres, dizendo que iam fazer o despejo dos trabalhadores e trabalhadoras, à força. Armados e com tratores, passaram em cima das casas e atiravam nos pés das pessoas, que corriam humilhadas, com suas benfeitorias destruídas, as lavouras, os alimentos e toda uma situação tensa e constrangedora para as famílias. Como recém-formada, a entrevistada afirma que sofreu um impacto e teve sua máquina fotográfica arrancada das mãos pelo filho do fazendeiro, não

⁵⁰ A escolha da advogada da Fetaemg para ser entrevistada foi pelo fato de seu nome ter sido bastante citado nas entrevistas no assentamento, tanto pelos homens quanto pelas mulheres, como alguém que apoiou muito o trabalho.

tendo outro recurso a não ser correr chorando para o fórum e pedindo apoio ao juiz. Segundo ela, por sorte, o juiz bastante sensibilizado instruiu-a sobre como atuar juridicamente, também indignado com o fazendeiro que, no dia da audiência, disse “*ter orgulho de seus filhos estarem armados atirando nos trabalhadores e defendendo seu patrimônio*”.

A advogada venceu a causa e, segundo ela, nunca mais parou de trabalhar em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Ela ainda complementa que se sentia reforçada pela coragem de todos e, principalmente, das mulheres, pois, naquela época, não era normal as mulheres se exporem e enfrentarem tudo assim, com tanta coragem. Depois de tanto tempo de trabalho na Fetaemg apoiando trabalhadores e trabalhadoras na luta pela terra, Alice nos diz que nem dá para medir seu aprendizado e os diferentes tipos de capacidades com que passou a lidar durante este período todo.

Como conclusão ao registro do processo de reforma agrária em Bonfinópolis, João Paulo (2004) argumenta que a pesquisa realizada nos documentos foi difícil, pois nem tudo foi registrado e, às vezes, há registros com falhas, o que dificulta constatar a verdade dos fatos. O que ele observa, enfim, é que houve uma grande mudança no processo de luta pela terra, principalmente no que diz respeito às relações com a sociedade e com o poder público. Nas primeiras lutas, sem nenhum apoio, a polícia tinha uma ação rígida e partia para o despejo, mesmo que não fosse solicitada, o que não acontece mais nos dias de hoje. Nas ocupações mais recentes, os trabalhadores receberam cestas básicas e lonas plásticas da prefeitura, o que era impossível de acontecer. O comportamento da polícia na região também mudou substancialmente, em função do comportamento corajoso tanto de trabalhadores como de trabalhadoras. A polícia, hoje, os trata com mais respeito. As relações avançaram bastante e já se respeita muito a luta dos sem terra. O STR tem telefone, carro, mais recursos, reconhecimento e experiência, o que facilita muito o trabalho.

4.4 O Assentamento: trajetória e situação atual⁵¹

O Assentamento Saco do Rio Preto possui uma área de 2.603 hectares, distribuídos por 68 famílias, sendo duas não cadastradas e consideradas invasoras dos lotes. Cada família possui, em média, 38 hectares.

Pertence ao município de Natalândia, que foi emancipado de Bonfinópolis de Minas em 21/12/1995, estando situado na região Noroeste de Minas Gerais, na microrregião de Unaí, pertencente à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). A sede do município de Natalândia dista 588 km de Belo Horizonte, possuindo uma população de 2.986 habitantes, sendo 2.167 da área urbana e 819 da área rural.

Os principais mercados potenciais e pólos regionais são: Unaí, distante 90 km da sede do município, pela estrada estadual e da BR-251, e Brasília-DF, distante 155 km, alcançada pela BR-251, após Unaí. Outras cidades importantes são: Bonfinópolis de Minas, onde se situa a rede bancária que presta os serviços de crédito rural, distante 93 km da sede por estradas vicinais; Paracatu, distante 140 km e João Pinheiro. O PA Saco do Rio Preto dista 23 km ao sul da sede do município de Natalândia.

⁵¹ Dados obtidos no **Plano de Consolidação dos Assentamentos (PCA) do PA Saco do Rio Preto de Natalândia, MG**, elaborado pelo INCRA por meio do Programa de Consolidação e Emancipação (auto-suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária. Montes Claros, janeiro de 2004 e por meio de entrevistas realizadas no assentamento, em setembro de 2003.

A economia do município de Natalândia é baseada, predominantemente, na pecuária de corte e na pecuária leiteira. O município tem pouca expressão agrícola e a maioria das unidades produtivas é menor que 10 hectares e cultivadas para subsistência. Esta situação contrasta com a de Unai e Bonfinópolis, que possuem grandes áreas de soja, milho e feijão.

O modelo de exploração agrícola dos municípios vizinhos tem afetado os assentamentos e as pequenas propriedades da região, por meio do desequilíbrio ecológico causado pelas grandes monoculturas. Existem sérios problemas com pragas e microrganismos resistentes a defensivos agrícolas, que chegam a inviabilizar a produção de feijão, cultura importante no contexto da agricultura familiar.

Natalândia possui uma condição fundiária peculiar, havendo um terço de sua área, ocupada por um latifúndio representado pela Fazenda Mamoneiras com, aproximadamente, 18.000 hectares e especialização em pecuária de corte com 15.000 cabeças. Além dessa grande propriedade, existe mais uma, de 2.400 hectares, mais duas em torno de 1.000 hectares, os três assentamentos, com áreas entre 1.600 e 2.600 hectares e o restante das propriedades pequenas, com áreas menores que 100 hectares, sendo a maioria destas de tamanho maior ou igual a 10 hectares.

Os assentamentos têm grande importância na economia e na vida social do município, considerando a extensão das áreas e a população.

As principais culturas são: milho mandioca e arroz, havendo como culturas secundárias àquelas do tipo anual, quando se produz em pequena escala o feijão e o sorgo, que é utilizado para silagem. Também como secundárias, porém cultivadas em 'quintais' em áreas pequenas, têm-se café e hortaliças, como abóbora, alface, alho, beterraba, cebola, cenoura, maxixe, mostarda, quiabo, repolho, tomate e frutíferas, como abacaxi, acerola, banana, goiaba e manga. Esta produção é importante no sentido de assegurar a segurança alimentar e de aproveitar a mão-de-obra feminina, dos jovens e das crianças. A limitação para expansão do cultivo dos 'quintais' é a falta de água para irrigação.

A fazenda que foi desapropriada para a implantação do assentamento era de propriedade da Empresa Charonel, cujo proprietário era Herbert Lev, que exerceu as funções de deputado federal e ministro de estado. A empresa desmatava o cerrado e produzia carvão vegetal para alimentar algumas das usinas da siderurgia brasileira.

Apesar de estarem próximos ao entorno de Brasília, onde a ação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) é contínua e intensa, o processo de mobilização e ocupação da terra não contou com a presença de lideranças deste movimento.

Os primeiros passos para a conquista do assentamento foram dados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bonfinópolis, que fazia reuniões e convites para a ocupação. Em cada região, ocorriam reuniões semanais para organizar os grupos e já se imaginava uma divisão de trabalho, na qual as mulheres trabalhariam na horta beirando o rio e os homens fariam as roças. Durante o acampamento, estes papéis acabaram se misturando.

Por meio de diversas entidades de representação e com um processo de mobilização com reuniões, com identificação e com o levantamento do número de famílias que poderiam participar da ocupação, o dia e a hora já iam sendo programados.

A preparação da ocupação foi constituída por várias fases e, a todo o momento, trabalhadores e trabalhadoras ficavam se preparando em como reagir com a polícia que, no fim, acabou descobrindo os planos de ocupação e o grupo teve que organizar vários 'blefes' sobre possíveis datas diferentes para enganar os policiais. Nesta fase, as atividades eram planejadas cuidadosamente.

Na véspera da ocupação, segundo relato dos assentados e assentadas, ninguém dormiu a noite toda, passando todo o tempo cortando pau e com as lamparinas acesas. Era muito animado e ninguém parecia ter medo de nada. Durante a ocupação, quando a polícia chegou e cercou a estrada, as mulheres e as crianças foram as que enfrentaram na frente, e sem medo.

Aconteceram muitas ameaças às lideranças, que eram protegidas pelos assentados e assentadas sob a afirmação de que "*não existiam líderes*" (assentado, setembro de 2003). Houve até uma reunião que, do meio dos trabalhos para frente, virou reza, pois algumas pessoas chegaram de repente, procurando lideranças.

Em 15 de julho de 1989, às cinco horas da manhã, conforme relato dos moradores, as famílias ocuparam a fazenda. Esta ocupação contou com o apoio da CUT, Contag, Fetaemg e do STR de Bonfinópolis. "*Foi um período difícil de fome e frio*" (Assentado, setembro de 2003). As pessoas vieram dos municípios de Dom Bosco, Brasilândia, Bonfinópolis de Minas, Bambus e São Romão.

Como estratégia de reação, o proprietário da fazenda acionou a justiça para despejar os "invasores" que foram intimados a depor no Fórum de João Pinheiro. Veio a ação de despejo e os acampados resistiram bloqueando uma estrada principal. Essa pressão das famílias levou à suspensão da ação de despejo. A empresa continuou intimidando verbalmente para infiltrar o medo, o desânimo e a abordagem individual na tentativa de convencê-los a desistirem da luta.

Enquanto permanecia o conflito pela terra, durante os seis anos em que permaneceram no acampamento (1989-1985), segundo assentados e assentadas, todo mundo parecia estar mais unido, havendo depois, no assentamento, certa dispersão. Muito serviço no acampamento era feito por homem e por mulher, como, por exemplo, as lavouras coletivas e as filas de gente para pegar água. Estas atividades eram consideradas trabalho para a família toda, sem a rigidez de papéis masculinos e femininos.

Em 1990, a área foi dividida pelos próprios acampados e acampadas, com a utilização de corda para demarcação, o que resultou em 65 lotes, a área coletiva, a área destinada à agrovila e a reserva legal.

Nesta mesma época, conseguiu-se, junto à Secretaria Municipal de Educação, a instalação na fazenda de uma escola multisseriada para as crianças acampadas. Iniciaram também a construção das "casas de pau-a-pique" nos lotes. Neste ano, ainda, foi instalada a Delegacia do STR de Bonfinópolis no assentamento.

No período de 1991 a 1995, vários apoios foram conseguidos e de diferentes naturezas: do FUNDAJU, Fundo de Ajuda ligado à Igreja Católica; apoio para pagar as despesas com o transporte de palhas para a construção dos barracos de pau-a-pique; do CERIS, do Rio de Janeiro, apoio para fazer hortas comunitárias e criação de pequenos

animais, produziam pouco leite e existia uma linha de leite. A Cáritas Diocesana de Paracatu ajudou-os na canalização da água até a agrovila, o CESE, de Salvador, financiou a fabriqueta de farinha e rapadura e o frei Humberto, de Bonfinópolis, ajudou-os na aquisição de máquina de beneficiamento de arroz e nos serviços de tratores com grade.

Em 1993, foi criada a Associação de Pequenos Produtores do Assentamento e somente em 08/12/1995 houve a negociação da terra e a criação do Programa de Assentamento pelo INCRA.

Já em 1996, o INCRA fez o parcelamento oficial dos lotes, respeitando a primeira divisão realizada por acampados e acampadas. Assinou-se o contrato de Assentamento e foi liberado o Crédito Habitação. No processo de construção das casas, primeiro fez-se a compra coletiva do material, porém, a construção foi feita individualmente. O recurso não foi suficiente para construir a casa planejada pelo INCRA, mas, todos conseguiram fazer uma construção mínima, segundo suas possibilidades.

Ainda em 1996, foram liberados recursos do PROCERA e adquiriu-se um trator para o uso coletivo, além de dar início à abertura das estradas.

Em 1997, foi criado o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Natalândia, o que representou o fortalecimento e a ampliação de entidades parceiras do assentamento. Uma assentada foi eleita presidente do STR e o assentamento sentiu-se fortalecido com a representação.

No ano de 2000, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) começou a desenvolver o Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária, o PRONERA, vinculado ao INCRA, para ações educativas para jovens e adultos do assentamento.

Em 2001, teve início a mobilização com o trabalho com idosos, que também envolve adultos e jovens.

Em 2002, teve início, no campo de geração de renda, o trabalho do grupo de mulheres na produção de doces e licores com frutos do cerrado, dando origem à marca “Sabores do Cerrado”.

Em 2003, o assentamento foi selecionado para desenvolver a proposta de Consolidação, que é implantada por meio de um convênio do INCRA com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, para desenvolver ações diversas.

De modo geral, os problemas de saúde no assentamento são atendidos, principalmente, por um agente do Programa de Saúde da Família, do município de Natalândia. As principais doenças detectadas são a hipertensão, o alcoolismo e a doença de chagas.

Quanto à situação de eletrificação, somente seis famílias possuem energia elétrica em suas casas, viabilizada com recursos próprios.

No que diz respeito à condição de saneamento é bastante precária, pois 67% das casas não têm banheiro.

O assentamento está localizado em uma região de fronteira entre dois municípios: Natalândia e Dom Bosco, com presença e apoio constantes da administração atual de Natalândia, o que não acontece com a administração de Dom Bosco, especialmente na execução de políticas sociais básicas, como educação e saúde. A escola localizada na área pertencente ao município de Dom Bosco não funciona, o que contribui para a insatisfação das famílias assentadas nesta parte do assentamento.

Quanto à organização interna dos assentados, existem duas associações. Uma delas é a que envolve assentados e assentadas do município de Dom Bosco, criada recentemente sob influência política da prefeitura, sob o argumento de alocar recursos para o Programa de Assentamento (PA), que apresenta um baixo índice de participação e cuja documentação fica com a prefeitura⁵². Os associados e associadas só se reúnem quando existem solicitações e interesses da prefeitura, desconhecem o estatuto e não têm conhecimento da existência de um regimento interno. Essa relação de ingerência com a prefeitura demonstra fragilidade na gestão da associação.

Por outro lado, a Associação que envolve assentados e assentadas que estão em áreas do município de Natalândia é totalmente autônoma e a direção se reúne semanalmente. Existe assembleia ordinária a cada dois meses, com grande participação dos assentados, principalmente das mulheres, verificando-se, no entanto, pequena participação dos jovens. Há o cumprimento e o conhecimento do estatuto, mas, não existe, ainda, regimento interno.

Quanto aos movimentos organizados no assentamento, além das duas associações, existem ainda outras organizações internas, como o Grupo de Idosos, o Grupo de Doces (ou também conhecido como grupo de mulheres)⁵³, o Grupo de Jovens, o Movimento da Igreja Católica, o STR, o Coletivo de Educação, o Grupo da Serraria, o Grupo da Fábrica de Farinha e o Grupo do Leite⁵⁴. Estes grupos funcionam independentemente do pertencimento à Associação, ainda que alguns deles, historicamente, tenham sido criados em função de discussões apoiadas por ela.

Existe também o coletivo de Educação, formado pela Associação Escola Família Agrícola do Município de Natalândia (AEFAN), coordenado por uma mulher, que é uma iniciativa que articula a associação de Natalândia e o STR de Natalândia, também envolvendo pessoas dos demais grupos. Um dos seus objetivos principais é criar a Escola Família Agrícola no Assentamento, cuja demanda estimada é de 70 alunos para o ensino médio, atendendo também aos assentamentos de Mangal e Mamoneiras. Essa iniciativa conta com o apoio de vereadores e da Secretaria Municipal de Educação e será apresentada nos itens seguintes desta Tese, pois trata-se de uma reivindicação antiga de assentados e assentadas.

⁵² Esta Associação existe só 'no papel' e pertence ao município de D. Bosco, que também tem áreas do assentamento. Durante o texto, quando mencionarmos a palavra Associação, estaremos nos referindo à Associação de Pequenos Produtores de Natalândia que, de fato, representa o assentamento e tem legitimidade para assentados e assentadas.

⁵³ Vincula-se a origem do grupo a uma sugestão de técnicos (as) do Projeto Lumiar sobre aproveitamento de frutos do cerrado, que foi, posteriormente, aprofundada em uma discussão em um seminário municipal com a participação do STR de Natalândia, do STR de Bonfinópolis, da Associação, da Emater, da Prefeitura, do Inkra e de vários assentados e assentadas. Em seguida, contatos foram mantidos com o Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CPAC), da Embrapa, quando se viabilizou um curso específico sobre a questão. A produção ainda é pequena e trabalha-se sob encomendas, com doces de manga, mangaba, goiaba, araticum, acerola, pequi e tamarindo e com geléias de goiaba, mangaba, tamarindo e jatobá. A comercialização também acontece nos encontros estaduais de assentados e assentadas e tem se conseguido apoio da EMATER e da Cáritas de Paracatu, embora haja bastante dificuldade em ter acesso a mercados maiores.

⁵⁴ Os demais grupos foram criados a partir de discussões neste seminário de 1998.

A Associação de Natalândia, inserida nesta trama de relações sociais, tem procurado coordenar as ações do assentamento, o que, às vezes, não consegue, pela existência de limites estruturais, como, por exemplo, agilizar a solução de problemas ligados à produção e à comercialização.

A direção atual da Associação de Pequenos Produtores do Assentamento, que assumiu em janeiro de 2003, tem procurado “revitalizar” o assentamento, trabalhando com demandas no campo de produção e da reprodução. A diretoria tem realizado esforços para se reunir com os diferentes grupos, para sanear as contas da associação, para apoiar outros acampamentos, para agilizar o funcionamento de um trator e implementos agrícolas parados há dois anos, para fortalecer o Pronera, para contribuir para o melhor acesso ao Pronaf, para conseguir implantar a Escola Família Agrícola e para adquirir coletivamente um tanque de resfriamento de leite, entre outras questões.

Nos depoimentos da presidente da Associação, um desafio colocado permanentemente é a “*dificuldade para trabalhar as diferenças*”. Há quem se aproxime mais da prefeitura ou não, há quem seja mais próximo(a) do Partido dos Trabalhadores ou de outros partidos e os mais distantes, há ainda os mais imediatistas e também aqueles mais dispostos a contribuir com a coletividade e que pensam mais a longo prazo. “*Articular diferenças é, hoje, nosso principal desafio. No tempo da ocupação, a luta era pela reforma agrária e, mesmo que fosse abstrata, todo mundo estava unido. Hoje, já com o lote e com demandas concretas, o coletivo toma outros significados*”. Em vez de se falar em desmobilização, parece que a mobilização se dá em torno de outros objetivos não tão claros, como a luta pela terra e que precisam ser verificados profundamente.

O próximo capítulo procura evidenciar como ocorreram as relações de gênero no processo de luta pela terra no assentamento.

CAPÍTULO V

RELAÇÕES DE GÊNERO NA LUTA PELA TERRA

Mais importante do que o aumento da quantidade de mulheres atuando no comando nos assentamentos torna-se fundamental observar a natureza do processo pelo qual este aumento ocorre, uma vez que esta luta pelo acesso à terra e pelo poder tem um comportamento decisivo nas relações de gênero. Neste capítulo trataremos de apontar como ‘lutar por terra’ não encerra em si um pressuposto de acesso garantido às mulheres e que, muito pelo contrário, são exigidas mudanças em favor destas em âmbitos diferentes, quer seja na família, na comunidade, no mercado e em vários níveis de organização do Estado, uma vez que tais acessos não se dão sem contestação (Doderlly, Buarque e Garcia, 2002). Para atingir tais objetivos, serão analisados os diferentes comportamentos de gênero focados em alguns fatos marcantes, tratados ora de forma complementar pelos assentados e assentadas, ora de forma contraditória. Há consensos e conflitos que foram clareando à medida que as entrevistas se desenvolviam.

Procuramos enfocar em certa cronologia mínima os períodos de mobilização, a ocupação, o acampamento, as conquistas no assentamento e a rotina atual. Este processo teve como referência a divisão sexual do trabalho, o processo de tomada de decisão, o acesso e controle dos recursos, a gestão das atividades de produção, reprodução e comercialização e finalmente o processo de representação política que, num certo sentido tornou-se a dimensão mais explorada em função da própria vivência política de assentados e assentadas e também porque se trata de uma dimensão que, nesta situação estudada, articula diferentes desdobramentos de comportamentos de gênero. Utilizaremos o conceito de gênero ora no sentido empírico, descrevendo uma relação, ora no sentido analítico, quando procuraremos analisar cuidadosamente como e por que estas relações foram construídas, entrelaçadas, integradas e ou transformadas à medida que o processo de luta foi se consolidando. A opção pela abordagem empírica ou analítica dependeu da natureza e da forma como as informações foram coletadas. Nem sempre foi possível aprofundar como e por que este ou aquele comportamento foi adotado, o que representou, às vezes, um fator limitante à abordagem analítica.

5.1 Divisão sexual do trabalho

Tratar as diferentes formas sob as quais se organiza a divisão sexual do trabalho no Assentamento Saco do Rio Preto atualmente, significa reconstituir sua trajetória histórica, na ótica dos trabalhadores e trabalhadoras, nos diferentes períodos em que esta divisão estabeleceu-se, em processos muitas vezes conflituosos de forma visível, ora sutil, ora estabelecida como situação natural.

Quando se trata da divisão sexual do trabalho na luta pela terra do assentamento, é fundamental observar que, desde o período de mobilização, para a constituição do STR, no

início da década de 1980, já havia uma atuação diferenciada das mulheres, que já iniciavam sua participação no espaço público, desafiando padrões vigentes naquela época. Algumas assessorias já atuavam na região e especificamente o município de Bonfinópolis possui uma trajetória histórica de conflito entre fazendeiros e coronéis, trabalhadores e trabalhadoras rurais e posseiros e posseiras, desde a década de 1960, o que já criava um movimento cultural no município propício à participação política e, de certa forma, influenciava no processo de socialização dos jovens e das mulheres.

“Eram mais as mulheres e os jovens que puxaram a mobilização. Quem fez a frente mesmo foi os jovens e as mulheres” (José Raimundo, diretor do STR de Bonfinópolis, setembro de 2004).

“No trabalho de mobilização do sindicato, era na época em que havia muita repressão, então quando a coisa estava muito perigosa costumava sobrar para a Lúcia e para mim, porque era mulher e era mais fácil de esconder da polícia... risos” (Noemi, assentada, setembro de 2004).

No que diz respeito ao período do acampamento, os depoimentos destacaram a união e a solidariedade como referência unânime, além da importância em suas vivências de ter experimentado a “vida sob a lona preta”, processo que relatam com um sentimento misto de conquista e orgulho por terem suportado as dificuldades. Outro aspecto interessante que guarda uma complementaridade com a literatura é quando os estudos apontam que “as normas duráveis perderam o sentido”. Os depoimentos indicaram um vai e vem de papéis sexuais como se buscassem pontos de fixação ora mais adequados para um momento, ora totalmente inadequados em outros momentos. Assim, os relatos variam, por exemplo, entre “os homens não faziam serviço doméstico” sobre uma situação ou, em outro momento, “os homens sempre faziam atividades domésticas”, indicando ora rupturas de modelos ora manutenção de papéis. O que se observa é que a sensação era de que “todo mundo era igual” e, à medida que o tempo ia passando, as pessoas iam se organizando segundo a necessidade e de acordo com as demandas, sendo as relações entre homens e mulheres mais igualitárias. Havia uma ruptura da tradicional divisão sexual do trabalho vivenciada antes do acampamento

“No período do acampamento não havia muita rigidez na separação de trabalho de homem e trabalho de mulher. As mulheres participavam de todas as ações, como do plantio e do roçado. No entanto, nas atividades de cozinha os homens não participavam. Os homens até que buscavam água, já que a água não era só serviço de mulher” (Noemi, setembro de 2004).

“Era aquilo, quando as coisas estavam bem acirradas, a luta e todo mundo com medo se une mais; os homens não ficam assim querendo aparecer muito e deixavam que as mulheres aparecessem. Na hora do aperto, todo mundo estava igual” (Lúcia e Fátima, setembro de 2004).

“Juntando o barro e fazendo as paredinhas de pau a pique, menino, mulher, homem e tudo, para fazer os barracos” (Dona Consuelo, setembro de 2004).

Tem-se a impressão de que, em algumas situações, a família atuava como um corpo único e as mulheres pensavam interessantes estratégias de defesa, que representam com clareza a junção dos espaços público e privado. As mães preparavam os filhos para defenderem o acampamento

“Todo mundo fazia de tudo, porque roçava o mato, uns não dava conta, mas as mulheres tinha que ficar no barraco vigiando, porque a polícia era demais, chegava e impedia os homens de trabalhar, falava que a gente era entulho. Sabe o que é importante, que foi feito para avisar para eles que a polícia estava chegando? A gente amarrou uma enxada em um pau bem alto assim, amarrou uma cordinha para a hora que visse que a polícia apontou, um menino puxava na cordinha, batia a enxada assim: blim blão blim. Aí os homens escutavam, largavam o serviço e vinha todo mundo” (Dona Consuelo, setembro de 2004).

Algumas práticas vivenciadas no acampamento, que significaram novas relações de gênero no espaço doméstico, perduram até o período atual no assentamento

“Tem homem que lava roupa até hoje. Na época do acampamento, cuidava das crianças, ajudava a gente o tempo todo. Meu marido faz de um tudo. Eu ajudo ele e ele me ajuda, até hoje no assentamento” (Mariana, setembro de 2004).

Enfrentar o acampamento exigia, muitas vezes, sair para trabalhar de bóia fria. E a mulher sentia-se pressionada e dividida com o fato de, sendo bóia fria, receber menos que o homem pelo mesmo trabalho realizado e, ao mesmo tempo, cuidar dos filhos, da casa e carregar consigo a tensão de deixar os filhos sozinhos.

“Trabalhei de bóia fria oito anos. Levantava três horas da manhã, pegava um caminhão ia pros bóia fria. Tinha dia que chegava quatro horas, pra no outro dia tornar a voltar. Chegava e ainda ia fazer a comida, arrumar as coisas em casa... eu arrancava feijão, roçava mato, dispendoava milho, capinava e fazia todo o serviço. Deixava as crianças tudo em casa. Na época, o mais velho tinha doze anos. Aí ficava com os outros e ia pra escola, estudar e deixava os outros. Só um que era mais novo, tinha quatro anos na época. Ficava muito aperreada de sair e deixar as crianças sozinhas em casa. E, às vezes, o homem é mais esperto e tirava mais tarefa, mas era o mesmo serviço e o mesmo valor. O homem ganhava mais pelo mesmo tempo trabalhado, porque conseguia tirar mais tarefa” (Neide, 48 anos Secretária da Associação, setembro de 2004).

Durante uma ação caracterizada pelos trabalhadores e trabalhadoras como o “bloqueio da estrada”⁵⁵, objetivando a retirada de uma ação de despejo em vigor, a presidente do STR de Natalândia mostra convicção na importância de não haver divisão sexual do trabalho. É interessante observar inicialmente porque o “bloqueio da estrada” foi um fato marcante para todos os entrevistados e entrevistadas, pois significou um momento de grande tensão e enfrentamento com a polícia, ao mesmo tempo em que se fortaleceram os laços de identidade entre acampados e acampadas.

Trata-se de um momento lembrado com veemência, orgulho e emoção pela maioria dos entrevistados e entrevistadas. As pessoas já estavam acampadas havia certo tempo e, portanto, vivenciando relações de menor tensão na divisão sexual do trabalho e maior solidariedade. Ao mesmo tempo, as mulheres já vinham conquistando diferentes papéis no

⁵⁵ Um decreto do ex-Presidente da República, José Sarney, despejou acampados e acampadas da área anteriormente autorizada por ele mesmo, o que fez com que se organizassem e bloqueassem a passagem de veículos em uma estrada principal, com intensa participação de mulheres e crianças, além dos homens. O bloqueio imprimiu nova batalha jurídica em várias instâncias, até que o decreto foi revogado.

espaço público, atuando em reuniões, passeatas, mobilizações do sindicato e passando por um processo de empoderamento muito forte. Tudo isso foi indicando alterações nas representações de gênero, onde havia uma mudança do significado de funções masculinas e femininas e os homens passaram, então, a conviver de forma ora mais ora menos conflituosa com mulheres que estavam cada vez mais conquistando novos espaços.

Naqueles momentos de enfrentamento, afloravam os mais variados sentimentos, em função da discriminação e de todo o sofrimento acumulado, o que, normalmente, aumentava a coragem para suportar as pressões. E tinha o argumento de que, se matassem os pais, as crianças iriam morrer de fome, sempre colocando mulheres e crianças na frente, com a justificativa de que as mulheres têm mais força na família e, por isso, são mais respeitadas:

“Mais nós num tinha medo não. Nós foi atacado ali muitas vezes. Ali nós era discriminado e o povo xingava nós de turma de ladrão, ladrão de terra, falava que estava bom era de pegar tudo e jogar dentro do Rio Preto, invasor. Outros falavam que era pra arranjar um tanque de gasolina e jogar lá nos ranchos e queimar tudo. Mesmo assim, a gente estava lá. Passava com ambulância lá e soltava a sirene dessa ambulância lá do outro lado do rio, até atravessar o Cutuvelo para lá, até a gente já não escutar mais a sirene tocar. Toda vida imitando, para a gente achar que era polícia, mais ninguém corria. Quando ouvia o barulho e aparecia notícia lá fazia o povo do sindicato lá do Bonfinópolis sair de lá as meia noite, chegar aí pensando que nós estava tudo debaixo de borracha, mas era mentira” (D. Patrícia, setembro de 2004).

“Foi mulher, foi criança e veio muito policial e diziam que só não iria fazer nada por causa das mulheres e das crianças. Então, mais reforçou o entendimento da gente, da importância das mulheres estarem participando nas lutas, nas organizações e nos momentos de enfrentamento. É importante as mulheres estarem junto” (Fátima, setembro de 2003).

“Quem segurou o bloqueio foram as crianças e as mulheres, na verdade. Era ameaça do despejo. A gente tinha perdido até no tribunal, ia ter o despejo e nós programamos o bloqueio da estrada MG-251. A polícia com todo o batalhão, a tropa de choque para jogar bomba e eles mandavam retirar as crianças e a gente falava: ‘não vamos tirar não, porque se matar os pais as crianças vão morrer de fome’. Aí ficava o capitão gritando tira as crianças e as crianças chorando e ficou este dia quase todo, de cinco da manhã até uma hora da tarde e foi até que a polícia recuou” (Fátima, setembro de 2004).

“Tinha capitão, tinha coronel, devia ter uns trinta soldados. Um ônibus chegava, nós atacava o ônibus, chegava outro carro nós atacava pra não passar. A gente cercou as três entradas de pau e de pedra, e pôs carroça de boi atravessando pra ninguém entrar. E nós ficando lá até duas horas, de cinco horas da manhã até duas horas da tarde. Ninguém nem comida fazia porque não podia sair de lá. As crianças na frente assim ó. Eles mandavam tirar as crianças e as mulheres pra eles poder atacar os homens, aí que nós juntava pra frente. Chegava para a frente punha as crianças na frente, e criança chorando, menino pulando e as mulher gritando e cantando o hino nacional, e cantava tudo” (D.Patrícia, setembro de 2004).

“Colocamos as mulheres e as crianças na frente, pois eles respeitam mais e não é porque as mulheres são mais fracas não, é por causa da força que elas têm na família” (Sr. João Otávio, setembro de 2004).

O fato de vivenciar mudanças na divisão sexual do trabalho no espaço doméstico permite às mulheres atuarem no espaço público e o fazem assumindo funções até então caracterizadas como masculinas, como a direção do Sindicato de Trabalhadores Rurais ou da Associação de Pequenos Produtores do Assentamento.

“Aqui o sindicato, a associação, as mulheres sempre estão mais na frente, sempre tomam a frente. A Lúcia aqui, quando nós entramos na associação, o trem estava tudo bagunçado, deu trabalho demais para nós organizarmos as coisas, tinha muita dívida para trás. O trator estava parado, tudo bagunçado. Aí nós pagamos uns dois mil reais para legalizar tudo, porque estava tudo quebrado, tudo petecado, bateria tudo bagunçado e nós arrumamos tudo” (Seu Dionísio, 58 anos Tesoureiro da Associação, setembro de 2004).

Como este processo de luta pela terra iniciou-se há mais de 17 anos, existem hoje, no assentamento, mulheres jovens que incorporaram um comportamento de gênero das mulheres mais experientes e executam rotineiramente tarefas que habitualmente seriam rotuladas como masculinas, inclusive tarefas que exigem força física, além de outras descritas em outros depoimentos. Verifica-se, no assentamento, uma influência do comportamento das lideranças femininas sobre as mulheres jovens

“Também tem muitos serviços pesado que as mulheres assumem e a gente vê assim desde criança. Inclusive, na festa que teve dia vinte e cinco de outubro, a gente chamou um monte de homem para ajudar e poder arrumar, capinar este campo que está aqui ao lado. Não veio, bem dizer, homem nenhum. A gente foi, juntou uma turma de mulheres e pegamos na enxada, carregamos todo o lixo lá de baixo para fazer a festa da primavera. E, graças a Deus, deu tudo certo” (Entrevistada jovem, setembro de 2004).

A saída da mulher para atuar no espaço produtivo, em uma região bastante pobre, como é o caso estudado, imprime arranjos familiares que, por um lado, desconsideram a divisão de tarefas por sexos e, por outro, provoca acentuada exploração nas crianças que são submetidas a rígidos compromissos, desde idades muito tênues. Percebe-se, ainda, um total entrelaçamento entre os espaços público e privado, indicando a pertinência de se desenvolver análises integradas.

“Não, eu não participo de muitas reuniões, porque não tem como eu sair, pois tenho seis filhos. É difícil, porque cuidar das coisas até que os menino cuida, mas eles cuidam nuns ponto, mas não cuida de outros. Eles apartam as vacas, fazem ração, eles fazem comida, eles cuidam da casa. Porque eu tenho uma filha de nove anos, ela é mesma coisa de uma moça; faz de um tudo, só não sabe cozinhar até agora, mas ela mexe na panela. O Cristiano, hoje, já está com quinze anos e desde seis anos que ele é responsável de uma casa. Tomava conta dos menino tudinho. E eu e o meu marido pra roça trabalhar. A hora que eu chegava tinha tudo arrumadinho. Na época não tinha água, mas a gente buscava, deixava pra ele, a hora que chegava estava tudo arrumadinho. Desde seis anos que ele tem a responsabilidade de uma casa. Este tempo todinho” (Mariana, setembro de 2004).

Ao romper com a tradicional divisão sexual do trabalho, algumas mulheres, ao atuarem no espaço público, passam a conviver com uma tensão permanente por estarem sujeitas a processos contraditórios de submissão/rebeldia. Isso significa estar fora de casa atuando na Associação, buscando formas alternativas de situar-se frente ao mundo e, ao mesmo tempo, contraditoriamente buscando seguranças internas, sem conseguir, às vezes, alterar as relações de gênero no espaço doméstico, o que gera sobrecarga e tensões. A entrevistada diferencia o cansaço feminino do masculino

“Fiquei sendo a secretária da associação. Eu estava com quatro filhos, tudo pequeno, o maior estava com seus sete ou oito anos. Meu marido sempre participava de todas as reuniões e eu ficava mais em casa, ajudando e cuidando das crianças. A minha menina, que estava com 8 anos, saía daqui tocando umas vacas pra fechar no curral. De lá ela ia pra escola e tinha dia que chegava e a professora nem aceitava ela entrar. Chegava um pouco atrasada que as vacas pirraçavam, e foi essa luta assim... Ainda tinha menino pequeno, meu marido às vezes cobrava muita coisa, sabe?, que eles não gostam que a gente fique se envolvendo muito fora de casa. Tinha dia que eu saía e a casa quase caía pra trás. Eu ia assim mesmo. Tinha dia que eu saía de dentro da reunião com tanta coisa, tanta cobrança, que eu saía de lá parecia que minha cabeça ia explodir... A gente chega da luta, que eles faz mais que a gente porque eles são mais fortes, né?, mas, se for medir a força minha e a dele, eu acredito que o meu sai pau a pau com ele. E chega em casa, eles tão mais cansados do que a gente, e a gente tem aquele monte de coisa pra cuidar, eles tão cansados e a gente tem que lutar – risos -. Pelo menos aqui em casa é assim. Ele não vai no fogão; vai assim, se eu tiver doente. Eles dizem que mulher cansa menos” (Elisa, setembro de 2004).

As entrevistadas e entrevistados dizem que as mulheres que dirigem a associação e o sindicato têm uma atuação diferenciada. Parece-nos, de fato, tratar-se de uma “marca feminina”, construída a partir de todo o envolvimento político na luta pela terra, em relações sociais criadas sob condições de conquistas, embates, negociações, conflitos e enfrentamentos. Este processo inclui atividades administrativas atentas às limitações individuais de membros da diretoria, por exemplo, o que pode, com o tempo, significar mudanças nas representações de gênero. No STR de Bonfinópolis, por exemplo, não há uma definição rígida de funções masculinas e femininas.

“A primeira vez que eu participei da diretoria foi com a Lúcia. A gente não tem leitura, não tem nada, né? Então, até falei pra ela que eu não servia, mas aí ela falou ‘o senhor pode entrar que nós dá conta de seguir pra frente’. Daí eu topei. Do STR de Natalândia eu sou tesoureiro e embarraça em algumas coisas, mas eu sinto muito bem em trabalhar com as mulheres” (Seu Joaquim, 53 anos, setembro de 2004).

“Eu acho, as mulheres tem hora que têm a cabeça melhor que os homens. Elas têm mais tempo de raciocinar, de pensar como é que as coisas devem mudar, tirando do lugar põe no outro, com jeito, com mais paciência” (D. Severina, 72 anos, assentada, setembro de 2004).

“Nós botamos os homens para pôr água no filtro e era tarefa deles. E fazer comida, lavar vasilha, cada um lavar o prato que sujou, lavar o seu copo, o seu garfo. Então, estas coisas a gente conseguiu implantar dentro do sindicato de Bonfinópolis e, até hoje, os homens fazem comida também, lavam vasilhas, lavam roupas, passam,

varrem, limpam banheiro e isto no sindicato de Bonfinópolis ainda prevalece até hoje” (Lúcia, setembro de 2004).

“Hoje, no sindicato, não tem função de homem ou de mulher, todo mundo faz tudo. O dia que precisa de almoço, por exemplo, quem der conta de fazer, faz. Pode ser homem, pode ser mulher, todo mundo colabora. Eu, por exemplo, cozinho muito. É, foi mais no aprendizado, que quando começou era muito difícil. Tinha pessoas que falava: ‘não, essa questão de cozinha num é comigo não’. Têm pessoas que não ajudavam em nada. Mas, aí, a gente começou, inclusive a própria Lúcia, que foi uma das pessoas que lutou muito por isso, pra que a gente dividisse as tarefas. Então, a gente começou. Foi com muita resistência, até que hoje, acho que todo mundo participa. A gente se lembra da época que tinha a história do filtro de água, que a Lúcia começou a sugerir que os homens também cuidassem de estar enchendo o filtro, que não era só papel das mulheres. O início não foi fácil. Tinham muitas pessoas que, por exemplo, almoçava, jogava o prato para lá e dizia ‘lavar prato, isso era tarefa de mulher’. E não era fácil dizer ‘não vamos ajudar’ e tal. Então, foi se conquistando muito e aos poucos. Isto vem de anos, que a gente foi debatendo e conseguiu ir avançando” (José Raimundo, setembro de 2004).

É interessante observar, quando um entrevistado decidiu assumir “papéis femininos”, iniciando esta experiência a partir do espaço público e encontrando barreiras no espaço privado, já que, na casa de sua mãe, prevalecia a tradicional divisão de “homem na roça e mulher na casa”. O aprendizado, no entanto, foi incorporado depois de casado, ao viver com sua família e, então, assumir outro tipo de comportamento.

“Homem faz tudo o que for preciso aqui. No meu caso, eu tenho trinta e oito anos e faço tudo hoje, pois antes, eu morava lá na casa da minha mãe. E lá, elas faziam, mas a gente não tinha aquela instrução. Naquela época se dizia: ‘o homem na roça e mulher em casa’. Depois, comecei a vir para o sindicato. Aí sobra isso pra gente e a gente tem que fazer, entrar para a luta. E hoje, que sou casado, lá em casa também faço. Eu falo que foi muito difícil porque quando você vai fazer uma coisa a primeira vez, sempre sai todo atrapalhado, mas foi bom. De tudo você tem que aprender na vida. Aprende tudo e executa o que for preciso. Fui aprendendo. Num dia queimava o arroz, outro dia botava muito sal, um dia saía sem sal, mas, é dessa forma que a gente vai aprendendo. Tem que ter coragem de querer aprender” (Otávio, 38 anos, presidente do STR de Bonfinópolis, setembro de 2004).

Para os homens, o compromisso de assumir o cuidado com os filhos também gera certa tensão de atuar no espaço público pressionados pelas “novas” demandas criadas no espaço doméstico.

“O movimento sindical requer muito trabalho e a gente tem de atender. Entrou numa entidade, numa representação, você tem que estar trabalhando. Os filhos (as) estão crescendo e eu tô afastado. Isso eu cobro muito de mim. Se eu marco um dia de chegar em casa e não chego, o dia que chegar é cobrança das crianças na certa” (Otávio, setembro de 2004).

Quanto à divisão sexual do trabalho no espaço doméstico, em algumas famílias, o que se percebe é uma mudança de comportamento nos filhos do sexo masculino, mas, os maridos,

ou companheiros, “só se a mulher estiver doente, aí a gente tem que fazer”. E a rotina de algumas mulheres representa uma penosa flexibilização de gênero, em que elas atuam como eternas substitutas dos homens

“Se a mulher tiver doente, aí a gente tem que pegar e fazer, né?” (Sr. João Otávio, setembro de 2004).

“Levanto cinco horas, arrumo meus menino pra ir pra escola, aí eu cuido das minha obrigação e ajudar o marido, que ele vai tirar o leite e o curral está muito ruim, a cerca, vou ajudar a buscar a vaca. Não tem tempo aqui pra nada não. O almoço aqui é lá pras dez, onze horas, na hora que eu vou desocupar das minhas coisa. Roupa eu lavo duas vezes por semana. Que é difícil, né? É cansativo demais. Por que se a gente tivesse ao menos uma energia, a gente comprava um tanquinho favorecia mais, né? Mas, não tem. É nos braços mesmo e depois tem que fazer a janta. E a cozinha, eu arrumo, minha moça arruma, os meninos homens também arrumam, todo mundo” (Mariana, 32 anos, setembro de 2004).

“Cuidar dos filhos, fazer comida, lavar roupa, é serviço de mulher. Lavar roupa eu lavava mais no final de semana, no domingo, eu ia lavar roupa e ele ia descansar. Sempre eu lavo roupa no domingo e, como não tem água em casa, eu lavo roupa aqui a uns dois quilômetros de distância, esses quinze anos. Hoje, eu tenho uma charrete, uma carroça pra me levar e, na época, era a roupa na cabeça. Durante a semana, trabalhava o dia inteiro, chegava em casa ia arrumar as coisas de casa, arrumar o que tivesse de arrumar, lavar as vasilhas que levou de lá tudo, fazer o almoço do outro dia, arrumar a janta, o que for, pra no outro dia está tudo de novo. Quando dava no fim de semana, era dois quilômetros andando com uma bacia de roupa na cabeça” (Neide, 48 anos, setembro de 2004).

“Enquanto eu vou para o STR, as crianças ficam com o pai, mas uma já está com treze anos e já dá conta de cuidar da casa, mesmo sentindo falta de gente. A moça lava a roupa, pois os meninos não lavam, mas passam e bem passado” (Raimunda, setembro de 2004).

Parece que a atuação das mulheres como dirigentes, em função de toda essa trajetória histórica de excepcionalidade e experiência política, tem representado segurança administrativa para o assentamento

“Pelo que eu vejo no assentamento, é a idéia das mulheres que muitas vezes quer colocar as coisas mais no lugar do que o homem. Elas são mais assim, segura, com as coisas, assim mais esforçada em certas coisas pra fazer. Eu penso comigo que hoje mais o que a gente vê, se as pessoas bem pensarem, é que a força maior hoje é das mulheres. Acho que os homens pensam, mas não fazem. E as mulheres pegam e fazem, enquanto os homens são mais parados, ficam fazendo plano após plano, fica embromando e a coisa é mais difícil de sair” (Deolinda, 37 anos, setembro de 2004).

5.2 Processo de tomada de decisão

O processo de tomada de decisão, tanto no espaço público quanto no espaço privado, vincula-se, normalmente, à posição privilegiada desfrutada pelo homem sob o patriarcado,

pois se relaciona diretamente com as relações de poder. À medida que as mulheres passam a conquistar seus processos de empoderamento individuais e coletivos, passa a ocorrer uma mudança na tradicional dominação da mulher pelo homem seja com relação ao controle de suas opções de vida, seus bens, suas opiniões, ou sua sexualidade e sua participação nas decisões vão ganhando fôlego.

Convém lembrar que estas pessoas, em sua maioria, eram originárias de municípios próximos tendo, mesmo assim, que se deslocarem para participar das reuniões de mobilização do STR de Bonfinópolis. Naquela época, estas pessoas trabalhavam de bóias frias, meeiras e meeiras, trabalhadores da construção civil e empregadas domésticas, entre outras profissões. As decisões não eram tomadas individualmente, sem antes conversar com um vizinho, um parente, um amigo ou amiga, a esposa ou o marido e o companheiro ou companheira de reunião. Tudo era preciso ser organizado com muito cuidado: transporte, alimentação, o local para dormir, quando necessário e o dinheiro praticamente não existia, nem no âmbito individual nem no coletivo. Um espaço à parte fica reservado para as mulheres que, para tomarem a decisão de participar de uma luta no espaço público, levavam ainda consigo todo o peso e o compromisso pelo espaço privado: ter filhos pequenos ou em idade escolar, ou ainda na barriga, com todos os cuidados que uma criança e uma gestante têm direito; sair cedo, levar comida pronta, chegar tarde e encontrar a casa e cozinha por arrumar, roupa suja por lavar e muita coragem para continuar na luta. Neste processo de luta pela terra, os depoimentos revelam como esta mudança é complexa e envolve imbricações finas entre os âmbitos público e privado. Trata-se de uma situação com reflexos em vários espaços, que vão desde a educação dos filhos e filhas, ao direito de ir a um ginecologista, por exemplo, e ganha dimensões de diferentes naturezas no espaço público durante o processo de mobilização, de ocupação, durante o acampamento, chegando a influenciar até as relações de lazer.

“A participação das mulheres foi muito boa e vieram famílias inteiras para a ocupação. Outras vieram sozinhas e os maridos não vieram. Tem o meu caso, o de uma outra colega. Eu tomei a decisão e vim com dois filhos, um de dez e outro de oito anos e larguei meu marido para trás” (Fátima, setembro de 2004).

No acampamento, as decisões eram mais coletivas, passando sempre pela conquista de espaço decisório pelas mulheres que, já estando passando pelas discussões sobre a discriminação de gênero, já tinham iniciado seus processos de empoderamento

“No acampamento, a gente tirou comissões para coordenar e a gente colocava homens e mulheres nas comissões, comissões de coordenar o acampamento. E nas decisões, a gente conseguia fazer com que as mulheres falassem também, embora ainda era a minoria, pois vários homens não trouxeram as mulheres, outras mulheres vieram sem os homens. Então, no início do acampamento, as mulheres eram a minoria. Mas tinham lideranças homens e mulheres e tomavam as decisões em conjunto. A gente sofria dificuldades. Às vezes mais eram os homens e eles queriam impor mais as idéias deles, mas, como as coisas eram muito pesadas, foi muito complicado. Aí, muitas vezes, os homens nos momentos complicados deixavam que as mulheres fossem na frente, por causa de medo. Homem é medroso e, às vezes, não quer aparecer muito” (Fátima, setembro de 2004).

A tomada de decisão no espaço doméstico se depara com o poder exercido pelo homem por meio de diferentes tipos de violência. As mulheres afirmam que enfrentar o poder

masculino fora de casa é mais fácil, mas dentro é mais complicado em função de uma série de questões, entre elas da posição privilegiada ocupada pelos homens no patriarcado

“É, eu não tenho nenhuma dúvida que do lado de fora, se ele discrimina você, você denuncia ele, você grita e ele fica com vergonha. Em casa é mais difícil, é mais difícil você denunciar o pai, o marido, o irmão é muito mais difícil. A autoridade lá fora você denuncia, abre a boca e grita num ponto em que ele fica com vergonha. Na família é muito mais difícil. Basta que tem a questão da violência, infelizmente tem aqui no assentamento. Nem todas conseguem denunciar lá fora. Aqui tem violência de bater na mulher, de ameaçar. Tem homem que não deixa a mulher fazer exame ginecológico, de prevenção, a gente conhece este caso, é ameaça psicológica e também espancamento mesmo. Isso nós ainda não demos conta de mudar muito, embora a gente trabalhe esta questão da violência, mas é difícil e não deu muito resultado ainda não” (Lúcia, setembro de 2004).

Embora as mulheres já tenham passado pelo processo de empoderamento coletivo, tenham se tornado lideranças locais, estaduais e até nacionais, e contribuindo para o empoderamento de outras mulheres, ao se depararem com a necessidade de tomarem decisões individuais, do tipo lutar por “pensão alimentícia” vinculadas a um poder próprio, ou poder “de dentro”, vivem um processo de tensão e, inclusive, por um longo período não conseguem lutar por um direito que lhe é devido.

“Tem uma outra questão que não é só aqui, que é a questão das mães independentes, que sofrem também porque é a maior dificuldade a questão do pai ajudar e dar pensão. E as mulheres têm dificuldade de entrar com o pedido de pensão, além de já ser humilhante para você ter que correr atrás, você ter que mandar o juiz dizer para o pai que ele tem que ajudar a dar comida e você, às vezes, não tem acesso ao advogado, ao atendimento. As mulheres ainda sofrem muito com isso. Às vezes, quando ela vai, o homem já foi na frente e já conseguiu apoio. E aqui tem muitas mães solteiras passando dificuldade” (Lúcia, setembro de 2004).

Embora talvez não fosse necessário que isso acontecesse, a literatura aponta para alguns exemplos em que a participação das mulheres nos movimentos sociais provoca nelas reflexões e mudanças de comportamento que são levadas para o interior das relações domésticas, muitas vezes provocando rupturas diante de tantos novos valores que passam a ser agregados à educação dos filhos e filhas, às discussões com o marido e de fato ao novo posicionamento da mulher diante da vida. O processo de tomada de decisões passa por outras bases e a mulher, ao se sentir com mais poder, enfrenta o poder patriarcal do marido.

“Acho que a separação do meu casamento, não foi só a minha participação no movimento que provocou. Já era uma coisa de antes, não foi um casamento muito decidido na minha cabeça e acabei preenchendo aquela falta que existia, com o movimento. Com isso, ele não aceitou e decidimos nos separar. Foi uma coisa que eu participei para disfarçar, mas não disfarçou e acabou despertando as coisas que a gente não sabia de que forma que reagia. E despertei a forma de reagir e agi de uma forma que eu não tenho arrependimento. Foi amigável. Até hoje não quero decidir uma separação na justiça e, para mim, do jeito que tá está bom. Tem alguns probleminhas que me prejudicam porque a terra é no nome dele, o contrato do assentamento tá em nome dele e, na hora de fazer projeto, eu dependo dele para

assinar nos projetos. Mas, para mim, o sossego, a paz da separação, é tranquilo” (Fátima, setembro de 2004).

A expressão “dar a franga” significa a impossibilidade de tomar a decisão no espaço de lazer, quando as mulheres do Assentamento são bastante reprimidas. O depoimento procura evidenciar que esta postura passa também pela educação dos filhos e filhas.

“Acho que a educação dos filhos também é difícil porque, quando a mãe quer corrigir o filho e ensinar a respeitar as mulheres, os pais acham que não é por ali do jeito que a mãe quer, tem que ser do jeito que ele aprendeu e do jeito que ele quer. Comigo, que sou mãe solteira nas coisas de casa, eu fico tentando falar com o de sete anos, que já dá conta de entender, que o serviço doméstico é para todo mundo. Ensinando a lavar roupa, vasilha, varrer uma casa, eu vou ensinando para ele que isto não é coisa só de mulher, é de todo ser humano. Mas eu percebo que para quem é o casal, tem um limite maior ainda. Até no meu caso, com o próprio avô que convive mais de perto com os meus filhos, ele está ensinando de um jeito e eu de outro e as escolas ainda reproduzem a questão de o homem ter mais valor que as mulheres. A mulher é mais chamada atenção em tudo, até na própria escola, as meninas são mais recriminadas como se fosse assim: os homens podem tudo, as meninas podem quase nada e isto ainda é muito forte. Um exemplo típico na roça é a dança. Nós temos a tradição de dançar o forró, então, existe uma tradição que as mulheres são obrigadas a dançar com todos os homens que chamarem. O homem escolhe a dançadeira, vai lá e chama a que ele quer. Agora, a mulher não pode recusar a dançar com o homem que chamar, senão está dando a franga e tem homem que ameaça até de morte se você recusar uma dança. A mulher tem que dançar com todos. É uma pequena coisa mais é forte, porque ela é repressiva. Tem mulher que tem medo de ir à festa sozinha” (Fátima e Lúcia, setembro de 2004)

Uma assentada nos dá seu depoimento sobre a natureza das decisões que podem ser tomadas pelas mulheres, no espaço produtivo, querendo afirmar que, mesmo aos 73 anos e sendo mulher, não está impedida de atuar no espaço da produção

“Tem muitas coisas que a mulher não faz diretamente, ela não pega com a mão e faz, mas ela administra. Eu mesma, aqui, faço minhas coisas com administração. Eu faço uns ‘engondo’ aí. Eu pago um menino pra juntar o esterco do curral todo ano. Como se diz, não fui eu quem fiz, mas eu administrei. E eu paguei pra fazer uma casinha ali, pra fazer um galinheiro pra mim criar uns pinto. Não fui eu que fiz, mas eu tomei a decisão e administrei. Eu acho que se a gente tem administração, eu acho que está bem” (D. Severina, 73 anos, setembro de 2004).

Um dos diretores do STR de Bonfinópolis relembra situações em que as mulheres tomaram a frente nas decisões, em dois assentamentos: Mamoneiras e Saco do Rio Preto, refletindo processos de empoderamento já interferindo em seus comportamentos

“Eu me lembro bem que uma vez, de tanto nesta questão de idas e incertezas, eu fui lá no assentamento de Nova Mamoneiras e o pessoal estava assim, totalmente descrente, falou que, provavelmente, eles iam desistir mesmo, que ia embora. Aí tinha um grupo de mulheres, que falou: ‘não, daqui nós não vamos sair mesmo. Nós vamos lutar firme e nós não vamos ser despejadas’. Chegou num ponto que foram as mulheres que falaram assim: ‘nós vamos ficar aqui, vamos resistir até se for preciso.. morrer... mais

nós num vamos sair não’. Então, assim, transmitia uma segurança muito grande, até pras pessoas que estavam desanimadas e para os homens. Neste dia eu percebi que realmente a força estava nas mulheres. Eram elas que estavam decidindo, elas tinham mais força que os homens. Os homens já estavam, assim, praticamente desistindo. Tem até umas fotos, o pessoal de cabeça baixa, preocupado” (José Raimundo, setembro de 2004).

5.3 Acesso e controle de recursos

Inicialmente é conveniente lembrar que estamos tratando de uma categoria de trabalhadores e trabalhadoras que, ao iniciar o processo de luta pela terra, não se encontrava em situação homogênea, especialmente no que diz respeito à condição material. Cada um e cada uma levaram para o acampamento o pouco que possuía ou, nada possuindo, levaram “os braços e a coragem para a luta”. Para fazer a discussão sobre o acesso e controle de recursos, há que se considerar não só estas especificidades que conferem diferentes trajetórias e diferentes acessos, como também umas das questões que é chave para nossa pesquisa que é a condição de gênero. A mulher vivencia mais um desafio específico, uma vez que a propriedade privada é, quase que por “tendência geral”, associada à dominação masculina, o que faz com que as mulheres que entram na luta pela terra, tornem-se atentas cotidianamente tanto no espaço público quanto no espaço privado, às novas relações que provavelmente serão criadas para que se garantam o acesso e o controle aos recursos direcionados para a reforma agrária ou programas similares. Sua atuação nos STRs ou nas associações de pequenos produtores rurais deve se orientar no sentido de trabalhar para conquistar mudanças nas relações de gênero.

Já no acampamento as pessoas chegavam em condições de acesso a recursos de forma diferenciada

“Estávamos no acampamento. Algumas pessoas tinham lona, outras não tinham, eram umas barracas de pau a pique” (Mariana, setembro de 2004).

Dentro do assentamento há grupos e ou pessoas, individualmente, com acessos diferenciados a recursos.

“Aqui tem um grupo de cinco pessoas que tem um bujão e que trabalha já com inseminação artificial” (Lúcia, setembro de 2004).

O fato de, neste assentamento, as lideranças femininas atuais originarem-se de um processo de luta política pela terra que já dura mais de 17 anos, faz com que as mulheres não tenham “trânsito limitado” nos espaços de decisão, conforme sugere a literatura, já que a maior parte das negociações é realizada pelas mulheres, a não ser quando se trata de temas mais estruturais para os quais também os homens não têm acesso. Isso significa que uma série de conquistas para os jovens e para as mulheres só foi obtida pela conquista das mulheres atuando como dirigentes. De fato, assumir o cargo de dirigente, hoje, em um STR ou em uma associação de pequenos produtores rurais, exige uma perspectiva política que combine tarefas administrativas, de aglutinação, de mobilização e de organização política (Cappelin, 1989).

“Por exemplo, os direitos da luta pela terra, tem que se considerar o direito do homem à terra e o direito da mulher. Aqui vieram mulheres e as mulheres, pegaram o contrato da terra, são as proprietárias. Se não é uma luta articulada, as mulheres

teriam dificuldade, não poderiam pegar o contrato e a gente depois iria ter outra luta. Então, a gente já veio trabalhando as questões juntas e amadurecendo as idéias juntas. Os jovens são outro exemplo. Aqui teve jovem que pegou o contrato e foi beneficiado. Graças a gente conseguir trabalhar isto, para brigar com o Incra, com os órgãos do governo, que as pessoas precisam ter o direito, independente da situação dele ou dela na família” (Fátima, setembro de 2004).

Mais dois exemplos podem ser destacados

“A própria Fátima, atual presidente do STR de Natalândia que veio na frente, o marido dela veio depois, e na hora do contrato do assentamento, ficou no nome dele. E eu também tive dificuldades, na época de conseguir o contrato do assentamento. Teve um grupo que queria que fosse para o meu pai. Eu que tinha vindo, participado, brigado, aí teve pessoas que diziam: ‘tem que ficar com o pai da Lúcia, não para ela’ e eu tive, é claro, apoio da maioria, onde discutiram e me ajudaram a garantir que eu pegasse. E aí, uma das alegações é que eu era jovem, era solteira, como se eu não precisasse da terra. Quer dizer, no dia-a-dia, a coisa se complica e a gente passa por dificuldades. Teve outra que era viúva e que teve dificuldade para fazer o contrato. Depois, a Fátima teve problemas de querer pegar o crédito e não pode pegar o Pronaf, pois o contrato estava no nome do marido, o marido não quis fazer e o Banco não aceitou que ela fizesse. No dia-a-dia, a gente ainda está enfrentando coisas assim” (Lúcia, setembro de 2004).

Outra especificidade do Assentamento Saco do Rio Preto é que, enquanto a tendência geral é a de que as associações dos assentamentos sejam semelhantes quanto à composição e ao funcionamento: sempre os homens tomam as decisões e as mulheres são recolocadas numa posição de subordinação vivida no período anterior ao do acampamento, abandonando-se inclusive os ideais de solidariedade, confiança e de sentimento coletivo para o conjunto das relações, no caso investigado, a primeira associação criada foi presidida por uma mulher que permaneceu no cargo durante dois mandatos. A criação de uma organização formal abriu portas para garantir alguns acessos e possibilitou uma experiência de novas relações político-administrativas entre assentados e assentadas e a presidente, já que era uma novidade para todo mundo: para o poder público, para algumas ONGs, para a maioria das mulheres e para a maioria dos homens.

“Na época que nós criamos a associação, nem a visita do Incra nós não tínhamos recebido oficialmente. Foi a partir daí que nós começamos a procurar o Incra e começou a ter as visitas. As primeiras atividades aqui foram a questão de abertura de estradas. Outra questão também foi que saiu o Procera⁵⁶ coletivo e nós compramos maquinário, trator e implementos e aí nós começamos a sonhar de ter a casinha, de ter as estradas arrumadas e foi construído também os grupos escolares, porque antes as aulas nossas eram nos ranchos de palha e aí nós começamos por aí também. Aí foram construídos dois grupos escolares: um de cá e outro de lá do Cutuvelo” (Ivete, 50 anos, setembro de 2004).

Mais um desafio das dirigentes atuais é o de estarem bem informadas sobre a legislação, conforme relata a Presidente da Associação, o que pode viabilizar melhor acesso e controle de recursos.

⁵⁶ Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

“Tem uma modificação na lei que naquela época o homem fazia o que quisesse com o crédito, sem nem consultar a mulher e hoje não, se a mulher não quiser, ele não pega sozinho. Ele depende de fazer um acordo com a mulher, depende de documento dela. Então, essa já foi uma mudança no novo governo, como conquista dos movimentos sociais, que antes não era assim. A dívida hoje é solidária” (Lúcia, 36 anos, Presidente da Associação de Pequenos Produtores do Assentamento).

Para conquistar o direito de ter acesso a recursos públicos para o assentamento, as mulheres, como dirigentes, necessitam, na prática, de lutarem para serem reconhecidas pelo governo como sujeitos políticos de direito, pelo mercado como agentes produtivas e consumidoras, pela política como sujeitos transformadores e pela família, embora com resistências, como indivíduos autônomos. Isso significa enfrentar relações de poder instituídas e classificadas segundo normas patriarcais, funcionando no espaço público, no qual há uma tendência geral de que a prerrogativa sobre o acesso e controle de recursos seja dos homens. Os depoimentos a seguir diferenciam as concepções da dirigente sobre STR, associação e suas relações com as diferentes instâncias do poder público.

“Acho que o poder público tem um certo respeito para com as mulheres dirigentes, mas eu tenho uma outra avaliação. Eu vejo que as autoridades municipais, principalmente, pra eles, a associação é uma coisa muito importante, o (a) presidente é uma autoridade. Eu sinto que eles valorizam muito, mas não sei se é a forma correta, porque para eles é como se a associação fosse muito poderosa. Eu sinto que eles sentem que a associação tem mais poder do que o sindicato, enquanto eu acho que deveria ser o contrário. O sindicato, pra mim, ele é mais importante que as associações. Mas, para os prefeitos, por exemplo, vereadores, até quando eles fazem a relação direta em vez de sentar com o sindicato, e vai direto na associação, aí, eu sinto isso, eles tão achando que as associações, talvez pelo fato de que a associação é um lugar no assentamento que vem dinheiro, então, talvez eles pensem muito com essa lógica de que ali é um lugar que está trazendo recursos diretamente pro município. No entanto, para mim, o sindicato também ajuda a trazer recursos indiretamente. Eles lutam pra vir os recursos para o município” (Lúcia, setembro de 2004).

“Na verdade, a gente não pode ficar na luta só por resultados, como normalmente acontece na Associação, na questão da cidadania das pessoas, na questão da discriminação. O sindicato tem um papel muito mais forte do que a associação, pois atua no longo prazo. Porque as associações, na visão maior do povo e de uma parcela significativa do poder público, são pra buscar dinheiro lá no Banco; associação é pra ir atrás do INCRA pra resolver tal coisa; associação é pra conseguir que eu regularize meu lote aqui, etc. É uma visão muito materialista da associação. Agora, em relação ao INCRA, na verdade, eu sinto, hoje, que o sindicato tem mais força do que a associação, é o inverso. O INCRA tem mais respeito pelo sindicato, mais receio, pelo sindicato do que pela Associação. Porque a gente cobra, cobra enquanto associação, para o INCRA e você não vê resultado. Se você não for junto com o sindicato, com a Federação, você não consegue ter acesso às coisas no INCRA” (Lúcia, setembro de 2004).

A mudança de categoria de sem terra para proprietário da terra, no assentamento, trouxe também possibilidades individuais de acesso e controle de recursos produtivos aos quais, talvez, antes do assentamento, não se tivesse acesso. Embora este não seja diretamente

o foco de estudo da pesquisa, também representa uma informação relevante a ser destacada, pois revela a vital importância de um Programa de Reforma Agrária, no Brasil, ainda que demande ampla gama de reflexões, não pretendidas neste estudo.

“Eu acho que valeu muito a pena ter vindo para o assentamento e gostei muito e eu gosto muito mais lá da minha roça do que daqui da agrovila. Eu tenho um motor, tenho um desintegrador lá, estou fazendo ração e tratando do gado. Eu gosto muito da lida no campo. Eu tenho umas dez vacas que são minhas mesmo, pois eu tenho mais gado, mas é na meia. Porco deve ter quase umas vinte cabeças de porco. O leite estava a cinquenta e quatro centavos o litro, só que este mês deu uma caidinha. O caminhão da Cooperativa de Unai pega o leite todo dia sim e dia não e com o tanque resfriando não tem problema de estragar” (Seu Dionísio, setembro de 2004).

A atuação das mulheres como dirigentes tem viabilizado recursos para algumas atividades coletivas no espaço da produção para homens e mulheres.

“O tanque de leite é das famílias e foi a associação que conquistou e é presidida por uma mulher. E elas também têm um grupo de mulheres que fabricam doces com frutos do cerrado e estão em outras atividades. Aqui, as mulheres estão sempre à frente” (Luíza, setembro de 2004).

O depoimento de uma assentada que atualmente participa como tesoureira do STR de Bonfinópolis, demonstra como a prática política, que pode empoderar ou não, deve ser acompanhada de perto e, para alcance deste objetivo, há que se ficar atenta ao funcionamento das relações de poder para que se possa compreender como organizar formas de conquistar acesso e controle de recursos, neste caso específico, a informação.

“Eu fui associada logo no início e em noventa e oito eu fiz parte na diretoria a primeira vez. Fui vice-tesoureira, depois secretária e agora sou tesoureira. Aí foram três mandatos seguidos, sempre. Só que na primeira e na segunda gestão, eu não tive, assim, muito acesso. Agora é que tô tendo mais acesso aqui. Por isso é que digo que essa diretoria de agora é mais transparente. Todo mundo participa mais” (Raimunda, tesoureira do STR de Bonfinópolis, setembro de 2004).

5.4 Gestão das atividades de produção, reprodução e comercialização

É fundamental observar que, depois de tanto tempo neste processo de luta pela terra, vários processos de mediação se entrecruzaram na trajetória de vida de assentados e assentadas que, sem dúvida, incorporaram em sua lida diária algumas cotas de aprendizado das diferentes organizações com as quais conviveram e ainda convivem. Tudo isso não ocorreu de forma linear e o que se percebe é uma apropriação de diferentes discursos por parte de assentados e assentadas, em função de maior ou menor identidade com esta ou aquela organização. Suas análises representam um tipo de comportamento que já não se prende só ao aspecto da produção em si, mas avança para uma cobrança de profissionalização, qualidade e ampliação da comercialização, apresentando-se como uma limitação

“Acho que a questão da profissionalização, ela tem que ser entendida por nós todos, pois o (a) trabalhador (a) rural tem que ser profissional naquilo que ele (a) faz, e por isto eu luto pela Escola Família Agrícola. Não é porque eu sou da roça que eu não posso ser profissional naquilo que eu faço. Quero ser uma trabalhadora rural

profissional. Esta é minha profissão, eu sei fazer isto, eu estudei isto e posso competir no mercado lá fora. Eu falo sempre nas reuniões que não adianta produzir a minha rapadura e não poder vendê-la em qualquer lugar. Eu costumo falar que eu enxergo muito longe e que é preciso todo mundo enxergar longe. Vamos vender a rapadura em Natalândia, vamos vender a rapadura em Brasília, vamos vender a rapadura fora de Brasília, fora do Brasil” (Noemi, 36 anos, setembro de 2004).

As dificuldades em concluir todo o processo de produção para as agroindústrias, também são uma preocupação das mulheres

“A gente está discutindo muito a questão das agroindústrias, está buscando isto, mas ainda não conseguimos. Começamos aí com o aproveitamento dos frutos do cerrado, mas está muito devagar, as mulheres têm muita dificuldade. Às vezes produz o doce, mas não produz num padrão de qualidade que se possa vender ou então não tem para onde vender. Às vezes vender é mais difícil do que produzir” (Noemi, setembro de 2004).

Um exemplo específico de dificuldade individual na comercialização, também é apontado, refletindo o abandono dos assentados e assentadas em relação à discussão de alternativas de distribuição da produção

“Teve uma época em que meu irmão, que é também assentado, produziu uma grande quantidade de quiabo, mas ele não vendeu os quiabos que produziu, porque ele não sabe vender. Sabe produzir e colher, vender ele não sabe. Então, falta muito isto para os (as) assentados (as). Podíamos até ter uma cooperativa que ajudaria” (Noemi, setembro de 2004).

O Assentamento está participando de um programa do INCRA, o Programa de Consolidação de Assentamentos (PAC), por meio de um convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que irá atuar basicamente em infra-estrutura, sobretudo em assentamentos que já tenham alguma organização social

“Nós temos aqui muitas famílias sem água até para o abastecimento humano. O programa do BID vai incluir também correção de solo, questão ambiental, vai incluir comercialização, prevê a construção de um posto de venda aqui no assentamento. Então, três grandes ações agora da associação são a questão do tanque de resfriamento de leite que já foi encaminhada, do programa do BID e a energia, que nós estamos correndo atrás. O interessante nisto tudo é ver a grande participação das mulheres tomando muito mais iniciativas do que os homens em todas estas ações” (Lúcia, setembro de 2004).

Parece-nos que, aos olhos do Banco do Brasil, como agente financiador, o trabalhador e a trabalhadora assentados são um modelo fictício sem problemas e não um trabalhador ou trabalhadora que precisa de crédito em condições especiais para tocar sua unidade de produção. Se assim não fosse, não estaria em um assentamento de reforma agrária e se utilizaria de outros programas normais. Vejamos o depoimento abaixo da presidente da Associação:

“Uma aberração que acontece na liberação de recursos para custeio de lavoura e para investimentos, é o Banco do Brasil exigindo escritura de assentado (a) e o que

nós temos é “contrato de uso”. Outro problema é que também tem que ser correntista do banco. A alternativa é juntar três pessoas e pagar no nome de um até pagar tudo. Já temos uma assembléia da associação marcada para discutirmos como resolver. Os ganhos da negociação com o banco até agora são que o banco abriu mão de exigir um avalista de fora e não precisa mais ser correntista. O Programa já está implantado, será assinado pelo sindicato e pela Emater. Assinam o contrato o homem e a mulher, juntos, e o Banco não aceita cavalo entrar como renda” (Lúcia, setembro de 2003).

A Presidente da Associação também faz uma análise articulada dos problemas de comercialização, vinculando-os já ao desgaste das terras e à deficiente assistência técnica que, atuando pontualmente, não tem condições de resolver as demandas dos assentados (as). Sinaliza para uma ausência de política pública eficiente para reforma agrária.

“Externamente tem a questão do beneficiamento da produção e comercialização, que é uma das maiores preocupações hoje no assentamento, que a gente está tentando inclusive trabalhar. Por exemplo, conseguimos organizar o tanque de resfriamento do leite, que é uma forma de melhorar para os produtores de leite. O financiamento foi do Pró-leite com o City Bank, financiado pela Cooperativa de Produtores de Unaí, a CAPU. Vamos pagar em três anos, descontando na folha do leite. O custo foi de trinta e um mil reais e nós demos dez por cento de entrada. O tanque unificou lideranças divergentes do passado e o litro de leite sai a, mais ou menos, cinqüenta e quatro centavos e a compra de ração é coletiva. Outro problema é a conservação das terras. Nós já estamos com as terras desgastadas e aí a gente não tem assistência técnica integral, o que é um problema da reforma agrária, pois nós temos uma parceria com a Emater, mas que é um trabalho parcial que se limita mais a coisas pontuais, como elaborar os projetos do banco, por exemplo. Mas, aquele acompanhamento diário, só tem um técnico, então ele não consegue, nem se quisesse, fazer todo o trabalho” (Lúcia, setembro de 2004).

Parece-nos que os frutos da história da luta política das mulheres estão sendo colhidos há seu tempo, em processos de empoderamento que demonstram que todas as alternativas que têm sido encontradas para o assentamento em tempos tão difíceis têm sido puxadas e coordenadas pelas mulheres, que contam com a participação dos homens.

“A questão do aproveitamento dos frutos do cerrado é uma iniciativa das mulheres. O problema de organizar a comercialização do leite, quem mais segurou foram as mulheres; a venda da farinha, do polvilho, na verdade, esta parte da comercialização, eu vejo que quem está mais correndo atrás, são as mulheres. Os homens vão junto, mas quem está tomando iniciativa são as mulheres, que vai numa reunião lá fora, que procura o técnico da Emater. Na verdade, são as lideranças mulheres que estão nesta busca... a escola, a questão da luta para melhorar a educação, a saúde na briga para questão da assistência à saúde das mulheres” (Lúcia, setembro de 2004).

Foi observado, em várias situações do assentamento, este acúmulo de tarefas pelas mulheres, atuando no espaço da produção e da reprodução. Não se pode dizer que não haja mistura de papéis entre os sexos, pois existe. Porém, o período da pesquisa não foi suficiente para verificar com que sistematicidade os homens se misturam nas tarefas de casa, embora a mistura tenha sido observada ou relatada. Na família de dona Consuelo, cujo depoimento está transcrito a seguir, quando chegamos para a entrevista, havia um rapaz (filho da entrevistada)

de 14 anos, na cozinha, fritando bolinhos de polvilho naturalmente, como quem sempre executa esta tarefa que continuou a ser feita, sem intimidação

“As mulheres trabalham até mais que os homens, muitas vezes trabalha mais. Eu mesma, muitas vezes, eu faço muito mais do que os homens porque eu faço serviço de casa ainda. Você vê, esta semana, aqui em casa” tá tudo petecado”, mas eu tô fazendo farinha, carregando mandioca de uma distância de mais de dois quilômetros e, chega aqui ‘casco’ e levo lá para a fazenda para moer e torrar lá e venho de lá para cá cansada. Agora, ontem eu terminei a farinha e agora eu tô cuidando com o polvilho. Muitos homens não dão conta de lidar com o gado, lidar com a obrigação dele lá e cuidar deste jeito. E eu cuido deste jeito e ainda ajudo o menino com as vacas, dar ração e tudo. Fica cansada, a gente fica muito cansada. Mas, fica cansada com prazer. A vida é difícil, mas é um difícil que a gente fica prazerosa” (Dona Consuelo, 56 anos, setembro de 2004).

A experiência com agricultura familiar fez com que uma assentada fosse convidada para fazer uma apresentação em um seminário da Emater sobre as opções do agricultor familiar: criar galinhas ou criar gado? Em seu contexto específico e com simplicidade ela apresenta sua vivência:

“Eu estava lá fazendo um curso, o moço perguntou assim: ‘a senhora acha que galinha dá resultado?’. Falei: ‘dá mais que gado. Uma galinha dá resultado muito mais do que gado’. E ele calou, não falou mais nada não. Quando foi um dia, eles me chamaram lá pra falar por que a galinha dava mais resultado que gado. Gente, eu estava despreparada de tudo, mas eu fui muito aplaudida, sabe? Daí eu expliquei: ‘se você põe uma galinha pra chocar, com vinte e dois dias os pinto tira, com quatro, cinco meses está botando. Você vê, com dois anos que você leva pra vender um bezerro, quantos frangos que você já tirou daquela galinha? E eu tenho a experiência, porque eu já comprei gado com dinheiro de ovo, com dinheiro de frango, e então eu tenho experiência’. Fui pega de surpresa, mas parece que deu certo” (D. Severina, 73 anos, setembro de 2004).

5.5 O processo de representação política

Para compreender as características específicas e a expressiva atuação política das mulheres no Assentamento Saco do Rio Preto, nós optamos por reconstituir toda a trajetória histórica dos envolvidos e envolvidas, priorizando os momentos de iniciação, de aprendizado com os pais e mães, das relações com as assessorias e de embates diversos em quaisquer âmbitos, e ainda nos diferentes desdobramentos do processo de construção da representação política, expresso pela atuação dos filhos e filhas, dos assentados e assentadas e pela ampliação da atuação nos STRs, associações, conselhos e comissões municipais, partidos políticos, etc. Nossa proposta é apresentar aqui a complexidade destas relações de poder que inúmeras vezes são tecidas ora no espaço público, ora no privado, ora como resultado da articulação de ambos, rumando sempre para modificações nas relações de gênero. Decidimos dividir o item em subitens que nos parecem dar maior visibilidade às mudanças de relações que queremos elucidar, mudanças estas que, num certo sentido, significam ‘pequenas grandes transformações’.

A mobilização para a criação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Bonfinópolis representou, indubitavelmente, um marco no processo de luta pela terra na conquista do Assentamento Saco do Rio Preto, naquela época área pertencente ao município de Bonfinópolis.

5.5.1 Construção da representação política

Antes do STR de Bonfinópolis, Noemi, uma assentada atuante, já participava de outro processo de luta:

“Antes do Sindicato, tivemos uma luta em um bairro em Bonfinópolis, que foi uma ocupação. Era uma terra que era da Igreja, não tinha morador, então, o pessoal começou a ocupar aquela terra e foi morando ali e nós fomos também morar lá. Não foi uma ocupação programada com um grupo organizado. Foi uma ocupação onde aquele que precisava de uma casa ia e fazia seu barraco; outro precisava, ia e fazia seu barraco. Então, mais tarde, o prefeito da cidade começou a cobiçar a área, por ser uma área em um lugar muito bonito e começou a perseguir os moradores. Também eu assumi uma liderança lá, junto com os moradores, ia na casa de cada um, porque era um pessoal assim meio sem estrutura, sem conhecimento do que se podia fazer e a gente começou a discutir com eles” (Noemi, setembro de 2004).

A assentada complementa assim sua visão sobre o início da organização do STR de Bonfinópolis, na década de 1980:

“A minha luta começou mais ou menos aos treze, quatorze anos, na Fundação do Sindicato de Bonfinópolis. Na época, tinha muita perseguição lá na cidade, assim, os fazendeiros perseguiram quando estava discutindo a criação do Sindicato. Então, meu pai era um dos que estava participando desta discussão. Então, como era difícil para ele estar convidando os companheiros, e também para não estar aparecendo, ele pedia para eu fazer a convocação dos companheiros. Eu mesma não ia para as reuniões, eu ficava na cozinha fazendo o almoço para eles e gostava deste trabalho” (Noemi, setembro de 2004).

Ao tratar do aprendizado com seu pai, a assentada afirma

“Aprendi a lutar pelos direitos da gente. Na época em que os fazendeiros da região não respeitavam nada, não respeitavam a constituição, então, a gente começou a brigar por estes direitos garantidos na lei e lutar também por casa, por moradia. Isso começou antes da luta pela terra aqui. E nós ganhamos esta área lá” (Noemi, setembro de 2004).

Esta luta pelas casas foi anterior à do assentamento e Noemi ainda era estudante.

“Começou assim que o prefeito começou a mandar recados, que ia passar a patrol e tudo. Então eu chamei o pessoal para discutir. Era eu e meu irmão. A gente era estudante e nós chamamos o pessoal para discutir e o pessoal organizou e acabou ganhando a causa. Depois eu vim trabalhar de funcionária no sindicato. Me chamaram e eu fui. E aí nós começamos a luta por terra. O início da luta pela terra eu já estava lá no sindicato. E esta daqui do Saco do Rio Preto foi uma das primeiras lutas que o sindicato assumiu” (Noemi, setembro de 2004).

A qualidade da participação política pode ser identificada pelo tipo de educação que se quer conquistar e a assentada relaciona educação com o conhecimento da realidade, para poder modificá-la.

“Acho que o motivo de eu ter tentado estudar e não ter conseguido, isto me ensinou a estar lutando pela educação, pela mudança começando aqui mesmo. E se a gente conseguisse trazer a educação mais para cá, mais próximo da gente, da cultura da gente, do meio da gente, facilitaria para as pessoas daqui estarem conhecendo nossa realidade, para poder modificá-la” (Noemi, setembro de 2004).

A construção do STR se deu por meio de aprendizados na luta contínua com enfrentamentos, recuos e novos conflitos no processo de participação política

“O pessoal do STR de Bonfinópolis colocava a gente para ir para as reuniões mais perigosas, tipo assim, igual aqui em Natalândia mesmo, tinha uma perseguição muito grande. Natalândia era tradição da época do coronelismo, inclusive esta fazenda aqui pertenceu a um dos coronéis mais bravos da região. A gente marcava reunião para um lugar, realizava reunião na igreja, assim para o pessoal não desconfiar... Então era assim” (Noemi, setembro de 2004).

Várias entidades foram parceiras neste processo desde o início.

“Aqui vinha CPT, vinha o sindicato, teve a UFMG que fez um trabalho aqui, a Universidade de Viçosa já teve por aqui trabalhando e isto acaba ajudando mais. Também o MST passou por aqui fazendo reuniões com o pessoal” (Noemi, setembro de 2004).

A história de vida de uma assentada, hoje presidente do STR de Natalândia, revela que a palavra **igualdade** despertou uma inquietação diferente no homem e na mulher, e sinaliza diferenças da natureza da participação masculina e feminina, construindo diferentes tipos de comportamento.

“Casei com vinte anos e meu marido foi fazer uma inscrição e uma coisa engraçada: ele chegou lá no escritório e tinha lá uma palavra: IGUALDADE e a figura de um homem com uma mulher. Ele achou que era comunismo e comunismo naquela época era bicho de sete cabeças. Isto mais ou menos em mil novecentos e setenta e oito. Aí a gente não fez inscrição porque com a palavra ele ficou com medo. Isto era no escritório do Incra em Bonfinópolis, com a colonização que tem aqui para baixo, não sei bem dizer em qual município. Aí eu fiquei muito revoltada da gente não poder ir para a colonização por causa daquela palavra. Na minha cabeça aquela palavra não era coisa de outro mundo. Igualdade para mim já era direitos iguais, o pão repartido na mesa do pobre. Mas, na cabeça dele não. E o tempo passou e, quando foi em mil novecentos e oitenta e oito, ele participava do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Bonfinópolis e o sindicato estava organizando esta ocupação do Rio Preto e Mamoneiras. Ele não gostava de participar de reunião, não queria preocupação e aí eu comecei a participar das reuniões, da organização do sindicato” (Fátima, 56 anos, setembro de 2003).

O marido não apoiava a sua participação política e os conflitos pessoais internos já a incomodavam, mas não a impediam de se integrar ao movimento.

“Às vezes ele falava para que eu não participasse, mas eu nunca fui de muita obediência não. Aquilo que eu acho que não está prejudicando nem a mim nem a sociedade, eu não encarava os problemas internos. E fui participar e via pessoas de outros lugares, de outras ocupações que o sindicato levou para repassar experiências, mostrar vídeo, esta coisa toda. Eu via aquilo e para mim tudo estava certo, onde a gente poderia passar para conseguir um pedaço de terra. Aí continuei participando. Nós viemos para cá em mil novecentos e oitenta e nove. Eu já estava na direção do sindicato de Bonfinópolis, já era liderança e decidi vir com o pessoal. Vim sem o meu marido” (Fátima, setembro de 2003).

O entrelaçamento conflituoso entre as dimensões pública e privada é relatado pela assentada e novamente reforça a pertinência de análises integradas entre os dois âmbitos.

“Quando estavam organizando as eleições para o STR de Bonfinópolis eles me convidaram. Eu aceitei o convite porque eu tinha vontade de contribuir com a mudança social e achei que aí eu poderia expressar melhor minha contribuição estando participando direto da liderança. Meu marido não gostava e não me acompanhava. Foi difícil quando passei a ser liderança, pois, mesmo no sindicato, eu assumi o papel de liderança e foi difícil em casa, ele não aceitou. E eu continuei participando e na liderança, e ele não gostou, mas para mim é também um chamado de Deus e eu participava de Igreja, de CEBs, do culto, mas aquilo só não estava preenchendo meus desejos na sociedade. Alguma coisa estava ainda faltando para completar. Continuei, gostei, aprendi muito com os colegas. Também acho que ensinei alguma coisa que eu poderia ensinar e até hoje continuo. Não tenho arrependimento da separação. Acho que a separação do casamento não foi só a questão do movimento que provocou” (Fátima, setembro de 2003).

O processo de ocupação do Assentamento Saco do Rio Preto aconteceu em 1989 e como boa parte das mulheres já participava do STR de Bonfinópolis, elas já assumiram liderança no período de ocupação

“Foi uma boa participação das mulheres na ocupação, no assentamento. Na pressão da polícia, as mulheres reagiam muito bem, na conversa, no diálogo com a polícia. E eu avalio que as mulheres contribuíram muito. Se não teve conflito maior foi a questão das mulheres estarem na liderança, estar participando, mesmo algumas não estando na liderança, mas estando com a família toda, isto foi muito importante. E teve alguns momentos decisivos de enfrentamento, que as mulheres seguraram o rumo das coisas” (Fátima, setembro de 2004).

O aprendizado se deu nas mais diferentes situações, lidando com o medo nos vários enfrentamentos, ao leiteiro, a UDR, aos fazendeiros vizinhos, quando se fez o bloqueio da estrada principal, já citado anteriormente.

“Tem as pessoas que têm medo, eu não tive medo. Nem da polícia, nem de morrer, de nada. Já sabia que eles não iriam matar e era só pressão. Fizemos uma barreira, passamos por várias dificuldades e muita pressão. O leiteiro foi o que mais pressionou porque é uma empresa e perdeu o leite e eu fui uma das mulheres que foi

junto enfrentar o leiteiro que queria furar a barreira de qualquer jeito. Dissemos que se ele furasse seria ruim para ele. Foi um momento difícil e dos mais importantes da luta, e que deu resultado imediato. Enfrentamos também a UDR (União Democrática Ruralista) e a sociedade passou a nos respeitar mais e os fazendeiros vizinhos, que passaram a entender que a gente não queria baderna, queria mesmo era a terra para trabalhar” (Fátima, setembro de 2004).

Outra assentada relata sua trajetória histórica, com detalhes sobre todas as fases do processo analítico de formação de uma liderança.

“Tenho 36 anos, dois filhos, um de seis anos e um de quatro meses. Sou a terceira de uma família de nove irmãos. Somos seis mulheres comigo e três homens. Falando um pouco de mim, meu pai sempre foi ‘sem terra’ e a gente morava de agregado nas fazendas. Lembro muito disto e lembro da minha vó ter terra, do irmão do meu pai ter terra, mas sempre lembro de meu pai não ter terra e a gente ficar mudando de um lugar para outro. Então é uma coisa assim... que aquilo me incomodava, por que que a gente inclusive tinha que mudar de uma fazenda para outro lugar? Aquilo me incomodava. Eu ficava sempre perguntando para meu pai e minha mãe. Nesta realidade, a gente nem conseguiu ter escola. Aí aos seis anos de idade meu pai mudou para uma fazenda e aí eu e minhas irmãs mais velhas, uma com oito anos e a outra com dez, e meu pai resolveu contratar um professor para poder nos alfabetizar. Ele nos ensinou a ler e escrever. Foi um mês de aula, com aula o dia inteiro lá em casa mesmo, na varanda. E ficou assim, porque não tinha escola onde a gente morava” (Lúcia, 36 anos, setembro de 2004).

Um rádio de pilha anunciou a reforma agrária e demonstra o impacto que uma notícia de rádio pode ter em uma comunidade rural isolada, no início da década de 1970, no noroeste de Minas, interferindo nos planos de vida das famílias.

“Passado um tempinho meu pai comprou um rádio de pilha e foi onde pela primeira vez eu ouvi falar de reforma agrária. Um dia minha mãe falou para a gente: ‘... as meninas, falou agora no rádio que o governo vai fazer uma tal de reforma agrária’. Ninguém sabia o que era e nós perguntamos: ‘o que é isso, mãe?’ E ela falou: ‘O governo disse que vai pegar as fazendas de quem tem e dividir com quem não tem’. Aí nós ficamos felizes da vida. Eu mesmo fiquei muito feliz, já achando que ia sair naquela fazenda onde a gente morava. A gente ficava até olhando qual o pedaço onde a gente queria ficar. Isso eu tinha oito anos de idade” (Lúcia, setembro de 2004).

No final da década de 1970 já se implantavam no noroeste os projetos de desenvolvimento econômico do cerrado, com expulsão de trabalhadores e trabalhadoras rurais para os centros urbanos. Provavelmente, entre eles e elas estava a família de Lúcia, pois a necessidade de sobrevivência levou a menina de 12 anos para trabalhar na cidade.

“Passou muito tempo, nós acabamos tendo que mudar de lá e vir para a cidade. Aí passou mais um tempo na cidade, onde a gente foi trabalhar para sobreviver. Eu trabalhei de muitas coisas: primeiro, com doze anos, como babá, trabalhei de doméstica, de faxineira, bóia fria, lavar roupa, passar, fazia tudo isto e estudando” (Lúcia, setembro de 2004).

Com o início da organização do STR de Bonfinópolis e já atuando nas CEBs, Lúcia começou a participar na militância do grupo de jovens já ligados ao STR, fazendo animação de reuniões e já traçando suas escolhas políticas.

“Aí veio a organização do Sindicato de Bonfinópolis, pois, na verdade, eu estudei até fazer o primeiro grau naquela época. Comecei o segundo grau, mas não terminei, tanto que agora eu voltei a estudar para concluir o segundo grau. Naquele tempo, quando veio a organização do sindicato de Bonfinópolis, eu comecei a participar das coisas da igreja. Era campanha da fraternidade, campanha do natal, as CEBs também eu participava e foi onde começou a se falar de sindicato, da reforma agrária. Aí eu fui para minha primeira militância no grupo de jovens em Bonfinópolis. Aí o grupo de jovens começou a ter uma ligação com o sindicato, na época que estava organizando o sindicato de Bonfinópolis, em mil novecentos e oitenta e três e a gente participou ajudando. Íamos fazer a animação das reuniões do sindicato. Mas aí o meu pai participava, os vizinhos, até que eles me convidaram para ajudar na organização do sindicato” (Lúcia, setembro de 2004).

A assentada só pôde sindicalizar-se aos 18 anos, o que coincidiu com o final de 1985, com o lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que contribuiu para várias mobilizações no campo, uma das quais foi a primeira de que Lúcia participou. Aliava-se a uma trajetória individual de excepcionalidade, uma conjuntura nacional efervescente que se mobilizava em todo o país na luta pela democracia, pela reforma agrária e na multiplicação de movimentos sociais dispersos por todo o Brasil. O clima era de mobilização social.

“Eu fui e comecei nesta época, mas não pude associar, pois eu não tinha dezoito anos. Naquela época se associava a partir dos dezoito anos. Hoje já pode sindicalizar com dezesseis, mas eu tive que esperar dezoito para sindicalizar. Assim, eu fui ajudar e aí, no final de mil novecentos e oitenta e cinco, teve o lançamento do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), no governo Sarney e teve uma grande mobilização em Unai. Foi a primeira mobilização que eu participei. Nós organizamos dois ônibus de trabalhadores de Bonfinópolis para participar nesta manifestação em Unai. Aí, depois disso, teve outras passeatas pela reforma agrária em João Pinheiro, Bonfinópolis e eu participei de todas estas mobilizações. Então foi outro momento do meu contato com a questão da reforma agrária. Depois disso, a Fetaemg, através do pólo regional na época, começou a fazer o trabalho do Plano de Reforma Agrária. Na verdade, a idéia nossa era fazer um plano regional de reforma agrária para o noroeste, onde nós começamos a fazer a discussão em todos os municípios, e a receptividade era muito boa” (Lúcia, setembro de 2004).

Iniciou-se a discussão sobre reforma agrária em todos os municípios, até que, em 1988, foi feita a primeira ocupação em Bonfinópolis, na Fazenda Lages, já apresentada sob outro enfoque, no capítulo quatro.

“Discutir o que era reforma agrária, para quê ela servia, que tipo de reforma agrária que a gente queria.... Eu lembro disso até hoje. Aí já entrava a discussão se era coletivo ou individual, como ia ser o modelo do assentamento. E fomos despertando nas pessoas o interesse pela reforma agrária. Fizemos levantamentos de fazendas que eram improdutivas na época, já para ser encaminhado ao INCRA para vistoria. Começamos a fazer tudo isto, cobrar dos políticos. A gente discutia com os vereadores, chamava eles para as reuniões, prefeito, deputado. A gente chamava para

ver se eles estariam apoiando a luta pela reforma agrária. É disto aí onde começou inclusive a história deste assentamento aqui. Este e tem outro que foi na mesma época: Saco do Rio Preto e Mamoneiras. Foi a época do levantamento destas áreas. Elas já foram indicadas para vistoriar. Do outro lado, a gente já começava a fazer a discussão com os trabalhadores. A gente fazia reunião em todas as comunidades discutindo isto e fazendo o cadastro de quem era sem terra, de quem queria a reforma agrária. Aí a gente já discutia também que uma das formas de se conseguir a reforma agrária era o processo de ocupação. A gente sabia que em outros lugares já tinham trabalhadores que tinham ocupado. Então, nós começamos a fazer esta discussão com eles. Em mil novecentos e oitenta e oito teve a primeira ocupação em Bonfinópolis e aí foi a Fazenda Lages, que era, inclusive, uma terra da igreja, da diocese de Paracatu. Não teve despejo, a gente conseguiu que não tivesse despejo. Depois, já em mil novecentos e oitenta e nove, a partir da experiência de mil novecentos e oitenta e oito, nós começamos a organizar as famílias com vistas a ocupar estas fazendas aqui, do Saco do Rio Preto” (Lúcia, setembro de 2004).

Quando se ocupou a Fazenda Saco do Rio Preto, em 15 de julho de 1989, Lúcia já era Presidente do STR de Bonfinópolis, já tendo acumulado certa experiência como dirigente e avançado bastante no processo de empoderamento

“Em quinze de julho de mil novecentos e oitenta e nove, nós conseguimos reunir cento e cinquenta famílias que ocuparam esta fazenda Saco do Rio Preto e a fazenda Mamoneiras, que era tudo da Empresa Charonel Agropecuária, pertencente à Erberth Levy. Nesta época, a gente já tinha conseguido o decreto de desapropriação destas fazendas. Eu fui para o sindicato ajudando na organização. Na primeira diretoria eu fiquei como secretária e, quando foi na segunda diretoria, eu já fiquei como presidente” (Lúcia, setembro de 2004).

O processo de tomada de decisão de Lúcia foi construído com determinação e sob uma história de luta política que já se consolidava e se articulava com as discussões específicas sobre a posição da mulher na sociedade, já realizadas no STR de Bonfinópolis.

“Foi nesta época que a gente fez as ocupações aqui. Eu tive, assim, alguns limites, porque, naquela época, minha família não veio, meus pais e então eu tive que tomar uma primeira decisão de vir para o acampamento, mesmo sozinha. Eu tinha vinte e dois anos na época. Aí eu vim para o acampamento e já destinada assim: eu quero terra, mesmo minha família não vindo eu quero ser assentada. Foi uma decisão em que fiquei muito determinada com esta decisão. Também foi nesta época que teve todas as pressões da polícia, ação de despejo e aquilo tudo para mim foi muito pesado, mas não me fez parar. Para mim, aquilo ali a gente não podia parar. Era preciso que a gente continuasse a luta para conseguir esta terra. Tem uma coisa importante neste início que eu fico lembrando e entra a questão da mulher. Uma primeira coisa é que lá em Bonfinópolis, no sindicato, a gente começou a fazer os encontros de mulheres onde a gente discutia o problema da discriminação da mulher, a importância da mulher estar participando. Isto já foi uma coisa importante que me ajudou a ter coragem de estar assumindo tudo de frente” (Lúcia, setembro de 2004).

O reforço à participação política das mulheres já passava pela vinculação com a discussão entre reforma agrária e relações de gênero, uma vez que já se fazia a associação da

exclusão da mulher ao direito à propriedade da terra e ao acesso ao crédito, o que coadunava, conseqüentemente, com a subordinação da mulher ao homem

“Desde o começo a gente participava de várias coisas, pois o sindicato foi filiado a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e tinham os congressos da CUT que a gente discutia esta questão da participação das mulheres. Por exemplo: o segundo Congresso Nacional da CUT, no Rio de Janeiro, nós participamos, eu participei dele. E teve depois o primeiro encontro nacional das mulheres trabalhadoras rurais, feito pela CONTAG, em Brasília, que a gente também participou. Eu inclusive participei neste encontro. Então, assim, aquilo ia em cada lugar que você ia e falava sobre as mulheres e mesmo as CEBs, as irmãs que trabalhavam junto com a gente, tinha a irmã Zilda, no começo, a irmã Dulce, irmã Celenita, Terezinha, irmã Vicentina. Elas trabalhavam muito a questão das mulheres. Da importância das mulheres participarem e nós despertamos para a questão do poder... Em Unai tem a Associação da mulher trabalhadora e nós fomos convidados a participar de encontros, onde nós conhecemos o movimento do GRAAL, e daí nós realizamos o primeiro encontro de mulheres em Bonfinópolis com as meninas do GRAAL e foi feita esta primeira discussão da importância das mulheres, do problema da discriminação e aí a gente não parou mais. Até hoje Bonfinópolis faz, todo ano, um encontro de mulheres e de lá nós conseguimos várias mulheres, várias lideranças que hoje algumas de nós estamos aqui. Eu estou aqui, a Fátima, que hoje é presidente do sindicato de Natalândia, e ela veio deste processo de Bonfinópolis. A Noemi, que hoje é Presidente da AEFAN, que é a Associação Escola Família Agrícola de Natalândia, também participava com a gente neste processo lá. E tem várias outras mulheres que estão hoje aqui no assentamento e já são senhoras de mais idade e vinham deste processo lá de participação. Por exemplo, a dona Patrícia” (Lúcia, setembro de 2004).

A atuação das mulheres no espaço público surpreendia, às vezes, as próprias mulheres, por estarem exercendo funções consideradas “naturalmente” masculinas.

“E tinha alguns momentos que a gente entrava em choque por causa de ser mulher, ser jovem. As pessoas chegavam no sindicato, me viam e achavam que eu era funcionária. Então perguntavam: ‘cadê o presidente?’. Quando eu falava que era eu, percebia o assombro na cara das pessoas, principalmente quando fosse autoridade, tinha aquela cara de espanto. Queria falar com o presidente e imaginava que fosse um homem que tinha que estar ali. Aquilo para mim já não me incomodava, como eu consegui me sindicalizar e não passei pelo problema. Tem sindicato que até hoje não aceita mulher para sindicalizar, infelizmente ainda tem. Quando eu estava na comissão estadual de mulheres, a gente recebia informação de companheiras que tinham lugares que as mulheres tinham que brigar. Teve mulheres que teve que entrar na justiça para sindicalizar. Eu, pelo menos, não passei por isto, mas a discriminação era no dia-a-dia. Achavam que uma mulher não podia ser presidente do sindicato” (Lúcia, setembro de 2004).

A socialização que produz e sedimenta as diferenças entre homens e mulheres, às vezes, no dia-a-dia é tão forte que, em uma determinada fase da vida, Lúcia decidiu “parecer homem para evitar comentários”. Exercer sua prática política “parecendo mulher” exigiria de si uma estrutura interna ou um empoderamento individual, para o qual não se sentia preparada e o sofrimento era grande. Veio o Encontro de Unai, o movimento do Graal, o uso do batom,

a retomada da auto-estima, a Federação de Trabalhadores de Minas Gerais e não parou mais, enquanto o processo de empoderamento foi se consolidando em vários campos.

“Parecer homem para evitar os comentários, na verdade. Eu gostava de vestir minhas saíngas, meus vestidos e troquei toda minha vestimenta na época do sindicato de Bonfinópolis, no comecinho. Quer dizer, a única coisa importante lá é que as mulheres pelo menos se sindicalizavam e podia assim participar, mas sofriam. As que participavam sofriam estes problemas e eu não me lembro bem, mas sei que a gente começou lá. Tivemos a idéia de fazer o primeiro encontro de mulheres, onde a gente reuniu mulheres domésticas, lavadeiras, trabalhadoras rurais, todos os tipos de mulheres e começamos a discutir. Aí eu já não lembro mais, teve um momento que a gente teve um contato com a associação de mulher trabalhadora que é de Unai e o movimento do Graal. Aí foi no movimento do Graal que nós começamos a discutir a questão da mulher, não deixar de ser mulher para participar das coisas e usar o vestido, usar o batom. E aí eu descobri que eu poderia usar o meu batom, usar os meus vestidos, que não iria ter problema. Na minha memória foi depois que veio o encontro da Contag de mulheres trabalhadoras, veio o primeiro encontro da Federação e aí já veio a Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais que foi criada. E como nós já tínhamos começado, não paramos mais nesta luta” (Lúcia, setembro de 2004).

Percebe-se que a trajetória política das mulheres já foi sendo construída desde o início, quando elas não aceitavam a transposição da mesma hierarquia doméstica para o sindicato. Começou-se a conquistar uma mudança na divisão sexual do trabalho.

“Um dos eixos de trabalho que o sindicato pegou foi a questão da luta pela terra. Foram duas questões que a gente sempre trabalhou no sindicato, em qualquer lugar, foi a importância dos direitos das mulheres e a questão da reforma agrária, e da luta pela terra. E no Sindicato a gente começou a discutir estas coisas, a importância da mulher participar na direção. Colocamos mulheres na direção do sindicato e do partido também. Quando foi criado o PT em Bonfinópolis, em mil novecentos e oitenta e seis, nós participamos, filiamos e participamos da direção. E foi com a Noemi, que hoje está aqui e é presidente da AEFAN (Associação da Escola Família Agrícola de Natalândia). Ela era candidata a vereadora e a gente sempre discutia assim: que tem que estar apoiando mulheres na política também, não vamos só votar em homens. Ela não foi eleita, mas ela trabalhou. E aí algumas coisinhas a gente mudava no sindicato, de não ser só mulher fazer comida, só mulher ter que limpar o sindicato. Nós começamos a brigar: nós fomos eleitas não foi só para ficar aqui cozinhando, cozinhando, foi para discutir as questões políticas com os companheiros” (Lúcia, setembro de 2004).

Ao mesmo tempo em que havia um enfrentamento de idéias com os homens, alguns relatos associavam o medo como um sentimento dos homens, situação que a pesquisa não tinha como objetivo aprofundar.

“A gente sofria dificuldades, às vezes mais eram com os próprios homens, nossos companheiros da luta. Eles queriam impor mais as idéias deles, mas, quando a coisa era muito pesada, muito complicada, muitas vezes os homens ficavam mais atrás nos momentos complicados e deixavam que as mulheres fossem na frente. Alguns iam junto, mas esta situação era por causa de medo, homem é medroso. A

maioria dos homens tem mais medo, medo de morrer, medo de pistoleiro, essa coisa e as mulheres são mais assim, acham que... não sei se pela necessidade, ou mesmo pela coragem, pela consciência, tem menos medo do que os homens. E leva mais jeito até para conseguir, para conversar com as pessoas. As mulheres são menos medrosas” (Fátima, setembro de 2004).

Um trabalhador rural relativamente isolado no Noroeste de Minas Gerais deu seu depoimento sobre o primeiro significado que teve a palavra sindicato em sua vida, no início da década de 1980:

*“Quando eu ouvi falar a palavra **sindicato** pela primeira vez, a gente já pensou logo. Eu fiquei assuntando aquilo, o que podia ser (...) Aí eu vi que já era um órgão que a gente podia participar dele. Aí entrei, inclusive eu tenho uns cunhados que às vezes falavam que o sindicato, aquilo é um ladrão, é para catar dinheiro do povo. Inclusive, um irmão desta mulher minha falou comigo depois que nós entrou. Ele pegou e falou comigo que aquele negócio lá não dá certo é só para poder tomar terra dos outros. E eu disse que é só se tiver uma terra que tiver abandonada. Não vai entrando assim e tomando terra dos outros não, aí, naquela época, eu já falava isto e já defendia o sindicato. E a gente conhece mais ou menos também que não é assim de ir chegando e tomando a terra que é beneficiada, que tá funcionando, que tá dando renda. Só nas terra que estão abandonadas, inclusive nestas terras que estão abandonadas precisa mesmo, porque ela está parada, ela não está dando renda. O povo tá passando fome e a terra não está dando renda. Não tem como” (Sr. Dionísio, setembro de 2004).*

O gênero, por si só, não é suficiente para garantir a identidade entre mulheres, embora sejam trabalhadoras rurais e fruto de uma mesma cultura, vivendo num mesmo lugar, ou numa mesma região. Há que se considerar outras demarcações, de classe, de geração, de raça. As trajetórias político-administrativas podem ter escolhas diferentes. Não basta ser mulher para que se tenha postura democrática, compromisso com trabalhadores e trabalhadoras. Cada mulher traça sua trajetória política e escolhe as alternativas que quer ter como referência.

“Nós tivemos uma presidente que não ouvia a gente e atrapalhou muita coisa, inclusive o dinheiro das casas. Ela demorou muito tempo para liberar e o Incra teve até que entrar no meio para o dinheiro sair” (Sr. Dionísio, setembro de 2004).

Uma assentada relata o início de sua participação política em Goiás, no movimento de professores do Estado, e como esta experiência serviu de suporte para a sua atuação no assentamento:

“Mas, naquele tempo, ainda prevalecia a história de mulher não poder muito ficar dando opinião. Eu sentia que minha mãe era uma mulher meio irreverente, assim. Ela não abaixava muito a cabeça com os problemas e eu também comecei a crescer assim, pensando que a gente deveria ocupar um lugar na sociedade e que a gente não deveria ser maior do que o homem, mas também que a gente não deveria ser menor, que deveria ter igualdade neste sentido. E depois, quando a gente teve estas lutas no estado de Goiás, aí foi reforçando mais para mim aquilo. Eu não sei se porque lá dentro da nossa luta, na categoria de professores, a maioria era mulher. Aí, a gente foi vendo que a gente tinha como andar e tinha como reagir aos problemas e,

chegando aqui, eu encontrei mais mulheres dispostas. Acho que uma das primeiras mulheres que eu conheci aqui foi a Fátima (hoje presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Natalândia), e ela sempre foi muito disposta e na luta e foi também um ponto de referência para mim aqui para estar vendo que a gente tinha outras companheiras que queriam também lutar junto “(Ivete, 50 anos, 1ª presidente da Associação de Pequenos Produtores do Assentamento, setembro de 2004).

Parece-nos que as mulheres do assentamento constroem nos cargos que assumem, a “marca feminina” que combina atividades políticas e administrativas.

“Fui tesoureiro da associação por nove anos, durante seis anos na época da Ivete e três anos na época do Timóteo. Quando trabalhei com um homem na presidência, senti muita diferença, porque o homem não quis trabalhar igual a gente trabalhava. A mulher trabalhava muito mais do que ele. Achei muita diferença em trabalhar com um homem e com a mulher” (Sr. João Otávio, assentado, setembro de 2004).

No início do processo de mobilização, quando o jovem casal foi convidado para as reuniões que discutiriam sobre a possível ocupação de terra, a sensação abstrata provocou o sentimento de “quebrar a cabeça daqui pra lá” e, à medida que o coletivo vai se fortalecendo, a identidade do grupo vai se consolidando e, internamente, as pessoas vão se sentindo com mais poder.

“O pessoal do sindicato convidou, aí a gente veio. Primeiro veio meu irmão, depois meu marido. Aí a gente casou no mês de janeiro. Mês de julho o pessoal veio pra cá, aí a gente ficou quebrando cabeça pra qui, pra li, pra qui, pra li. Aí ele pegou e falou assim: ‘Mariana, vamos vê se nós tira um pedacinho de terra?’. Falei: ‘vamos’. Então nós viemos. Estamos aqui até hoje e cada vez mais forte” (Mariana, assentada, setembro de 2004).

Muito se discute sobre a natureza da participação e o que a qualifica mais. Um assentado atuante nos dá seu depoimento sobre o uso da fala, que nem sempre é um limitante para que se apoie e se comprometa com determinada direção

“Sempre marquei presença e contribuo em todas as reuniões. Mas, toda vida fui de ficar mais calado” (Sr. Joaquim, 53 anos, do Conselho Fiscal da Associação, setembro de 2004).

Uma entrevistada relata que, quando foi feita a divisão dos lotes no assentamento, ela que lutou junto com todo mundo para conquistar desde o início, sofreu discriminação de uma mulher que estava na presidência da associação, pelo fato dela ser viúva e velha e, pelo julgamento da diretoria, ela não teria direito ao lote. De novo, lembramos que não é o fato de ser mulher que torna as mulheres iguais, ou mais solidárias, ou com mesmos compromissos políticos. Há diferenças individuais construídas historicamente pelas trajetórias escolhidas pelas opções que se quer seguir. Existem mulheres negras preconceituosas quanto à raça, por exemplo, entre outros exemplos que poderiam ser aqui colocados. O fato para o qual se quer chamar atenção é que o importante é a forma como se vive a condição social de gênero ou de raça, etc., como se colocar no mundo diante destas desigualdades, em quaisquer âmbitos.

“Quando a presidente era outra mulher, que não a Lúcia, eles falaram que eu não iria ter terra, pois era viúva e velha. A comadre Fátima mais a Lúcia que deram força para que eu ficasse” (Dona Patrícia, setembro de 2004).

5.5.1.1 Participação das mulheres e trajetórias de empoderamento ampliando a concepção de política

À medida que foi se intensificando o processo de luta pela terra na região, algumas mulheres foram conquistando espaço de representação política e suas trajetórias representam um processo de empoderamento, no qual houve uma preocupação central em utilizar seus mandatos como mecanismo para ampliar a participação política de outras mulheres institucionalmente, expandindo-se a presença delas em pólos regionais, associações e sindicatos. Sem dúvida nenhuma, este processo é resultante de mobilizações iniciadas na década de 1970, articuladas a um conjunto de outras questões já mencionadas neste documento.

“Na Fetaemg, houve um período em que teve uma composição com a CUT e eu fui para o Departamento de Reforma Agrária e fui a primeira mulher a assumir cargo na executiva da Federação em Minas Gerais. E assumi também o Departamento de Reforma Agrária, ficando três mandatos e todos eles foram na Reforma Agrária, a nível da Federação. Uma coisa importante para mim foi que, a partir da minha ida, nós fomos conseguindo que a cada direção fosse aumentando a participação das mulheres. Conseguimos, inclusive, na Federação, que tivesse um mínimo de trinta por cento de mulheres na Executiva, nos pólos e direção regional. Para mim foi uma coisa importante ter contribuído para que outras mulheres também fossem vindo e participando. Hoje a gente conseguiu também os trinta por cento para a Contag (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura) e alguns sindicatos já têm. Aqui na nossa região mesmo, nós temos a campanha de toda direção do sindicato ter que ter mulher, mesmo que não seja os trinta por cento. Aqui na região teve uma grande participação de mulheres na presidência dos sindicatos. Quase todo município já teve ou tem mulher na presidência, isto fruto das mobilizações do passado, das discussões sobre o papel da mulher na sociedade” (Lúcia, setembro de 2004).

O depoimento da assentada revela que o processo de empoderamento das mulheres no assentamento se deve, prioritariamente, à participação política e à conquista da propriedade da terra. Ao analisar sua trajetória, é possível perceber como a concepção de prática política adquire um significado ampliado com intenso processo de aprendizagem que passa, neste caso, pelo tipo de experiência, pela identificação de identidade com liberdade, pela consideração da importância de outras pessoas possuírem terra, pela concepção de assentamento como espaço de trabalho, moradia, alimentação, terra e espaço de luta.

“Hoje me dá a impressão que eu já tenho cinquenta anos de vivência. Parece que eu já fiz tanta coisa que não cabe nos dezoito anos para frente, pois hoje eu tenho trinta e seis anos. Decidi vir para o acampamento e pegar o meu lote. Mesmo sendo solteira, sendo jovem, eu decidi e foi para mim uma das coisas mais importantes da minha vida. Em qualquer lugar que eu estivesse, que eu estive, de vez em quando eu lembrava do meu lote, meu cantinho na reforma agrária. Mesmo quando eu estava lutando para ter outros assentamentos, outras pessoas conseguiram terra. Porque uma coisa que eu fiz como compromisso comigo mesma é que, mesmo eu tendo esta

terra que a gente conseguiu, eu iria lutar para que outros conseguissem. Porque, para mim, a reforma agrária tem uma coisa muito importante, que ela consegue de fato combater a fome. Em assentamento você não vê mais criança passando fome, morrendo de fome. As pessoas não morrem de fome no assentamento. Ao contrário, tem muita comida. Você resolve vários problemas ao mesmo tempo: do trabalho, da moradia e da comida. Tudo isto chega junto quando você consegue ser assentado na reforma agrária. Por isto eu estava determinada que queria ser assentada e ter minha terra. E também, enquanto mulher, realizar o sonho de ter filho, de ser mãe. Para mim, a maternidade é uma coisa muito importante. Graças a Deus, hoje tenho meus dois filhos, Paulo e Pedro, muito importantes para mim, e tenho o lote, a minha terra conquistada com muita luta. Inclusive, meu sonho é ver, um dia, cada um que está lutando, que possa também ter sua terra. Porque a gente, só depois que tem a terra, é que a gente consegue se sentir realizada nesta parte da Reforma Agrária. É concreta a partir do momento que você pode ter a terra e fazer dela o que quiser” (Lúcia, setembro de 2004).

A opção pelo trabalho com mulheres foi feita iniciando-se com o trabalho de criação de uma consciência da discriminação de gênero, trabalhando para que mudassem sua autopercepção negativa, assim como suas crenças relativas a direitos e capacidades, conforme relata a entrevistada:

“Era a questão de despertar as mulheres pelos direitos das mulheres, pela discriminação. Primeiro a gente trabalhou a questão do direito mais geral da mulher e depois a gente foi entrando nas questões específicas das mulheres, da saúde, do acesso à terra, dos recursos e benefícios públicos, o espaço na política. Falamos dos direitos e depois fomos definindo quais os tipos de direitos que a gente deveria estar ocupando” (Fátima, setembro de 2004).

A literatura apresenta um debate bastante fértil sobre a motivação principal para que uma mulher participe da luta política no espaço público. Primeiro, ela se “empodera por dentro”, valoriza sua auto-estima e, a partir daí, conquista o espaço público? Ou é convidada e estimulada a participar da luta política e esta participação cria novas capacidades, a transforma internamente, possibilita um processo de empoderamento e, conseqüentemente, pode transformar as relações de gênero no espaço privado?

O depoimento a seguir revela com clareza o fortalecimento dialético destas relações entre os âmbitos público e privado, em momentos tencionados, neste caso, por ameaça de morte. A resistência vem tanto da família quanto do compromisso em não enfraquecer a luta política, sugerindo a integração da análise e indicando que não há uma linearidade no comportamento.

“Pois é neste momento de ameaça que é a hora que a gente se sente mais forte, porque tem família. Eu considero que o outro companheiro ameaçado fugiu porque ele vivia sozinho, não tinha família. Eu consegui resistir. Primeiro, eu tenho família; segundo, a minha cabeça trabalhava que eu não deveria sair, pois se eu saísse eu estaria enfraquecendo a luta, porque eles iam pegando as lideranças e ameaçando e a gente ia enfraquecendo a luta, e este era o desejo deste povo que ameaçou a gente. E, como eu tinha minha família, era mais difícil para eu sair. Cheguei a ser aconselhada por várias pessoas que eu deveria sair e eu pensei: ‘ eu não. Eu estou certa e não vou sair, não estou ameaçando ninguém, não estou fazendo nada de errado, por que eu

que tenho que correr? Vou resistir’. Neste momento, não é usar a família não, mas é mais apoio que a gente tem que ter” (Fátima, setembro de 2004).

O trabalho de representação política realizado pelas mulheres foi marcado por uma sensibilidade frente às demandas e peculiaridades de diretores e diretoras que, muitas vezes, passa despercebido por uma representação masculina

“Não sinto vergonha de me submeter porque elas são mulheres. A vergonha é de não ter estudo e não saber para poder ajudar. Para eu assinar em cheque, eu não sabia nem assinar o meu nome. Peguei o caderno que está ali, comprei um caderno e comprei um lápis e uma caneta e fui pelejando. E a Lúcia dizia: ‘não precisa se afobar não, pode preparar direitinho e com calma’. E eu ficava aqui, à noite, pelejando, pelejando porque eu não enxergo também direito, que eu fui ofendido de cobra duas vezes e aí eu não enxergo bem. Aí eu tenho que pegar o óculos e vou fazendo uma por uma, cada letra, para ir aprendendo. Sai uns trem errado, mas eu vou tentando. Não sei se trabalhando com um homem seria do mesmo jeito, se ele teria a mesma paciência, o mesmo cuidado” (Sr. Dionísio, 58 anos, tesoureiro da Associação, setembro de 2004).

A comparação com outros assentamentos dá uma dimensão da diferença da trajetória histórica do Assentamento Saco do Rio Preto, onde as lideranças femininas foram sendo formadas sob conflitos, avanços, recuos, muita persistência e, inclusive, conquista de valorização pelos homens.

“Eu vi em outros assentamentos que nós tivemos visitando, onde as mulheres não tinham direito quase que nenhum em participar das reuniões, de dar opiniões e aqui eu acho que nós fomos muito respeitadas. Os companheiros também dizem que a gente tem valor. E respeitam as funções da gente” (Ivete, setembro de 2004).

Antes de se descobrirem como mulheres discriminadas na sociedade, algumas mulheres de Bonfinópolis começaram a participar das mobilizações políticas para a criação do STR, mas não eram todas que participavam, como relata uma ex-assentada. Em seguida, vieram as assessorias de Belo Horizonte para trabalhar especificamente as questões de gênero. A luta pela terra puxou a mobilização pela discriminação e viabilizou várias descobertas com diferentes mediadores.

“As mulheres ajudavam muito na organização do STR de Bonfinópolis, todas não. Não eram todas não, eram algumas. As que participavam ajudavam mesmo, ajudavam com força, entravam com garra, num tinham medo não. Eu fui a primeira a participar lá no Bonfinópolis, de reunião de grupos de mulheres. Vieram umas mulheres de Belo Horizonte e fizeram reunião. Inclusive, a primeira reunião que teve foi lá em casa. Aí nós foi, eu convidava as outras mulheres e foi aumentando o grupo para conversar sobre os direitos das mulheres Foi onde eu conheci Belo Horizonte. Eu nunca tinha ido em Belo Horizonte, fui sozinha. Só mais uma prima. Nós foi de ônibus. Foi pelo endereço de encontro de mulheres, também, com as Irmãs Missionárias. Além disso, eu participei de muita coisa, com a Cáritas, com o Graal. Até este negócio de evitar filhos, a gente foi saber nos grupos de mulheres” (Dona Patrícia, setembro de 2004).

A tesoureira do STR de Bonfinópolis relata como foi importante para ela, na época, ouvir, nas primeiras reuniões do sindicato na sua comunidade, que as mulheres tinham o

direito de participar, fato que desconhecia por completo. Seu depoimento revela a descoberta de oportunidades de desenvolver novas capacidades por meio da participação no STR, no espaço público, o que modificou seu comportamento.

“Foi através de reuniões do sindicato na comunidade que eu comecei a descobrir muitas coisas. Eles falaram que as mulheres tinham direito de participar, tinham o direito delas, então, por isso, eu achei que seria bom pra mim. Eu gostei de ouvir isto, eu vi que, às vezes, a gente fica pra lá, não participa, e perde boas oportunidades de aprender mais” (Raimunda, setembro de 2004).

Outra assentada relata seu interesse em exercitar novas capacidades, em função do processo de empoderamento que tem vivenciado e explica de que forma elas se organizavam para pagar o curso de medicina alternativa:

“Procurei fazer cursos com a Emater e com a Embrapa. Para a gente saber assim vários tipos de atividades, de mexer com flor do cerrado e outros tipos de artesanato, para conseguir uma fonte de renda. Tinha curso que era pago e tinha dia que saía na base de cinco reais por dia. Conforme as coisas que a gente fosse fazendo, aí pagava em cinco ou seis reais por dia. Teve vez que deu até oito reais, pois tinha que ficar comprando algum tipo de produto pra fazer mel, ou o álcool de cereais, que aqui é caro. E a gente tinha que estar comprando as coisas pra arrumar. Igual açúcar. Essas coisas a gente juntava o grupo, cada uma que trazia, mas se a gente pensar assim, para tirar do bolso é caro” (Deolinda, setembro de 2004).

Durante um longo período, talvez uns 20 anos compreendidos entre a segunda metade da década de 1970 até meados da década de 1990, estiveram presentes especificamente na região de Bonfinópolis, Unaí e Natalândia, as assessorias citadas acima e mais algumas: Movimento Graal, Cáritas, Fetaemg, CPT, além da UFMG, em alguns períodos, também citada pelos entrevistados e entrevistadas, atuando ativamente na reflexão sobre mudanças nas relações de gênero. Estas atuações foram intercaladas, ora coincidentes, ora espaçadas, mas, num certo sentido, tiveram certa continuidade, segundo os depoimentos, durante o período referenciado. Na elaboração deste trabalho podem-se perceber os desdobramentos apreendidos destas relações que ocasionaram rupturas, descobertas e mudanças ocorridas no assentamento, sobretudo no que diz respeito às mudanças ocasionadas pelas mulheres e em função de suas lideranças construídas por meio da história. O processo de vida no assentamento vem sendo modificado desde o período da ocupação pela atuação política das mulheres

“Quer dizer, a forma de encarar a realidade é diferente dos homens e das mulheres. E nós não deixamos de fazer a discussão sobre as mulheres aqui desde o acampamento e mantivemos. Tinha o grupo de mulheres, tinham as irmãs que vinham ajudar na discussão de mulheres, mesmo o pessoal do Graal também vinha aqui. Não é à toa que tem aí o grupo de doces com as mulheres. São aquelas mulheres que participaram, continuaram fazendo a discussão junto da questão de gênero e hoje estão aí no grupo de doces e as mulheres hoje estão aí assumindo as direções do sindicato, da associação que nunca deixaram de fazer a reflexão da questão de gênero. Mesmo aqui no acampamento, depois foi a Cáritas, as irmãs, depois a própria Federação” (Lúcia, setembro de 2004).

“Eu estive fora trabalhando uns tempos e faz uns seis anos que eu voltei definitivo. Decidi que vou morar aqui e que aqui é meu lugar. E com esta volta também nós recomeçamos a discussão da escola família agrícola. Até eu volto um pouco atrás, esta discussão da escola família agrícola surgiu na época da ocupação (1989), quando o pessoal ainda estava acampado, se discutiu: ‘vamos fazer um assentamento nós mesmos, pois o Incra é muito lento e demora’ e até porque nem desapropriada a terra havia sido. Então eles decidiram fazer a Agrovila, decidiram também: ‘mas nós precisamos de reservar um lugar para a escola, nós precisamos ter uma escola e nós precisamos de uma escola que forme nossos filhos para ficar na roça’. E esta discussão teve a participação de alguns companheiros que até já morreram: o meu pai, que chamava Francisco, seu Domingos, que era o marido da dona Patrícia e do Juarez, que também já morreu. Todos três já morreram e eles eram os defensores desta idéia de uma escola técnica, a gente chamava de escola técnica. Então, por isto, com esta idéia, eles começaram a discutir que precisava de uma escola porque filho de pobre não conseguia estudar, só quem tinha um recursozinho, que era a classe média. Então, reservaram uma área lá, junto da agrovila para criação desta escola. E fizemos, há aproximadamente três anos, um coletivo de educação no município de Natalândia. Este coletivo era de quem quisesse participar e teve a participação de alguns vereadores, da secretaria de educação de Natalândia e de vários companheiros das comunidades, de Mangal, de Vereda do Meio, que é Mamoneiras, tinham vários (as) assentados (as) participando “(Noemi, setembro de 2004).

É importante observar, como um tipo de desdobramento da participação política, como se dá a discussão sobre as eleições municipais na escola do assentamento, em um período eleitoral (2004), em que as professoras procuram politizar o conteúdo e a metodologia de ensino, tendo como norte referencial a formação cidadã das crianças e de seus familiares também envolvidos.

“Nós começamos a conversar entre as professoras que chegava na escola, o assunto era eleição e, então, nós elaboramos um projeto para trabalhar eleições dois mil e quatro e eu acho que está dando resultado. E, dentro disto daí, a gente tá fazendo um trabalho multidisciplinar, pois, dentro deste projeto, nós trabalhamos português, matemática e a gente trabalha todas as disciplinas e, muitas vezes, o aluno nem percebe que ele está fazendo, por exemplo, uma produção de texto e se a gente chegar lá e colocar um tema qualquer para ele, vai ser chato para eles. E chegamos com este projeto falando, por exemplo, vocês vão elaborar as propostas de trabalho dos candidatos a prefeito e eles fazem um texto daqueles beleza para a gente. Isto de primeira a quarta série. Depois, o processo continua com debates sobre as melhores propostas, pensando-se nos problemas do assentamento” (Ivete, setembro de 2004).

5.5.1.2 Desdobramentos da representação política que ajudam a tornar visível a integração entre os âmbitos público e privado

A dicotomia entre as esferas produtiva e reprodutiva, ou entre os âmbitos público e privado, durante muito tempo, predominaram nos estudos sobre a condição de vida das mulheres até então submetidas ao espaço doméstico. A partir da utilização do conceito de gênero como categoria de análise, por volta da década de 1970, a dicotomia entre as esferas começou a perder o sentido e pode-se perceber, cada vez mais, que as informações sobre as mulheres têm a ver com as informações obtidas sobre os homens e que não faz sentido seu

estudo em separado. Prioritariamente, porque o conceito de gênero associa-se a uma forma primeira de significar relações de poder (Scott, 1989) e ajuda a compreender como são construídas e como podem ser modificadas as desigualdades entre homens e mulheres. Este item irá trazer alguns exemplos desta integração entre as esferas pública e privada e alguns desdobramentos surgidos quando mulheres se tornam representantes políticas em um assentamento de Reforma Agrária. As situações apresentam natureza distinta, que vão desde a ter filhos e filhas com “cabeça de liderança”, coragem e consciência, a ter filhos e filhas que são completamente desligados do movimento. Não há uma linearidade.

“A maior parte dos meus filhos, todos têm a cabeça de liderança. Com a minha participação, eles eram todos ainda crianças, quase todos saíram acompanhando minha cabeça de liderança. Nos momentos em que era difícil a questão da terra, eu fui trabalhando a cabeça deles, fazendo reflexão da bíblia, naquela história de Moisés com o povo da terra prometida. Eu sentava e refletia toda noite com eles e fui acalmando eles por aí. E consegui fazer eles entenderem a importância da luta, a importância da gente ter que participar e quando a gente decide uma coisa tem que estar contribuindo para aquilo acontecer. Hoje só têm dois que não aderem nesta luta a mais velha que mora comigo e o outro rapaz que são desligados. Tem um que é liderança, está num acampamento, foi liderança e depois largou. Ele foi convidado para ajudar e fazer companhia ao pessoal, pois a organização deles estava muito fraca. Ele quer também um pedaço de terra e já é mais entendido, conhecia nossa organização. O pessoal gostou dele, ele também gosta de participar e está lá até hoje. Tem vinte e cinco anos, é solteiro e está no município de D. Bosco, na expectativa da Fazenda Tapera que teve conflito, teve morte e com isto ele reagiu mais ainda à vontade de permanecer, por causa da morte do companheiro que teve. E eu dou apoio e sustentação para que ele continue a luta” (Fátima, setembro de 2004).

Investigar mudanças nas relações familiares foi normalmente tratado como um momento de tensão durante toda a pesquisa.

“Trabalhávamos nos grupos de mulheres a questão da mudança em casa também... (Silêncio) A questão da família, mas é muito mais difícil” (Fátima, setembro de 2004).

“Na realidade a gente trabalhava os três eixos: a mulher na família, a mulher no trabalho e a mulher nos movimentos sociais, o sindicato, a política. E inúmeras eram as novas questões que surgiam destas discussões. Mas isto já foi de um tempo para cá. Assim eu me lembro que no começo, em Bonfinópolis, primeiro a gente sentia a discriminação, por a gente participar no sindicato. A gente ouvia muita coisa desagradável. Você andava mais, os homens e o povo achava que você tinha que ser mulher de um dele. A gente era dirigente e perguntavam você é esposa de fulano? Outros ficava aquela preocupação da gente ficar andando sozinha mais os homens e perguntava para a gente como é que a gente tinha coragem de ficar andando só mais os homens, porque tinha que ir para as reuniões, né? Eu cheguei um momento de eu começar a parar de usar minhas saias, meus vestidos” (Lúcia, setembro de 2004).

O relato das novas gerações nos dá uma idéia de como tem sido incorporado o trabalho de representação política das lideranças femininas no assentamento: sobre o comportamento autoritário dos homens, sobre a participação das jovens em comissão de licitação de um projeto do assentamento e na equipe da Escola Família Agrícola.

O depoimento de Maria, uma jovem de 18 anos, revela o reconhecimento do trabalho das lideranças femininas no Assentamento:

“Tem a Lúcia, a Neide, a Cleuza, que agora está afastada um pouco para se candidatar a vereadora, tem a Fátima, tem a Noemi, que são exemplos para nós, para que as mulheres lutem por direitos iguais aos homens e conquistem seu espaço. A gente vai a uma festa, ele bebe e eu vou ficar segurando ele? E eu não posso dançar com ninguém e ele pode dançar com as outras?” (Maria, 18 anos, setembro de 2004).

“O pessoal da associação me escolheu para fazer parte da comissão de licitação do projeto do BID e até na hora lá eu neguei e disse: ‘eu não dou conta não’ e eles disseram: ‘pode ir que você consegue’. Daí eu falei e resolvi, então eu fui. Acho que para a gente conhecer mais alguma coisa e para aprender tem que enfrentar” (Alice, 16 anos, setembro de 2004).

“Aqui as mulheres não esperam pelos homens, então eles não vão fazer. A gente pega e faz, eu, por exemplo, estou participando da equipe da Escola Família Agrícola e fico torcendo para que a gente tenha um futuro melhor” (Entrevistada jovem, 20 anos, setembro de 2004).

Uma outra questão importante revelada pela pesquisa foi o “repasse” da experiência política dos pais e mães para filhos e filhas. Os depoimentos variaram bastante, apontando a complexidade do tema e a ausência de linearidade. Pais e ou mães atuantes não significam necessariamente filhos e filhas atuantes, embora, na maioria dos casos investigados, tenha sido possível observar pelo menos um exemplo seguido da militância paterna ou materna, em cada família. Houve situações em que mais de um ou uma aderiu a algum tipo de ação mais coletiva no assentamento.

Uma assentada, e primeira presidente da Associação de Pequenos Produtores do Assentamento, pontua um pouco de sua experiência anterior:

“Quando morávamos em Goiás, era um filho no braço e o outro pela mão, nas passeatas, nas reivindicações que a gente fazia. Assim, eu acho que foi uma coisa muito natural para eles. A questão da luta sempre fez parte da vida deles” (Ivete, setembro de 2004).

Filho de pais assentados que tiveram experiência política anterior ao assentamento, além da mãe ter sido a primeira presidente da Associação de Pequenos Produtores do Assentamento, apresentou seu depoimento que tem como referência a participação política das mulheres:

“Eu creio que, com a questão da mulher se emancipar, abriria precedentes para que as outras categorias sociais que também sofrem este tipo de marginalização, restrição, como grupo de idosos, negros, homossexuais, jovens, crianças que ainda não se inseriram como a mulher tem se inserido. Eu tô acreditando que a mulher tem conseguido uma representação maior do que estas outras categorias que ainda estão restritas às lideranças e até mesmo à participação na sociedade” (Rildo, assentado, estudante universitário, setembro de 2004).

Em algumas situações, o filho se vê obrigado a sair do assentamento em busca de emprego e renda, nem tanto por opção sua, mas por necessidade.

“Eu penso que, em parte, os filhos aprendem com nossa experiência sim, mas não chegou a 100%. Mais em parte vai passando, aos poucos. A questão dos filhos é uma coisa assim muito delicada. Às vezes, o filho acaba saindo de casa, assim, muito cedo. Aquele filho que permanece no assentamento, às vezes, pega uma formação. Têm muitos caso aí que, por um motivo ou por outro, até questão de renda acaba saindo do assentamento. E eles ficam um pouco prejudicados. Agora, aqueles que permanecem no assentamento têm formação. Aos poucos passa-se a formação” (Zé Raimundo, setembro de 2004).

Uma assentada falou sobre o envolvimento da filha de 17 anos no Conselho Comunitário:

“Tem a menina com 17 anos, que vai fazer 18 agora, que já faz parte da diretoria do Conselho lá na minha comunidade. Eu acho que isso é um incentivo” (Raimunda, setembro de 2004).

Um assentado relata a situação de seu filho que, tendo vivenciado a luta pela terra com os pais, agora faz parte de um acampamento em um município próximo:

“Tem um filho meu que fez esta casa aqui e faz mais de seis anos que ele está acampado na terra no município de D. Bosco. E o prefeito da cidade dele não deu facilidade para a área ser desapropriada” (Sr. Jacinto, 64 anos, setembro de 2004).

Para este outro assentado, seus filhos dizem que participar do sindicato ou da associação é “perder tempo”, o que nos mostra a heterogeneidade das relações vivenciadas no espaço social que é o assentamento, onde mudanças acontecem em distintas direções e sem predeterminações

“Eu não posso dizer que os filhos aprendem sempre com os pais, porque, inclusive os meus, nenhum participa de nada. Eles acham que talvez, assim, não todos, mas os mais novos, acham que a gente está perdendo tempo. Isto porque não tem conhecimento, não participa de nada. Então eles, parece que eles não apóiam bem o trabalho da gente de diretor do sindicato ou da associação. Eles falam que a gente ocupa demais o tempo. E na verdade ocupa mesmo, a gente sabe que ocupa muito tempo. Mas, no fim, a gente tem aquele destino de ajudar a luta, porque nós, pequeno produtor, a gente tem que pensar no dia de hoje, no dia de amanhã e tem que pensar também nas outras pessoas. Não é pensar só pra gente” (Sr. Severino, 59 anos, setembro de 2004).

O depoimento do secretário do STR de Bonfinópolis revela as trajetórias de excepcionalidade com que as mulheres historicamente foram se formando e se transformando no processo de luta pela terra:

“Porque aquela vivência, aquele processo de luta, acabou que muitas mulheres tiveram uma formação, do processo e hoje estão aí, na diretoria das associações, estão na diretoria do sindicato. São pessoas realmente comprometidas, que têm um

modo de vida diferente. Acho que o processo de luta que dá uma caminhada, que dá uma formação pras pessoas, que as pessoas se transformam. E hoje já tem muitas pessoas envolvidas. Até nos partidos políticos, por exemplo, tem pessoas que são liderança. Tudo fruto desse trabalho, que é um trabalho assim, que a gente começou antes da formação do assentamento, trabalho de formação. Depois veio o assentamento, com o trabalho de organização, de reuniões quase toda semana. Então, as pessoas estão participando ativamente na direção da associação, nos conselhos municipais, nas associações locais, nos sindicatos e assim por diante, nos partidos políticos” (Zé Raimundo, 39 anos, setembro de 2004).

Sempre acompanhando as mulheres na luta política, o secretário do STR de Bonfinópolis, ao comparar o trabalho do homem e da mulher, conclui que, para ele, as mulheres se dedicam mais e têm mais determinação, iniciando e levando uma tarefa até o final, sem se perder, o que as diferencia do homem na função político-administrativa:

“Tem um ditado muito conhecido, que é o seguinte: a luta sem as mulheres fica pela metade. Acho que realmente a luta seria pela metade. Se os problemas são sempre divididos em casa, pelo homem e pela mulher, então, a mulher tem que estar participando das decisões também. Acho que a mulher tem muito mais garra pra lutar e, quando ela decide que quer fazer uma coisa, ela realmente faz. O homem, muitas vezes, deixa pra depois. A mulher não. Quando pega, ela pega pra valer. E muita coisa a mulher percebe em casa, no dia-a-dia e percebe melhor do que o homem. Talvez por isso ela tem essa dedicação, porque ela realmente está vendo a problemática de perto. Então, ela dedica mais que o homem. Muitas vezes, se tem um problema que está passando em casa, eles fazem uma discussão e se deu certo bem, se não deu, o homem larga para lá e ela vai até o final das conseqüências. Ela tenta colocar aquilo pra ser aprovado na prática. Tem essa diferença que é uma questão de garra” (Zé Raimundo, setembro de 2004).

É importante observar a relação de um casal, em que a mulher não tem uma história de participação política e o marido é presidente do STR de Bonfinópolis e, ao mesmo tempo, sente-se pressionado pelas demandas familiares. Em um segundo depoimento ele relata sua experiência com o aprendizado da luta política, no sentido de adquirir uma outra visão do mundo:

“Minha companheira participa muito pouco, pois ela veio de uma família muito conservadora. Aí ela não participa muito não. Ela tem 30 anos e aos poucos, depois que nós casamos, ela já mudou muito. Já participa de vez em quando, mas a dificuldade é que tem criança pequena, com menos de dois anos, então fica difícil estar participando. E eu valorizo demais a família. Para mim, a família é a base. E até quando decidi a ser candidato, eu falei: ‘eu vou conversar com minha família’. Se a base num tiver firme, num dá pra sair candidato, porque aí fica desestruturado. Hoje eu sinto assim, que eu quase num tenho tempo pra acompanhar eles, por causa do movimento. O movimento sindical requer muito trabalho e a gente tem de atender. Entrou numa entidade, numa representação, você tem que estar trabalhando. Eles estão crescendo e eu tô afastado. Isso eu cobro muito de mim. Se eu marco um dia de chegar e num chego, o dia que chegar é cobrança na certa” (Otávio, setembro de 2004).

“Uma das melhores escolas que existe é a luta política, pois eu estudei só até a quarta série e hoje o que eu aprendi, se eu tivesse ido só na escola, eu num tinha aprendido esta outra visão de mundo. Porque esse trabalho a gente aprende na prática e o que aprende na prática, esse fica guardado pro resto da vida. E eu sei muito bem hoje, com este trabalho que a gente tem, com o aprendizado que eu tenho, o tanto que eu já participei de encontro, de discussões que se tivesse, cada encontro que eu participei, tivesse um pequeno diploma, eu teria uma pasta, porque eu já participei de muitos” (Otávio, setembro de 2004).

Quando foi criado o STR de Natalândia, a prefeitura se organizou e colocou uma direção com um homem na presidência. Um assentado deu seu depoimento e disse que esta direção trabalhava “ao contrário” e, por isso, foi necessário discutir com a atual presidente e convencê-la a se candidatar. É importante verificar a capacidade de análise do assentado, no sentido de compreender a função do STR como entidade representativa dos trabalhadores e trabalhadoras.

“Nós começamos a organizar o sindicato aqui e era um homem na presidência, mas só que ele começou o sindicato trabalhando na organização do jeito contrário. As idéias dele eram para a organização deles e não eram iguais as da gente. Ele não era assentado, era meeiro e morava na cidade. Ele ‘fez que queria’ representar o trabalhador, mas com as idéias todas erradas. E aí a gente, como trabalhador rural, a gente resolveu assentar com ela, discutir com ela e formar uma organização melhor. A Fátima agora já está inteirando o segundo mandato” (Sr. Severino, setembro de 2004)

As lideranças femininas vão atraindo cada vez mais mulheres para participarem das atividades do assentamento e de outras ações que as próprias mulheres escolhem por capacidades próprias e que antes desconheciam. Passam a conviver com um mundo de valores diferenciados na educação dos filhos e filhas, na questão da saúde, da agricultura mais natural e na própria interpretação da realidade, como relatou uma entrevistada:

“Eu lutei assim. Fiz um curso de mais de um ano e abri a pastoral da criança tem quase três anos. Também fiz o curso de medicina alternativa com a irmã Ângela de Paracatu. Aprendi sobre farmácia viva, que é a gente plantar os remédios e pegar aquelas plantas para fazer os remédios. Assim, é aquela coisa viva que a gente está pegando àquela hora e fazendo os remédios não é coisa assim com veneno (agrotóxicos). É sem droga, é remédio natural. Porque eu acho que hoje a gente tem que lutar mais por esse lado porque sempre as crianças, pessoas que nunca dão conta de ficar na farmácia comprando remédio, muitas vezes vai no posto, não consegue nem consultar” (Deolinda, setembro de 2004).

5.5.1.3 O processo de empoderamento e representação política hoje: limites, desafios e conquistas

Todo este movimento de ocupar, sair para o trabalho de bóia fria, de empregada doméstica ou para buscar outra fonte de renda, acampar com uma rotina mais coletiva, mais solidária, de mais igualdade entre os sexos, mas de muita luta e sofrimento, para depois partir para os lotes e a agrovila e de novo instituir-se novos arranjos sociais, arranjos de valores, sem dúvida todo este processo foi acompanhado por idas e vindas de muitos assentados e

assentadas. Partia-se à procura de vida melhor ou em função dos compromissos da própria condição de representante política, como foi o caso de algumas lideranças que se deslocaram para outras cidades, chegando até a fixar residência por determinado período. Toda esta troca trouxe certa abertura política para vários assentados e assentadas, no sentido de se ter vivenciado diferentes tipos de experiências de assentamentos em outras regiões do país. Este item trata das possibilidades e desafios encontrados pelos assentados e assentadas, depois de toda esta trajetória de luta política.

Uma assentada e Presidente da Associação Escola Família Agrícola de Natalândia, já citada anteriormente, relata, por exemplo, o tipo de escola família agrícola que se quer hoje, já indicando que as pessoas não pretendem reproduzir uma escola técnica “convencional”:

“Com o retorno da Lúcia, hoje presidente da Associação de Pequenos Produtores do Assentamento Saco do Rio Preto, ela já conhecia uma Escola Família Agrícola, e a gente tava assim: ‘nós queremos uma escola técnica, mas que tipo de escola técnica nós queremos? Esta convencional? Não, esta convencional a gente não quer, a gente quer uma escola diferente’. Mas não sabia muito como. Lúcia já havia tido oportunidade de conhecer em Belo Horizonte e ela deu a idéia: ‘vamos então lutar pela escola família agrícola e assim nós começamos a discutir a escola família agrícola. Chamamos o pessoal da AMEFA (Associação Mineira de Escola Família Agrícola) para vir falar para a gente o que era a escola. Nós conseguimos já garantir, através do PAC (Programa de Consolidação de Assentamentos), uma parceria das três comunidades, Vereda do Meio, Mangal e Porto do Saco, uma verba para construção do prédio e estamos aí lutando para conseguir a outra verba que é para contratação dos professores” (Noemi, setembro de 2004).

Com relação à participação política das mulheres atualmente, uma entrevistada afirmou:

“Aqui no Saco do Rio Preto a atuação das mulheres é boa. As mulheres participam de quase todas as reuniões e lideram várias atividades do assentamento. Agora, nas outras comunidades, a participação das mulheres é baixa. Na comunidade de Mamoneiras mesmo, as mulheres não têm participação” (Noemi, setembro de 2004).

Uma assentada construiu uma participação política ampliada e relata sua atuação na Associação de Pequenos Produtores do Assentamento, no Partido dos Trabalhadores, no Conselho Municipal de Saúde e articula-se com a Pastoral da Criança para trabalhar com política pública.

“Hoje eu atuo como suplente de secretária na associação do assentamento, no Partido dos Trabalhadores sou secretária da executiva municipal e participo também do Conselho Municipal de Saúde. O sindicato, junto com a pastoral da criança, criou uma comissão para trabalhar a questão do Fome Zero no município e está funcionando. Não funciona melhor porque ninguém tem dinheiro para fazer um bom trabalho. Faltam as condições. A gente já fez um levantamento das famílias mais carentes, já fizemos campanha e conseguimos algum alimento e já entregamos. E estamos nos organizando para continuar o trabalho e não vamos parar por aí” (Fátima, setembro de 2004).

A presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento faz uma análise dizendo que não há como fazer uma relação direta entre luta pela terra, em seguida luta pelos direitos das mulheres e logo depois luta pelas modificações na família, como se fosse tudo na seqüência. Há que estar atenta (o), segundo ela, a cada espaço de forma específica, articulando-os uns com os outros, na medida em que o processo vai avançando e as coisas vão se misturando.

“Você tem que estar atenta a cada coisa. Dentro do sindicato, atenta pelos direitos da mulher, na luta pela reforma agrária, em qualquer coisa que você for fazer, você tem que estar atenta em relação aos direitos das mulheres, também dos filhos, pois estamos, numa parte, discutindo os direitos das mulheres, mas precisamos discutir também a questão dos filhos, dos jovens, as filhas também. Está tudo ligado” (Lúcia, setembro de 2004).

Para a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Natalândia, o processo de descobertas não pára e a representação política precisa de manutenção, o que indica uma percepção para o fato de que o trabalho de formação política em geral, e de reflexão sobre a questão de gênero, deve ser mantido e alimentado continuamente.

“Foi uma questão que a gente começou e não pode parar, tem que dar continuidade. Ainda não chegamos aonde queremos não... (silêncio) E mesmo o dia que chegar tem que continuar para dar sustentação, a sustentabilidade. Não tem como a gente parar. As necessidades vão só aparecendo e as dificuldades não acabam e não tem como a gente parar. Acho que a consciência não deixa que a gente pare só com a terra, né? A terra precisa de tudo para que a gente faça um bom proveito dela” (Fátima, setembro de 2004).

As relações entre o poder público local (prefeitura), EMATER e as dirigentes são diferenciadas e personalizadas, entre quem dirige o sindicato e a associação. Em princípio, parece que o STR é visto pela prefeitura como uma entidade política, com opção político-partidária clara e dirigido por uma mulher, o que, no conjunto, não é respeitado pela prefeitura como é feito com a dirigente da associação, segundo análise do seu tesoureiro. No entanto, a reação da população foi diferente, uma vez que a mulher foi eleita presidente do STR, contrariando os desejos da prefeitura municipal. Por outro lado, a associação representa uma entidade que pode trazer recursos financeiros para o município e não tenciona a prefeitura do ponto de vista político.

“Olha, isto aí, por um lado, o técnico da Emater, eu creio que ele respeita nossas dirigentes. Agora, na prefeitura, não são todas não. Um são respeitadas e outras não. Porque, como a Fátima mesmo, que é presidente do STR de Natalândia, lá na prefeitura ela não é nem recebida lá, eles são contra ela. A Lúcia é muito bem recebida lá. E as duas são muito bem recebidas na Emater. Mas não é porque ela é mulher, é por conta que ela mexe com o Sindicato e ela mexe muito com política partidária também e é por causa da posição política dela. Então, ela é de um partido e eles da prefeitura são de outro. Agora na candidatura dela eles não queriam que ela fosse presidente, mas ela lutou, lutou, lutou então, o povo achou que ela merecia, então votou tudo. Mas eles colocaram uma pessoa da prefeitura para concorrer com ela, só que o povo achou que era ela que merecia” (Sr. Dionísio, setembro de 2004).

Percebe-se que o processo de empoderamento, como já foi dito anteriormente, não é homogêneo entre as pessoas, nem tem um princípio, meio e fim, nem é repassado coletivamente de maneira simplista. Um assentado analisa o processo eleitoral de 2005 e lamenta a compra de votos no assentamento, depois de tanto apoio recebido em formação política

“Mas, nêgo chegar e comprar a gente com pinguinha, ah, isso não! Eu não aceito não. A menos que, quando a gente não recebe educação, ninguém investe na gente, ninguém esclarece nada para a gente, tudo bem. Aí eu até concordo, mas, depois do tanto apoio que a gente recebeu, quanta gente veio aqui dar curso de formação para a gente, das entidades. Era curso de três dias, de quatro dias, para hoje o cara chegar com uma garrafinha de pinga e estar levando o voto. Eu não concordo de jeito nenhum” (Ronildo, setembro de 2004)

As mulheres assumiram uma posição de comando no assentamento e se sobressaem com grande diferencial em relação aos homens.

“As mulheres atuam pra caramba aqui no assentamento e é coisa boa porque elas são insistentes com a coisa. Os homens não são muito assim. É difícil um homem tocar para frente. Se disser: ‘vamos seguir isso’, os cara não é muito de tocar não” (Josemiro, setembro de 2004).

Por outro lado, existe assentada completamente alheia ao processo de gestão do assentamento e, em parte, esta postura pode ser compreendida pela sua opção religiosa, que trabalha com princípios muito autoritários.

“Você sabe que eu não sei quais são as lideranças do assentamento? Olha, eu sei que uma é presidente, né? A outra é ... que eu já vi falar, o outro é o Rildo, a outra é a Noemi. Eu não fui o dia dessa reunião, nem sei em que o João meu marido ficou. Eu até queria ser candidata de alguma coisa, para eu poder falar mais alto. Mas sou da Congregação Cristã do Brasil e minha igreja, que é a minha lei, não permite” (Hildete, setembro de 2004).

Algumas mulheres falam do assentamento como se fosse um espaço privilegiado no que diz respeito à participação das mulheres. Parece tratar-se de um ambiente favorável que, segundo o depoimento seguinte, estimula a participação, do ponto de vista individual e da coletividade.

“Esse assentamento nosso aqui tem essa grande vantagem. As mulheres participam bastante. Acho muito bom e as minhas filhas eu empurro o mais que eu posso. Tô tentando colocar elas em movimento mesmo, sabe? É a melhor coisa. Eu aprendi a participar com minhas companheiras. Acho que a luta ajuda a gente, tanto em termos de vida pessoal, como em termos de comunidade, de desenvolvimento” (Elisa, assentada, setembro de 2004).

Um dos grandes desafios das organizações é manter o envolvimento constante da maioria dos associados ou sindicalizados e no STR de Bonfinópolis não é diferente, conforme relata um de seus secretários:

“Eu penso que, aos poucos, está chegando, porque nem todo mundo participa das reuniões. Por exemplo, nós temos quase três mil pessoas associadas e Bonfinópolis tem quase sete mil habitantes. Nas reuniões, quando vai muita gente, vai umas 400 pessoas. Sempre a gente faz reunião com umas 50 pessoas, mais ou menos. Aquelas pessoas que sempre participam, eu acho que tem uma boa formação. Agora, o povão, no geral mesmo, nunca que atinge a questão da formação. Estamos sempre fazendo boletim, divulgando e sempre chega um pouco de formação, mas sem muita eficiência, como a de quem está participando sempre” (Zé Raimundo, setembro de 2004).

Vários tipos de resultados podem expressar a participação política das mulheres e têm sido demonstrados durante todo o desenvolvimento deste trabalho. O relato abaixo ajuda com maiores evidências:

“Com o trabalho do sindicato nós temos hoje quatorze associações. Todas as associações têm mulheres na diretoria. Antes não tinha e muitas inclusive são presidentes. A gente vê isso como se fosse um trabalho do sindicato que começou essa organização. Em alguns lugares tem até resistência, mas a gente começou a fazer esse trabalho com a participação das mulheres e hoje dá para ver o resultado em quase todas as comunidades” (Zé Raimundo, setembro de 2004).

O conceito de patriarcado ajuda a compreender um período em que não havia possibilidade de que as mulheres questionassem a autoridade paterna, nem por intermédio da justiça. A sujeição assemelhava-se à escravidão e as mulheres eram completamente submissas ao pai, ao marido, ao irmão. Embora o patriarcado tenha antecedido ao sistema capitalista, suas relações ainda se sustentam na vida contemporânea, ainda que a teoria feminista esteja contribuindo para discutir algumas destas constatações, diante de tantas discriminações contra as mulheres. Fizemos estas colocações para, num certo sentido, lembrar que o autoritarismo masculino é milenar e, embora reconhecendo todos os avanços do movimento feminista, há que se levar em conta que, às vezes, depois de todo um trabalho específico sobre questões de discriminação de gênero com um determinado grupo de mulheres, em uma dada situação podem haver limites na ação. No caso específico da região noroeste de Minas, o depoimento a seguir trata de um grupo de mulheres que se localizam por volta de 50km do Assentamento Saco do Rio Preto e que decidiram, em uma reunião específica, “assinar o nome dos maridos” que não estavam presentes, significando total insegurança quanto à legitimidade de representar a família.

“Uma questão difícil da participação das mulheres que eu vejo é, por exemplo, nós estávamos trabalhando com um projeto de segurança alimentar esses dias e eu fui num assentamento, no município de Riachinho. Aí os homens não foram e as mulheres foram. Aí, se colocava o nome do homem como representante da família, sendo que o homem não foi mas a mulher foi. Aí a mulher falava assim: ‘eu vou assinar o nome do marido’. A mulher não está convencida de que ela também representa a família e é uma representante legítima. Tanto o homem quanto a mulher pensam da mesma forma e essa questão ainda fica muito a desejar. A gente precisa trabalhar mais essa questão, melhorar mais a formação das mulheres. Encontramos ainda muita resistência, já que é imposto na sociedade que a mulher é uma coisa dependente do homem. E é incrível como isso se reflete na prática cotidiana. Outra coisa que a gente vê nas comunidades é que as reuniões são à tarde e as mulheres não podem ir porque estão fazendo o jantar. Acho que temos que procurar uma forma de cooperar para

que a mulher esteja participando. O movimento sindical tem que discutir isto” (Zé Raimundo, setembro de 2004).

A pesquisa revelou que a legitimidade da participação das mulheres como dirigentes é uma tarefa que tem ser retomada a cada mandato. É diferente do que se espera dos homens, pois, para eles, os papéis estão mais naturalizados. No caso das mulheres, não é isso o que ocorre e a cada diretoria elas chegam com diferentes expectativas e possibilidades em função de sua trajetória histórica e maior ou menor participação política. Como, para as mulheres, trata-se de uma nova experiência, na maioria das vezes, a capacidade de surpreender-se e ser surpreendida é bem maior e há uma necessidade de estar atenta cotidianamente à conquista de seu espaço no processo de tomada de decisões, como foi mencionado em alguns depoimentos. Há que se considerar, ainda, que o STR representa um espaço público e político onde o poder é normalmente exercido pelos homens. O depoimento abaixo elucida a atenção da secretária do sindicato no que diz respeito a participar das decisões:

“Nós, mulheres, tentamos fazer parte igual aos homens. Mas nós ainda sentimos um pouco, porque os homens estão há mais tempo e conseguiram mais desenvolvimento, já sabem mais o que já foi feito antes pelo STR. As mulheres que estão, estão mais fracas, embora essa diretoria esteja bem mais transparente. Deixou bem claro que todo mundo tem o mesmo direito, o mesmo trabalho, a mesma responsabilidade. Não é só nas costas de um e de outro, e as decisões também têm que ser tomadas por todo mundo” (Raimunda, secretária do STR de Bonfinópolis, setembro de 2004).

Um dos desafios para a representação política colocada pelo presidente do STR de Bonfinópolis para os dias atuais é que os adversários se apropriam antecipadamente do discurso dos trabalhadores e trabalhadoras e, ao chegar na mesa de negociações, estes e estas saem perdendo. O entrevistado, a seu modo, analisa a situação política atual, em que, de certa forma, “as bandeiras de luta dos trabalhadores e trabalhadoras”, mesmo que não tenham sido atendidas, foram amplamente divulgadas com a abertura política no País a partir da saída do governo Figueiredo. O bloco adversário, que o entrevistado chama de “a parte de lá”, passou a se apropriar do discurso dos trabalhadores de forma ilegítima, além de provocar um desgaste em uma série de pautas reivindicativas que se banalizaram, embora ainda sejam grandes problemas para os trabalhadores e trabalhadoras, que não foram resolvidos.

“Naquela época, as coisas pareciam ser mais difíceis e, no entanto, o pessoal tinha mais garra, porque hoje, quando a gente vai lutar por um objetivo, a parte de lá já tem o que a gente vai discutir, então, acaba assim, enfraquecendo a gente. Naquela época, quando a gente se organizava pra sair para a luta, eles não sabiam direito o que a gente estava querendo e a gente debatia e partia para luta e conseguia. Então, eles hoje têm até o discurso da gente, aí fica muito mais difícil hoje. Por isso que, quando a gente sai pra debater, eles já estão sabendo e acabam invertendo o discurso da gente” (Otávio, 38 anos, presidente do STR de Bonfinópolis, setembro de 2004)

Talvez, um dos principais desafios atuais pelos quais passa o assentamento possa ser apontado pela reflexão de uma afirmação insistente da presidente da Associação de Pequenos Produtores do Assentamento: “*Nosso principal desafio hoje é conviver com as diferenças. Estamos juntando os cacos*”. Que diferenças são essas? Como foram construídas? Depois de 17 anos de permanência na terra, desde o período de mobilização, criação do STR, processo de ocupação, instalação do acampamento e criação do assentamento, inúmeras experiências sociais foram vivenciadas por estas pessoas. Lideranças foram criadas durante o processo de

luta pela terra e depois perderam a legitimidade, deixando de ser porta-vozes dos seus representados e representadas. Algumas pessoas trouxeram histórias de luta de suas origens e exerceram a liderança por certo período, depois desfeita por razões distintas. O assentamento foi transpassado por processos político eleitorais de ordem municipal, estadual e nacional, que ocasionaram desgastes diante dos diferentes posicionamentos assumidos pelas pessoas. Associava-se o STR ao Partido A ou B e ao candidato A, B, C ou D, o mesmo acontecendo com a Associação de Pequenos Produtores diante das opções políticas de seus ou suas dirigentes, o que dificultou o relacionamento entre as pessoas, passados os períodos eleitorais. Num certo sentido, a construção de uma identidade coletiva era truncada de tempos em tempos, quando, talvez, as pessoas eram levadas a se posicionarem sobre questões não discutidas com frequência no cotidiano, até pela fragilidade da vivência democrática. Uma eleição colocava na pauta do senso comum do assentamento discussões sobre temas profundos que, no entanto, nesses períodos, são encaminhados de forma rápida, superficial e, às vezes, banalizada. De maneira geral, as questões são polarizadas estrategicamente para que se escolha este ou aquele candidato ou esta ou aquela candidata, sem que se faça uma reflexão mais aprofundada sobre qualquer que seja a problemática local, estadual ou nacional. Isso causava surpresas, decepções, isolamentos e dificuldades de reconstrução de objetivos coletivos. Assim, foram aflorando e se acumulando divergências ao longo dos anos.

Acrescente-se a estas observações o fato de que enquanto estavam no processo de luta pela terra, segundo a Presidente da Associação, existia um objetivo que, embora “*abstrato e às vezes distante*”, unia as pessoas. Mais tarde, a conquista dos lotes familiares passou a demandar novos objetivos. Isso exige outro tipo de organização frente a demandas com outros significados. As lideranças do assentamento não acompanharam estas mudanças de relações que, num certo sentido, expressam um borbulhar efervescente de outras demandas a partir das novas condições criadas e passam a se desentender, até reforçando-se o processo já enunciado no parágrafo anterior.

Outro agravante a se destacar é a atuação de mediadores e mediadoras ou as características do processo de mediação, aqui entendido como sendo exercido pelo Estado (Incrá, Prefeitura, Emater, Universidades, Cemig), pelas Ongs, pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras, em uma teia extremamente complexa que reforça e recria as diferenças e conflitos entre as pessoas, em função de disputas por espaços de poder.

Reforçando as argumentações de Silva (2003), não se pode falar de conclusões negativas ou positivas de um assentamento e, muito mais do que isso, deve-se privilegiar uma análise relacional, observando-se o heterogêneo nas relações sociais, princípio proposto nesta pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, é fundamental observar que tratar de mudanças nas relações de gênero nos âmbitos público e privado, de forma integrada, significou, desde o início da pesquisa, um grande desafio. Os primeiros contatos com o assentamento indicavam uma aparência de que, no espaço doméstico, as relações entre homens e mulheres eram desiguais e a sensação era de que as mulheres eram bastante subordinadas aos homens. No espaço público, ao contrário, as mulheres eram muito independentes e assumiram todo o processo de gestão do assentamento, em funções anteriormente ocupadas pelos homens.

Voltando à literatura sobre gênero, o que se evidenciava cada vez mais era a pertinência de se desenvolver análises integradas, captar permanentemente as articulações entre as esferas produtivas e reprodutivas, inclusive não deixando de entrevistar os homens, pois as informações obtidas sobre o mundo das mulheres têm a ver com o mundo dos homens. Permanecia o dilema.

Partimos para o segundo momento do assentamento, no entanto, com o firme propósito de investigar as relações de gênero, incluindo aí, necessariamente, os espaços da produção e da reprodução integrados.

De fato, tratar de mudanças no espaço familiar foi muito difícil. As entrevistas ficaram entrecortadas, olhares se cruzaram, longos suspiros, o olhar distante e a sensação de que nós estávamos entrando em um espaço difícil de ser pesquisado, conversado, explicado e, mais ainda, modificado. Nos depoimentos, as mulheres foram taxativas em afirmar que mudar as relações de poder fora de casa é mais fácil, mas, enfrentar e denunciar o poder do marido, do filho, do pai, do avô ou até do cunhado é muito mais complicado. A mudança é mais lenta. À medida que a pesquisa foi se desenvolvendo, foi possível perceber que as mudanças nas relações de gênero no espaço privado ocorreram com mais intensidade no período do acampamento. No assentamento, estas mudanças perduraram pontualmente em algumas famílias e serão descritas a seguir.

Tendo como referência estas fundamentações mais gerais, algumas considerações se tornam necessárias:

1. O município de Bonfinópolis, que representa uma grande referência para o processo de luta pela terra na região, possui uma história de conflitos acirrados entre coronéis e trabalhadores desde a década de 1960, quando já existem registros, por um lado, de expulsão de posseiros com estratégias truculentas e, por outro lado, de alianças de trabalhadores e trabalhadoras rurais para permanecerem e produzirem na terra. Trata-se de uma questão presente, com bastante orgulho, na memória dos homens e mulheres sindicalistas, cenário este construído com a participação das mulheres que, ao enfrentarem os embates diversos, estavam escolhendo uma trajetória política pouco comum a elas naquela época e naquela região, onde os papéis definidos para homens e mulheres eram bastante rígidos.
2. As mulheres que se mobilizaram na luta pela terra, no início da década de 1980, já se envolviam em um processo no qual o senso predominante associava o direito à propriedade como sendo prerrogativa do homem. Elas não entraram nessa luta sem

contestação e, nesta perspectiva, embates simultâneos ocorreram contra diferentes desigualdades de gênero baseadas em valores, princípios e práticas sociais diferenciadas. Participar de reuniões e encontros, junto com os homens, em condição de igualdade, estando ou não envolvidas afetivamente com algum deles, era um ato de coragem política e corria-se o risco de virar “mulher mal falada”. Deixar de usar roupas mais femininas e batons para se “parecer mais com os homens” foi a opção escolhida, pois, estar na luta política era estar no mundo dos homens e, portanto, era sofrido “não ser como um deles”, e mudar a vestimenta dava a sensação de se valorizar. À medida que as mulheres entraram nesta disputa, elas passaram a colocar em cheque o equilíbrio de poder da família, da comunidade, do mercado e de vários níveis de organização do estado. E, quanto mais foram conquistando espaços no processo de empoderamento, inclusive com apoio das assessorias, passaram a fazer suas escolhas sobre como se vestir, que comportamento adotar, que reuniões frequentar, com muito mais autonomia. Nós temos o depoimento de uma assessora da FETAEMG que fala da surpresa dos tribunais, quando uma mulher se levantava para defender seu direito à posse da terra. Os homens se surpreendiam, não só por ser uma mulher, mas também pela firmeza, coragem e clareza dos argumentos. A natureza de cada obstáculo que foi sendo vencido pouco a pouco representa um dos motivos pelos quais a luta pela terra representa um potencial transformador e conduz a implicações mais amplas para o processo de empoderamento das mulheres e para as relações de gênero.

3. Desde a década de 1970, vários mediadores passaram a atuar na Região Noroeste, como a CPT, o movimento do GRAAL e o movimento SINDICAL. O interessante é que o trabalho de assessoria das entidades tanto discutia e mobilizava os trabalhadores e trabalhadoras para a reforma agrária, quanto tratava mais especificamente das questões de gênero. Nessas situações, as mulheres não ficavam de fora das questões identificadas como “masculinas”, sobretudo naquela época e as lideranças femininas foram se formando tendo como base um discurso que articulava três eixos: o direito à terra, a não discriminação por ser mulher e a não discriminação por ser trabalhadora rural. Significava um processo de empoderamento que lhes conferia certo poder interior para que, fortalecidas, apoiassem os homens no enfrentamento dos conflitos com o estado, com os grandes fazendeiros e com a sociedade. As trajetórias de excepcionalidade iam sendo conquistadas à medida que se avançava no processo de luta pela terra e as condições de mudanças se tornavam mais favoráveis. Isso significava que alguns homens e mulheres iam se modificando dentro do processo de luta. Durante o ‘fazer a luta’ ‘se faziam’, isto é, ao mesmo tempo em que iam modificando as circunstâncias, também alguns homens e mulheres iam se modificando. Este processo vivido na prática reforça as abordagens que consideram o assentamento como um “mosaico social, nos espaços de produção e reprodução, onde as circunstâncias fazem os homens e as mulheres e ambos fazem as circunstâncias”, havendo um “intenso processo de ressocialização”. Percebe-se claramente, nas trajetórias de vida relatadas, uma passagem da condição de assalariados e assalariadas, como bóias frias, meiros e mieras, empregadas domésticas ou lavadeiras, para produtores e produtoras rurais, o que pressupõe toda uma outra condição de vida, novas relações de vizinhança e novos arranjos na divisão sexual do trabalho, experimentados no período da ocupação e do acampamento. Estes homens e mulheres afirmam que aprenderam a “lutar lutando” e assim se fazendo foram descobrindo novas capacidades em que as mulheres, sobretudo, vivenciaram relações de empoderamento. O fato de estarem frente a frente com os representantes da União

Democrática Ruralista (UDR), por exemplo, as encorajava a enfrentar outros poderes constituídos e, quando davam por si, já haviam transformado alguns valores e visões de mundo. A coragem havia brotado do enfrentamento contínuo e sistemático do medo e se desdobrado em inúmeras facetas da vida, inclusive do espaço privado. Digo alguns e algumas, pois, embora o apelo a participar da luta política fosse para todos e todas, cada qual tinha o direito de fazer suas escolhas e traçar suas trajetórias de vida. E nem todos decidiam em se tornarem agentes de mudança, ou lideranças políticas.

4. É bastante pertinente considerar estes aspectos para refletir sobre as mudanças que ocorreram entre o período de acampamento e o processo de implantação do Programa de Assentamento. A pesquisa reforçou o que a literatura aponta quando, no período de acampamento, são vivenciadas relações de solidariedade entre homens e mulheres, perdendo-se a rigidez de papéis masculinos e femininos, ao se considerar o cotidiano de ambos os sexos. Ocorreram mudanças nas relações de gênero. Por outro lado, ao se desmobilizar o acampamento e instalar-se de vez no assentamento, mudando a condição de acampado ou acampada para assentado ou assentada, “recria-se a institucionalidade” e as coisas voltam ‘ao normal’ ou ‘quase ao normal’. É como se as mudanças não resistissem ao peso da institucionalidade, que se baseia em papéis fixos e rígidos para homens e mulheres. No entanto, é conveniente considerar que as mudanças na institucionalidade da terra aconteceram prioritariamente, isto é, os trabalhadores e trabalhadoras conquistaram a terra porque houve mudanças nas relações de gênero, mesmo que transitórias. O grupo se fortaleceu mais, criou mais identidade, fortaleceu mais os laços familiares, resistiu mais e lutou mais coletivamente. O período de ocupação está fora da institucionalidade e significa mais solidariedade, mais igualdade entre homens e mulheres, o que é o desejo de todos e todas, expresso em vários depoimentos. Para que este período “vingue”, “dure”, no assentamento, é necessário que ele se torne uma nova institucionalidade e rompa com outras institucionalidades, principalmente com as de gênero. E é interessante observar que, no acampamento, não houve discussões e deliberações sobre as flexibilizações das relações de gênero e elas aconteceram. As mulheres se empoderaram pelas condições e circunstâncias que foram sendo criadas no acampamento. Trata-se de uma repressão contida, em que as condições de excepcionalidade criam possibilidades de empoderamento e, tratar de condições de excepcionalidade significa combinar um movimento histórico e privilegiado. Excepcional, no sentido de que as mulheres do acampamento foram assumindo lideranças e conquistando relações de poder, milenarmente assumidas pelos homens. Ao lutar pela terra e enfrentar espaços do poder público, criaram circunstâncias de empoderamento, nas quais estabeleceram relações que, combinadas com outros mecanismos, se fortaleceram cada vez mais. Isso significou modificar relações de gênero não só no espaço público, mas também no espaço privado, ainda que em menor proporção. Muitas vezes enfrentaram maridos, pais ou filhos para participarem da luta pela terra. Evidentemente, um conjunto de elementos articulou-se a esta excepcionalidade e favoreceu o processo de mudanças, entre eles: a existência da Associação e do STR, o processo de mediação, a organização produtiva exitosa, num certo sentido, as relações com filhos filhas, a ação específica da CPT, do movimento GRAAL e da FETAEMG e as distintas composições familiares. No diálogo com os atores sociais pesquisados, aparece a intenção de que o poder público possa atuar para criar uma situação que influa na institucionalidade, no caso da propriedade da terra, já no período de ocupação, de divisão dos lotes e também na implantação do assentamento, com políticas que incluam as mulheres gerando relações mais eqüitativas entre os sexos. Nesse sentido, a

intervenção seria para contribuir para a geração de renda familiar por meio de uma política estatal que inclua as mulheres, e não exclua os homens, no período de divisão dos lotes, em que o estado, em princípio, contaria com as ‘condições de solidariedade e flexibilização das relações de gênero’ para que a implantação das políticas não ocorra em um ambiente de exclusão das mulheres ou de atuação coadjuvante. Pode ser que, nesta perspectiva, estarão sendo criadas condições para uma nova institucionalidade, inclusive de gênero. Não se ‘chegaria’ ao assentamento, com princípios individualistas, não solidários e com o predomínio de relações desiguais de gênero.

5. Retomando as questões norteadoras da pesquisa, observou-se que as mudanças nas relações gênero no espaço privado ocorreram com mais intensidade durante o período do acampamento, conforme já refletimos no item quatro. Depois da implantação do assentamento, ocorreram mudanças que perduraram de forma pontual em algumas famílias, o que, no horizonte pesquisado, coincide com aquelas famílias mais envolvidas politicamente no processo de luta pela terra, ou atuando como dirigentes, ou com relações de parentesco, ou relações de amizade com as lideranças. Neste caso, os depoimentos indicaram arranjos domésticos nos quais os homens naturalmente realizam tarefas, como lavar roupas, cozinhar ou cuidar das crianças. Estas pessoas estabeleceram relações de cumplicidade, aliança e confiança, que criaram, entre elas, laços de identidade. Normalmente, elas se encontram em diferentes situações no Assentamento, tanto nos espaços formais, para participarem do processo de tomada de decisões coletivas, quanto nas atividades festivas. Quanto às mudanças nas relações de gênero no espaço público, estas aconteceram em todas as fases do processo de luta pela terra e envolveram um número maior de mulheres. Além de possuir mulheres ocupantes de cargos formais e normalmente masculinos, como a Direção do STR e da associação, há vários mandatos, outras atividades essenciais ao processo de gestão do assentamento são coordenadas pelas mulheres. Assim tem-se, por exemplo, o tanque de resfriamento de leite, o grupo de doces Sabores do Cerrado, a implantação da Escola Família Agrícola, a busca de alternativas para comercialização, entre outras ações. As mulheres se fortaleceram com processos de empoderamento variados e mudaram relações no espaço público que foram sendo construídas e conquistadas desde o início do processo de mobilização e se mantêm firmes até os dias atuais.
6. Quanto às categorias sociais mais atingidas pelos processos de mudanças no assentamento, o que se pôde observar com a pesquisa é que estas foram a das mulheres adultas e a das mulheres jovens, embora eu tenha tido pouco acesso aos homens mais jovens durante a pesquisa, por não se encontrarem nos locais de entrevista, mesmo naquelas que foram coletivas. Quando se encontravam, não demonstravam nenhum interesse pelo tema, mesmo sendo convidados para participar de uma pesquisa sobre a história do assentamento. As mulheres jovens, além de estarem presentes, ofereciam contribuições às entrevistas e várias delas já estão envolvidas em algumas comissões de trabalho do assentamento. Também fazem referência às lideranças femininas como importantes exemplos para suas vidas, o que para nós significa um desdobramento da atuação política dessas lideranças, que pode refletir na alteração de comportamentos futuros, tanto no espaço público, quanto no espaço privado, como alguns depoimentos das jovens chegaram a expressar: “*ele bebe e eu vou ficar segurando bêbado?*” ou “*ele pode dançar com outras e eu não?*”. Estas situações representam um avanço, se comparadas ao que foi vivenciado por suas mães

e também podem indicar uma nova maneira de se colocar no mundo, socialmente, como mulher.

7. Quanto ao processo de empoderamento, observou-se que ele ocorreu em todas as fases de luta pela terra e continua ocorrendo, tanto no espaço público, quanto no espaço privado. Há que se fazer, no entanto, uma separação inicial e necessária, a qual a pesquisa nos permitiu observar: as mulheres podem passar, às vezes, pelo processo de empoderamento político, ou econômico, sem que, necessariamente, ocorram mudanças nas relações de gênero no âmbito privado. No entanto, se ocorreram mudanças nas relações de gênero no espaço privado, necessariamente, as mulheres passaram pelo processo de empoderamento e, psicologicamente, fortaleceram seu 'poder interno'. Isso significa que, no espaço privado, os membros de uma família participaram dos arranjos familiares no exercício da cooperação cotidiana, para que ocorressem mudanças nas relações de gênero, como aconteceu no acampamento e, com algumas famílias, ainda acontece no assentamento. As mulheres se empoderaram no espaço privado, imprimiram novos arranjos familiares e as mudanças nas relações de gênero aconteceram. Complementarmente pode-se observar que, como há uma interdependência das relações sociais, as diferenças de gênero no poder de barganha dentro da família estão ligadas ao poder de barganha da pessoa fora da família, com a comunidade e com o estado. Se a mulher tem mais poder de decisão na família, ela aumenta seu poder de barganha com o mercado, com a comunidade e como o estado, como vimos em alguns depoimentos. Evidentemente, tratam-se de relações mediadas, negociadas e conquistadas em um espaço conflituoso de poder masculino. Parece-nos, no entanto, que o empoderamento da mulher no espaço privado contribui para as mudanças nas relações de gênero, o que pode significar, como já foi dito, diferentes arranjos familiares no sentido de que a família pode passar a reunir maiores condições de buscar alternativas para garantir uma sobrevivência mais digna. Isso pode significar maior fortalecimento político de todos os membros da família, e não só da mulher. É importante enfatizar, nesse sentido, que o empoderamento da mulher não é, necessariamente, contra o homem, mas contra o sistema patriarcal e suas variadas manifestações (Srilatha, 2005). No que diz respeito ao âmbito público, o processo de empoderamento estimula ou até ocorre simultaneamente às mudanças nas relações de gênero no espaço público. Quanto mais as mulheres do assentamento se tornaram capazes de fazerem escolhas, usarem a voz, se tornarem mais autônomas, enfrentarem conflitos públicos com a UDR, com o poder público municipal, estadual ou federal, maior espaço de poder elas conquistaram. E se, simultaneamente a estas conquistas, passaram a ocupar espaços de poder masculinos, já mencionados anteriormente, as relações com os homens em geral passaram a se modificar. Inúmeros foram os depoimentos que comprovam essa afirmação e, até os dias atuais, estes enfrentamentos se mantêm, se complexificam e exigem das mulheres, como representantes políticas, cada vez mais qualificação e coragem para o enfrentamento. Fundamenta-se o princípio segundo o qual o processo de empoderamento não é linear nem contínuo e nem tem princípio, meio e fim. **O que parece ter ficado claro foi o caráter transformador da relação entre a luta política das mulheres pela terra, o processo de empoderamento e as mudanças nas relações de gênero no espaço público.** As inúmeras interfaces de gênero e os mais variados tipos de obstáculos conferem a esta luta um caráter transformador, implicando em uma série de desdobramentos, já analisados.

8. Decidi nomear como ‘desdobramentos’ algumas atividades relacionadas com a prática política das mulheres e que, necessariamente, não aparecem com um caráter de ‘resultado formal da ação política’ e que apontam algumas complexidades na análise do comportamento de gênero, tanto no espaço público quanto no espaço privado. São eles:
- um rapaz de 14 anos, fritando bolinhos de polvilho que ele mesmo havia preparado, sem se intimidar com minha presença, revela um arranjo familiar conquistado a partir do processo de mobilização e ocupação e que se mantém. Isso, especialmente pelo fato de que, nesta família, tanto a mãe quanto o pai (já falecido) e a irmã (hoje presidente da Associação Escola Família Agrícola de Natalândia) sempre se envolveram no processo de luta pela terra, o que, embora aparentemente esteja circunscrito somente ao espaço público, possui imbricações e conexões com o espaço privado. A saída da mãe e de outras figuras femininas para atuarem no espaço público imprime diferentes arranjos familiares no espaço doméstico, que podem se manter por longo tempo, ou não;
 - uma importante ampliação da concepção formal de participação política foi revelada por uma assentada que associou a uma “*maior abertura do mundo*” o fato de ela ter passado a participar de reuniões do STR e da associação. A entrevistada fez referências ao fato de perder o medo de fazer perguntas, de aprender muito sobre educação dos filhos, sobre saúde preventiva, com recursos da própria comunidade, sobre agricultura mais natural e sobre como a mulher ter mais poder em casa e na rua. Parece tratar-se do envolvimento de demandas encaminhadas pelas mulheres como dirigentes, diferenciadas daquelas usualmente encaminhadas pelos homens e, por isso, citadas na literatura como uma “*marca feminina*”.
9. Tornam-se necessárias algumas reflexões, em função de representarem todo o acúmulo de leituras, discussões nas disciplinas, discussões com o orientador e diversos professores e professoras, com colaboradores e colaboradoras, inclusive virtuais, com companheiras do Grupo Espaço Mulher de Lavras, em Minas Gerais, de muita reflexão com trabalhadores e trabalhadoras, e de mais reflexão ainda, quando chega a hora de elaborar as considerações finais. Representam também descobertas solitárias e, às vezes, muito sofridas que ocorrem nos locais mais inesperados. Trata-se, primeiramente, de uma consideração sobre o fato de que ser mulher não torna as mulheres iguais. A condição biológica não é preponderante sobre a experiência social. São várias as formas pelas quais a mulher organiza esta experiência, de que lugar ela quer falar e de que condição social quer assumir. O gênero, como construção social, não é dado apenas pelo sexo e, sim, pela forma como vivemos esta condição, relacionada com nossa experiência de classe, raça, etnia e idade, por exemplo. Há quem se refira a uma ‘essência feminina’ com algumas associações do tipo passividade e, por isso, ser mãe, ou vice-versa; ser mais compreensiva, mais detalhista, menos ousada e outros atributos que, no senso comum, colocam a mulher em uma posição em que, de modo geral, prevalece o servir, o submeter-se, não enfrentar desafios, acomodar-se, ser menos arrojada e, diante de tantos senões, aparecer menos no espaço público, bloqueando algumas iniciativas de se engajar nas mais diversas atividades. Parece-me que esta pesquisa apontou uma série de resultados que nos permitem observar que a ‘mulher se faz mulher’ ao relacionar suas vontades, seus projetos e escolhas, que vão sendo construídos socialmente, dialética e constantemente articulados em uma realidade social, econômica, política e cultural que, a todo tempo,

interfere nestas escolhas em um vai e vem que ora ajuda potencializando, ora atrapalha. O termo ‘fazer-se mulher’ aqui empregado significa relacionar condições subjetivas e objetivas, desenvolvendo capacidades, descobrindo oportunidades, enfrentando desafios e conflitos, sem linearidade, sem começo, meio e fim, modificando algumas circunstâncias e, ao mesmo tempo, sendo modificada por elas. Assim nos parece ter acontecido durante os 17 anos de luta pela conquista do assentamento.

10. Complementarmente ao que foi dito acima, não é interessante, portanto, considerarmos como que em blocos homogêneos: escritoras, lavadeiras, trabalhadoras rurais, professoras, estudantes, empregadas domésticas, faxineiras, pintoras, etc., ainda que em seus espaços sejam fruto de uma cultura semelhante. Há que se considerar a existência de múltiplas diferenças e identidades percebidas entre cada uma dessas categorias. Para mais além de uma estrutura que subordine as ações de homens e mulheres, existe a presença de um espaço que busca intervir para modificar a história segundo seus projetos e suas posturas de vida.
11. Os depoimentos de algumas mulheres sobre as mudanças no espaço privado demonstram a atualidade e a força das relações patriarcais na sociedade contemporânea, embora o movimento e as teorias feministas venham realizando incessante esforço em realizar denúncias que dêem visibilidade às diferentes formas de violência, discriminação e subordinação da mulher. No assentamento, além das denúncias de maus tratos, espancamentos, violências, gravidez na adolescência com abandono e descompromisso sobre a paternidade, o que foi bastante ressaltado é que quem ‘puxa’ as mudanças no espaço doméstico são as mulheres, pois os homens se acomodam com a situação. Neste caso, segundo algumas assentadas, enquanto elas avançam na compreensão de que um outro tipo de relação de gênero é possível, os homens aceitam e a saída acaba sendo a separação exigida pela mulher. Situação semelhante ocorre com a pensão alimentícia para os filhos, pois as mães solteiras ou independentes, no assentamento, sofrem grandes dificuldades, tanto financeiras, quanto relacionadas à falta de informações, para conseguir pleitear na Justiça a pensão para os filhos, uma vez que os pais, muitas vezes, já nem estão morando no assentamento.
12. Outra questão fundamental diz respeito à importância da reforma agrária no Brasil demonstrada pela pesquisa como política pública que, prioritariamente, ajuda a resolver o combate à fome. “*Não se vê criança morrendo de fome nos assentamentos e olha que ainda pode melhorar muito*”, disse uma assentada. E o acesso à terra significa trabalho, fonte de segurança, acesso à habitação, educação, saúde, superação da sujeição, possibilidade de liberdade e de autonomia, de resistência à deterioração das condições de vida e direito a sonhar por uma vida mais digna.
13. É também fundamental ressaltar a insistente afirmação de assentados e assentadas sobre a importância e o abandono das parcerias no apoio ao desenvolvimento do Assentamento. Depois da implantação do Programa de Assentamento, em 1995, passaram a surgir entidades com projetos pontuais e, do final de 1997 até o início de 2000, o Projeto Lumiar do Incra atuou com certa sistematicidade, saindo depois abruptamente, sem justificativas. Com uma assistência técnica pontual, individualizada e extremamente deficitária e sem nenhum tipo de apoio mais permanente, torna-se quase impossível uma melhoria das condições de vida daquelas

famílias. Seria fundamental e urgente uma intervenção com proposta de capacitação participativa, que envolva as pessoas e que ajude a organizar suas demandas coletivas, incentivar suas potencialidades, estimular as alternativas produtivas do cerrado mineiro, retomar as discussões sobre as questões de gênero, apoiar a busca de canais de comercialização e ajudar a pensar em alternativas para as diferentes demandas do assentamento. Retomar o sentimento que experimentaram no período do acampamento, quando parecia que, segundo os depoimentos, a família era um ‘corpo único’ e as relações eram mais solidárias e igualitárias entre os homens e mulheres.

14. Finalmente, é crucial reforçar que, no processo histórico de ocupação, acampamento e assentamento, não há um retorno para uma situação hierarquizada anterior. Este aparente “retorno ao passado”, quando se instala no Assentamento, convive não só com os valores de algumas famílias, mesmo que poucas, mais ‘avançadas’, nas quais homens e mulheres compartilham as tarefas no cotidiano, mas também com as jovens, principalmente as adolescentes que, em ocasiões festivas, realizam atividades coletivas que questionam o “machismo”, segundo seus depoimentos e expressam uma identificação com a prática política das lideranças femininas do Assentamento. Não se retorna simplesmente ao passado, mas recriam-se valores do passado e do presente, formando uma simbiose que, num certo sentido, interfere nos comportamentos de gênero, certamente no espaço público e no privado.
15. Esta pesquisa sinalizou diversas inquietações que podem se transformar em futuras investigações:
 - Este assentamento de reforma agrária tem uma proposta de funcionamento que contribui para a diminuição da desigualdade entre homens e mulheres?
 - Houve limitações para investigar mudanças nas relações de gênero no espaço privado. Sugere-se aprofundar esta questão em assentamentos de reforma agrária que possuam mulheres como dirigentes.
 - Pode-se fazer uma associação entre o período de ocupação com uma nova institucionalidade da terra, quando se vivenciaram mudanças nas relações de gênero, conforme desenvolvemos no item 4 do capítulo Considerações finais. Neste caso, seria importante descobrir a relação existente entre as possibilidades de mudanças para os setores excluídos e de mudanças nas relações de gênero. Parece-nos que, se forem mantidas as tradicionais relações de gênero, imobilizam-se as possibilidades de mudanças para os setores excluídos. Também neste caso, os assentamentos se constituem em uma excelente oportunidade para esta reflexão.
 - No que diz respeito às relações entre as lideranças femininas e o comportamento dos filhos nas relações de gênero, em geral, as situações são bastante complexas. Alguns mantêm papéis rígidos entre eles e as mulheres, outros respeitam as mulheres no espaço público e mantêm a hierarquia no cotidiano familiar, outros, ainda, dividem tarefas normalmente no espaço doméstico e também respeitam a atuação das mulheres no espaço público. A que se devem estas diferenças?

Pessoalmente, não desejo terminar esta Tese deixando uma visão homogênea sobre homens e mulheres, até porque durante todo o tempo insisti em não naturalizar, mas, pelo contrário, em considerar a diversidade, a pluralidade e as diferenças. Existe uma condição de subordinação que é estrutural e histórica, e isso é inegável. Minha proposta, no entanto, se junta a de milhares de homens e mulheres no mundo, no sentido de nos desafiarmos,

problematizarmos as questões e, a todo o momento, nos perguntarmos “*Será que só pode ser assim mesmo?*”. Estou convicta de que sempre haverá possibilidades de mudarmos: as relações de gênero e a sociedade. Valeu a pena o esforço.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo; CARVALHO, José Juliano Filho. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais: o caso dos assentamentos. Reforma Agrária- políticas públicas. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, Campinas, SP, n.3, v.24, set./dez. 1994.

ALENCAR, E. *Introdução à metodologia de pesquisa social*. Lavras, MG: DAE/UFLA, 1999. 122p. (Apostila).

ALENCAR, Geraldo. *O polocentro e o desenvolvimento do Centro Oeste*. Brasília: Secretaria de Planejamento da Presidência da República/Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1979. 35p.

ALEXANDER, Jeffrey. "Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.37, jun. 1998.

AGUIAR, Neuma. Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociológico brasileiro. In: AGUIAR, Neuma (Org). *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde à perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record. Rosa dos Tempos, 1997. p.161-191.

ANJOS, Íris José dos. *Mulher e religião: um estudo sócio – histórico sobre o Movimento do GRAAL*. 1998. 243p. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, MG.

BEBBINGTON, Anthony. Capitals and capabilities. A Framework for Analysing Peasant viability, Rural Livelihoods and Poverty in the Andes. London: IIED-DFID, Policies that work for sustainable. Agriculture and Regenerating Rural Economies, January, 1999. 54p. Disponível em: <http://www.fao.org/forestry/for/forc/plural/2/bebbin_c.htm>. Acesso em: 10 jul. 2004.

BISNATH, Savitri; ELSON, Diane. Women's empowerment revisited. In: UNIFEM *Progress of the World's Women*. Cidade: 2000.

BORGES, M.E.L. *Utopias e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1850-1954)*. 1988. 287p. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Planejamento. Instituto de Planejamento Econômico e Social. *O Polocentro e o desenvolvimento do centro-oeste*. Brasília, 1979.

BRUMER, A. Mulher e desenvolvimento rural. In: PRESVELOU, Clio; ALMEIDA, Francesca Rodrigues; ALMEIDA, Joaquim. *Mulher, família, e desenvolvimento rural*. Santa Maria: UFSH, 1996. p.40-58.

BRUSCHINI, C. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? In: _____. *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo: Atlas, 1998.

BUARQUE, Cristina. *Estratégias para a Reforma Agrária sob a ótica de gênero*. Projeto de Integração da Perspectiva de Gênero no setor de Reforma Agrária, Relatório de Pesquisa. Brasília, 2002. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2004.

CAPPELLIN, Paola Giuliani. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste, 1976/1986. In: *Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina*. São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais, 1989.

CAPPELLIN E CASTRO. *Fazer, pensar e decidir: os papéis das mulheres nos assentamentos rurais. Algumas reflexões a partir de três estudos de casos. Movimentos sociais no campo*. Raízes, Campina Grande, PB, n.15, dez. 1997.

CASTRO, Leda, M.B. *As lutas pela terra no noroeste de Minas Gerais: um sumário e uma interpretação*. Belo Horizonte, 1997. Apostila.

COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. *Sociedad civil y teoria politica*. México: Fondo de Cultura Economica, 2000. Cap. 10. (Los Movimientos Sociales y la Sociedad civil).

COSTA, Ana Alice. *Gênero, poder e empoderamento das mulheres*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil Curso de gênero 2001/2002. CD Rom.

DEERE, Carmem; LEÓN, Magdalena. *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DODERLLY, Luísa E.G.; BUARQUE, Cristina E.; GARCIA Vileni. *Comportamento de gênero nos assentamentos de Reforma Agrária- os casos de Guarani – Bom Lugar/CE e Campo Bonito/PR*, Brasília, 2002. Disponível em: <www.incra.gov.br- Projeto Integrado da Perspectiva de Gênero no setor da Reforma Agrária, Relatório de Pesquisa>. Acesso em: 15 ago. 2004.

EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Programa de Desenvolvimento dos Cerrados. *Polocentro*. Projeto de Assistência Técnica – 1975/77. Brasília, 1975a.

EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Projeto de Assistência técnica em áreas do Polocentro. Brasília, 1975b. 35p.

FERRANTE, Vera Lúcia Botta. Assentamentos rurais: espaços masculino/feminino na construção de um novo modo de vida. In: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice Rangel de Paiva. (Org.). *Gênero e trabalho na sociologia Latino-Americana*. São Paulo: ALAST, 1998. (Série II Congresso Latino - Americano de Sociologia do Trabalho).

FIGUEIREDO, V. *A ciência da sociedade*. Disponível em: <<http://www.anpocs.org.br/cursosoc>>. Acesso em: 6 de fev. 2004.

GALLICHIO, Enrique. Empoderamento, teorias de desenvolvimento e desenvolvimento local na América Latina. In: _____. Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro, ActionAid, 2002. p. 67-90.

GODOY, A.S. Pesquisa qualitativa – tipos fundamentais. In: *Revista de Administração de Empresas*, EAESP/FGV, São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, 1995.

GOUVEIA, Taciana. *Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras familiares*. Panorama brasileiro, observatório da cidadania. 2003. Rio de Janeiro: IBASE. p.46-51. Disponível em: <www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=267>. Acesso em: 15 ago. 2005.

HAGUETTE, T.M.F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1987. p.11-57.

INSTITUTO LÚMEN. *Relatório preliminar da pesquisa em assentamentos rurais da Região Noroeste de Minas Gerais – João Pinheiro, Paracatu e Unaí*. Belo Horizonte: PUC Minas, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Plano de Consolidação de Assentamentos. Programa de Consolidação e Emancipação (Auto Suficiência) de Assentamentos Resultantes de Reforma Agrária*. PCA de Saco do Rio Preto – Natalândia MG. Montes Claros, 2004.

JORNAL O Estado de Minas, Belo Horizonte, 16 ago. 1990.

JORNAL O Estado de Minas, Belo Horizonte, 01 dez. 1992.

LISBOA, T.K. Mulheres migrantes de origem cabocla e seu processo de empoderamento. *Gênero*, Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero, Niterói, v.2, n.2, p.131-149, 2002.

MACHADO, B.M. *História do Sertão Noroeste de Minas Gerais 1690 – 1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.168p.

MARTINS, José de Souza. O sujeito da Reforma Agrária (estudo comparativo de cinco assentamentos. In: MARTINS, José de Souza.(Org.). *Travessias – a vivência da Reforma Agrária nos Assentamentos*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p.11-52.

MINAYO, M.C. de S. (Org). *Pesquisa social – teoria,método e criatividade*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 80p.

MULS, Nair Costa. *Trabalho, consciência e luta, a formação do proletariado rural em Minas Gerais*. 1989. 320p. Tese (Doutorado em Sociologia)-Programa de Estudos Pós Graduados em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

NOBRE, Miriam. Relações de gênero e agricultura familiar. In: _____. *Gênero e agricultura familiar*. São Paulo: SOF, 1998a. p.15-27. (Coleção Cadernos Sempre Viva).

NOBRE, Miriam. Gênero e agricultura familiar a partir de muitas vozes: a realidade das mulheres na agricultura familiar. In: _____. *Gênero e agricultura familiar*. São Paulo: SOF, 1998b. (Coleção Cadernos Sempreviva). p.54-66.

PACHECO, Maria E.L. Agricultura familiar: um olhar de gênero. In: _____. *Gênero e agricultura familiar*. São Paulo: SOF. 1998. p.45-53. (Coleção Cadernos Sempreviva).

PAULO, João. *Conhecendo a Reforma Agrária em Bonfinópolis de Minas*. Bonfinópolis: STR, 2004. (Relatório de Pesquisa).

PELEJANDO, Jornal da Comissão Pastoral da Terra – CPT, Belo Horizonte, n.66/79/86/130/135/140, 1989/1990/1991/1995/1996/1996.

PISCITELLI, Adriana. Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas. In: AGUIAR, Neuma. (Org.). *Gênero e ciências humanas – desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p.49-66.

QUEIROZ, M.I.P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, O.M. *Experimentos com histórias de vida*. São Paulo: Vértice, 1988. p.14-43.

QUINTEIRO, Maria da Conceição. Rio Paraíso, o paraíso conquistado. In: _____. *Travessias – a vivência da Reforma Agrária nos Assentamentos*, Porto Alegre: UFRGS, 2003. p.159-202.

RELATÓRIO de avaliação do seminário de programação da luta pela terra e assalariados rurais da região noroeste de Minas. FETAEMG, STR’S/CUT-MG/Centro Estudos Rurais da UFMG/SETAS, 1992.

RELATÓRIO do encontro municipal de trabalhadores rurais Bonfinópolis, Bonfinópolis, mar. 1993.

RELATÓRIO do encontro de mulheres em Bonfinópolis, Bonfinópolis, out. 1993.

RELATÓRIO do encontro de avaliação dos projetos do Assentamento Saco do Rio Preto, Bonfinópolis de Minas, jan. 1995.

RELATÓRIO do levantamento e avaliação do Polocentro- Participação do SIBRATER no Programa. EMBRATER, Brasília, 1979. 23p.

RELATÓRIO de reunião no assentamento Saco do Rio Preto. Bonfinópolis, 1989.

RELATÓRIO da reunião diretoria STR Bonfinópolis, Bonfinópolis, set. 1993.

ROMANO, Jorge Osvaldo. *O Empoderamento: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza*. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2002.

RUA, M. das Graças; ABRAMOVAY, M. *Companheiras de Luta ou “Coordenadoras de Painelas?”: as relações de gênero nos assentamentos rurais*. Brasília: Unesco, 2000. 348p.

- SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, 3.ed, Cortez, São Paulo,1997.
- SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). União Geral das Cooperativas em Moçambique: um sistema alternativo de produção? In: _____. *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.401-430.
- SANTOS, Graciete; ALMEIDA, de Marli. As relações de gênero na Agricultura Familiar. In: _____. *Diagnóstico Pajeú/Pernambuco*. 2003. Farache Comunicação: Recife, 2003, 58p. (Cadernos Diagnóstico, 1).
- SANTOS, Laura Ferreira dos. *Bordieu perante as mulheres: uma relação de exterioridade na simpatia – A propósito de La domination masculine*. Minho, Portugal, Universidade do Minho, 1999. Apostila.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1989.
- SEN, Gita. El empoderamiento como um enfoque a la pobreza. In: DEVELOPMENT alternatives with women for a new era. Dawn, 2002.
- SILVA, Maria A Moraes. Assentamento Bela Vista, a peleja para ficar na terra. In: _____. *Travessias – a vivência da Reforma Agrária nos Assentamentos*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p.107-158.
- SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma. *Gênero e ciências humanas: desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p.95-115.
- SRILATHA, Batliwala. *Definindo empowerment das mulheres: uma estrutura conceitual*. Disponível: <www.genderatwork.org>. Acesso em: 23 maio 2005.
- STARLING, H.M.M. *Os Senhores das Gerais, os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. 5.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1986. p.243-265.
- SUÁREZ, Mireya. A problematização das diferenças de gênero e a antropologia. In: AGUIAR, Neuma. (Org.). *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p.31-48.
- SUÁREZ, Mireya. Gênero: uma palavra para desconstruir idéias e um conceito empírico e analítico. In: ENCONTRO DE INTERCAMBIO DE EXPERIÊNCIAS DO FUNDO DE GÊNERO NO BRASIL. PROJETO FUNDO PARA A EQUIDADE DE GÊNERO, 1999, Campinas. *Palestra...* Campinas: Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional, 1999. 18p.
- TORRES, A.L. *Formação social e mediação: a luta pela terra e a consolidação dos assentamentos rurais em Unaí- MG*. 2000. 143p. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.
- TRIVIÑOS, A.N.S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais – a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Ed. Atlas, 1987. 175p.

VALENTE, Virginia Vargas. Apuntes para uma reflexão feminista sobre el movimiento de mujeres. In: LOLA, Luna. (Comp.). *Gênero, classe y raza en América Latina*. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias, 1992. p.195-204.

WANDERLEY, Maria da Nazareth Baudel. “Morar e trabalhar”: o ideal camponês dos assentados do Pitanga. In: _____. *Travessias – a vivência da Reforma Agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p.203-246.

YUNUS, Muhammad; JOLIS, Alan. *A fase experimental*. O banqueiro dos pobres. A revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países. São Paulo: Ática, 2000. p.115-164.

ANEXO

QUADRO Nº 01*

SÍNTESE DAS ENTREVISTAS – SETEMBRO-2003 A MARÇO DE 2005

INFORMAÇÕES/ ENTREVISTADOS	SEXO		IDADE	OBSERVAÇÕES
	FEM	MASC		
01-Maria Antônia (Lia)	X		36	Presidente da Associação de Pequenos Produtores do Assentamento de Natalândia
02-Fiinha (Francisca)	X		56	Presidente do STR de Natalândia
03- Neli de Fátima Souza	X		36	Presidente da Associação Municipal Escola Família Agrícola
04- D.Conceição	X		58	Mãe da Neli e estava no assentamento desde o início
05- Seu Domingos		X	58	Tesoureiro da Associação
06- Míris	X		18	Grupo de Jovens – entrevista coletiva
07- Arlinda	X		16	Grupo de Jovens – entrevista coletiva
08- Luciana	X		20	Grupo de Jovens – entrevista coletiva
09- Entrevistada 1	X		-	Grupo de Jovens – entrevista coletiva
10- Entrevistada 2	X		-	Grupo de Jovens – entrevista coletiva
11- Entrevistada 3	X		-	Grupo de Jovens – entrevista coletiva
12- Entrevistada 4	X		-	Grupo de Jovens – entrevista coletiva
13- “Tia Ilda”	X		-	Coordenadora do grupo de jovens, considerada “Tia” do grupo
14- Iracema	X		50	Foi a primeira presidente da Associação de Pequenos Produtores
15 – Romualdo		X	-	Filho de Iracema, professor da Telesala do assentamento, faz faculdade em Unai
16 – Rosivaldo		X	-	Marido de Iracema
17- Jurandir		X	50	Presidente da Associação de Pequenos Produtores do Cutuvelo uma segunda associação do assentamento, que não funciona bem.

18- Joana	X		-	Candidata a vereadora em 2004 pelo PT, não participa das atividades do assentamento é casada com Jurandir
19- Sr. Zé Caetano		X	-	Participou de dois mandatos da associação como tesoureiro, durante 9 anos
20- Helena	X		44	Não participa de nada, alegando ter “crises de nervo”. O marido participa de reuniões e do PRONERA
21- Marina	X		32	Tem 6 filhos pequenos, não participa segundo ela por causa das crianças
22- Emília	X		39	Não participa ativamente, freqüentava a tele sala e diz que vai retornar
23 – Seu Tito		X	46	Ex-presidente da Associação.
24- Nazaré	X		48	Secretária da associação, atuante, irmã de Fiinha que é presidente do STR
25 –Seu Geraldo		X	53	Pouco atuante, faz parte do Conselho Fiscal da Associação e é tesoureiro do STR, é marido da Nazaré
26- Iuca		X	72	Pouco atuante, participa da direção da associação mas durante a entrevista não soube dizer que cargo ocupa
27- D.Luzia	X		69	Atuante no grupo de idosos, casada com o Sr. Iuca
28- Marisa	X		45	Secretária da associação, licenciada para candidatar-se a vereadora pelo PSDB, mora há 3 anos e meio no assentamento.
29- D.Prêta	X		69	Foi uma das fundadoras do STR de Bonfinópolis e muito atuante na época.
30- Zé Olívio		X	58	Participa do Conselho Fiscal do STR de Natalândia
31- João Paulo		X	39	Secretário do STR de Bonfinópolis, tendo participado da mobilização inicial de luta pela terra
32 - Ana	X		-	Tesoureira do STR de Bonfinópolis
33- Osmar		X	38	Presidente do STR de Bonfinópolis, Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, candidato a vereador pelo PT em 2004
34 – Seu Jacinto		X	64	Presidente do PT de Natalândia,

				vice-presidente da Associação De Pequenos Produtores de Natalândia, candidato a vereador pelo PT em 2004.
35- Seu Benedito		X	59	Diretor de Pequena Produção do STR de Natalândia tendo participado antes do STR de Bonfinópolis*
36 – Dercília	X		37	Secretária do STR de Natalândia, Coordenadora Da Pastoral da Criança do Assentamento do Mangal, Coordenadora do viveiro de mudas
37- Pastoral da Criança do Assentamento Saco do Rio Prêto	X X		-	Entrevista coletiva com as mulheres responsáveis.
38 – Antônia	X			Assessora da Fetaemg - advogada
39 – Íris José dos Anjos	X			Ex assessora do Movimento Graal
40 - Rosane	X			Técnica do Incra em Minas Gerais e ex assessora do Projeto Lumiar.
41 – Irmã Zélia	X		79	Ex assessora da CPT
42 – Lecir	X			Técnica do Incra em Minas Gerais, do Programa de Consolidação de Assentamentos.
43 - Auxiliadora	X			Técnica do Incra em Minas Gerais e ex assessora do Projeto Lumiar.
T O T A L	31	13		

*Quadro construído a partir das informações coletadas durante a pesquisa.